

Revista do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo
da Universidade Estadual de Ponta Grossa



PautaGeral

DOSSIÊ

**O lugar do paradigma jornalístico no
campo científico: debates epistemológicos**

ORGANIZAÇÃO

Marcelo Engel Bronosky
Guilherme Carvalho

Volume 11 | Número 1 | 2024

ISSN: 2318-857X



PautaGeral

Estudos em Jornalismo

Universidade Estadual de Ponta Grossa
Programa de Pós-Graduação em Jornalismo
2024 | v. 11 | n. 1 | ISBN: 2318-857X



PautaGeral

Estudos em Jornalismo

2024 | v. 11 | n. 1 | ISBN: 2318-857X

Pauta Geral
Estudos em Jornalismo

Publicação semestral do Programa de Pós-Graduação em
Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

Editor executivo

Marcelo Engel Bronosky

Editor adjunto

Hendryo André

Equipe assistente

David Cândido dos Santos, Victor Ramalho, Alana Domingues,
Tamires Limurci e Lerianny Barbosa Tizón

Supporte técnico

Rodrigo Pallú Martins

Editores convidados | Dossiê

Marcelo Engel Bronosky
Guilherme Carvalho

Revisão final

Hendryo André

Comissão científica

Formada por docentes
com titulação de doutorado
pertencentes ao Programa de
Pós-Graduação em Jornalismo
da UEPG

Universidade Estadual de Ponta Grossa – Ponta Grossa, Brasil

Cintia Xavier
Felipe Simão Pontes
Graziela Bianchi
Hebe Maria Gonçalves de Oliveira
Hendryo André
Ivan Bomfim
Karina Janz Woitowicz
Marcelo Engel Bronosky
Paula Melani Rocha
Rafael Schoenherr
Sérgio Luiz Gadini

Conselho editorial

Formada por docentes
com titulação de doutorado
pertencentes a reconhecidos
centros de pesquisa nacionais
e internacionais

Alberto Pena-Rodriguez, Universidade de Vigo, Espanha
Alfredo Vizeu, Universidade Federal do Pernambuco, Brasil
Aline do Amaral Garcia Strelow, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
Ana Regina Barros Rêgo Leal, Universidade Federal do Piauí, Brasil
Aníbal Orué Pozzo, Universidad Nacional del Este, Paraguai
António Costa Pinto, Universidade de Lisboa, Portugal
Antônio Fausto Neto, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil
Antônio Francisco Magnoni, Universidade Estadual Paulista, Brasil
Antônio Hofeldt, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil
Ariane Pereira, Universidade Estadual do Centro-Oeste, Brasil
Boanerges Balbino Lopes Filho, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil
Carlos Eduardo Franciscato, Universidade Federal de Sergipe, Brasil

Carlos Federico González Pérez, Universidad Nacional de Jujuy, Argentina
Cesar Arrueta, Universidad Nacional de Jujuy, Argentina
Christa Berger, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
Claudia Quadros, Universidade Federal do Paraná, Brasil
Cristina Mello, Universidade de Coimbra, Portugal
Denis Porto Renó, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita, Brasil
Dione Oliveira Moura, Universidade de Brasília, Brasil
Edson Spenthof, Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil
Eduardo Meditsch, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Elias Machado, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Elizabeth Saad, Universidade de São Paulo, Brasil
Emerson Urizzi Cervi, Universidade Federal do Paraná, Brasil
Gerson Martins, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil
Graça Caldas, Universidade Estadual de Campinas, Brasil
Guilherme Carvalho, Centro Universitário Internacional, Brasil
Jacques Mick, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Jesus Flores, Universidad Complutense de Madrid, Espanha
Joana Belarmino, Universidade Federal da Paraíba, Brasil
João Canavilhas, Universidade da Beira Interior, Portugal
João José Figueira, Universidade de Coimbra, Portugal
Jorge Pedro Sousa, Universidade do Porto, Portugal
José Manuel Gómez y Méndez, Universidad de Sevilla, Espanha
Josenildo Guerra, Universidade Federal de Sergipe, Brasil
Juliana Colussi Ribeiro, Universidad del Rosario, Colômbia
Juliano Maurício Carvalho, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita, Brasil
Julio Cesar Arrueta, Universidad Nacional de Jujuy – Jujuy, Argentina
Karine Moura Vieira – Centro Universitário Internacional – Curitiba, Brasil
Kenia Beatriz Ferreira Maia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil
Leonel Aguiar, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil
Lia da Fonseca Seixas, Universidade Federal da Bahia, Brasil
Marcelo Brunet, Universidad Nacional de Jujuy, Argentina
Marcia Benetti, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
Marcus Antonio Assis Lima, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Brasil
Mario Fernandes, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil
Miquel Rodrigo Alsina, Universitat Pompeu Fabra, Espanha
Mirna Tonus, Universidade Federal de Uberlândia, Brasil
Muriel Emídio Pessoa do Amaral, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil
Netília Silva dos Anjos Seixas, Universidade Federal do Pará, Brasil
Paul Levinson, Fordham University, Estados Unidos
Ramón Salaverría, Universidad de Navarra, Espanha
Rogério Christofoletti, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Sandra Regina Moura, Universidade Federal da Paraíba, Brasil
Sebastian Alaniz, Universidad Católica do Chile, Chile
Sergio Mattos, Universidade Federal do Recôncavo Baiano, Brasil
Silvio Waisbord, George Washington University, Estados Unidos
Suzana Barbosa, Universidade Federal da Bahia, Brasil
Tattiana Teixeira, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Tomás José Jane, Escola Superior de Jornalismo, Moçambique
Victor Gentilli, Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil
Yamile Haber Guerra, Universidad de Oriente, Cuba

Revista Pauta Geral

Endereço

Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)
Programa de Pós-Graduação em Jornalismo
Campus Central. Praça Santos Andrade, 01 - Centro, Ponta Grossa - PR, 84010-330

Contato

42 3220-3379
revistapautageral@gmail.com

<https://revistas.uepg.br/>

Os textos assinados, tanto no que diz respeito à linguagem como ao conteúdo, são de inteira responsabilidade dos autores

SUMÁRIO

Editorial	Na Pauta: Em busca de um lugar perdido	7
	Hendryo André	
O lugar do paradigma jornalístico no campo científico: debates epistemológicos		
Apresentação	Por uma vigilância epistemológica do campo	13
	Guilherme Carvalho e Marcelo Engel Bronosky	
Artigos	Jornalismo e Estudos Culturais: problemas de redefinição lógica	17
	Guilherme Carvalho e Marcelo Engel Bronosky	
	A formação do capital científico no campo acadêmico do jornalismo: dimensões institucionais, teóricas e de ensino	35
	Luis Mauro Sá Martino	
	Ensaio sobre o jornalismo: Para um programa de Pesquisa Básica, Aplicada e de Desenvolvimento Experimental	54
	Josenildo Luiz Guerra	
	Epistemologia e Jornalismo: Revisão bibliométrica de artigos (1998-2022)	77
	Felipe Simão Pontes	
	Paradigma como chave teórica para entender o jornalismo em mutação	97
	Itala Maduell Vieira	
	Reflexões sobre a imagem jornalística como conhecimento mediado pelo efeito de sentido de verdade	110
	Júlio César Rigoni Filho	

Diálogos entre Jornalismo Científico e Educação: o dever da formação educacional dos cidadãos	130
Luiz Felype dos Santos e Ivan Carlo Andrade de Oliveira	
A verdade do jornalismo, da ciência e do direito: lições da crise sanitária da Covid-19	145
Marcio da Silva Granez	
Jornalismo e 5G: especulações a partir da filosofia do campo	162
Felipe Moura de Oliveira e Guilherme Maia Gonçalves	

Temas livres

Artigos

Narrativas de campo: ciência e jornalismo	179
Mara Rovida e Agnes Arruda	
Conhecimentos tácitos nos processos de produção jornalística	196
Magali Moser	
Disparidades entre jornalistas negras e brancas que atuam nos setores de comunicação dos Institutos Federais A presença do triplo telhado de vidro raça/gênero/classe	212
Ana Maria Teles e Dione O. Moura	
Jornalismo para a Paz: uma proposta de aplicação para análise de coberturas sobre homofobia	228
Diuan Feltrin	
Vida, morte e incerteza no jornalismo: um estudo da reportagem "Nove meses de luto" à luz da epistemologia da compreensão	248
Carolina Klautau e Claudio Novaes Pinto Coelho	
A reforma trabalhista brasileira de 2017: uma análise da cobertura do Jornal Cruzeiro do Sul	266
Malu Francine do Nascimento e Mara Rovida	
Regulação da mídia no Brasil: cenário atual e comparações com países de língua portuguesa	282
Gustavo Teixeira de Faria Pereira	
Desinformação e democracia sob ataque na radiodifusão: o pedido de cancelamento de concessão da Jovem Pan	304
Ivan Paganotti	
Entrevista ¹	
Reflexões sobre o papel social de um jornalismo em transformação: uma entrevista com Tim Vos	321
Hendryo André, Marcelo Engel Bronosky e David Cândido dos Santos	

¹ Na página da publicação há também uma versão em inglês disponível da entrevista.

EDITORIAL

7

Na Pauta: Em busca de um lugar perdido...

Desafiador seria o fato de investigar se as especificidades que o jornalismo mantém em relação às demais formas de comunicação são suficientes para reservar à atividade um lugar próprio. Não uma área qualquer, escanteada ou de menor valor, mas um espaço com relevância para pautar os principais temas da atualidade. É lugar comum o argumento de que desde o nascimento e popularização da internet, sobretudo após a consolidação das grandes plataformas, o jornalismo tem compartilhado – por vezes, como mero coadjuvante – com outros interagentes a capacidade de agendar o debate público. Esse predicado foi tão eminente que possibilitou ao jornalismo institucionalizar-se e se transformar em um dos principais produtos e produtores da modernidade.

Nesse sentido, o trabalho profissional de transformar fatos em acontecimentos tem perdido autoridade, isto é, tem passado por um período ou crise que talvez demonstre os primeiros sinais de esgotamento dessa atividade – ao menos da forma como tem sido produzida. A realidade é que este novo ecossistema midiático que marca o primeiro quarto do século XXI tem tornado o jornalismo uma prática social, senão obsoleta, turva. As tensões entre o *ethos* da profissão e os diálogos com outros campos do conhecimento tornam cada vez mais complexas as relações sociais e os sentidos cotidianos produzidos

em sociedades cada vez mais midiatisadas. Tensionar aquilo que o jornalismo tem de específico e por quais transformações passará em meio a um contexto de emergência do fenômeno da desinformação, aguçado por uma crise no modelo de negócios e pelos já mencionados questionamentos acerca da própria ontologia do jornalismo, são apenas alguns dos temas que merecem atenção da comunidade científica da área. E é nessa celeuma que a seleção de textos disponíveis nesta edição da **Revista Pauta Geral – Estudos em Jornalismo** chega aos leitores e leitoras.

Em especial, a missão do campo científico de procurar algumas respostas a esse contexto é aceita pelo conjunto de nove textos que compõem o dossiê *O lugar do paradigma jornalístico no campo científico: debates epistemológicos*, organizado pelos professores Guilherme Carvalho e Marcelo Engel Bronosky. A iniciativa busca identificar e problematizar os desafios lançados sobre o campo do jornalismo na atualidade.

No primeiro texto, *Jornalismo e Estudos Culturais: problemas de redefinição lógica*, assinado pelos proponentes do dossiê, busca-se problematizar o paradigma dos Estudos Culturais. Segundo os autores, a ênfase demasiada nessa perspectiva, cuja importância é amplamente reconhecida pela comunidade científica do campo, tem levado “as análises a um problema teórico que tende extrapolar o atual paradigma jornalístico” (p. 30). Trata-se de uma – polêmica, bem verdade – defesa epistemológica do campo.

Na sequência, Luis Mauro Sá Martino busca compreender, em *A formação do capital científico no campo acadêmico do jornalismo: dimensões institucionais, teóricas e de ensino*, os lugares específicos do campo do jornalismo. De acordo com ele, conquistar lugares específicos exige, de saída, a busca por “questões teóricas, metodológicas e empíricas próprias, capazes de sustentar um debate próprio, impossível de ser absorvido nas discussões de outras áreas próximas” (p. 50).

A atividade é objeto de muitos estudos e pesquisas científicas, mas eles não formam um *corpus* articulado e cumulativo de saberes alinhados para explicar e orientar a prática profissional. É o que buscam os dois textos seguintes. Primeiro, com o pesquisador Josenildo Luiz Guerra em *Ensaio sobre o jornalismo: para um programa de Pesquisa Básica, Aplicada e de Desenvolvimento Experimental*. Segundo o autor, sem o desenvolvimento de métodos mais efetivos, o jornalismo continuará deliberadamente sofrendo um processo de corrosão. Ele defende uma articulação entre Pesquisa Básica e Básica Orientada com a Pesquisa Aplicada e de Desenvolvimento Experimental. Essas diferentes perspectivas permitiriam “condições para alinhar fundamentos teóricos às

práticas profissionais, a fim de impulsionar as pesquisas a níveis de maior especialização, por um lado, e o saber profissional a níveis de maior capacidade demonstrativa de sua eficácia, por outro" (p. 73). Na esteira do debate levantado por Josenildo Luiz Guerra, Felipe Simão Pontes apresenta os resultados de um esforço de organização dos estudos sobre jornalismo publicados entre o final do século XX e o início desta terceira década do século XXI. Em *Epistemologia e Jornalismo: Revisão bibliométrica de artigos (1998-2022)*, o pesquisador visa compreender quais são e sobre o que tratam os estudos que associam jornalismo e epistemologia.

Já a pesquisadora Itala Maduell Vieira assina o texto *Paradigma como chave teórica para entender o jornalismo em mutação*, no qual se debruça sobre a atividade profissional enquanto um fenômeno histórico que carrega singularidades mais ou menos compreendidas pelas novas gerações de jornalistas. Segundo a autora, a noção de paradigma jornalístico, se entendida como método, é um caminho capaz de contribuir para a compreensão das atuais relações de força na mutante e inconstante comunidade interpretativa dos jornalistas. Ainda no âmbito da forma sobre como o jornalismo se posiciona enquanto comunidade, Júlio César Rigoni Filho, no artigo *Reflexões sobre a imagem jornalística como conhecimento mediado pelo efeito de sentido de verdade*, reflete sobre os impactos das imagens mediante as relações entre o conhecimento jornalístico e os efeitos de sentido de verdade. Para o autor, o teor testemunhal que a imagem jornalística carrega foi transformado com a internet, em especial, quando se pensa sobre os fenômenos da desinformação e de perda de credibilidade da imprensa.

Os três artigos que fecham o dossier focam em diálogos com outras áreas do conhecimento. Trata-se de um esforço que não se contradiz às pesquisas anteriores, já que a busca por especificidades do jornalismo não exclui, sobremaneira, suas interfaces com outras formas de conhecimento. Luiz Felype dos Santos e Ivan Carlo Andrade de Oliveira exploram, no texto *Diálogos entre Jornalismo Científico e Educação: o dever da formação educacional dos cidadãos*, as tensões entre jornalismo e educação, enquanto Marcio da Silva Granez, em *A verdade do jornalismo, da ciência e do direito: lições da crise sanitária da Covid-19*, discute o conceito de verdade a partir de uma visão interdisciplinar e transdisciplinar com os campos da Ciência e do Direito. Por fim, Felipe Moura de Oliveira e Guilherme Gonçalves Maia olham para as implicações da tecnologia 5G no estatuto filosófico do jornalismo contemporâneo. No artigo *Jornalismo e 5G: especulações a partir da filosofia do campo*, os autores estabelecem a hipótese de que a

tecnologia “tende a favorecer o reconhecimento do papel de mediação que o jornalismo pode exercer, conferindo inteligibilidade à realidade” (p. 174).

O dossiê não traz consensos, tampouco espera esgotar a discussão. O que une o conjunto de textos é a preocupação com o amadurecimento epistemológico do campo.

Temas livres

Esta edição traz uma série de artigos interessantes na seção de temas livres. As pesquisadoras Mara Rovida e Agnes Arruda, por exemplo, buscam atravessamentos entre as pesquisas de campo desenvolvidas por elas. Em *Narrativas de campo: ciência e jornalismo*, a dupla de jornalistas-pesquisadoras tenta organizar um conjunto de ações de campo que podem tanto servir à produção do gênero reportagem quanto de textos acadêmicos. Com os olhos voltados ao processo de produção de reportagens, a pesquisadora Magali Moser assina *Conhecimentos tácitos nos processos de produção jornalística*. No texto, problematiza saberes naturalizados que circulam em meio às redações, como, por exemplo, a noção de *faro jornalístico*. Nessa linha conclui que “negar a existência de uma metodologia que conduz a reportagem ou deixá-la apenas restrita a dimensões intuitivas sugere implicitamente a sua negação como profissão” (p. 208).

Em *Disparidades entre jornalistas negras e brancas que atuam nos setores de comunicação dos Institutos Federais: a presença do triplo telhado de vidro raça/gênero/classe*, Ana Maria Teles e Dione O. Moura trazem os resultados de um estudo que analisa “o perfil dos jornalistas que atuam nos setores de comunicação organizacional dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) no Brasil” (p. 212). A pesquisa já revela alguns dados que merecem atenção: a prevalência de mulheres brancas, por exemplo, indica a necessidade de aguçamento de políticas de inclusão de grupos étnico-raciais minoritários.

Já o pesquisador Diuan Feltrin, em *Jornalismo para a Paz: uma proposta de aplicação para análise de coberturas sobre homofobia*, procura, a partir de materiais produzidos pelo Portal G1, verificar as tensões entre abordagens voltadas para a paz e para a violência. Para o autor, o Jornalismo para a Paz é uma possibilidade concreta para a efetivação de debates mais críticos sobre o tema homofobia: A elaboração de narrativas jornalísticas pode “contribuir para a desnaturalização e ressignificação da homofobia, especialmente se levarmos em conta que a violência cultural é um aspecto pouco percebido, mas muito presente no texto jornalístico” (p. 245), explica.

Carolina Klautau e Claudio Novaes Pinto Coelho também olham para um objeto empírico para refletirem sobre o papel do jornalismo enquanto narrativa relevante. *Em Vida, morte e incerteza no jornalismo: um estudo da reportagem “Nove meses de luto” à luz da epistemologia da compreensão*, a dupla apresenta o processo de apuração de uma reportagem publicada em 2018 pela Agência Pública. Questões como pluralidade de vozes, escuta atenta, incertezas perfazem o caminho da repórter que assina o material.

Os três últimos artigos olham para debates bastante emergentes. Malu Francine do Nascimento e Mara Rovida mostram, em *A reforma trabalhista brasileira de 2017: uma análise da cobertura do Jornal Cruzeiro do Sul*, como um jornal de Sorocaba cobriu a Reforma Trabalhista, especialmente em relação ao fato de o jornal incluir ou não uma reflexão sobre os impactos da reforma na vida do trabalhador. Já Gustavo Teixeira de Faria Pereira, no texto *Regulação da mídia no Brasil: cenário atual e comparações com países de língua portuguesa*, aponta as dificuldades que o país enfrenta no tema, enquanto Ivan Paganotti, em *Desinformação e democracia sob ataque na radiodifusão O pedido de cancelamento de concessão da Jovem Pan*, um caso que “pode ser paradigmático na definição de jurisprudência sobre a liberdade de imprensa” (p. 305).

A edição se encerra com uma entrevista com Tim Vos, renomado pesquisador da Michigan State University e membro da *Worlds of Journalism Study* (WJS). Assinada por Hendryo André, Marcelo Engel Bronosky e David Cândido dos Santos, o material explora o hiato entre o discurso legitimador e a prática jornalística. Para recuperar a confiança no jornalismo, defende o entrevistado, é preciso exigir certo afastamento do modelo comercial. Tim Vos também analisa a polarização e o impacto das plataformas digitais nos ecossistemas midiáticos dos Estados Unidos e Brasil.

A equipe editorial da **Revista Pauta Geral – Estudos em Jornalismo** reforça que segue aberta em fluxo contínuo para a edição de dezembro. Além disso, o periódico recebe propostas de dossiês temáticos, artigos, resenhas, entrevistas e relatos de experiência. Ótima leitura e até a próxima edição.

Ponta Grossa, 22 de agosto de 2024.

Hendryo André

DOSSIÊ

O LUGAR DO PARADIGMA JORNALÍSTICO NO CAMPO CIENTÍFICO: DEBATES EPISTEMOLÓGICOS

13

ORGANIZAÇÃO

Marcelo Engel Bronosky e Guilherme Carvalho

APRESENTAÇÃO

14

Por uma vigilância epistemológica do campo

O reconhecimento da ciência passa pela relevância da produção acadêmica, na sua contribuição às condições reais da atividade profissional e, portanto, pela relação que se estabelece entre ciência e profissão. Nos últimos anos este debate se complexificou para o jornalismo devido ao atravessamento de fronteiras provocado pelo caos midiático por um lado, e também pela dificuldade em se compreender a especificidade do jornalismo como um campo científico autônomo.

É verdade que o campo científico do jornalismo tem métodos de pesquisa que asseguram o rigor científico, conta com teses e teorias próprias, assim como reconhece a existência de paradigmas científicos que expressam uma trajetória que antecede muitas outras ciências. Escolas de jornalismo proliferaram e eventos se tornaram parte do ritual acadêmico. Estes aspectos, no entanto, não têm sido suficientes para consolidar um avanço científico capaz de alçar o jornalismo à ciência para além dos círculos universitários. A cruzada esbarra nas limitações impostas pela lógica produtiva, fundamentada no senso comum e que provoca incompreensões sobre o papel do jornalismo e, consequentemente, sobre a formação universitária, a qual está ligada a pesquisa.

Ao longo destes mais de três séculos de pesquisa em jornalismo, desde a tese do então jovem pesquisador Tobias Peucer, em 1960, o jornalismo se consolidou como atividade profissional, mas ainda carece de reconhecimento científico.

O avanço rumo ao status de ciência passa pelo questionamento do trabalho de pesquisa, a partir do qual, outros campos se estabeleceram. Este olhar, caracterizado pela análise crítica daquilo que os pesquisadores realizam é também uma importante garantia do valor da ciência e um processo enriquecedor para o aprimoramento da pesquisa.

A vigilância epistemológica inerente a toda pesquisa, ao revelar escolhas que indicam a aceitação de determinados pensamentos e a refutação de outros, obriga os pesquisadores a uma coerência e a um pensamento minimamente estruturado. Mas, quando estas ligações internas estão frouxas, quando os pesquisadores se sentem à vontade para se apropriarem de elementos externos ao campo científico no qual estão inseridos ou quando subvertem o objeto de estudo para outros fins, o pensamento tende a ser abstrato e incapaz de responder às demandas específicas da área.

Daí porque um dos desafios primordiais, portanto, para o jornalismo se consolidar como uma área capaz de estabelecer uma dinâmica mais relevante no campo da pesquisa e na sua relação com o ambiente profissional, passa pelo amadurecimento epistemológico. Este desafio precisa envolver não apenas a comunidade universitária e os cursos de formação superior, mas também o próprio mercado jornalístico e demais instituições da área que devem contribuir com a pesquisa e, de modo inverso, permitir que a pesquisa também apoie as instituições jornalísticas.

O dossiê *O lugar do paradigma jornalístico no campo científico: debates epistemológicos*, organizado pela **Revista Pauta Geral – Estudos em jornalismo**, tem a intenção de provocar este tipo de reflexão. Os artigos selecionados por meio de um rigoroso processo de avaliação estão inseridos neste debate e reforçam a importância da vigilância epistemológica como um comportamento essencial para o avanço científico do jornalismo.

Convidamos os leitores a também se juntarem aos autores por meio dos textos que compõem esta edição do nosso periódico. Esperamos que seja uma leitura inspiradora. Boa leitura!

Guilherme Carvalho e Marcelo Engel Bronosky

Jornalismo e Estudos Culturais

Problemas de redefinição lógica

Guilherme Carvalho¹

Marcelo Engel Bronosky²

Resumo

O artigo tem a intenção de problematizar o uso e influência de teorias, conceitos e metodologias inspirados nos chamados Estudos Culturais, principalmente as influenciadas pelos estudos de Antonio Gramsci, uma corrente teórica exógena de cunho sociológico-político, utilizada para explicar ou orientar o campo jornalístico no Brasil. O estudo de caráter epistemológico e ensaístico parte do reconhecimento de lógicas fundamentais do jornalismo para tecer uma crítica às abordagens dos fenômenos jornalísticos pelo viés cultuológico que tendem a desconsiderar o sentido popular do jornalismo³.

Palavras-chave: Jornalismo. Estudos Culturais. Teoria do Jornalismo. Cultura Popular.

17

Journalism and Cultural Studies: problems of logical redefinition

Abstract

The article intends to question the use and influence of theories, concepts and methodologies inspired by the so-called Cultural Studies, an exogenous sociological-political theoretical trend, to explain or guide the field of journalism in Brazil. The epistemological study starts from the recognition of fundamental logics of journalism to criticize the cultuological approaches to journalistic phenomena that tend to disregard the popular sense of journalism.

Keywords: Journalism. Cultural Studies. Journalism Theory. Popular Culture.

¹ Doutor em Sociologia com pós-doutorado em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). É professor de graduação do Centro Universitário Uninter e do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da UEPG. E-mail: guilhermegdecarvalho@gmail.com.

² Doutor em Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e mestre em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo. Professor do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo e do Departamento de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). É editor da Revista Pauta Geral. E-mail: mebrono@gmail.com.

³ Uma outra versão deste texto foi apresentada no 19º Encontro Nacional de Professores de Jornalismo (ENPJ), sob o título "Uma crítica teórica jornalística aos Estudos Culturais". Foram incorporadas contribuições e o texto que se apresenta traz alterações significativas.

Introdução

A liberdade de informar e ser informado representa uma questão duplamente crucial para o surgimento e para o desenvolvimento do jornalismo contemporâneo. Por um lado, a liberdade serve aos interesses comerciais pelo princípio da livre concorrência de mercado e, por outro, assegura legitimidade institucional para a vocação mediadora reconhecida pela sociedade (Merril, 1974).

O jornalismo é marcado pelo dualismo, resultante de um processo histórico, conformou as bases do jornalismo atual, inicialmente demarcado pela separação entre o aspecto político e econômico. Ao longo do tempo, as reconfigurações do jornalismo a novas realidades redefiniram suas lógicas fundamentais, transformando o jornalismo naquilo que Genro Filho (2012) comprehende como um “fenômeno ambivalente”, o que propõe a superação do argumento simplista de que esta é uma atividade moldada exclusivamente pelo sentido ideológico burguês.

De outro modo, não poderíamos reconhecer algum grau de autonomia do jornalismo, ou de relações sociais que promoveram uma maneira de tratar a informação com vistas à oferta de produtos informativos a partir de aspectos da realidade. Nesse sentido, ainda que seja um produto do capitalismo, o jornalismo é também, em essência, uma atividade movida pelo interesse público ou aquilo a que chamamos de lógica emancipatória⁴, associada à lógica comercial.

Síntese das diversas contradições que movem a sociedade, o jornalismo oferece produtos socioculturais que não poderiam expressar outra coisa, senão as diversas disputas e negociações que se estabelecem cotidianamente. Reconhecer a convivência entre o negócio e o bem público é o que expressa tautologicamente o sucesso do jornalismo como fenômeno moderno.

Os autores de grandes reportagens da história da humanidade se utilizaram de preceitos profissionais, compartilharam dos princípios da objetividade jornalística, aplicaram a técnica de produção e expressaram os valores éticos testados diariamente ao longo dos anos. Levaram em consideração o interesse da audiência e a credibilidade de suas produções. Ao mesmo tempo, foram movidos pelo espírito de mudanças sociais, fundamentado em um senso de justiça, liberdade e igualdade, mesmo que de modo indireto,

⁴ O sentido do termo remete às possibilidades do jornalismo contribuir com a difusão de informações que permitam ao cidadão atuar sobre a realidade, a ponto de pensar e agir subjetivamente sobre o mundo objetivo. Aqui, nos associamos à ideia de que o jornalismo é uma forma de conhecimento.

quando o principal (e talvez único) interessado fora o público. Qualquer tentativa de simplificar o jornalismo a uma atividade comprometida com um interesse específico é ingênua.

O jornalismo surge e se desenvolve em cima de conflitos, muito mais do que com seu mascaramento. A suposição de que ele segue programas pré-determinados ignora dele ser atividade sensível às lutas e contradições sociais. Os relatos jornalísticos são produto de uma série de disputas e correlações de força, que se imiscuem em suas expressões (Rüdiger, 2021, p. 120).

É preciso reconhecer, como pontua Genro Filho (2012), o ambiente interno das redações como espaços de disputa, marcados também pela subjetividade. E uma vez que o singular exige que o jornalista construa alguma relação entre o particular e o universal, seguindo o axioma luckacsiano, estabelece-se algum grau de conhecimento. É por isso que a crítica generalizada ao jornalismo, eventualmente confundido com “mídia” ou “comunicação”, tende a ser problemática, pois abstrai a complexidade de sua natureza e subestima sua autonomia, cujos processos de desenvolvimento são marcados por lógicas próprias adequadas à realidade e também partícipe da construção da realidade.

A dualidade lógica (emancipatória e comercial) na qual assenta o jornalismo, ofusca a percepção a respeito do que de fato caracteriza a atividade e favorece análises que se complementam no sentido de desmerecer o jornalismo, indicando a instrumentalização das suas atribuições para fins políticos ou demoniza-o por sua natureza mercantil.

Uma dessas abordagens com grande influência na pesquisa brasileira sobre jornalismo são os pensamentos decorrentes dos chamados Estudos Culturais (*cultural studies*) que,

[...] ao afirmarem a cultura como questão-chave para o entendimento dos processos sociais, salientam-na como cultura comum, ordinária, numa relação em que a vida diária não deve estar ausente da reflexão, em que o cotidiano deve ser o foco principal de interpretação, sempre numa perspectiva de se pensar a materialidade da vida (Borelli; Pereira, 2014, p. 108).

Partindo deste raciocínio, o jornalismo é subsumido a outros esquemas que tendem a ignorar a complexidade e as especificidades típicas que possibilitam o reconhecimento de aspectos que escapam à sociologia, política, economia e também à cultura.

As teorias que partem deste paradigma tiveram forte influência no pensamento latino-americano a partir dos anos 1980 com a crise do projeto marxista e dos regimes

socialistas. Uma das perspectivas teóricas dos Estudos Culturais mais influentes se baseou no trabalho do italiano Antonio Gramsci, cuja atividade esteve mais voltada à ação política. No Brasil, é considerável a força do trabalho de Gramsci pela ótica culturalista nas pesquisas em comunicação. Desde então, verifica-se em parte do campo acadêmico a busca pelo reconhecimento do protagonismo de camadas populares, mesmo no que se refere aos meios de comunicação de massa, alimentando debates em torno da disputa por hegemonia entre classes a partir da instrumentalização da comunicação (Lopes, 2001; Escosteguy, 2001).

Em nosso entendimento, estes estudos, quando associados ao jornalismo, tendem a embaralhar a compreensão de um campo já marcado pela fragilidade teórica, institucional e profissional, agravada pelas condições atuais que reconfiguram os papéis a respeito do trabalho com informação, cujos efeitos provocam uma reflexão sobre o status ontológico do jornalismo (Eichler, 2021).

Fruto de uma pesquisa desenvolvida como pós-doutorado, o debate que se apresenta em forma de artigo tem a intenção de problematizar o uso e influência do chamado paradigma cultuológico, uma corrente teórica exógena que tem sido evocada para explicar ou orientar o campo jornalístico no Brasil. Trata-se, portanto, de um texto de cunho epistemológico que propõe a revisão dos usos desta perspectiva nos estudos sobre jornalismo, principalmente no que diz respeito ao sentido popular que seria estranho ao “jornalismo *mainstream*”. Em muitos casos, sua influência provoca uma revisão equivocada dos aspectos fundamentais obliterando pressupostos jornalísticos historicamente constituídos.

20

Influências sobre o pensamento acadêmico brasileiro

Os Estudos Culturais são reconhecidos pela interdisciplinaridade e grande abrangência. Os pensadores associados a este paradigma estão inseridos em diferentes contextos, oferecendo teorias e conceitos que possibilitam a construção de respostas por uma perspectiva crítica às questões sociais, econômicas e políticas a partir da cultura (Wortmann; Santos; Ripoll, 2019). Nos estudos em comunicação no Brasil são frequentes os nomes de pesquisadores como Michel Foucault, Jesús Martín-Barbero, Néstor García Canclini, Gilles Deleuze, Renato Ortiz, Stuart Hall, Armand Mattelart (Escosteguy, 2001), o que expressa uma variedade de referências e também a elasticidade deste paradigma para

a pesquisa na área. Nesse sentido, a tentativa de definição dos Estudos Culturais será sempre uma tarefa complexa.

Cientes, portanto, desta limitação, nosso interesse se volta para uma perspectiva específica dos Estudos Culturais, aquela influenciada principalmente por Antonio Gramsci, cujas contribuições servem às pesquisas relacionadas à expressão popular por meio do uso da comunicação/jornalismo para a promoção das transformações sociais e de ações contra-hegemônicas.

Ao direcionarem as lentes para práticas sociais relegadas socialmente e academicamente, os culturalistas desta corrente redefiniram o objeto empírico também na Comunicação. Nesse sentido, verifica-se a tentativa de superação de um problema teórico, já que os estudos sobre jornalismo, em geral, não consideravam os aspectos relacionados à cultura popular e, por outro lado, os estudos sobre cultura popular, ao menos na escola britânica e latino-americana, ignoravam os aspectos profissionais da produção. São, inclusive, subversivos desta tradição, em muitos casos.

Este pensamento ganhou força no âmbito acadêmico nos anos 1970 em países de língua inglesa, como aponta Windschuttle (1998, p.21), no qual o jornalismo é subsumido a um debate político denuncista que tende a criar obstáculos para o pensamento cujo centro é o jornalismo.

No extremo mais distante do espectro político estão os teóricos dos estudos culturais que acreditam que a maioria da mídia deve ser tratada como um inimigo político e que seu trabalho na universidade é transformar pessoas que, se forem empregadas, se tornarão subversivas que podem desafiar os valores do atual regime repressivo⁵. [tradução livre]

Visão similar é elaborada por Rüdiger (2021), quando observa a realidade brasileira. Ao propor o resgate das teorias do jornalismo no Brasil, ele verifica o reducionismo maniqueísta a que o pensamento acadêmico foi aprisionado, impedindo a compreensão da complexidade do jornalismo. A partir de um ponto de vista crítico, ele resume este pensamento da seguinte maneira⁶:

⁵ At the farthest end of the political spectrum are cultural studies theorists who believe that most of the media should be treated as a political enemy and that their job in the university is to turn out people who, if they get employed, will become subversives who can challenge the values of the present repressive regime.

⁶ Rüdiger não associa a questão aos Estudos Culturais, mas, neste trecho referia-se à influência de Gramsci sobre o pensamento acadêmico jornalístico. Mais à frente, procuramos estabelecer esta relação.

O jornalismo é uma agência de hegemonia, em vez de aparato usado para manter a dominação e manipular ideologicamente as audiências; trata-se de um processo ou práxis, cuja condução se dá no sentido de fornecer direção espiritual para um grupo ou mesmo uma sociedade – mas não exclui resistências e tensionamentos com projetos alternativos (Rüdiger, 2021, p.117).

Pelo viés culturalista, o jornalismo é elemento/instrumento de/para análise, mas não objeto de estudo. Ou seja, são os efeitos sobre a sociedade e, principalmente, o aspecto político que interessam aos Estudos Culturais. Este fundamento tem servido tanto para os estudos que se prestam a fazer crítica aos efeitos do jornalismo “hegemônico” sobre a sociedade, como também para justificar academicamente as produções “jornalísticas” ditas *alternativas* ou *independentes*⁷.

Estas iniciativas passaram a ser percebidas como fenômenos da expressão das contradições sociais e dos meios para a construção de um novo projeto de sociedade, também de esquerda, porém adaptado a uma nova realidade (Harvey, 1989; Oliveira, 2017; Couldry; Curran, 2003; Atton; Hamilton, 2008; Paiva; Barbalho, 2015; Moraes; Ramonet; Serrano, 2013). As manifestações populares ou novos movimentos sociais representariam, portanto, os anseios por mudanças sociais decorrentes das desigualdades e injustiças da sociedade capitalista (Touraine, 1994).

Uma das grandes polêmicas deste debate, como atesta Tumber (2008), está na pretensa separação histórica entre profissionais e amadores do jornalismo ou sobre quem tem direito de reivindicar o status de jornalista, cujas fronteiras estão agora mais borradadas.

Em um dos poucos momentos em que Gramsci (2001) escreve sobre jornalismo, no “Caderno 24 (1934) Jornalismo”, ele faz uma análise de jornais italianos, destacando aspectos que, segundo ele, poderiam garantir a relevância do jornal e sua acessibilidade ao público, reconhecendo a pertinência do senso comum. Seu texto revela a busca pela popularização dos jornais, ao mesmo tempo em que oferece caminhos para que não-profissionais também tenham acesso à produção jornalística, sem que necessariamente encarem a formação profissional convencional, fazendo da própria redação “escolas orgânicas de jornalismo”.

⁷ Muitos destes estudos têm se referenciado em uma lista de sites chamada “Mapa do jornalismo independente”, publicado pela Agência Pública, cujos critérios de seleção não são claros. A lista contém muitas iniciativas ativistas como Mídia Ninja, por exemplo. Disponível em: https://apublica.org/mapa-do-jornalismo/#_. Acesso em: 20 ago. 2022.

No Brasil, a perspectiva culturalista, reconfigurada pela chamada Escola Latino-Americana de Comunicação (Melo, 2006), tem sido requisitada para pesquisas sobre mídia e jornalismo com foco nos chamados jornais alternativos ou independentes. Dos anos 1980 até os anos 2000, os estudos tendiam a uma visão comunicacional sobre o jornalismo, por meio do qual os Estudos Culturais assumiram um espaço significativo para os estudos em jornalismo. Estes estudos caracterizavam-se pela “Politização das pesquisas em Comunicação com forte influência gramsciana, com metodologias qualitativas; temática: novas tecnologias da comunicação, transnacionalização, cultura e comunicação popular” (Lopes, 2001, p. 53).

Os mais influentes, como Jesús Martín-Barbero, Eliseo Verón, Néstor García Canclini, Guillermo Orozco Gómez, Cicilia Peruzzo e até mesmo José Marques de Melo, citam Gramsci ou seus conceitos recorrentemente.

Antes, nos anos 1960 e 1970, ainda que a visão acadêmica sobre o jornalismo mantivesse uma perspectiva comunicacional, decorrente do projeto Unesco para a formação em comunicação (Meditsch, 2012), a influência teórica era demarcada pela Teoria Crítica (Lopes, 2001; Rüdiger, 2021), orientada por aquilo que Motta (2005) entende como paradigmas midiocêntrico e sociocêntrico.

A partir dos anos 2000, mesmo com o aprofundamento do debate a respeito da autonomização do Jornalismo como campo científico em relação à Comunicação, os estudos brasileiros passaram a considerar, em alguma medida, a distinção, o que não representou, em muitos casos, a superação do paradigma cultuológico. É o que se verifica em Oliveira (2017), Moraes (2013), Peixoto e Lima (2021), Ijuim e Abreu (2017), Peruzzo (2009), Felippi e Escosteguy (2013), entre outros pesquisadores cujas produções têm buscado aproximações entre Jornalismo e Estudos Culturais.

Orientados ora pela corrente britânica, ora pela corrente latino-americana, as pesquisas que se aliam a esta perspectiva, em geral, operam com conceitos como “hegemonia”, “ideologia”, “visão de mundo” e “classes subalternas”, de origem gramsciana.

As proposições de Antônio Gramsci, utilizadas recorrentemente nos Estudos Culturais, contribuíram para um olhar crítico sobre os campos profissionais. Para Gramsci (1982), uma vez que a formação profissional é apropriada por instituições sociais, a preparação da elite intelectual estaria condicionada a atender interesses do “bloco no poder”. Duas questões principais definem este pensamento: primeiro, deve-se considerar no processo de aprendizagem do trabalho em uma sociedade moderna, os aspectos

relacionados ao desenvolvimento de atividades que passaram a demandar a especialização em determinadas áreas. É o que expressa Gramsci (1982, p. 9):

O enorme desenvolvimento alcançado pela atividade e pela organização escolar (em sentido *lato*), nas sociedades que surgiram do mundo medieval, indica a importância assumida no mundo moderno pelas categorias e funções intelectuais: assim como se buscou aprofundar e ampliar a "intelectualidade" de cada indivíduo, buscou-se igualmente multiplicar as especializações e aperfeiçoá-las. É este o resultado das instituições escolares de graus diversos, inclusive dos organismos que visam a promover a chamada "alta cultura", em todos os campos da ciência e da técnica.

Segundo ele, ainda que sejam provenientes das classes subalternas, os intelectuais, na condição de funcionários, nesse caso, atuam em favor das classes dominantes, seja pelo consenso ou pela coerção, para manter as classes populares em condições de subalternidade. Considerando que o Estado, em uma sociedade capitalista, corresponde a um espaço imóvel do ponto de vista dos interesses hegemônicos, sendo, portanto, instrumento de exercício do poder, resta, então, à sociedade civil algum espaço de protagonismo. Porém, este protagonismo autônomo somente ganha essa condição na medida em que a formação passa a ser elaborada pelos membros da organização da sociedade civil, ligadas às classes subalternas. Só aí teríamos um sujeito verdadeiramente capaz de assumir algum grau de autonomia em sua atividade, capaz de elevar a consciência das classes subalternas e impor uma "força contra-hegemônica revolucionária".

De todo modo, o olhar gramsciano que influencia o paradigma cultuológico, vê o jornalismo como instituição capitalista, cuja força motora dá sustentação a interesses burgueses sem desconsiderar sua potencialidade como instrumento de luta para transformação social, desde que orientado por um sentido contestatório ou revolucionário.

Os Estudos Culturais partem de uma perspectiva sociocultural com fins no campo político. E, aí, toda manifestação cultural ou social deve estar direcionada para este objetivo, incluindo a própria ciência. Assim, só se poderia considerar categoricamente como progressismo as práticas que refutam o esquema institucional. Por exemplo: o que se entende como jornalismo alternativo deveria, portanto, estar em polo oposto ao de jornalismo convencional ou sob as diretrizes de uma atividade contra-hegemônica.

Deste ponto de vista, o "verdadeiro jornalismo" é concebido unicamente em uma condição para fins de intervenção política. O raciocínio, portanto, leva a uma ação gradual

de transformação da práxis para a adaptação do público e reelaboração do jornalismo, forçando a compreensão do jornalismo para além dos limites do seu paradigma.

Em perspectiva parecida, poderíamos interpretar a leitura de Rüdiger (2021, p. 121) a respeito desta pretensa percepção teórica cuja realidade opera como desestruturadora do campo científico do Jornalismo.

Fala-se muito daquela primeira, a mídia, como meio de hegemonia construído por uma classe dominante ou outra que, usando-a, aspira ao domínio. Isso em nada ilumina a questão do jornalismo, se é este que interessa quem assim o aborda, porque jornalismo não deveria ser confundido com propaganda, muito menos com agitação. Que se faça esta confusão, mascarando-a com fórmulas retóricas (jornalismo oficial, corporativo, alternativo, contra-hegemônico, etc.), é fato – cabe ao sujeito crítico e reflexivo, no jornalismo ou fora dele, não cair nesta armadilha.

O enviesamento político instrumental do jornalismo, tal qual propõe a perspectiva culturalista aqui apresentada, se aproxima daquela mesma condição a qual foram relegadas as produções de cunho socialista, conforme crítica elaborada por Genro Filho (2012). Ou seja, a de uma pseudodialética que pressupõe uma negatividade sobre o jornalismo produzido por empresas, alienante, manipulador e partidário, ou, como ele se refere, um mero “epifenômeno da ideologia burguesa” (tese), a ser confrontado por novas possibilidades oriundas de outros segmentos da sociedade para a elaboração de um jornalismo diferente, capaz de promover a real percepção sobre a realidade, em um sentido desideologizado (antítese), a partir da qual é possível estabelecer uma disputa pública de versões para equilibrar ou sobrepor uma visão de mundo diferente a respeito dos acontecimentos (síntese).

Não há dialética em um processo cujos fenômenos não são correspondentes. Ainda que se deva reconhecer os aspectos ideológicos que compõem o jornalismo de referência, expressos pela pretensa objetividade, é preciso reconhecer os fundamentos ontológicas da atividade, legitimada por processos sociais, a constituir as bases conceituais e teóricas que definem concretamente o que é jornalismo, sem a qual, a sua natureza se dissolveria ao reducionismo de interesses particulares.

25

A indissociabilidade do “popular” no jornalismo

Os Estudos Culturais permitiram uma ampliação dos objetos de estudo da Comunicação, considerando a atividade do público, as relações sociais entre diferentes

classes e o dinamismo desse processo na compreensão das formas de produção, circulação e consumo cultural. A contribuição destes teóricos sobre cultura popular, ainda que pareça completamente desconectada de certas tradições, já que enfatizam as transformações sociais, expandiu-se para outros modos de participação, dando relevância não apenas para audiência, mas também reconhecendo a imprensa periférica ligada a determinados grupos (Martino, 2014 ; Hartley, 2009; Zelizer, 2004).

O vanguardismo, associado a uma conjuntura politicamente favorável à polarização em termos ideológicos, garantiu a estas pesquisas um lugar especial de referência em âmbito internacional para novas produções acadêmicas que se sucederam, revitalizando as teorias marxistas em meio à crise concreta do projeto socialista que ruía diante da falência das promessas revolucionárias do século XX.

Na escola britânica dos Estudos Culturais⁸, influenciados pelos estudos marxistas e o chamado pós-marxismo, os culturalistas compreenderam comunicação como atividade indissociada de cultura (Zelizer, 2004). Até então as teorias da comunicação, bem como as teorias do jornalismo, davam pouca ou nenhuma importância para iniciativas populares, reservando-se aos estudos dos grandes meios de comunicação, sobretudo no papel protagonista ou à crítica dos emissores em detrimento dos receptores, como se pode perceber no embate paradigmático entre teóricos críticos e funcionalistas.

A centralidade do conceito de popular nos Estudos Culturais orienta em boa parte os estudos pela busca de iniciativas que partiam de grupos desfavorecidos social, cultural e politicamente (Storey, 2009). Esta leitura, entretanto, parte de uma concepção de embates, na qual os distintos interesses entre classes se expressam na relação que estabelecem pelas apropriações que fazem de certos instrumentos que movem a coletividade, entre eles, o jornalismo (Sparks, 2008). É o que fez Raymond Williams (1965), em *The long revolution*. Juntamente com John Fiske, Williams está entre os primeiros a fazer uso do conceito de “popular” dentro de uma tradição política de esquerda⁹ (Sparks, 2008).

26

⁸ Zelizer (2004) diferencia os Estudos Culturais britânico dos Estudos Culturais norte-americano. O segundo é marcado pela preocupação com aspectos da cultura profissional dos jornalistas. É preciso adicionar, ainda, a escola Latino-americana, conforme Escosteguy (2018), a qual debatemos na sequência.

⁹ Historicamente, o termo estava carregado de negatividade, uma vez que representava setores sociais insatisfeitos com suas condições de vida. Na Inglaterra, o termo passou a ser associado à classe trabalhadora e povo, nos séculos XVIII e XIX (Sparks, 2008) e, portanto, a mudanças sociais ou revoluções. Já no século XX, há uma complexificação do termo e o mesmo passou a cruzar as fronteiras de classe quando partidos de direita também utilizaram o termo de modo estratégico. Banalizado, o conceito de popular ganhou um sentido mais amplo, associado à ideia de populismo.

De forma geral, a teoria proposta pelos Estudos Culturais britânico redefine o conceito de cultura e de popular, situando a ação de grupos sociais marginalizados em polo oposto ao das elites. Inspirados pela perspectiva crítica dos frankfurtianos, a escola britânica passou a se apropriar do termo para designar tipos de cultura que poderiam expressar maior ou menor autenticidade, de acordo com seu vínculo com a produção industrial. Para distinguir as expressões artísticas artificiais das autênticas, pesquisadores como Stuart Hall optaram pela aproximação com o termo *folk*, que representa experiências de vida em comunidade das quais o artista participa (Sparks, 2008). Na tradução para o português, está associado a aspectos folclóricos e, por isso, remete à cultura em seu estado menos industrializado ou artesanal. Já “popular” passa a ser encarado como um termo em disputa, o qual deve ser rearticulado para significar aspectos socialistas.

Uma produção cultural popular, neste caso, seria aquela que se apresenta como oposição a uma produção cultural de elite (Conboy, 2012). Mas, pensada para o jornalismo, esta proposta tende a simplificar a questão. É como se fosse impossível ao jornalismo promovido por grandes empresas abordar de forma legítima interesses populares e, em última análise, como destaca, Windschuttle (1998), seria o mesmo que apostar na tese de que o jornalismo seria incapaz de representar a realidade.

Outro crítico dos Estudos Culturais, Sparks (2008) chama a atenção para algumas limitações resultantes deste ponto de vista e cita como exemplo as diferenças entre artistas e jornalistas. Enquanto o primeiro tem o aspecto particular como determinante em sua produção, o segundo considera o nível universal. Assim, a despeito do jornalismo ser considerado um produto cultural, só pode ser concebido na medida em que faça sentido como bem de consumo.

Além disso, no nível estilístico, pode haver pouco apoio para as alegações de que a linguagem da imprensa popular reproduz a fala popular ou que consiste de uma versão estilisticamente idiossincrática do demótico atribuível a uma consciência individual particular. Pelo contrário, é ao mesmo tempo altamente estilizado e funciona dentro de uma tradição bastante longa de estilização que foi produzida por um aparato industrial que, embora tenha espaço para o estilo individualizado, é baseado nos princípios da divisão do trabalho¹⁰ (Sparks, 2008, p. 244-245).

¹⁰ Do original: *What is more, at the stylistic level, there can be little support for the claims that the language of the popular press reproduces popular speech or that it consists of an idiosyncratically stylized version of the demotic attributable to a particular individual consciousness. On the contrary, it is both highly stylized and works within a fairly long tradition of stylization which has been produced by an industrial apparatus which, while it has space for the individualized style, is based on the principles of the division of labour.*

Um jornalismo popular, portanto, só faria sentido ao utilizar aspectos industriais da produção para reconfigurar a narrativa sobre os acontecimentos contra o jornalismo empresarial, o que não apenas garantiria maior legitimidade para aqueles “jornalistas”, como também contribuiria para modificar a realidade a partir de novos padrões de produção. O que transparece nestes casos é uma tentativa de predefinição da interpretação do indivíduo sobre a realidade, tornando-a menos suscetível às diferentes conclusões. Assim,

[...] embora o jornalismo tradicional de “qualidade” de fato, pelo menos no nível superficial, forneça uma imagem fragmentada do mundo em que a construção da coerência e da totalidade é o trabalho do leitor, a imprensa popular incorpora uma forma de imediatismo e totalidade no seu manejo de questões públicas. Em particular, esse imediatismo de explicação é alcançado por meio de um apelo direto à experiência pessoal. A concepção popular do pessoal torna-se o quadro explicativo dentro da ordem social apresentada como transparente¹¹ (Sparks, 2008, p. 252-253).

Como reconhece Habermas (2014), um severo crítico da indústria cultural da qual o jornalismo é também um dos mais importantes instrumentos de interesse de classe, nos primeiros anos da imprensa, boa parte dos jornais contribuiu significativamente para alterar as condições sociais pelo fato de dar publicidade aos acontecimentos antes restritos à esfera privada. Anteriormente, ainda, à institucionalização da imprensa e da sua concepção moderna de negócio, já se verificava um papel revolucionário que a tornava protagonista de uma série de profundas transformações sociais.

Schudson (2010) também comprehende que o processo que contribuiu para conformar relações menos díspares nos Estados Unidos teve a popularização da imprensa como um importante aliado, ainda que estivesse associada diretamente a interesses comerciais. Os jornais consolidaram a revolução burguesa nos Estados Unidos, ao mesmo tempo em que permitiram à classe média acesso à cidadania. Ao se legitimarem como atores no espaço público, ainda que sejam de fato empresas privadas, os jornais passaram a ser identificados como representantes da opinião pública, o que se expressa pelo caráter popular desse jornalismo (Lippmann, 2010).

¹¹ Do original: *In essence, what I argue is that while traditional 'quality' journalism does indeed, at least at the surface level, provide a fragmented picture of the world in which the construction of coherence and totality is the work of the reader, the popular press embeds a form of immediacy and totality in its handling of public issues. In particular, this immediacy of explanation is achieved by means of a direct appeal to personal experience. The popular conception of the personal becomes the explanatory framework within the social order is presented as transparent.*

Este modelo de sobrevivência, portanto, não está ligado diretamente ao poder aquisitivo dos consumidores de notícias, ainda que seja uma questão importante para os negócios, mas destaca-se a credibilidade do jornal perante o público, de modo que o público passa a ganhar maior importância do que os anunciantes. Isto se deve, segundo Lippmann (2010), ao fato de que os anunciantes procuravam espaços para veicular propagandas em locais onde se sabe que o público costuma consumir. Se esta lógica não é uma premissa do jornal, o que não é estranho a certas realidades como a brasileira, a tendência é o distanciamento do interesse público, o que torna o negócio dependente de recursos dos seus anunciantes, que podem ser tanto empresas, como grupos políticos, afastando os consumidores de notícias. Ainda assim, não há como dissociar a capacidade de atração de anunciantes ou financiadores, sejam eles empresariais ou políticos, do potencial de audiência que um jornal pode ter.

Como descreve Schudson (2010), o fator preponderante para o sucesso do jornalismo nos Estados Unidos esteve atrelado à compreensão de que o jornalismo presta um serviço ao atendimento de necessidades por informação da classe média, disposta a participar da vida pública estadunidense. É o que moveu jornalistas e empresas jornalísticas a buscar precisão, rapidez, qualidade e credibilidade (dentro de parâmetros industriais) como forma de garantir a viabilidade do empreendimento.

O caráter popular do jornalismo do final do século XIX nos Estados Unidos, chamado também de *yellow journalism*, é uma forte evidência de que os jornais de cunho comercial tinham a preocupação em dialogar com as camadas mais populares da sociedade (Schudson, 2010).

Letras maiores, manchetes, ilustrações, textos mais curtos, temáticas que tratavam do cotidiano, entre outros aspectos, estavam adaptados a uma realidade do cidadão comum, e foram, inclusive, rejeitadas inicialmente por círculos mais elitizados. “A imprensa de Nova York também sentiu o aguilhão da intolerância, notadamente em um boicote de organizações sociais, clubes, salas de leitura e bibliotecas públicas”¹² (Campbell, 2003, p. 8).

O elemento “popular”, portanto, é um fator inerente ao jornalismo cujos resultados são duplamente observáveis. Por um lado, é o que garante ao jornal sua legitimidade e viabilidade econômica. A desconsideração deste dualismo tem resultado em confusões na

¹² Do original: *The yellow press of New York felt the sting of intolerance, too, notably in a boycott by social organizations, club, reading rooms, and public libraries.*

ordem dos campos de conhecimento, das quais se verificam análises que reduzem o jornalismo, sob o signo de manipulação e alienação, segundo os mais críticos, ou, em uma perspectiva muitas vezes complementar, uma reinterpretação do que é jornalismo para legitimar ou orientar práticas para uso instrumental a serviço de “interesses contra-hegemônicos”¹³ (Rüdiger, 2021).

Por esta perspectiva, podemos reconhecer a cultura popular como produto de relações que se estabeleceram na modernidade, dentre as quais faz parte também o jornalismo. O jornalismo esteve inserido nos processos revolucionários, forjou o nacionalismo, reforçou etnias, fez parte do projeto (in)civilizatório da modernidade. Ao reunir conteúdos com características de drama, esportes, entretenimento em forma de sátiras a políticos, aspectos emocionais que formataram o que se entende como sensacionalismo, o jornalismo formou um público (Hartley, 2009).

Do ponto de vista prático, a relação entre leitores e jornalistas não seria estabelecida se os jornais não representassem outros interesses que não fossem também os populares. Uma atuação, portanto, desvinculada desta condição inviabilizaria o negócio e, por consequência, o jornalismo.

30

Considerações finais

Este artigo não tem a pretensão de apontar soluções para o problema que apresenta e que se manifesta, principalmente, no campo científico-acadêmico. Alguns aspectos mereceriam maior atenção, entre eles, a observação das diferentes correntes teóricas que compõem os Estudos Culturais, bem como os seus desdobramentos teóricos como as perspectivas pós-modernas, que encontram também forte ressonância em diferentes áreas das humanidades e das ciências sociais, incluindo também o jornalismo.

O breve debate que propomos tem a intenção de contribuir para uma reflexão sobre um segmento da pesquisa a respeito do jornalismo que tem ganhado volume nos últimos anos e que, a nosso ver, leva as análises a um problema teórico que tende extrapolar o atual paradigma jornalístico. Esta associação indiscriminada que observa o jornalismo à luz

¹³ Sugerimos a leitura de “Jornalismo, hegemonia e conhecimento: leituras sobre uma proposta de práxis contra-hegemônica em Antonio Gramsci e Adelmo Genro Filho”, de Clarissa do Nascimento Peixoto e Samuel Pantoja Lima, artigo publicado na revista *Libero* (set.-dez. 2021). Disponível em: <https://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/viewFile/1645/1308>. Acesso em: 20 jul. 2022.

da Política, Sociologia, História ou Economia, esconde os limites de uma proposta metodológica que desconsidera as diferenças entre os campos profissionais, incluindo no bojo do jornalismo as práticas ativistas, militantes, amadoras, pseudojornalísticas, cujo objetivo principal é a defesa de interesses particulares ou de grupos, aproximando-se muito mais de atividades de relações públicas, de assessorias de imprensa ou de ação política, igualmente importantes, mas distintas do jornalismo, a tal ponto que, para Atton e Hamilton (2008), o jornalismo produzido por aqueles que trabalham para a mídia *mainstream* não têm legitimidade para tratar de temas de interesse popular.

A percepção dicotômica sobre o jornalismo carrega algumas lacunas. Em primeiro, é preciso retornar ao que se define como jornalismo, sobretudo, ao nos depararmos com práticas que, não apenas dizem superar as lógicas comerciais do jornalismo, mas também dizem se colocar em oposição a este jornalismo. Em segundo, desconsiderar a capacidade de interação de um meio sobre outro, isto é, entre jornalistas e grupos sociais, parece completamente descolada da realidade atual. Como apontamos, o jornalismo carrega o signo do popular em seu “DNA”.

A reelaboração do pensamento que permita ao jornalismo ser reconhecido como objeto de estudo a partir do seu próprio fenômeno, parte, sobretudo, do desenvolvimento de um campo teórico próprio capaz de dar conta da complexidade do jornalismo. Groth (2011, p. 63), por exemplo, uma das referências teóricas do jornalismo, orienta para que a “ciência dos jornais” seja construída por meio da sua diferenciação em relação a outras ciências e provoca os pesquisadores do jornalismo a reconhecerem um problema teórico baseado no desconhecimento e na negação das teorias próprias do jornalismo.

31

Muito do que foi ensinado nos últimos 250 anos promete uma aplicação valiosa, mas para muito do que foi ensinado a utilidade ainda é desconhecida. Falta fundamento sustentador seguro e o plano que aponte para uma direção, os quais somente a teoria geral pode dar. Esta falta de um esclarecimento geral também é culpada pela tentativa de tirar o terreno da Ciência dos Jornais e de querer – quando muito – abrigá-la em alguma outra ciência humana, na sociologia ou na psicologia social, na ciência da literatura ou na teoria política e sobretudo em uma ciência ‘publicística’ (Publizisk), sobre cujo objeto, métodos e objetivos nem mesmo os seus docentes concordam. Assim, há que falar-se de uma estagnação, quando não de um retrocesso, da pesquisa teórica de jornais nas últimas décadas, sobretudo porque muito do que já foi elaborado não é conhecido ou considerado pelos cientistas de jornais de hoje. É preciso admitir a necessidade de construção e de ampliação de uma teoria da Ciência dos Jornais justamente quando se reconhece o que foi realizado até o momento na área.

A construção teórica clássica que se faz do fenômeno jornalístico carrega um sentido de revolução científica, como descreve Kuhn (2003). Sua força está, principalmente, na capacidade que as teorias próprias tiveram para explicar aspectos da realidade, ao mesmo tempo em que os conhecimentos gerados a partir dos resultados foram apropriados para um sentido prático em cada contexto paradigmático. Não há problema em revisar as teorias. Testá-las e verificar sua eficácia deve ser um esforço contínuo na busca pela relevância científica. O problema é quando são desconsideradas para que teorias originárias de outras áreas assumam este papel.

Referências

- ATTON, C.; HAMILTON, J. **Alternative journalism**. Londres: Sage, 2008.
- BORELLI, S.; PEREIRA, S. Cultura de massa. CITELLI, A. et al. **Dicionário de comunicação: escolas, teorias e autores**. São Paulo: Contexto, 2014, p. 101-110.
- CAMPBELL, J. **Yellow journalism**: puncturing the myths, defining the legacies. Westport: Praeger Publishers, 2003.
- CARVALHO, G. Jornalismo alternativo na era digital: análise de reportagens da Agência Pública. **Revista Alterjor**, vol. 2, nº 10. jul-dez. São Paulo: USP, pp. 126-142, 2014.
- CONBOY, M. **The press and popular culture**. Thousand Oaks, California: Sage Publications, 2012.
- COULDREY, N.; CURRAN, J. (orgs.). **Contesting media power**: alternative media in a networked world. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2003.
- EICHLER, V. **A questão do ser no jornalismo: sentidos ontológicos em reconfiguração**. Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Porto Alegre, BR-RS, 2021.
- ESCOSTEGUY, A. **Cartografias dos estudos culturais**: uma versão latino-americana. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- FELIPPI, Â.; ESCOSTEGUY, A. C. Jornalismo e estudos culturais: a contribuição de Jesús Martín-Barbero. **Rumores**, v. 7, n. 14, pp.9-27, jul.-dez, 2013.
- GENRO FILHO, A. **O segredo da pirâmide**. v. 6. Florianópolis: Insular, 2012.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. v. 2, ed. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GRAMSCI, A. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- GROTH, O. **O poder cultural do desconhecido**: fundamento da Ciência dos Jornais. Petrópolis: Vozes, 2011.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. São Paulo: Unesp, 2014.

HALL, S. **Da diáspora**: Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HARTLEY, J. **Popular reality**: journalism and popular culture. London: Hodder Education, 1996.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loylola, 1989.

IJUIM, J. K.; ABREU, M. S. Jornalismo e contra-hegemonia: o trabalho de tradução da luta por moradia. **Revista Comunicação Midiática**, v. 12, n. 3, p.129-144, set./dez, 2017.

KUCINSKI, B. **Jornalistas e revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Página aberta, 1991.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

LOPES, M. I. **Pesquisa em comunicação**. 5 ed. São Paulo: Loyola, 2001.

MARTINO, L. M. S. **Teoria da comunicação**: ideias, conceitos e métodos. 5. Ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

MEDITSCH, E. **Pedagogia e pesquisa para um jornalismo que está por vir**. Florianópolis: Insular, 2012.

MELO, J. M. **Teoria do jornalismo**: identidades brasileiras. São Paulo: Paulus, 2006.

MERRIL, J. **The imperative of freedom**: a philosophy of journalistic autonomy. New York: Hasting House, 1974.

MORAES, D.; RAMONET, I.; SERRANO, P. **Mídia, poder e contrapoder**: da concentração monopólica à democratização da informação. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Faperj, 2013.

MOTTA, L. G. Pesquisa em jornalismo no Brasil: o confronto entre os paradigmas midiocêntrico e sociocêntrico. **Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación**, v. 7, n. 1, Ene-abr., 2005.

OLIVEIRA, D. **Jornalismo e emancipação**: uma prática jornalística baseada em Paulo Freire. Curitiba: Appris, 2017.

PAIVA, R.; BARBALHO, A. (orgs). **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005.

PERUZZO, C. Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 17, p. 131-146, jun., 2009.

PERUZZO, C. **Comunicação nos movimentos populares**: a participação na construção da cidadania. Petrópolis: Vozes, 1998.

RÜDIGER, F. **As teorias do jornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2012.

SCHUDSON, M. **Descobrindo a notícia**: uma história social dos jornais nos Estados Unidos. Petrópolis: Vozes, 2010.

SPARKS, C. Popular journalism: theories and practice. In: TUMBER, H. **Journalism. Critical concepts in media and culture studies**. Abingdon (UK): Routledge, p.258-282, 2008.

STOREY, J. **Cultural theory and popular culture**: a reader. Harlow, England: Pearson, 2009.

TOURAIN, A. **Crítica à modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

TUMBER, H. **Critical concepts in media and culture studies**. In: Journalism. Abingdon (UK): Routledge, 2008, pp.1-16.

WILLIAMS, R. A imprensa e a cultura popular: uma perspectiva histórica. **Projeto História**, n. 35. São Paulo: PUCSP, 2007, p. 15-26.

WILLIAMS, R. The long revolution. Harmondsworth (England), Ringwood (Australia): Penguin Books, 1965.

WINSCHUTTLE, K. Journalism versus Cultural Studies. **Australian Studies in Journalism, Media Wars**: Media Studies and Journalism Education (Seminar at Queensland University of Technology on 27th November 1998), 1998.

WORTMANN, M.; SANTOS, L.; RIPOLL, D. Apontamentos sobre os Estudos Culturais no Brasil. Seção Temática: Estudos Culturais, **Educ. Real.**, n. 44, v.4, 2019.

ZELIZER, B. When facts, truth, and reality are God-terms: on journalism's uneasy place in cultural studies. **Communication and Critical/Cultural Studies**, v. 1, n. 1, mar., pp. 100-119, 2004.

Submissão: 1 de mai. 2024.

Aceite: 21 de ago. 2024.

A formação do capital científico no campo acadêmico do jornalismo

Dimensões institucionais, teóricas e de ensino¹

Luis Mauro Sá Martino²

Resumo

Este texto delineia algumas relações entre o jornalismo e o campo científico, tal como formulado por Bourdieu (1975; 1976; 1995; 2021), focalizando tensionamentos, aproximações e distanciamentos. Examinam-se, sobretudo, as condições de formação do capital científico presente no estabelecimento do jornalismo como área de estudos relativamente autônoma, trabalhando a partir de três aspectos: (1) as aproximações entre o jornalismo e um modelo de conhecimento científico; (2) a institucionalização das pesquisas, com a presença do tema em espaços consagrados como a Intercom e a Compós, de um lado, e a formação de redes dedicadas ao tema, como a SBPJor e a ABEJ; (3) no ensino de jornalismo e na elaboração de um referencial teórico próprio. Esses elementos são discutidos em diálogo com proposições correntes no campo.

Palavras-chave: Campo Acadêmico. Capital Científico. Estudos de Jornalismo. Teoria.

35

Scientific capital building in Journalism academic field: institutional, theoretical and teaching dimensions

Abstract

This text outlines some relationships between journalism and the scientific field, focusing on their tensions, approaches and distances. Grounded on the notion of "scientific field" by Bourdieu (1975; 1976; 1995; 2021), it studies the formation of scientific capital in the establishment of journalism as a relatively autonomous area of study are examined. It highlights three aspects: (1) the similarities between journalism and a model of scientific knowledge; (2) the institutionalization of research, with the presence of the topic in established spaces such as Intercom and Compós, on the one hand, and the formation of autonomous networks, such as SBPJor and ABEJ; (3) in teaching journalism and developing its own theoretical framework. These elements are discussed based on a tension between epistemology and market demands.

Keywords: Academic Field. Journalism Studies. Scientific Capital. Theory.

¹ Este trabalho é parte de um projeto de pesquisa realizada com apoio do CNPq, processo no. 305133/2022-5. Agradeço as contribuições presentes nos pareceres recebidos, que em muito contribuíram para o aprimoramento do texto original.

² Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor da Faculdade Cásper Líbero. Professor-visitante do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Minas Gerais. Email: lmsamartino@gmail.com.

Introdução

Em 2010, a revista *Journalism Studies*, publicou uma chamada de trabalhos que, em linhas gerais, poderia ser mais uma das centenas em circulação nas redes do campo acadêmico. Esta, no entanto, tinha um direcionamento particular em termos da história dos estudos de jornalismo: os editores Mark Deuze, Thorsten Quandt e Karin Wahl-Jorgensen estavam buscando textos para uma seção intitulada “Theory Review” (“revisão teórica”). Mas o que poderia significar essa expressão em um periódico acadêmico voltado para os estudos de jornalismo?

A resposta ocupa um parágrafo:

‘Theory Review’ visa desenvolver perspectivas teóricas sobre o jornalismo e o seu papel na sociedade em um contexto marcadamente internacional. Sentimos que tais perspectivas, abrangendo desde a teoria política e social, história e filosofia até a literatura comparada (para citar apenas algumas), podem nos inspirar a ampliar o escopo da investigação acadêmica (Deuze; Quandt; Wahl-Jorgensen, 2010, p. 1)³.

Alguns aspectos desse curto texto indicam, para além da superfície, questões ligadas às aproximações do jornalismo com um paradigma científico. Primeiro, trata-se da chamada para uma seção voltada para o estudo teórico. A palavra “teoria”, como discutido em outros lugares (Martino, 2021; 2022) nem sempre é dotada de muito prestígio, mesmo nos meios acadêmicos, sobretudo quando confrontada com outros objetos empíricos de relevância mais imediata. A busca por artigos teóricos, portanto, sugere uma valorização desse tipo de discussão.

Mais: é uma chamada para discussões teóricas sobre jornalismo em uma revista específica. Pode-se partir de um truismo: se há um espaço para teoria sobre jornalismo, é possível presumir a existência desse tipo de artigo, isto é, de uma produção teórica apta a passar por crivos editoriais de avaliação e formar, a partir daí, uma rede de citações. A chamada menciona o “contexto internacional”: o ano é 2010, mas a percepção de uma hegemonia euro-estadunidense já aparece no horizonte, embora ainda se esteja distante de falar em um pensamento decolonial. Finalmente, ao indicar as áreas de diálogo teórico, são apontadas Teoria Política e Social, História, Filosofia e Literatura Comparada (“para

³ ‘Theory Review’ aims to develop theoretical perspectives on journalism and its role in society in a distinctly international context. We feel that such perspectives, ranging from political and social theory, history, and philosophy to comparative literature (to name but a few), can inspire us to widen the scope of academic inquiry (Deuze; Quandt; Wahl-Jorgensen, 2010, p. 1).

citar apenas algumas”, alerta o texto) com vistas a “ampliar o escopo da pesquisa acadêmica”.

Essa chamada pode ser entendida como um sinal, quase um sintoma, de um fenômeno mais amplo: a consolidação do jornalismo como área de estudos a partir da construção de um capital científico específico, representado, aqui, pela demanda por reflexões teóricas, um dos pontos de maior prestígio a ser atingido por um campo. Como assinalava Machado (2004, p. 5), escrevendo cerca de duas décadas atrás, “o aumento da produção científica sobre o jornalismo, um dado relevante que merece ser saudado por todos os pesquisadores deste campo, nos conduz à exigência de identificar a particularidade do conhecimento resultante destes estudos”.

Este texto delineia algumas relações entre o jornalismo e o paradigma científico a partir da noção de “campo científico”, tal como delineada por Bourdieu (1975; 1976; 2021). A partir da observação empírica da presença do jornalismo em espaços consagrados de pesquisa, como a Intercom e a Compós, aos quais se acrescenta a formação de redes próprias de investigação, como a SBPJor e a ABEJ, bem como episódios de sua história acadêmica, são feitas aproximações entre o jornalismo e o campo científico no sentido de compreender a construção de seu capital específico.

Não se trata, aqui, de trabalhar o jornalismo como forma de conhecimento, tal como abordado, entre outros, por Genro Filho (2012), Meditsch (1998; 2003), Sponholz (2009) ou Rodrigues e Aguiar (2023). Essa perspectiva não parece reivindicar para si uma condição de “ciência”, no sentido postulado, por exemplo, por Weaver e McCombs (1980) ou Cratiberg (1989). Busca-se, antes, olhar o lugar acadêmico do jornalismo enquanto área de estudos: “objeto científico e, ao mesmo tempo, atividade produtora de conhecimento, o jornalismo deixa-se indagar tanto como lugar de estudos de comunicação como processualidade de conhecimentos sociais disponíveis” (Signates; Correia, 2019, p. 78)

Pensar o jornalismo como uma área de conhecimento em formação e/ou consolidação implica situá-lo em relação às demandas e exigências de reconhecimento de um campo científico. Trata-se, aqui, de pensar o campo acadêmico do jornalismo como área de conhecimento ligada a uma perspectiva de ciência, como fazem, entre outros, Silva *et alii* (2015), Ahva (2017), Carlson *et alii* (2018) ou Santana, Temer e Moraes (2021).

Nesses estudos, entende-se que a própria ideia de “ciência” é um espaço de disputas por uma definição legítima, como recorda Bourdieu (2004), bem como de práticas legitimadas, em um determinado momento, pelos participantes do espaço consagrado a essa atividade. A discussão se foca, portanto, na construção do vínculo do jornalismo com o espaço acadêmico, entendido como lugar de objetivação da prática científica.

Em relação à utilização do conceito de campo, vale ter em mente a ressalva de Gislene Silva (2009) a respeito de não realizar mais um apanhado histórico da institucionalização acadêmica do jornalismo. O sentido aqui é verificar a formação de um capital científico do jornalismo alto o suficiente para permitir sua transformação em uma área relativamente autônoma do saber.

Embora, por opção de escrita, essa noção seja trabalhada ao longo do texto em intersecção com as questões práticas, vale, no entanto, apresentar algumas de suas características. O capital científico é uma das formas do capital simbólico, conceito utilizado por Bourdieu (1997; 2014; 2021) no estudo das tramas do mundo social. Em linhas gerais, o capital simbólico pode ser entendido como as qualidades reconhecidas como desejáveis e esperadas dos participantes de um campo. Existem tantas formas de capital simbólico quantos forem os campos sociais, e, assim como no capital financeiro, existem “taxas de conversão” específicas entre os diferentes capitais de acordo com o espaço social onde essa operação ocorre.

Assim, o capital acadêmico de uma pesquisadora consagrada, objetivado na forma de títulos, publicações, bolsas de fomento, liderança de grupos de pesquisa e outras práticas reconhecidas teria um valor consideravelmente mais baixo, por exemplo, no campo jornalístico, no qual o capital simbólico é formado por outros valores – atuação profissional em redações de prestígio, prêmios recebidos, reconhecimento por sua trajetória e assim por diante. Na síntese de Cock *et alii* (2018, p. 6), “o volume de capital científico adquirido por um agente, seja na sua forma social ou pura/específica, concede posição mais ou menos privilegiada/ estratégica no espaço do jogo da luta concorrencial científica”.

Mas o que é, no caso, o capital científico? Em uma primeira aproximação, trata-se das práticas e ações definidos como importantes por uma comunidade acadêmica. No modelo atual, seguindo Bourdieu (2004), o capital científico pode ser observado em estado “puro”, por exemplo, na existência de teses e dissertações defendidas sobre um

assunto, a existência de publicações, eventos e cursos universitários de graduação e pós-graduação dedicados a ele, a publicação regular de artigos a respeito e a delimitação de um repertório teórico próprio, entre outros; ao mesmo tempo, verifica-se a existência de um capital científico ligado às políticas institucionais de distribuição de atribuições e cargos, reconhecimentos (prêmios, homenagens), convites para ocupar determinados espaços e assim por diante.

No que se segue, o texto apresenta três momentos: (1) a aproximação do jornalismo com um conceito de “ciência” em disputa; (2) na conquista e elaboração de espaços institucionais de estudo do jornalismo e (3) no ensino de jornalismo e na elaboração de um referencial teórico próprio.

A relação do jornalismo com o campo científico

Uma das maneiras de compreender a relação do jornalismo com o paradigma da ciência é observar sua relação com o campo científico. Conhecer essa ligação pode ajudar a compreender as modalidades de inscrição do jornalismo no campo científico, em uma articulação provida de tensões, negociações e conflitos, bem como a “a autoridade para produzir um conhecimento sistemático” (Franciscato, 2008, p. 5):

Verificar como um assunto se inscreve no campo científico é olhar para suas estratégias de legitimação frente a áreas concorrentes. Ganhar o lugar de “ciência”, isto é, ser recebido como um par no campo acadêmico, é uma forma de reconhecimento e legitimação. Essa inscrição é tanto mais difícil quanto maior for o prestígio esperado da vinculação; em geral, o rito de inscrição demanda, para seus postulantes, um capital proporcional ao benefício a ser parte de um determinado espaço social. O campo científico, para além de seu prestígio social, atua na transformação do capital intelectual em financeiro, na forma de bolsas de pesquisa e financiamentos:

Para o agente mais bem posicionado são concedidos, portanto, o reconhecimento e a possibilidade de exercer autoridade científica no campo, e esse tipo específico de capital está acompanhado de outros, conferindo determinada estrutura e volume de capitais, o que, por sua vez, gera poder e capitais simbólicos (Cock *et alii*, 2018, p. 6).

Esse ingresso é difícil e progressivamente dificultado por aqueles que ocupam posições dominantes nesse espaço, sabendo que o acesso fácil incorreria no risco de

uma vulgarização do lugar, com o consequente declínio do prestígio inerente ao pertencimento. Não por acaso, o campo das ciências “duras” (as “hard sciences”, no universo anglófono) sempre se mostrou refratário à inclusão das Ciências Sociais, ao menos sob o mesmo estatuto de “ciência”. Becker (2022), por exemplo, recorda, em tom anedótico, do esforço de um professor universitário estadunidense, no século XX, para ser reconhecido no mesmo nível de seus colegas físicos ou químicos, escutando, em tom de humor ácido, frases como “olhem, aí vai o cientista *social*”, em tom pejorativo.

Nesse cenário, pensar a inscrição o jornalismo no campo científico significa observar não apenas a maneira como ele poderia se identificar como “ciência”, mas, mais ainda, como seria possível liga-lo a uma concepção de “ciência social”.

Isso, de certa maneira, já é feito: na classificação das áreas de conhecimento do Conselho Nacional de Pesquisa, do CNPq, o jornalismo está dentro das “Ciências Sociais Aplicadas” como sub-área da Comunicação ao lado de Publicidade e Propaganda e Relações Públicas, entre outras. Nesse aspecto, seria possível dizer que a inscrição do jornalismo como ciência estaria garantida apenas pela presença nesse tipo de classificação. No entanto, trata-se de uma questão um pouco mais complexa.

40

No campo da Política Educacional, o capital “político” dá-se por meio de funções exercidas em coordenação de PPGE, associações de pesquisa, editoria de periódicos, entre outras funções; já o capital científico “puro” institui-se por intermédio de grau acadêmico, publicações em periódicos, participação em eventos científicos, citações, coautoria, bolsas de estudo e bolsa de produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), entre outros (Pires, 2022, p. 11).

Seria o caso de discutir a qual conceito de “ciência” esse tipo de classificação efetivamente se refere. Até aqui, quando se falou em “ciência”, o modelo foi uma concepção criticada, mas ainda vigente, com raízes no positivismo; uma prática voltada para a precisão, previsão, criação de modelos, procedimentos quantitativos e técnicos, embasada em uma noção de “neutralidade” e “distância” entre um observador objetivo diante de uma “realidade” passível de ser capturada por determinados conjuntos de procedimentos (Albuquerque, 1998; Fuller, 2010).

Produtos de uma Modernidade que se apresentava como triunfante no século XIX, com o primado da máquina, no âmbito técnico, e do capitalismo, na esfera econômica, o jornalismo e a uma determinada concepção de ciência aparecem como modalidades de conhecimento do mundo pautadas em uma racionalidade – técnica, econômica e filosófica

– responsável por definir as linhas gerais do pensamento daquela época (Giddens, 1998; Touraine, 2000). Talvez não seja por acaso que ambos, em sua origem, compartilhem alguns valores ligados a esse modo de pensar, como a pretensão à “objetividade”, ao “distanciamento” em relação à realidade e a “neutralidade” de valores – índices de uma concepção de ciência calcada no Positivismo.

O jornalismo, apesar dessa dimensão epistêmica em relação à realidade, se configurou, em termos sociais, como uma atividade mais próxima do campo literário – e, em menor escala, de outros campos, como o Direito e a Filosofia – do que do campo científico. Parece existir uma tensão de origem, no jornalismo, entre sua filiação ao campo literário, de um lado, talvez em um sentido mais originário, e sua busca de validade enquanto modo de conhecer a realidade que se aproxima do saber científico. Isso pode ser observado, sobretudo, quando se dirige a atenção para o conceito de “ciência” vigente na Modernidade. Esse horizonte, contemplado, entre outros, por Chanel (2001), Guerra (2003), Kperogi (2013) e Rodrigues e Aguiar (2023) pode auxiliar a entender a questão.

A inscrição de uma nova área do saber no campo científico parece ter sido historicamente balizada pela vinculação a esse modelo de ciência. Daí a dificuldade de criação das “ciências humanas”: elas deveriam, dentro desse cenário, obedecer a uma lógica próxima das ciências naturais. Não por acaso, as primeiras gerações da Ciências Sociais buscaram dar um tom aos seus trabalhos próximos dessa concepção, trabalhando de maneira “científica” os fenômenos sociais. No âmbito da Sociologia, seus herdeiros estariam no Funcionalismo das escolas britânicas e estadunidenses, sobretudo (Hohlfeldt, 2001; Moretzsohn, 2011, Martino, 2023).

Isso decorre do fato de que estar situado em uma determinada posição de campo – e, portanto, dotado de um capital específico decorrente da trajetória de formação desse *habitus_científico* – implica reconhecer também quais são as discussões válidas. A perspectiva de declínio desse modelo, como já assinalava Hackett (1984), é seguida pela discussão ao longo das décadas seguintes, como se pode notar pela distribuição de estudos de Shapiro (2013), Goutier (2018), Ojala (2021) ou Canella (2023).

O desenvolvimento das ciências da comunicação se confirma dentro desse cenário intelectual e epistemológico. Os estudos de Jornalismo, em uma relação ora de conflito, ora de proximidade e ou filiação com a Comunicação, compartilham com ela a demanda por um reconhecimento frente às outras ciências. O resultado, dentro dessa relação ambígua de vinculação e distanciamento entre Jornalismo, Comunicação e

Campo Científico, historicamente apresentou mais como um emaranhado de novas questões do que propriamente de uma solução.

Situar-se em relação a um debate, em qualquer campo, indica, dentro de um *habitus* científico, a disposição em reconhecer a discussão como válida e relevante. Isso implica a formação de uma comunidade ligada a um espaço institucional de pesquisa, lembra Taylor (1973), como se verá a seguir.

Os espaços institucionais de pesquisa

A criação de espaços institucionais de pesquisa, chancelados e reconhecidos pelas instâncias legítimas e legitimadoras em instâncias efetivamente dotadas dessa prerrogativa, é uma das principais estratégias elaboradas por qualquer área no sentido de garantir um aumento no seu prestígio entre os pares, bem como de sua consolidação perante seus próprios membros. A existência, por exemplo, de grupos de pesquisa credenciados no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, é um dos indicadores de institucionalização de determinados temas, reconhecidos não apenas no interior de instituições, mas também como mercedores – na medida em que se apresentam como detentores de um capital institucional suficiente – de reconhecimento. Nenhum tema, assunto ou perspectiva tem, de saída, um espaço institucional garantido, e sua conquista é um indicativo do aumento de seu prestígio institucional.

Como recorda Gingras (1991), os processos de institucionalização de uma prática de pesquisa envolvem muito mais do que a disposição em conhecer um fenômeno ou objeto empírico, mas implica um desenvolvimento de saberes teóricos e metodológicos, bem como do estabelecimento de relações institucionais.

No micro nível das relações cotidianas, esse processo muitas vezes significa uma complexa rede de negociações no sentido, por exemplo, ao trazer um assunto ainda marginalizado no campo acadêmico como tema de pesquisa, desafiando o ceticismo ou desinteresse. As estratégias de invalidação de uma pesquisa, por esse caminho, passam muitas vezes pela indicação do pouco valor social de um objeto proposto (expresso em frases como “ah, mas isso não interessa muito” ou “ninguém estuda muito isso”).

Há um capital científico associado a cada objeto, mas essa ligação está longe de ser fixa ou garantida por fatores externos. Ao contrário, sua progressiva inserção em espaços consagrados de discussão e pesquisa, a partir da mobilização de pesquisadoras

e pesquisadores interessados, pode aumentar seu valor a partir do reconhecimento de sua legitimidade e importância. A existência de espaços acadêmicos dedicados a um tema ou objeto é um dos pontos máximos de sua consagração: concentrar o foco de um evento em um objeto ou tema é a demonstração de sua importância e possibilidade de contribuição como par em outras áreas, ponto ligado ao espaço institucional ocupado.

De quais maneiras o jornalismo poderia se articular com o paradigma científico nesse cenário? Considerando que exista, pautado nessa disputa de sentidos da noção de ciência, um campo científico no qual paradigmas em conflito se apresentam com reivindicações de validade, como o jornalismo figura nessa composição?

Uma pista inicial passa pela verificação de suas credenciais institucionais no campo científico. Neste aspecto, o jornalismo parece ter um espaço consolidado nas pesquisas acadêmicas, indicador de um capital científico alto o suficiente para garantir uma autonomia perante outros campos científicos. Isso pode ser observado a partir dos lugares institucionalizados de pesquisa voltados, de modo exclusivo ou compartilhado, para o estudo do tema.

Dois dos principais espaços consagrados de estudos, o Encontro da Compós e o Congresso da Intercom, apresentam divisões específicas para se pensar o Jornalismo. O Grupo de Trabalho (GT) Estudos de Jornalismo, da Compós, mantém sua atividade com esse foco de maneira ininterrupta praticamente desde as primeiras edições do evento, ainda em meados dos anos 1990. No caso da Intercom, há três grupos de pesquisa (GP) dedicados ao assunto – Gêneros Jornalísticos, Telejornalismo e Teoria do Jornalismo. Vale, por conta dessa expressividade, demorar um pouco mais na análise desses espaços institucionais.

Grupos de pesquisa formam um dos pontos centrais da produção acadêmica, responsável não apenas pelas trocas de propostas e ideias entre pesquisadoras e pesquisadores, mas também como lugar de fomento, criação e consolidação de uma comunidade acadêmica dedicada a um assunto em particular. A criação de um grupo de pesquisa, sobretudo em espaços já consagrados, como universidades ou associações, sugere que essa comunidade acadêmica reunida em torno de um tema já tem um capital institucional suficiente para pleitear seu reconhecimento em termos de igualdade com os outros; o posicionamento de um grupo de pesquisa é também uma indicação do capital científico cultivado por todas as pessoas ligadas a um algum determinado assunto.

A constituição de uma comunidade científica, lembra Taylor (1973), está pautada nas trocas mútuas entre seus participantes, no reconhecimento tácito do direito de apresentar posições diferentes, mesmo contrárias, mas focalizadas no mesmo objeto. Como recorda Bourdieu (2021), a disputa é uma das tônicas do campo acadêmico, e, para além de uma discordância mais próxima da superfície, é necessária a existência de um acordo anterior, eventualmente mais profundo, a respeito do que se pode discordar ou não.

A sobrevivência de um grupo de pesquisa, nesse aspecto, está também ligada às possibilidades de demarcação de fronteiras simbólicas para definir seu alcance e foco, bem como futuras demandas e movimentos. Estar presente em um evento de porte, como a Compós e a Intercom, são indícios da alocação de um capital particularmente alto – em termos acadêmicos – dirigido à consolidação e legitimidade de suas demandas.

No âmbito do jornalismo, os grupos e eventos resultam do capital acumulado em uma trajetória de décadas voltadas para essa temática, indicando não apenas a pertinência do assunto em relação ao campo científico como também a longevidade e as possibilidades de transformações das discussões realizadas ao longo do tempo.

Um ponto a observar é a existência de entidades e eventos autônomos, voltados exclusivamente à pesquisa em Jornalismo. A Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), assim como a Associação Brasileira do Ensino de Jornalismo (Abej), entidades de pesquisa, são também responsáveis pela edição de publicações específicas, a Brazilian Journalism Review e a Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo, respectivamente. As dinâmicas de produção do capital científico podem ser delineadas a partir da observação de alguns aspectos relacionados à institucionalização dessas entidades. Um dos primeiros fatores é a longevidade, índice que sugere a vitalidade das discussões promovidas por elas e, portanto, uma circulação de estudos e pesquisas.

A SBPJor e a Abej foram fundadas em 2004 – esta última tendo sua origem localizada dez anos antes, em um Seminário de Atualização para Professores de Jornalismo realizado pelo Labjor, da Unicamp, em 1994 (Abej, 2024; SBPJor, 2024). A promoção de encontros regulares, de âmbito nacional, sugere a produção contínua de pesquisas, bem como a manutenção de um espaço de troca de ideias legitimado pela presença constante dos participantes. Em termos de sua longevidade, é possível notar que ambas caminham já para o espaço de uma geração, o que sugere também, ao lado da presença de quadros fundadores, a entrada de novas e novos pesquisadores

interessados no tema, contribuindo para a vitalidade das discussões – e manutenção de seu capital científico.

Ao lado desses espaços autônomos, dedicados exclusivamente à pesquisa acadêmica em Jornalismo, é importante situar que o Grupo de Trabalho Estudos de Jornalismo, da Compós, e os grupos dedicados ao tema na Intercom – atualmente, os GTs Gêneros Jornalísticos, Telejornalismo e Teorias do Jornalismo.

No caso da Compós, o GT Estudos de Jornalismo mostra uma produção contínua, sempre no limite de dez trabalhos por grupo, conforme os regulamentos da entidade. O fato do GT, em todas as edições da última década, ter recebido quase sempre um número expressivo de trabalhos, indica essa consolidação do espaço de pesquisa. Vale recordar que nas últimas três reivivências de GT realizadas, quando o número e os temas dos grupos são atualizados, Jornalismo se manteve com relativa folga.

A Intercom apresenta um cenário talvez mais amplo por conta do número de participantes do evento. Os três GPs dedicados ao tema mostram uma produção constante nas edições dos últimos cinco anos, sugerindo não só uma já mencionada consolidação institucional como também de sua aceitação pela comunidade acadêmica.

Trata-se, igualmente, de espaços com mais de vinte anos de existência que, embora vinculados a eventos mais amplos da área de Comunicação, apresentam-se como lugares para a discussão das especificidades do jornalismo.

Se não é o caso de entrar nos detalhamentos da produção desses espaços, sua existência assinala a existência de um capital científico do jornalismo capaz de permitir, há décadas, sua conversão em termos da participação em eventos gerais. A presença nesses eventos é, igualmente, uma tomada de posição frente ao conjunto de outras Áreas ao indicar uma delimitação específica, institucional, à qual corresponde uma trama de questões epistemológicas igualmente particulares.

Neste último aspecto, vale assinalar que, desses quatro espaços, dois estão ligados a eventos na Área de Comunicação, a Intercom e a Compós, e dois se dirigem, de forma autônoma, para o estudo do Jornalismo – a Abej e a SBPJor. Essas filiações podem apresentar pontos de tensão não apenas institucionais, mas também epistemológicos – a título de exemplo, questionar as diferenças entre “Teorias do Jornalismo” e “Teorias da Comunicação” ou o significado de algumas das subáreas relacionadas, como “Teoria da Publicidade” ou “Teoria das Relações Públicas”.

Isso leva ao próximo item.

A teoria própria, o ensino e o mercado

Em termos epistemológicos, o jornalismo parece ter tido algum tipo de prerrogativa histórica em relação a outras temáticas correlatas. Se é, evidentemente, possível endereçar questionamentos a qualquer datação ou delimitação de uma data, vale, por outro lado, buscar algum tipo de ponto de partida. E, no caso dos estudos de jornalismo, existe mais de uma possibilidade para isso – neste texto, por razões de espaço, não serão discutidas as razões historiográficas e políticas responsáveis pela proposição de cada data, mas assinalar sua presença na constituição de um ramo do campo jornalístico ligado aos estudos acadêmicos (Nerone, 2013; Carlson *et alli*, 2018).

(...) as teorizações sobre o jornalismo evoluíram ao longo dos séculos, desde o seu primeiro registro com a obra de Tobias Peucer, no final do século XVII, e principalmente o debate sobre a questão do jornalismo como conhecimento sustenta-se também a partir da análise de bases paradigmáticas antagônicas dos estudos de Comunicação, como a teoria funcionalista pragmática, a teoria crítico radical e a teoria latino-americana, que servem também para embasar as discussões teóricas sobre o jornalismo como campo de conhecimento específico (Santana; Temer; Moraes, 2021, p. 51).

Vale, com essas ressalvas, assinalar três momentos de aproximação do jornalismo ao campo científico, objetivadas na forma de estudos publicados sobre o tema.

É possível derivar algumas questões disso. Em primeiro lugar, cabe assinalar a relevância social do objeto, grande o suficiente para permitir que uma pesquisa fosse feita a seu respeito. Em um texto intitulado “Método científico e hierarquia social dos objetos”, Bourdieu (1998) situa a escolha de um determinado objeto de estudos como uma relação de forças entre as dinâmicas específicas do campo acadêmico e seu prestígio específico nas classificações sociais.

Não há, como visto, objetos previamente consagrados – ou preteridos – de antemão. Pensar dessa maneira seria conferir ao objeto, bem como aos procedimentos de uma escolha, uma autonomia dificilmente comprovável na prática. Como assinala Bourdieu (2021), no entanto, apresentar escolhas científicas e acadêmicas como fruto específico da vontade de agentes sociais autônomos e independentes salvaguarda uma imagem de ciência como espaço livre de interferências de qualquer natureza.

A escolha do jornalismo como objeto de estudos, em vista disso, sugere não apenas que o jornalismo é relevante socialmente, mas também indica seu reconhecimento como um objeto de estudo acadêmico em um momento em que

pesquisas sobre esse assunto eram desconhecidas – aliás, a própria noção de “pesquisa acadêmica” com um tema dessa natureza parece ser relativamente estranha a uma história dos objetos científicos – ainda por ser escrita, vale observar.

Observe-se que não se trata de uma perspectiva linear, muito menos midiocêntrica, de assinalar o crescimento de uma mídia como responsável única por sua inserção no campo acadêmico; ao contrário, é o jornalismo como prática social, vinculado a condições históricas e econômicas específicas – resumidas na consolidação do capitalismo e de uma sociedade de massas – que se afigura como responsável pelo interesse em seu estudo. A formação da opinião e a influência do jornalismo se apresentam, neste marco, como pontos de entrada fundamentais para pensar o jornalismo.

As aproximações propostas, por exemplo, por Paucer (2003), Groth (2009) e Lippmann (2009) em relação ao jornalismo, se mostram sua progressiva adequação e ligação com o campo acadêmico, apresentam um lado específico da questão – o jornalismo como objeto de estudo a partir das referências de outras áreas. Embora tenham estudado jornalismo, não eram oriundos do campo jornalístico, e nem realizaram seus estudos em programas de pós-graduação nessa Área na medida em que, historicamente, ela ainda não existia. A definição do jornalismo como área de conhecimento requer, nesse sentido, mais do que sua escolha como objeto empírico, mas a elaboração de outros elementos que o caracterizam como uma área do saber relativamente autônoma.

Machado (2004, p. 5) assinalava esse movimento:

No atual estágio das pesquisas, os pesquisadores em jornalismo devem perceber que, legitimado como objeto científico com status próprio, temos pela frente o desafio, como veremos ao longo deste tópico, de estimular o desenvolvimento de metodologias adaptadas à compreensão do jornalismo como prática profissional, como objeto científico ou como campo especializado de ensino.

Ao mesmo tempo, é importante assinalar também a consolidação dos estudos de jornalismo nos Estados Unidos como um campo relativamente autônomo, sobretudo a partir dos trabalhos pioneiros de Lippmann (2008 [1922]) e Park (1940).

Nesses espaços uma área de conhecimento pode atingir uma outra dimensão das instâncias máximas de consagração acadêmica: a formulação de uma teoria própria, irredutível às concepções e considerações de outros campos, ainda que em um diálogo

interdisciplinar com eles. Isso implica, por exemplo, a criação de uma comunidade científica fomentada mutuamente pelo movimento de publicações, leituras e citações das pesquisas de uma área, contribuindo para a circulação de um capital científico próprio:

O Campo do Jornalismo e suas teorias e conceitos próprios resultam de cada artigo científico, dissertação e tese, e da metateoria (reflexões epistemológicas) em sua abrangência ou em microterritórios como, por exemplo, em jornalismo especializado, meios tecnológicos específicos, temas editoriais ou nas interfaces com a arte e as outras ciências (Silva, 2009, p. 208).

A consolidação do campo acadêmico do Jornalismo em relação a um paradigma científico, tal como definido no estado atual do campo científico, não se resume à sua apropriação como objeto, mas, sobretudo, à sua afirmação enquanto área do saber. Há uma instância quase obrigatória de passagem de qualquer área em relação ao campo acadêmico: o ensino. Se a escolha do jornalismo como objeto mostra sua relevância em termos sociais a partir de sua apropriação pelos espaços acadêmicos, a criação de uma área de estudos específica revela o alcance de seu capital científico na formação de um desses espaços dedicados especificamente ao seu estudo (Leclerc, 1989).

O ensino universitário é decisivo para a consolidação do jornalismo como instância válida de conhecimento frente ao paradigma científico vigente. Em primeiro lugar, observa-se a reivindicação, para a prática, de uma formação que ultrapasse o cotidiano das redações, indicando que o “aprender na prática” seria consideravelmente limitado – o debate de Pulitzer (2014) no momento de criação das escolas de jornalismo é representativo, em uma discussão que se desdobra até hoje. Segundo, isso coloca em questão imediatamente a necessidade de se pensar a especificidade de um ensino de jornalismo ancorada na formulação de um corpo teórico suficientemente robusto para indicar uma alocação do capital científico para sua compreensão.

A formulação teórica autônoma pode ser vista como uma das instâncias máximas de consagração na medida em que, pela sua especificidade, revestida às vezes por um hermetismo acessível apenas aos iniciados, ela se apresenta como uma das principais fronteiras simbólicas de uma área. Trata-se, de certa maneira, de uma declaração de independência epistemológica, na medida em que a eleição de um objeto (o jornalismo) é respaldada por um corpo de conceitos específicos (teoria do jornalismo) passível de ser objetivada em questões metodológicas (estudos de produção, análise de notícias, pesquisas de efeitos).

O ensino de jornalismo se apresenta como uma das instâncias fundamentais de aproximação da área como o campo científico, congregando os aspectos institucionais e as questões epistemológicas dentro de um mesmo espaço, a partir do qual é possível, em algumas circunstâncias, iniciar um ciclo de divulgação, aprimoramento e confirmação desse espaço (Bruck, 2011; Hime, 2013). Isso pode acontecer na forma, por exemplo, de programas de pós-graduação, linhas de pesquisa próprias, elaboração de trabalhos científicos, da iniciação científica ao pós-doutorado, que possam se valer desses elementos teóricos e metodológicos específicos no estudo do jornalismo como objeto.

Há, no entanto, um elemento a ser considerado que, por motivos de foco e espaço, não será desenvolvido, mas não poderia deixar de ser mencionado: as demandas de mercado. Historicamente, cursos de jornalismo não foram, em sua maioria, pensados como lugares de consolidação de um campo acadêmico; antes, sua criação parece ter acontecido sobretudo a partir das exigências profissionais de empresas e associações de classe, conforme o lugar (Rocha, 2016). A história do ensino de jornalismo é marcada pelo tensionamento entre o reconhecimento da área, em termos acadêmicos, e questionamentos vindos do mercado a respeito da necessidade desse tipo de formação (Papet, 2008; Laville, 2008).

49

Considerações finais

Na medida em que o pertencimento ao campo científico se mostra, na Modernidade, como um sinal de prestígio e poder, a vinculação de uma determinada prática a esse espaço implica também uma transformação em seu status: elevar-se à categoria de “ciência” implicaria entrar para um espaço selecionado, no qual tem acesso alguns poucos escolhidos, tornados dignos do exercício de uma voz legítima – porque legitimada – pelo espaço e pelas relações entre pares.

O capital científico, aqui, se manifesta no movimento de reconhecimento da complexidade da prática como ponto de partida para uma reflexão teórica própria e relativamente autônoma, de um lado, e de seu ensino em instâncias regulares e formais de aprendizado, de outra.

O institucional e o epistemológico não podem, nesse sentido, ser separados, assim como não é possível reduzi-los um ao outro (Ferreira, 2008). Os processos de consagração institucional não deixam de lado a valorização do epistemológico: no caso do

Jornalismo, por exemplo, a conquista de lugares específicos para seu debate acadêmico prevê, de saída, a especificidade dessas discussões, pautadas em questões teóricas, metodológicas e empíricas próprias, capazes de sustentar um debate próprio, impossível de ser absorvido nas discussões de outras áreas próximas.

Referências

- AHVA, L. Practice theory for journalism studies. **Journalism Studies**, v. 18, n. 12, p. 1523-1541, 2017.
- ALBUQUERQUE, L. M. B. **Sujeito e realidade na ciência moderna**. São Paulo: Annablume, 1998.
- BECKER, H. **Evidências**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.
- BOURDIEU, P. La spécificité du champ scientifique et les conditions sociales du progrès de la raison. **Sociologie et sociétés**, v. 7, n. 1, p. 91-118, 1975.
- BOURDIEU, P. Le champ scientifique. **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 2, n. 2-3, p. 88-104, jun. 1976.
- BOURDIEU, P. Método científico e hierarquia social dos objetos. In: CATANI, A. (Org.). **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BOURDIEU, P. **O Senso Prático**. Petrópolis: Vozes, 2014.
- BOURDIEU, P. **Sociologia Geral**, v. 2. Petrópolis: Vozes, 2021.
- BOURDIEU, P. The forms of capital. In: HALSEY, A. H. et al. **Education culture, economy and society**. New York: Oxford University Press, 1997.
- BRUCK, M. S. Jornalistas e teorias: conciliação possível? **Intexto**, v. 2, n. 25, p. 16-32, dez. 2011.
- CANELLA, G. Journalistic Power: Constructing the “Truth” and the Economics of Objectivity. **Journalism Practice**, v. 17, n. 2, p. 209-225, 2023.
- CARLSON, M. et al. Journalism Studies and its Core Commitments: The Making of a Communication Field. **Journal of Communication**, v. 68, n. 1, p. 6-25, 2018.
- CHANEL, A. La modernité de la formation au journalisme. **Communication et langages**, n. 128, v. 1, p. 81-95, abr.-jun. 2001.
- COCK, J. et al. Operando com conceitos de Bourdieu. **Educação e Pesquisa**, v. 44, n. 1, p. 1-119, 2018.

CRATIBERG, L. Plea for recognition of scientific character of journalism. **Educator**, s. n., p. 1-6, 1989.

DEUZE, M.; QUANDT, T.; WAHL-JORGENSEN, K. Call for papers: Theory Review section of Journalism Studies. **Journalism Studies**, v. 11, n. 1, p. 1, 2010.

FRANCISCATO, C. E. Desafios para pensar a geração de conhecimento no campo do jornalismo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 31., 2008, Natal. **Anais...** Natal: UFRN, 2 a 6 set. 2008.

GENRO FILHO, A. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2012.

GINGRAS, Y. L'institutionnalisation de la recherche en milieu universitaire et ses effets. **Sociologie et sociétés**, v. 23, n. 1, p. 41-54, 1991.

GOUTIER, N. et al. From "Cool Observer" to "Emotional Participant": The Practice of Immersive Journalism. **Journalism Studies**, v. 22, n. 12, p. 1648-1664, 2018.

GROTH, O. **O poder cultural desconhecido**. Petrópolis: Vozes, 2011.

51

GUERRA, J. L. O nascimento do jornalismo moderno. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 26., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2 a 6 set. 2003.

HIME, G. V. V. C. Reflexões sobre o ensino de Teoria do Jornalismo. **18º INTERCOM SUDESTE**. Bauru: **Anais...** Unesp, 2013.

HOHLFELDT, A. Objetividade: categoria jornalística mitificada. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 24., 2001, Campo Grande. **Anais...** Campo Grande, 3 a 7 set. 2001.

KPEROGI, F. A. News with Views: Postobjectivism and Emergent Alternative Journalistic Practices in America's Corporate News Media. **The Review of Communication**, v. 13, n. 1, p. 48-65, jan. 2013.

LAVILLE, C. Journalisme: former au changement. **MédiaMorphoses**, n. 24, v. 1, p. 92-96, 2008.

LECLERC, M. La notion de discipline scientifique. **Politique**, v. 15, n. 1, p. 23-51, 1989.

LIPPmann, W. **A opinião pública**. Petrópolis: Vozes, 2009.

MACHADO, E. Dos estudos sobre o jornalismo às teorias do jornalismo. **E-Compós**, v. 1, n. 1, p. 1-15, dez. 2004.

MARTINO, L. M. S. Irrelevante': a crítica de Nilson Lage à Teoria da Comunicação no ensino de Jornalismo. **Estudos de Jornalismo e Mídia**, v. 19, n. 1, 2022, pp. 85-97.

MARTINO, L. M. S. O sentido da teoria na pesquisa em comunicação. **Famecos**, v. 28, n. 1, 2021, p. e39211-12.

MARTINO, L. M. S. **Teoria Sociológica**. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 2023.

MORETZSOHN, S. Profissionalismo e objetividade: o jornalismo na contramão da política. 2002. Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/moretzsohn-sylvia-profissionalismo-jornalismo.html>. Acesso em: 18 jun. 2011.

NERONE, J. Why Journalism History Matters to Journalism Studies. **American Journalism**, v. 30, n. 1, p. 15-28, 2013.

OJALA, M. Is the Age of Impartial Journalism Over? **Journalism Studies**, v. 22, n. 15, p. 2042-2060, 2021.

PAPET, J. La reconnaissance des écoles de journalisme. **MédiaMorphoses**, n. 24, v. 1, p. 61-63, 2008.

52

PARK, R. News as a form of knowledge: a chapter in the sociology of knowledge. **The American Journal of Sociology**, v. 45, n. 5, p. 669-686, mar. 1940.

PIRES, A. P. Os conceitos de campo científico, hábitos científico e capital científico na análise da formação de pesquisadores para o campo da política educacional. **Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 7, n. 1, p. 1-17, 2022.

ROCHA, P. M. A conformação do campo profissional em jornalismo e o contexto da profissionalização no Brasil. **Interin**, v. 21, n. 1, p. 65-83, jan.-jun. 2016.

RODRIGUES, C. M.; AGUIAR, L. A. Jornalismo como forma de conhecimento e o imperativo da verdade. **Cuadernos De Educación Y Desarrollo**, v. 15, n. 3, p. 2459-2476, 2023.

SANTANA, M. J. S.; TEMER, A. C. R. P.; MORAES, A. T. A questão do jornalismo como campo de conhecimento. **Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo**, v. 11, n. 28, p. 39-53, jun. 2021.

SHAPIRO, I. et al. Verification as a strategic ritual. **Journalism Practice**, v. 7, n. 6, p. 657-673, 2013.

SIGNATES, L.; CORREIA, W. A. Jornalismo, ciência da comunicação. In: MAIA, J.; PAVAN, R.; FARIA, S. J. (Orgs.). **Estudos contemporâneos de jornalismo**. Goiânia: Ed. UFG, 2019, p. 77-92.

SILVA, A. L. M. et al. Jornalismo: entre a busca por uma epistemologia própria e a necessidade de afirmação profissional e de pesquisa. **Questões Transversais**, v. 3, n. 5, p. 53-61, jan.-jun. 2015.

SILVA, G. De que campo do jornalismo estamos falando? **Matrizes**, v. 3, n. 1, p. 1-15, jan.-jun. 2009.

SPONHOLZ, L. **Jornalismo, conhecimento e objetividade**. Florianópolis: Insular, 2009.

TAYLOR, J. **The academic community**. Oxford: OUP, 1973.

WEAVER, D. H.; McCOMBS, M. E. Journalism and social science: A new relationship? **Public Opinion Quarterly**, v. 44, n. 1, p. 477-494, 1980.

Submissão: 29 de abr. 2024.

Aceite: 21 de ago. 2024.

Ensaio sobre o jornalismo

Para um programa de Pesquisa Básica, Aplicada e de Desenvolvimento Experimental

Josenildo Luiz Guerra¹

Resumo

O presente ensaio vai explorar os desafios para a pesquisa em jornalismo se consolidar como um campo científico que delimita, explique e fundamente a atividade profissional, a fim de contribuir para o seu aperfeiçoamento e inovação, em todas as suas dimensões. Ainda que a atividade seja objeto de inúmeros estudos e pesquisas científicas, eles não formam um corpus articulado e cumulativo de saberes alinhados para explicar e orientar a prática profissional. Para o esforço de convergência das pesquisas, o ensaio vai propor um movimento conceitual e metodológico em torno das modalidades de Pesquisa Básica Orientada e Pesquisa Aplicada e de Desenvolvimento Experimental. Essa articulação é necessária para alinhar fundamentos teóricos às práticas profissionais, a fim de impulsionar tanto as pesquisas a níveis de maior especialização quanto o saber profissional a níveis de maior capacidade demonstrativa de sua eficácia.

Palavras-chave: Jornalismo. Responsabilidades. Pesquisa Básica Orientada. Pesquisa Aplicada e de Desenvolvimento Experimental. Sistema perito.

An Essay on Journalism: For a Basic, Applied, and Experimental Development Research Program

Abstract

This essay will explore the challenges for journalism research to establish itself as a scientific field that delimits, explains, and underpins professional activity, in order to contribute to its improvement and innovation, in all its dimensions. Although the activity is the subject of numerous studies and scientific research, they do not form an articulated and cumulative body of knowledge aligned to explain and guide professional practice. In order to converge research efforts, the essay will propose a conceptual and methodological movement around the modalities of Oriented Basic Research and Applied and Experimental Development Research. This articulation is necessary to align theoretical foundations with professional practices, in order to boost research to higher levels of specialization and professional knowledge to higher levels of demonstrative capacity of its effectiveness.

Keywords: Journalism. Responsibilities. Oriented Basic Research. Applied and Experimental Development Research. Expert System.

¹ Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pelo Programa de Pós Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor do curso de Jornalismo e do Programa de Pós Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: jguerra@academico.ufs.br.

Introdução

O presente ensaio vai explorar os desafios para a pesquisa em jornalismo se consolidar como campo científico que delimita, explique e fundamente a atividade profissional, a fim de contribuir para o seu aperfeiçoamento e inovação, em todas as suas dimensões. Ainda que a atividade seja objeto de inúmeros estudos e pesquisas científicas, eles não formam um *corpus* articulado e cumulativo de saberes alinhados para explicar e orientar a prática profissional. Já em 1999, Meditsch destacava uma forte tendência das pesquisas na área em apontar as “patologias” do jornalismo, associando-o à “perpetuação” e ao “agravamento” de problemas sociais, mas poucos, mesmo “os mais consistentes e bem fundamentados”, traziam alguma “indicação sobre o que poderia ser uma fisiologia normal do jornalismo”, referindo-se à sua compreensão e suas potencialidades.

Em outra perspectiva, Zelizer (2010) aponta os desencontros nas formas de entender e de pesquisar a atividade, entre as distintas visões de profissionais, educadores e pesquisadores. Para ela, o lugar do jornalismo na academia constitui um projeto cheio de complicações, caracterizado por grupos de estudos isolados por área de conhecimento. Na visão da autora, o jornalismo tem sido abordado em “pacotes”, cada qual isolado dos outros. Tal compartmentalização age contra a clareza do que seja a atividade, analisando aspectos parciais em oposição a uma visão de conjunto. O resultado tem sido um terreno no qual o jornalismo está em guerra consigo mesmo (Zelizer, 2010, p. 35).

Uma das dificuldades apresentadas por Machado para a consolidação das metodologias “adequadas ao campo” é o predomínio de abordagens motivadas por problema teóricos e metodológicos de outras áreas. Nesse sentido, o autor propõe uma distinção entre “estudos em jornalismo”, “realizados com metodologias oriundas em outros campos de conhecimento”, e “teorias do jornalismo”, “responsáveis pela experimentação metodológica dentro do campo” (Machado, 2004, p. 8). Na primeira, predominam problemas postos por motivação originada no âmbito das Ciências Sociais e Humanas. Na segunda, prevaleceria o caráter de Ciência Social Aplicada, motivada pelo viés interno de questões próprias da atividade.

Franciscato (2005) também destaca a vinculação às ciências humanas como uma das dificuldades para a “formulação de um consistente aparato conceitual próprio que possa explicar a atividade”. Em vez disso, aponta, o jornalismo “têm sofrido uma tendência a conduzir suas discussões para o interior de disciplinas humanísticas fundadoras de quadros conceituais”, que redunda no esforço do pesquisador para “dar conta dos problemas

(epistemológicos inclusive) destas disciplinas”, o que tem contribuído para “tirar o foco principal sobre as questões conceituais específicas do jornalismo (Franciscato, 2005, p. 2).

O cenário traçado por esses trabalhos, todos produzidos há mais de dez anos, infelizmente, não parece ter se alterado significativamente desde então. A dispersão dos estudos em variadas abordagens teóricas e metodológicas não converge de modo propositivo para um conjunto coerente, articulado e complementar de conceitos e métodos, capazes de conduzir o campo para níveis mais especializados e verticalizados de investigação. Como exemplo, pode-se mencionar a recorrente discussão sobre o conceito de objetividade. Seus críticos não avançaram na construção de um novo e sólido aparato técnico e ético alternativo que demonstrasse sua superioridade. Seus defensores não conseguiram, igualmente, avançar, a partir da objetividade, na estruturação de um método mais consistente e confiável para orientar o trabalho profissional.

Se do ponto de vista teórico e metodológico tal empreitada já é difícil, reveste-se de um grau ainda maior de complexidade do ponto de vista social e político. O jornalismo enfrenta desde sempre contestações quanto ao seu status profissional. Nunca é demais lembrar que o reconhecimento do jornalismo como profissão que requeira formação acadêmica não é consensual. Em 2009, por exemplo, a expertise jornalística no Brasil foi contestada enquanto um conjunto de saberes capaz de evitar “riscos à coletividade ou danos efetivos a terceiros” (Brasil, 2009, p. 756), quando comparado ao conteúdo oferecido por pessoas não formadas na área. Com base nesse entendimento, o Supremo Tribunal Federal (STF) derrubou a exigência do diploma, pois segundo a corte, o jornalismo “é a própria manifestação e difusão do pensamento e da informação de forma contínua, profissional e remunerada. Os jornalistas são aquelas pessoas que se dedicam profissionalmente ao exercício pleno da liberdade de expressão” (Brasil, 2009, p. 759).

Não bastasse tais questionamentos, a universalização do acesso à base tecnológica permitiu a qualquer pessoa produzir conteúdo, inclusive informativo. Se no passado ainda havia uma indústria, cuja técnica, infraestrutura e equipamentos conferia a seus operadores uma expertise operacional inacessível aos não profissionais, no presente, isso acabou (Anderson, Bell, Shirky, 2012). Ou melhor, restringiu-se ao núcleo de saberes profissionais voltados à produção de conhecimento sobre fatos atuais e à tradução discursiva desse conhecimento aos níveis de entendimento das diferentes audiências. Núcleo fragilizado, muitas vezes, tanto por críticas a conceitos que o estruturaram, como o da objetividade,

quanto por sua falta de rigor metodológico, do que resultam as desconfianças sobre a expertise profissional reivindicada.

O quadro se agrava ainda mais no contexto político recente, da proliferação das *fake news*, da acentuada perda de credibilidade das organizações tradicionais por alinhamentos políticos e mercadológicos incompatíveis com a boa ética profissional, da expansão de veículos autodeclarados “independentes”, muitos dos quais dependentes à esquerda e à direita de agentes políticos que os financiam, tudo isso ao mesmo tempo gera um quadro em que o jornalismo é cercado de desconfiança por todos os lados, como agente dissimulador de interesses inconfessos. Não resta espaço para um debate profissionalmente conduzido sobre suas limitações, que pudesse fazê-lo revisar procedimentos e processos editoriais, lastreado por uma teoria que os sustentasse. Resta majoritariamente a crítica política e ideológica, necessária, mas não suficiente para respaldar a credibilidade em relação às responsabilidades a que se propõe cumprir.

Aqui, serão discutidas duas hipóteses para a construção de uma abordagem teórica sobre o jornalismo apta a promover uma intervenção aplicada sobre a atividade, que enfrente tais problemas, explore as suas potencialidades e seja capaz de gerar inovação no campo.

A primeira hipótese é que a dificuldade de se sustentar como campo teórico, como uma Teoria do Jornalismo, que dê conta de seus principais elementos, resulta da desconexão entre a Pesquisa Básica e a Pesquisa Aplicada e de Desenvolvimento Experimental (OCDE, 2018). Não se consolidou uma cultura de pesquisa básica que trabalhasse para definir uma “fisiologia normal” do jornalismo, da qual pudesse se desenvolver uma cultura de pesquisa aplicada voltada para a solução de problemas enfrentados pela atividade. O foco de boa parte dos estudos ainda é desconstruir o jornalismo, revelar criticamente suas “patologias”, o seu fracasso em cumprir as responsabilidades profissionais a que se propõe. O foco orientado para uma “fisiologia normal” do jornalismo provocaria pensar sobre “o que” poderia ser feito para que o jornalismo se tornasse mais efetivo nas responsabilidades assumidas institucionalmente.

A segunda hipótese é um desdobramento da primeira: há uma dificuldade de se estruturar a prática profissional a partir de fundamentos teóricos que resultem num sistema perito (Giddens, 1991; Miguel, 1999), uma expertise conceitual e metodológica própria para orientar o fazer jornalístico com o rigor que uma atividade profissional requer. Ou seja, a atividade prática padece de fundamentos teóricos aplicados que contribua para elevar seus

níveis de eficácia e de demonstração de resultados, capazes de validar o seu estatuto profissional.

Para conduzir tal reflexão, é preciso aceitar como premissa que o corpo teórico usado para definir o jornalismo em seus contornos básicos precisa ser capaz de criticar, fundamentar, desenvolver e validar procedimentos profissionais. Neste ensaio, tal sustentação será feita explorando as diferentes modalidades de pesquisa - Básica, Aplicada e de Desenvolvimento Experimental – para demonstrar o necessário vínculo, alinhamento e acúmulo de saberes que deve haver entre elas para que o jornalismo possa desenvolver um conjunto robusto de conceitos e práticas que forme um sistema perito com sua expertise própria. Ou, que se estruture como atividade profissional, cujos métodos sejam passíveis de fundamentação científica.

Os fundamentos: a Pesquisa Básica Orientada

58

A Pesquisa Básica “é um trabalho experimental ou teórico realizado principalmente para adquirir novos conhecimentos sobre os fundamentos subjacentes de fenômenos e fatos observáveis, sem qualquer aplicação ou uso particular em vista” (OCDE, 2018, p. 50)². No caso do jornalismo, que se configura como uma ciência social aplicada, a pesquisa básica fica mais bem configurada para as áreas originárias de seus conceitos chave. Por isso, convém usar o conceito de “pesquisa básica orientada”, “um amplo corpo de conhecimentos que provavelmente formará a base da solução para problemas reconhecidos ou problemas ou possibilidades atuais ou futuras” (OCDE, 2018, p. 51)³, porque recorre a conceitos gestados em outras disciplinas, mas direcionados às necessidades de entendimento do jornalismo e suas dinâmicas.

O ponto de partida para a configuração do jornalismo como atividade profissional, fundamentada por um *corpus* de conhecimento científico próprio, requer que esse *corpus* teórico e metodológico seja estruturado de modo que, simultaneamente, 1) explique de forma consistente os fundamentos da atividade e 2) oriente a prática profissional, em padrões de rigor compatível com seus fundamentos científicos.

² “Basic research is experimental or theoretical work undertaken primarily to acquire new knowledge of the underlying foundations of phenomena and observable facts, without any particular application or use in view” (OCDE, 2018, p. 50).

³ “Oriented basic research is carried out with the expectation that it will produce a broad base of knowledge likely to form the basis of the solution to recognised or expected current or future problems or possibilities” (OCDE, 2018, p. 51).

O ponto 1 será desenvolvido neste tópico ao passo que o ponto 2 no tópico seguinte, destinado à Pesquisa Aplicada e de Desenvolvimento Experimental.

A estruturação de corpo teórico e metodológico para constituir uma Teoria do Jornalismo, requer algumas decisões prévias, como:

1. Reconhecer que há várias possibilidades teóricas para a compreensão do jornalismo, decorrentes das mais diferentes abordagens disponíveis no campo das ciências humanas e sociais aplicadas, e que todas podem legitimamente ser testadas, ampliando ou tensionando modelos teóricos estabelecidos; no contexto da pesquisa básica, todas as hipóteses podem ser levantadas e submetidas à análise, mas, quando a teoria proposta conflita com fundamentos profissionais estabelecidos, convém: a) antes de desconstruir os parâmetros vigentes, revisar e testar os próprios fundamentos teóricos propostos; b) testar as consequências técnicas, éticas, processuais, entre outras, do novo modelo teórico proposto; c) levantar possibilidades de novas soluções, a fim de vislumbrar alternativas ao modelo objeto da crítica.
2. Os fundamentos teóricos devem partir da empiria da atividade, que se configura a) pelo rol normativo das responsabilidades, implícita ou explicitamente estabelecido em códigos de ética, manuais ou legislação existente, que a atividade assume com suas audiências e as sociedades, e b) pelo conjunto prático de ações com vistas à sua implementação; ou seja, a atividade como tal é definida de modo indissociável pelos contratos que estabelece socialmente e pelas práticas que visam honrar tais contratos; considerar esses elementos separadamente constitui um problema metodológico na definição do objeto Jornalismo, do que se evidencia uma limitação de abordagens predominantemente de base empírica, construídas a partir do estudo de um conjunto de organizações (de um padrão de cobertura, de uma cultura profissional e organizacional específicas, situadas temporal e espacialmente), cujas conclusões afirmam que o “jornalismo”, com seus fundamentos profissionais, atua para “legitimar o status quo”⁴, quando a conclusão mais

59

⁴ A crítica aqui direciona-se especialmente às conclusões de trabalhos situados na tradição do Newsmaking (Roscho, 1975; Tuchman, 1978; Wolf, 1992), que não comprometem, em hipótese alguma, sua qualificada contribuição para o entendimento dos processos de produção jornalística e seu impacto no conteúdo noticioso.

razoável seria que o modelo de organização, de processos e de orientação editorial objeto das pesquisas realizadas conduzem a cobertura para as estruturas e fontes de poder social, política e economicamente estabelecidas;

3. Há a necessidade de se construir um alinhamento colaborativo em torno de conceitos e teorias a fim de fortalecer um marco teórico de referência, que fundamente e promova os saberes aplicados necessários à implementação prática do jornalismo; ou seja, é preciso superar a dispersão teórica metodológica do campo, convergir os esforços para abordagens mais promissoras no âmbito da Pesquisa Básica Orientada, cujas premissas constituam a base para os desdobramentos a serem realizados no âmbito da Pesquisa Aplicada e de Desenvolvimento Experimental;
4. Nenhum modelo teórico e nenhuma prática estão livre de limitações; mas, no geral, o modelo teórico deve ser capaz de abranger uma série de dimensões do fazer, de ser testado e validado empiricamente, e de delimitar o escopo da prática profissional, entre outras fronteiras, limites e potencialidades que caracterizam a atividade;

60

No âmbito da Pesquisa Básica Orientada, cabe definir os contornos do jornalismo como atividade social e profissional. Para este ensaio, o jornalismo pode ser definido, em seus contornos mínimos, como uma forma de conhecimento centrada na singularidade dos fatos/acidentes⁵, que promove uma mediação cognitiva entre estes e as pessoas neles interessadas (audiência, sociedade), cujo conhecimento é elaborado discursivamente e difundido por meio de um suporte tecnológico. Tal compreensão define um conjunto de responsabilidades, aqui denominadas primárias, relativas à verdade, à relevância e à atualidade do conhecimento jornalístico, como essenciais para a eficácia da mediação cognitiva pretendida.

O conceito de verdade é um pilar técnico e ético da atividade jornalística, presente em manuais técnicos e deontológicos como, a título de exemplificação, se verifica no Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, em seu Art. 4º: “O compromisso fundamental do jornalista é com a verdade no relato dos fatos, razão pela qual ele deve pautar seu

⁵ Essa formulação conceitual é assimilada de Genro Filho (1987), por demarcar de forma específica o objeto da atividade jornalística com foco na singularidade dos fatos, mas sem entrar na discussão sobre os fundamentos teóricos do autor.

trabalho pela precisa apuração e pela sua correta divulgação". Entretanto, do ponto de vista teórico, o conceito de verdade é objeto de crítica nos estudos da notícia. Ao conhecer o fato, o jornalista estaria açãoando determinadas instâncias de sentido que vão gerar uma determinada configuração do fato em vez de outras possíveis, caso as instâncias de sentido açãoadas fossem igualmente outras. Há uma infinidade de trabalhos que desenvolvem essa crítica na literatura do jornalismo (a título de ilustração, Tuchman, 1978 e 1993; Hall et al, 1993; Hackett, 1993).

Mas, também do ponto de vista teórico, a possibilidade de produzir notícias verdadeiras não é descartada. Há autores que sustentam a importância e a validade de noções de objetividade e verdade, fundamentadas na possibilidade interpretativa orientadora do conhecimento sobre os fatos que, embora uma construção humana, têm uma natureza objetivada, de sentido intersubjetivamente compartilhado e passível de verificação. Daí resultaria a possibilidade de reconhecê-la como princípio epistemológico para a mediação jornalística e como horizonte ético da atividade na sua relação com as audiências e a sociedade (Lichtenberg, 1991; Guerra, 2008; Demeneck, 2009; Gomes, 2009; Cornu, 1994).

O conceito de relevância aponta para a necessidade de as organizações jornalísticas selecionarem, conforme sua capacidade informativa instalada, o que tem interesse ou importância para suas audiências e a sociedade, conforme o tempo de atenção de que estas dispõem. Os parâmetros de seleção passam pela aplicação de valores-notícia, definidos em função de expectativas de ordem pública e privada das audiências (Guerra, 2008), conforme critérios organizacionais que delimitam o alcance do olhar jornalístico em função da capacidade organizacional de acesso às fontes e aos fatos (Gans, 1979; Silva, 2005; Feitoza, 2021). Mas, tais parâmetros de seleção são questionados sobre o direcionamento para as estruturas de poder, por um lado, e para as rotinas organizacionais, por outro. Em ambos os casos, não seriam eficazes para oferecer à audiência e à sociedade os fatos e acontecimentos que efetivamente seriam relevantes.

O conceito de atualidade é o menos controverso dos três que configuram o rol de responsabilidades primárias do jornalismo. Mas, é central pois o não atendimento deste requisito torna qualquer fato, situação ou conflito imediatamente alheio ao universo jornalístico. A atualidade sinaliza a necessidade de o texto jornalístico estar relacionado com fatos e acontecimentos conectados com o momento presente, sem o que não poderiam ser classificados como notícias (Franciscato, 2005).

Além das responsabilidades primárias, há um segundo grupo de responsabilidades que pode ser chamado de secundárias ou derivadas. Elas expressam demandas contextuais dos ambientes sociais e políticos nos quais a atividade se realiza, por isso comportam variações de ênfase ou mesmo de existência, a depender do lugar. As demandas que nos interessam aqui são as demandas provenientes das sociedades democráticas (Christians et al, 2009; Strömbäck, 2005), que se articulam de forma negociada entre a garantia das prerrogativas e o cumprimento de suas responsabilidades (Quadro 1):

Quadro 1: Conjunto de prerrogativas e requisitos primários e secundários em sociedades democráticas

Prerrogativas	Requisitos	
	Primárias	Secundárias
<ul style="list-style-type: none"> - Liberdade de expressão (informação, opinião e crítica) - Liberdade de imprensa ou de informação jornalística - Direito à informação - Segurança 	<ul style="list-style-type: none"> - Verdade - Relevância - Atualidade 	<ul style="list-style-type: none"> - Autonomia/independência: dentro dos parâmetros democráticos e profissionais - Interesse público: o público como referência, que prevalece sobre o privado - Respeito à dignidade das pessoas: impõe limites no uso das prerrogativas - Pluralidade e contraditório: em situação de conflitos legítimos (mediação)

Fonte: Guerra, 2023

62

Desdobrando-se desse rol elementar, podem ser acrescidas outras, tais como acompanhamento, fiscalização e promoção da visibilidade dos poderes executivo, legislativo e judiciário (Norris & Odugbemi, 2008; Canela, 2007; Gentilli, 2005); agendamento dos temas prioritários de importância pública e política (Norris & Odugbemi, 2008; Canela, 2007; Gomes, 2004); e demais aspectos que variam de acordo com temas sensíveis à cada localidade, como os graus de privacidade, de crítica, de tratamento de fatos sensíveis, como suicídio, sequestro, entre outros.

Um exemplo é o conceito de Pluralidade. Dentro de uma concepção democrática, o princípio da pluralidade interna (Wimmer, 2011) orienta que se ofereçam oportunidades iguais para os atores envolvidos num determinado conflito. Entretanto, há uma posição teórica que considera essa prática uma forma de controle da controvérsia por quem controla os espaços institucionais de poder. Ao reivindicar e oferecer uma certa “pluralidade”, “os media tendem, fiel e imparcialmente, a reproduzir simbolicamente a estrutura de poder

existente na ordem institucional da sociedade" (Hall et al, 1993, p. 229; ver também Hackett, 1993; Tuchman, 1993; Miguel e Biroli, 2010).

Certamente, a noção de pluralidade e de imparcialidade só fazem sentido num contexto em que valores democráticos sejam minimamente consensuais. Pressupõem uma referência de isenção reivindicada por agentes mediadores, cujas balizas estão fincadas em premissas democráticas. Ou seja, são valores democráticos – carregam essa "parcialidade" na sua gênese –, em cujo contexto, constituem referências de isenção norteadoras para a mediação de conflitos discursivamente sustentados.

A síntese conceitual apresentada acima expõe os pontos de tensão teórica que atingem o núcleo das responsabilidades primárias e derivadas do jornalismo e põem em xeque o contrato de confiança que rege as suas relações com a audiência e a sociedade, a saber, do cumprimento daquelas responsabilidades presumidas. Se do ponto de vista teórico tais responsabilidades não puderem ser sustentadas, restam dúvidas sobre as bases em torno das quais a atividade se consolidou com uma das mais importantes das sociedades democráticas contemporâneas.

É no âmbito do Paradigma da Mediação, contudo, que podem ser identificadas e fundamentadas as responsabilidades da atividade jornalística, conforme esboçadas no Quadro 1. O elemento central do Paradigma da Mediação é o contrato de confiança entre audiência, sociedade e demais partes interessadas e a instituição jornalística em relação aos requisitos primários e derivados, isto é, de que a atividade não vai romper a barreira que separa a realidade da ficção, que vai orientar-se por aspectos relevantes e atuais que digam respeito aos valores caros a uma sociedade democrática.

Sustentar ou criticar esse modelo exige especial atenção a um ponto: o escopo de cada conceito. Quando se afirma, por exemplo, a verdade como responsabilidade do jornalista na produção da notícia, não se está afirmando nem que todo relato será verdadeiro, nem que os relatos verdadeiros irão dar conta de todo o fato, nem que o conhecimento da notícia que reivindica a verdade não possa ser contestado. Daí a necessidade de se ampliar a investigação sobre o método jornalístico, a fim de se delimitar com a precisão possível, as condições do conhecimento jornalístico verdadeiro. A crítica ao conceito revela a complexidade do processo cognitivo e interpretativo sobre os fatos, que deve ser respondida por conceitos e métodos mais específicos, capazes de delimitar com maior precisão o seu escopo e seus níveis de eficácia relativos à preservação do lastro noticioso, devidamente contextualizado, com a dimensão factual. Ao delimitar o escopo,

delimita-se até onde o conceito pode ser eficaz ao que se propõe, e consequentemente delimita-se o que não está na sua alçada, o que pode exigir um novo conceito ou novos refinamentos para dar conta desse arranjo prático-teórico.

Nesse ponto, transitamos da Pesquisa Básica Orientada para desenvolver os fundamentos da Pesquisa Aplicada e de Desenvolvimento Experimental, em cujo âmbito está o potencial de implementação e de eficácia das responsabilidades assumidas, configuradas na forma de um sistema perito.

Pesquisa Aplicada e de Desenvolvimento Experimental

Os vínculos criados pelas responsabilidades primárias e derivadas assumidas pelo jornalismo perante suas audiências, a sociedade e demais partes interessadas, dependem da confiança que estas depositam na instituição jornalística, em primeiro plano, e nas organizações jornalísticas em si, que fazem jornalismo cotidianamente, em segundo plano. Essa confiança resulta da crença de que o acordo firmado no desenho conceitual básico da atividade pode ser efetivo, na medida que os integrantes da instituição jornalística empreguem sua expertise profissional para responder às expectativas postas. É na transição dos conceitos básicos orientados que moldam o jornalismo para o saber aplicado responsável por sua efetivação que começa a se constituir o sistema perito jornalístico.

A noção de confiança constitui o primeiro requisito de funcionamento não apenas do jornalismo, mas da própria sociedade moderna: “*a natureza das instituições modernas está profundamente ligada ao mecanismo da confiança em sistemas abstratos*, especialmente confiança em sistemas peritos” (Giddens, 1991, p. 77 – grifo do autor). Confiança é a “*crença na credibilidade de uma pessoa ou sistema, tendo em vista um dado conjunto de resultados ou eventos*” (Giddens, 1991, p. 36, grifo nosso) e “sistema perito” são “sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje” (Giddens, 1991, p. 30). Dessa definição, é possível extrair uma relação entre a confiança, a ser depositada por um agente, e um sistema que reivindica credibilidade, porque baseado em princípios e conhecimentos técnicos cuja eficácia pode ser demonstrada.

O entendimento do jornalismo como um “sistema perito”, inicialmente proposto por Miguel (1999; e revisado em 2024), fornece uma chave bastante atual para a análise do

jornalismo, especialmente, para os desafios que tem a enfrentar⁶. A confiança depositada no jornalismo, entendido como sistema perito, é baseada nas responsabilidades primárias e derivadas, associadas à eficácia no cumprimento dessas responsabilidades, em níveis considerados satisfatórios, decorrente do saber fazer que caracteriza a atividade. No contexto atual, essa associação está fragilizada por um conjunto de fatores, brevemente expostos na apresentação deste ensaio.

Para restabelecer e fortalecer esta confiança, o presente ensaio propõe dois movimentos que passam pela realização de Pesquisas Aplicadas e de Desenvolvimento Experimental na área: 1) estruturar com maior rigor os métodos jornalísticos de produção do conhecimento sobre os fatos/acontecimentos; 2) incorporar ao método processos de integridade editorial, na forma de instrumentos de *accountability* internos e externos, de modo a demonstrar para sua audiência e a sociedade a eficácia de seu trabalho.

Os métodos jornalísticos carecem de rigor e de poder demonstrativo de seus resultados. Normalmente, são implícitos, incorporados pela rotina do trabalho operacional (Barros Filho citado por Sponholz, 2009, p. 122; Pereira Junior, 2006, 2006, p. 73), e por isso tornam-se frágeis em sustentar decisões editoriais passíveis de questionamento. Da mesma forma, a crítica também padece dessa fragilidade, recaindo não raro na justificativa de ordem política. Recolocar o jornalismo como agente mediador qualificado do debate público requer avançar tanto no grau de elaboração e implementação de seus métodos profissionais quanto nos seus métodos de crítica.

É o esforço da pesquisa aplicada que será capaz de produzir um arranjo propositivo que amarre teorias a práticas, de modo a garantir sua eficácia em entregar o que se propõe, de forma verificável e demonstrável⁷. A Pesquisa Aplicada é uma investigação original, conduzida “com a finalidade de adquirir conhecimentos novos”, mas é “dirigida principalmente a um objetivo ou um determinado propósito prático” (OCDE, 2018, p. 51)⁸. Nesse caso, toda e qualquer pesquisa que vise sistematizar o método jornalístico e seus desdobramentos, em diferentes eixos de possibilidade, se constitui em Pesquisa Aplicada em Jornalismo. Para estruturar os problemas aos quais se dedicar, a Pesquisa Aplicada precisa partir do referencial teórico básico orientado disponível sobre o jornalismo para

⁶ Neste ensaio, o foco não é discutir a proposta de Miguel em si, mas explorar uma possibilidade analítica aberta por ele.

⁷ A descrição do conceito e do método de pesquisa aplicada neste artigo retoma, em seus aspectos fundamentais, passagens desenvolvidas em outros artigos, como (Guerra, 2016 e Guerra, 2023).

⁸ “Applied research is original investigation undertaken in order to acquire new knowledge. It is, however, directed primarily towards a specific, practical aim or objective” (OCDE, 2018, p. 51).

enriquecê-lo potencialmente com seus resultados, seja gerando efeito demonstrativo para os saberes conceitualmente postos seja para agregar novos conceitos, extraídos das novas experiências conduzidas, exigidos para dar conta dos avanços práticos alcançados.

A Pesquisa Aplicada em Jornalismo (PAJ) recorre a um conjunto de elementos teóricos e metodológicos voltados para compreender o fazer jornalístico e intervir nele de modo cientificamente orientado. Parte de uma compreensão inicial do que seja a atividade, dentro da qual se formulam problemas para os quais o esforço aplicado de sistematização conceitual e metodológico busca oferecer uma solução inovadora. A solução produzida, que é de natureza teórico-prática, pode avançar para a etapa do Desenvolvimento Experimental, voltada à elaboração de novos produtos e processos que possam ser melhores em relação aos existentes.

A estrutura metodológica da proposta aqui sistematizada de Pesquisa Aplicada em Jornalismo requer considerar dois princípios elementares: o Princípio Finalidade (PF) e o Princípio Complementaridade (PC). O Princípio Finalidade deve levar em conta suas responsabilidades primárias e derivadas. O Princípio Complementaridade determina o respeito a eixos que, embora se refiram a questões de diferentes e específicas naturezas, juntam-se numa particular configuração para dar sentido e efetividade ao Princípio Finalidade.

A orientação dada pelo PF é essencial para a definição dos métodos que visam atender aqueles compromissos, assim como vão definir parâmetros de desempenho aos quais deve se submeter toda organização que se pretende “jornalística”. Sem clareza do que se pretende atingir, não é possível definir os métodos nem realizar avaliações de mérito do trabalho realizado. O Princípio Finalidade deve obter fundamento em sete eixos em torno dos quais a atividade jornalística estrutura a sua operação. É uma exigência do Princípio Complementaridade, que demanda um alinhamento de saberes entre esses eixos.

De modo esquemático, os eixos podem ser assim definidos:

1) Eixo Teórico

Neste eixo, desenvolve-se uma teoria sobre conceitos e métodos aplicados ao fazer profissional, voltados a implementar o desenho conceitual do jornalismo, sistematizado no âmbito da Pesquisa Básica Orientada. Por método, Sponholz define “uma série de ações

ou decisões planejadas e adotadas conscientemente para alcançar um determinado objetivo" (2009, p. 118). Daí resulta a capacidade justificadora do método, quando sólido o bastante para orientar de modo racionalmente estruturado a prática. O método jornalístico será apresentado em dois movimentos complementares: processual e cognitivo.

No seu modo processual, Sponholz propõe uma sequência de ações que deve ser seguida para gerar o conhecimento jornalístico, desde a apresentação de um assunto de pauta, passando pelo seu tratamento editorial em diferentes momentos, até a sua finalização: 1) Escolha do objeto; 2) Pré-investigação; 3) Formulação de hipóteses; 4) Teste das hipóteses; 5) Seleção das informações levantadas; e, 6) Redação.

No modo cognitivo, procura-se configurar o trabalho mental do jornalista para definir, delimitar e sistematizar o conhecimento produzido. Esse movimento se dá com a condução do percurso interpretativo, que parte de 1) uma *pergunta* inicial, que gera hipóteses para sua resposta; 2) do que se opera um *recorte* de tempo e espaço na realidade, dentro do qual a apuração será inicialmente conduzida; 3) as informações obtidas serão objeto de *seleção* (e *descarte*) para sua 4) *sistematização* na forma de um conhecimento parcial (que demande novas apurações) ou final (quando apto a ser publicado, ainda que novos e sucessivos conteúdos possam ser produzidos posteriormente). Esse ciclo se dará tantas e quantas vezes for necessário para a produção da notícia, e a cada rodada vai gerar um corpo de conhecimentos mais sólidos, a partir do qual se inicia um novo ciclo de perguntas e respostas, até se atingir o volume informativo e a certeza necessários para a publicação do material. São os movimentos do percurso interpretativo, no modo cognitivo, que vão fazer avançar as etapas do modo processual do método. O método é um constructo conceitual e lógico, cuja elaboração e implementação vai estar em constante negociação e ajustes com os demais eixos.

2) Eixo Técnico

Se o método define um roteiro, fundamentado por teorias que lhe deem suporte, no âmbito das técnicas está um conjunto prático de ações que efetivamente implementam o método, em cada caso concreto. As técnicas podem ser basicamente de três tipos:

- De conduta: quando voltadas a implementar normas de conduta, seja de ordem ética, legal ou mesmo organizacional.

- Procedimental: quando voltadas a orientar o trabalho de apuração do fato/acontecimento, e consiste nas técnicas de observação, entrevista e pesquisa documental, cada uma com seu grau de complexidade próprio;
- De Produção: quando voltadas a gerar os produtos que serão disponibilizados para as audiências, como redigir, editar, fotografar, etc.;

Esses diferentes tipos de técnicas dão conta de diferentes dimensões do fazer profissional, e devem ser empregados para implementar o método jornalístico.

3) Eixo Ético

O eixo ético atravessa desde a dimensão da teoria básica orientada até os eixos da pesquisa aplicada. Toda e qualquer formulação teórica básica ou aplicada, assim como toda ação, dos diferentes eixos, sempre deverá ser balizada por referências éticas, sejam elas relativas à sociedade, de forma ampla, sejam específicas, próprias do fazer jornalístico. Nenhuma ação ou possibilidade teórica jornalística se torna socialmente aceitável se não for eticamente justificável. O eixo ético extrapola os limites seja da instituição jornalística seja da organização jornalística em si, e se impõe com instância de validação necessária e externa ao campo profissional.

68

4) Processos

O eixo dos processos designa as etapas de produção jornalística, conforme a estrutura operacional da organização que o implementa. Neste caso, trata-se do reconhecimento de que o jornalismo se materializa no âmbito de uma organização, que tem uma forma própria de operar o trabalho. Essa organização, conforme a disponibilidade dos recursos materiais de que dispõem, do perfil de seus recursos humanos, entre outros aspectos atinentes à dinâmica organizacional, vai operar o método e as técnicas profissionais para implementar seu projeto editorial.

5) Tecnologia

O eixo tecnológico abrange o conjunto de equipamentos e de competências para operá-los, bem como a rede de serviços necessária ao seu funcionamento, a fim de viabilizar o processo jornalístico. Para isso, faz uso de sistemas de informação, “um conjunto organizado de pessoas, hardware, software, redes de comunicação e recursos de dados que coleta, transforma e dissemina informações em uma organização” (O'Brien, 2010, p. 6), que se insere no contexto do conceito de Jornalismo Digital em Base de Dados (Machado, 2006; Barboza, 2008). É impossível a prática jornalística sem a infraestrutura e os dispositivos tecnológicos de produção e disseminação de seus produtos. Isso impacta a gramática de uso dessa tecnologia, que vai demandar a expertise das técnicas de produção para gerar os produtos jornalísticos e de gestão editorial para tratar, armazenar e disponibilizar conteúdo, além de uma série de recursos que potencialmente podem ser usados para apurar, armazenar e publicar informações (Schwingel, 2012), assim como para implementar processos de *accountability* e avaliação de qualidade (Guerra, 2023; eixo 7).

69

6) Sustentabilidade

O eixo sustentabilidade aponta para a capacidade de uma organização tornar-se viável, mantendo suas atividades em caráter regular. A sustentabilidade pode ser pensada em três dimensões: ambiental, econômica e social. No plano ambiental, o quanto as organizações jornalísticas adotam uma postura que preserve e promova o meio ambiente. No caso da econômica, as estratégicas de captação de receita são validadas – ou não – eticamente, por exemplo, pois a autonomia financeira é uma condição das mais importantes para proporcionar a independência editorial. Na social, está em jogo a capacidade de o jornalismo como instituição social e as organizações jornalísticas em si, como operadores práticos do jornalismo, em convencer os demais atores sociais de que está efetivamente comprometido com suas responsabilidades primárias e secundárias. Assim, os recursos previstos nos demais eixos precisam ser viáveis no plano da sustentabilidade. E a sustentabilidade vai também impactar o grau de implementação dos outros eixos.

7) **Accountability**

O eixo *accountability* (Bertrand, 2002; McQuail, 2003; Paulino, 2009; Fengler et. al., 2014) visa atender a necessidade que o jornalismo tem de incorporar métodos de acompanhamento e de demonstração da sua integridade editorial, seja de caráter interno ou externo. Em regra, sistemas peritos necessitam de controles por questões de segurança, pois a falha pode gerar prejuízos de grande monta a seus usuários. No caso do Jornalismo, que depende fortemente de sua credibilidade para gerar influência social e ser reconhecido pela qualidade de seu trabalho, o fortalecimento de seus métodos de produção passa pela incorporação de métodos de controle, como os processos de avaliação e gestão da qualidade, que visem monitorar a eficácia de seus procedimentos, a fim de justificar a confiança das audiências, da sociedade e das demais partes interessadas. Quanto mais transparentes forem esses métodos, mais o controle e acompanhamento estará ao alcance dos próprios usuários, cujo autoconvencimento é fundamental para reconhecer a eficácia do sistema perito e consequentemente atribuir confiança a ele.

A Figura 1 apresenta como os eixos estão articulados, necessariamente, na estrutura de produção jornalística. Dos fundamentos básicos orientados, estruturam-se os fundamentos teóricos aplicados e a estrutura de um método jornalístico. Ao eixo teórico, se articula o eixo técnico, que implementa no plano prático a orientação do método para as responsabilidades primárias e derivadas. Todo esse movimento teórico e prático é balizado por referências éticas, que derivam das interações sociais das quais a instituição jornalística participa; e por parâmetros processuais, tecnológicos, de sustentabilidade e de *accountability*, que compõem o escopo das ações organizacionais, a fim de implementar as responsabilidades jornalísticas sob sua alçada. As setas amarelas, que atravessam vertical e horizontalmente o modelo, em sentidos de mão dupla, apontam para o necessário movimento de retroalimentação entre seus diferentes componentes, sem o que não é possível manter a coerência, o alinhamento e a acúmulo dos saberes e práticas da profissão de jornalista.

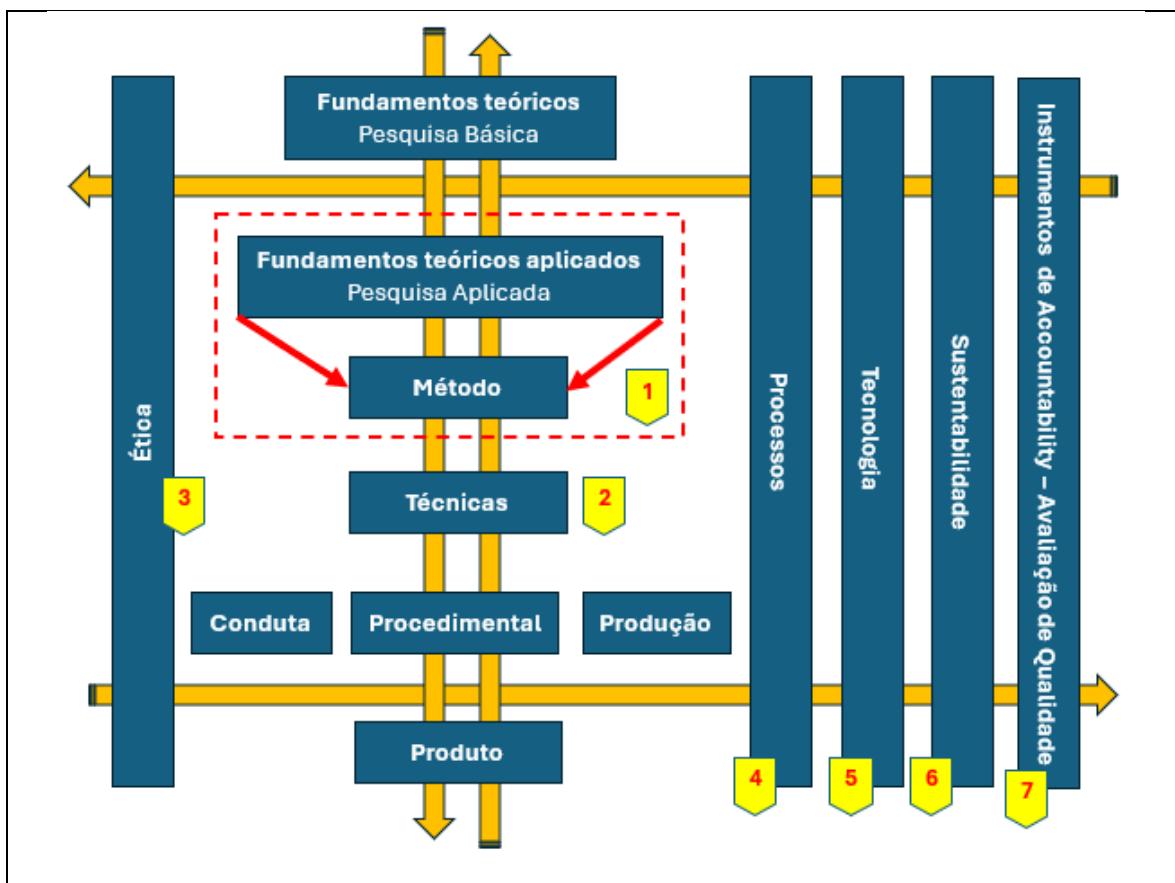


Figura 1: Interação e articulação entre saberes teóricos e práticos que configuram o Princípio Finalidade e os eixos do Princípio Complementaridade

Fonte: Dados da pesquisa

A Pesquisa Aplicada tem como problema prático de origem a sustentação e aprimoramento do método jornalístico, operando a articulação entre os fundamentos teóricos que estruturam as responsabilidades primárias e derivadas, definidas no âmbito do Princípio Finalidade, com os eixos que operam no âmbito do Princípio Complementaridade. Ou seja, oferece soluções para fundamentar e aprimorar o método, com potencial de inovação no campo profissional. Desta condição de origem, se desdobra para explorar uma série de problemas práticos para os quais visa soluções relativas à implementação do método, desde a sua própria concepção (revisão e aprimoramento) até a sua efetivação no âmbito dos diferentes eixos.

Em regra, todo e qualquer problema prático, ainda que formulado inicialmente apenas de forma abstrata no âmbito específico do método, vai demandar uma solução com efeito prático, que necessita de um recurso que torne sua implementação viável,

inicialmente, para fins de teste, posteriormente, para fins de incorporação ao regime de produção editorial, se aprovada na fase de testes. Nesse momento, inicia-se a fase de Desenvolvimento Experimental, a fim de construir algo capaz de viabilizar a solução proposta. Nesse processo, o constructo se constitui num “fator experimental” (Rudio apud Franciscato, 2005, p. 10) a ser testado nas várias situações simuladas ou reais para as quais pretende ser uma solução efetiva. Para chegar a esse ponto, certamente se pressupõe os fundamentos teóricos orientados e aplicados para a formulação do problema e para a busca de solução, tanto do ponto de vista teórico e metodológico quanto do prático, no âmbito dos vários eixos de competência exigidos para a prática jornalística.

Considerações finais

O propósito deste ensaio foi contribuir com as reflexões sobre os desafios que o jornalismo tem para se consolidar como campo científico e como atividade profissional, cuja expertise seja validada cientificamente. O que se esboçou é um caminho a ser construído, cuja responsabilidade não pode estar restrita apenas à comunidade científica ou ao campo profissional da atividade. Deve mobilizar o conjunto de atores sociais preocupados com a qualificação do debate público, que reconhecem a legitimidade do jornalismo para assumir e honrar as responsabilidades primárias e derivadas pactuadas.

Entretanto, o protagonismo para demonstrar o potencial do jornalismo em dar conta dessas responsabilidades é dos atores do campo jornalístico, seja eles atuantes na atividade científica ou na atividade profissional. Ambas as áreas de atuação precisam estar motivadas e preparadas para buscar os meios pelos quais os fundamentos da atividade possam ser desenvolvidos conceitual e empiricamente, a fim de elevar os seus padrões de desempenho editorial. E ambos devem ter o compromisso de incorporar os avanços obtidos no cotidiano da prática profissional.

Sem que o jornalismo desenvolva métodos mais efetivos para entregar o que se propõe, de forma mensurável e demonstrável, dificilmente conseguirá enfrentar os processos deliberados de corrosão da sua credibilidade. Para isso, a articulação entre as modalidades de Pesquisa Básica e Básica Orientada com a Pesquisa Aplicada e de Desenvolvimento Experimental é necessária. Esse é um programa de pesquisa que tem, de forma articulada e sistemática, as condições para alinhar fundamentos teóricos às práticas profissionais, a fim de impulsionar as pesquisas a níveis de maior especialização,

por um lado, e o saber profissional a níveis de maior capacidade demonstrativa de sua eficácia, por outro.

Referências

ANDERSON, C. W.; BELL, E.; SHIRKY, C. **Post-Industrial Journalism**: Adapting to the present. Columbia Journalism School, Tow Center for Digital Journalism, 2012.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário nº 511961/SP, Tribunal Pleno**. Dje 213. Publicado em 13 de novembro de 2009. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=605643>. Acesso em: 15 out. 2021.

BERTRAND, C.-J. **O arsenal da democracia**: sistemas de responsabilização da mídia. Tradução de M. L. Loureiro. Bauru: Edusc, 2002. 513 p.

CORNU, D. **Ética da informação**. Tradução de L. Pelegrin. Bauru: Edusc, 1998.

CORNU, D. **Jornalismo e verdade. Para uma ética da informação**. Tradução de A. P. Silva. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

DEMENECK, B.-H. **Objetividade jornalística**: o debate contemporâneo do conceito. 2009. Dissertação (Mestrado em Jornalismo). Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

FEITOZA, L. N. S. **Por um tratado da relevância jornalística**. 2021. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.

FENGLER, S.; EBERWEIN, T.; MAZZOLENI, G.; PORLEZZA, C.; RUSSMOHL, S. (org.). **Journalists and Media Accountability**: An International Study of News People in the Digital Age. New York: Peter Lang, 2014.

FRANCISCATO, C. Considerações metodológicas sobre a pesquisa aplicada em jornalismo. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM JORNALISMO (SBPJOR), 4. 2006, Brasília. **Anais...** Porto Alegre: SBPJor, 2006. v. 1, p. 1–20. Disponível em: http://sbpjor.org.br/admjour/arquivos/coord2_carlos_franiscato.pdf. Acesso em: 28 jul. 2016.

GENRO FILHO, A. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Ortiz, 1987. 230 p.

GENTILLI, V. **Democracia de massas**: jornalismo e cidadania. Porto Alegre: Editora da PUC-RS, 2005.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. Tradução de R. Fiker. São Paulo: Editora Unesp, 1991. 177 p.

GUERRA, J. L. **O percurso interpretativo na produção da notícia**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Ovídeo Teixeira, 2008.

GUERRA, J. L. Qualijor - sistema de gestão da produção jornalística orientado para a qualidade editorial: pesquisa aplicada e de desenvolvimento experimental em jornalismo. **E-Compós**, Brasília, v. 19, 2016. p. 1-26.

GUERRA, J. L. A Abordagem Estratégica da Qualidade em Jornalismo: Inovação, Tecnologia e Pesquisa Aplicada. **Comunicação & Sociedade**, Florianópolis, v. 44, n. 2, e023023, 2023. DOI: 10.17231/comsoc.44(2023).4736.

HALL, S.; CRITCHER, C.; JEFFERSON, T.; CLARKE, J.; ROBERTS, B. “A produção social das notícias. O mugging nos media”. In: TRAQUINA, N. **Jornalismo: Questões, teoria e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1993: 224-248. (Comunicação e Linguagens).

HACKETT, R. “Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objetividade nos estudos dos media noticiosos”. In: TRAQUINA, N. **Jornalismo: Questões, teoria e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1993: 101-130. (Comunicação e Linguagens).

MACHADO, E. Dos Estudos sobre o Jornalismo às teorias do Jornalismo (Três Pressupostos para a Consolidação do Jornalismo como Campo de Conhecimento). **E-Compós**, Brasília, dez. 2004. Disponível em: <http://www.compos.org.br/e-compos>. Acesso em: 13 jun. 2016.

McQUAIL, D. **Media Accountability and Freedom of Publication**. Oxford; New York: Oxford University Press, 2003.

MEDITSCH, E. “Gêneros de discurso, conhecimento, intersubjetividade, argumentação: ferramentas para uma aproximação à fisiologia normal do jornalismo”. Encontro Nacional de Pós-Graduação em Comunicação. Reunião Anual, XI. Brasília, 1999. Disponível em: <http://bocc.ufp.pt/pag/meditsch-eduardo-dilema-historico-jornalismo.pdf>.

MEYER, P. **Os jornais podem desaparecer? Como salvar o jornalismo na era da informação**. São Paulo: Contexto, 2007.

MIGUEL, L. F. O jornalismo como sistema perito. **Tempo Social**, São Paulo. 1999, v. 11, n. 1, pp. 197-208. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20701999000100011>. Acesso em: 27 abr. 2024.

MIGUEL, L. F. O jornalismo no novo ambiente comunicacional: uma reavaliação da noção do “jornalismo como sistema perito”. **Tempo Social**, São Paulo, Brasil, v. 34, n. 2, p. 195–216, 2022. DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2022.195368. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/195368>. Acesso em: 27 abr. 2024.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. "A produção da imparcialidade: a Construção do Discurso universal a partir da perspectiva Jornalística". **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 73, 2010, pp. 59-76.

NORRIS, P.; ODUGBEMI, S. "The Roles of the News Media in the Governance Agenda: Watch-dogs, Agenda-Setters, and Gate-Keepers". In: **Harvard University-World Bank workshop on "The Role of the News Media in the Governance Agenda**: Watcdog, Agenda-setter, and Gate-keeper". 29-31st May 2008.

O'BRIEN, J. A. **Sistemas de Informação e as decisões gerenciais na era da internet**. 3. ed. Tradução de C. K. Moreira e C. K. Moreira. Rev. Téc. de L. E. A. Cunha. São Paulo: Saraiva, 2010. 431 p.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE).

Frascati manual 2015: diretrizes para a coleta e apresentação de dados sobre pesquisa e desenvolvimento experimental. Paris: OECD Publishing, 2015.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Oslo manual 2018**: diretrizes para a coleta, apresentação e utilização de dados sobre inovação. Paris: OECD Publishing, 2018.

75

PAULINO, F. O. **Responsabilidade Social da Mídia**: Análise conceitual e perspectivas de pesquisa. 2021. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/354703888_Responsabilidade_Social_da_Midia_Analise_Conceitual_e_Perspectivas_de_Pesquisa. Acesso em: 10 jun. 2024.

ROSCHO, B. **Newsmaking**. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1975. 160 p.

SCHWINGEL, C. **Ciberjornalismo**. Paulinas, 2012. 200 p.

SILVA, G. Para pensar critérios de noticiabilidade. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 95-107, 1º sem. 2005. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2091/1830>. Acesso em: 17 mar. 2024.

SPONHOLZ, L. **Jornalismo, conhecimento e objetividade**: além do espelho e das construções. Florianópolis: Insular, 2009. 192 p.

STRÖMBÄCK, J. In search of a standard: Four models of democracy and their normative implications for journalism. **Journalism Studies**, 6(3), 331-345, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1080/14616700500131950>.

TUCHMAN, G. **Making News. A Study in the Construction of Reality**. New York: The Free Press, 1978. 244 p.

TUCHMAN, G. "A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas". In: TRAQUINA, N. **Jornalismo: Questões, teoria e "estórias"**. Lisboa: Vega, 1993. p. 101-130. (Comunicação e Linguagens)

WIMMER, M. Pluralismo e diversidade nos meios de comunicação de massa: sobre consensos e contendas. **Revista Brasileira de Políticas de Comunicação**, n. 6, p. 1-13, 2011.

WOLF, M. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 1992.

ZELIZER, B. Going beyond Disciplinary Boundaries in the Future of Journalism Research. In: LÖFFELHOLZ, M.; WEAVER, D. **Global Journalism Research. Theories, Methods, Findings, Future**. Malden, MA, USA; Oxford, UK: Blackwell Publishing, 2008. p. 253-266.

Submissão: 14 de mai. 2024.

Aceite: 21 de ago. 2024.

Epistemologia e Jornalismo

Revisão bibliométrica de artigos (1998-2022)

Felipe Simão Pontes¹

Resumo

O objetivo é apresentar uma revisão bibliométrica de artigos que tematizam a epistemologia nos estudos de jornalismo. Realiza-se uma revisão em língua inglesa, espanhola, francesa, italiana e portuguesa presentes nas bases Scielo, Scopus e Web of Science publicados nos últimos 25 anos (1998 a 2022). A pesquisa visa compreender quais são e sobre que tratam os estudos que associam jornalismo e epistemologia. Após um breve reconhecimento dos argumentos que motivam pesquisas em epistemologia do jornalismo e com base em 355 artigos identificados, são apresentados dados referentes ao ano de publicação, principais autores, centros de pesquisa de origem, periódicos científicos, palavras-chave, títulos e resumos. Dentre os resultados, destaca-se que se trata de publicações recentes, com associações ao digital, ao fact-checking, às mídias sociais e às fake news. Os resultados indicam a busca dos pesquisadores em associar a prática do jornalismo às dimensões de justificação, validade e autoridade – valores próprios da epistemologia – para fazer frente a questionamentos e desafios dirigidos à profissão.

Palavras-chave: Jornalismo. Epistemologia. Revisão bibliométrica. Conhecimento.

Epistemology and Journalism: bibliometric review of articles (1998-2022)

Abstract

The aim of this study is to present a bibliometric review of articles addressing epistemology within journalism studies. The review encompasses articles in English, Spanish, French, Italian, and Portuguese, sourced from the Scielo, Scopus, and Web of Science databases, published over the last 25 years (1998 to 2022). The research aims to understand what they are and what the studies that associate journalism and epistemology are about. After a brief acknowledgment of the arguments that motivate research in the epistemology of journalism and based on 355 identified articles, we present data referring to the year of publication, main authors, scientific journals, research centers of origin, keywords, titles and abstracts. Among the results, it is noteworthy that these are recent publications, with strong associations with digital, social media and fake news. These results indicate the researchers' quest to associate the practice of journalism with the dimensions of justification, validity and authority – epistemology's own values – to face the questions and challenges addressed to the profession.

Keywords: Journalism. Epistemology. Bibliometric review. Knowledge.

¹ Doutor em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas e do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa. E-mail: spontes@uepg.br.

Introdução

Este texto é resultado de uma primeira exploração de artigos que tematizam jornalismo e epistemologia. Trata-se de uma revisão bibliométrica de 355 artigos publicados no Scielo, Scopus e Web of Science em 25 anos. Na esteira do que indicam referências internacionais sobre o tema, os jornalistas constantemente apresentam recursos para estabelecer a validade das informações que oferecem. Por outro lado, a conjuntura não favorece, pois o jornalismo tem sentido fortemente as transformações de ordem econômica, política e tecnológica pelas quais passam as comunicações de um modo geral (Curran, 2019; Garcia et al, 2020; Tavares; Xavier; Pontes, 2021; Franciscato, 2023). Além de ter de disputar a atenção do público com outros players midiáticos, os jornalistas enfrentam questionamentos sobre a validade de seu trabalho. Como táticas, buscam formas mutantes de perceber recursos, com inserção em práticas que lhes são estranhas ou, minimamente, tensionam os códigos próprios de sua prática profissional.

Os teóricos do jornalismo oferecem, por conseguinte, explicações e (des)caminhos para o entendimento da prática. Com um arcabouço construcionista, os pesquisadores tendem a acompanhar como os jornalistas justificam e transformam suas práticas, como eles a significam e estabelecem novos contratos, em uma bricolagem pela sobrevivência. Com o arcabouço crítico decolonial, contra-hegemônico ou feminista, pesquisadores oferecem a subjetividade, o coletivismo, a mudança na linguagem e o voluntarismo como formas de repensar os rumos da profissão – não sem antes denunciar o que vem sendo feito. Com um novo verniz, o arcabouço positivista reestabelece a necessidade da objetividade, da imparcialidade, da verdade como caminhos de diferenciação frente às disputas políticas pelo discurso da autoridade profissional.

A teorização e a busca pelos conceitos que fundamentam o jornalismo estão intrinsecamente ligadas à prática. Assim, na revisão histórico-conceitual proposta, o reconhecimento do modo como os pesquisadores explicam o jornalismo revela como os conflitos da atividade transparecem na busca por soluções teóricas (Pontes, 2009).

A epistemologia trazida para fundamentar esses esforços diz muito sobre como os pesquisadores do jornalismo pensam a profissão. Indica também caminhos para pensar a fundamentação do jornalismo. Pois se na teoria a prática é outra, há algo errado com a teoria (Genro Filho, 1987). Para realizar uma pesquisa da pesquisa com interesse teórico (Pontes, 2009; Almeida, 2018), é necessária a fase exploratória, em que um primeiro

reconhecimento é feito sobre o material disponível para análise. Trata-se de um primeiro passo do *detour* que a teoria precisa realizar para ir do fenômeno à essência, do senso comum ao conhecimento crítico – como afirma Karel Kosik (1995). Este esforço exploratório pode contribuir para entender a associação de jornalismo e epistemologia em um exercício bibliométrico e teórico. O percurso é similar ao realizado por Franciscato (2023), preocupado em compreender “cenários” de interpretação sobre a profissão nos últimos 25 anos e as elaborações acadêmicas decorrentes de tais conjunturas.

O percurso deste texto oferece uma breve discussão sobre o conceito de epistemologia e o modo como três textos de referência abordam o debate filosófico aplicado ao jornalismo. O segundo momento descreve o processo de construção do corpus de pesquisa e os procedimentos realizados para a análise bibliométrica. Em seguida, são apresentados os principais resultados. A ênfase está na análise das palavras-chave, título e dos resumos dos 355 artigos a partir do software livre IramuteQ. Ao final, alguns resultados são sintetizados, apresentados limites do estudo e caminhos para o desenvolvimento da pesquisa.

79

Epistemologia e Epistemologia do Jornalismo

A Epistemologia é um ramo da filosofia. Também designada como Teoria do Conhecimento, a Epistemologia tem por tarefa entender os processos de conhecimento sobre e a partir da realidade. Diferente da Ontologia - que pressupõe o estudo do “ser”, do “existente”, da “realidade” (Pontes, 2015) – a Epistemologia trabalha com as formas de produção de conhecimento sobre a realidade. Para fins bastante sintéticos e com finalidade introdutória, é possível indicar uma forma mais estrita e outra mais ampla para compreender a epistemologia.

De forma mais estrita, a epistemologia pressupõe o estudo do conhecimento baseado em métodos comunicáveis e confiáveis, com uma linguagem especializada e controlada, com vistas a explicar um dado fenômeno (ou conjunto de fenômenos) da realidade, de forma a poder generalizá-la (Nagel, 1968; Cupani, 2009). A Epistemologia, nessa forma mais estrita, busca entender o contexto de justificação, e tem na ciência sua forma modelar e método preferencial.

Por outro lado, existe uma forma mais ampla de entendimento da Epistemologia, decorrente do questionamento do trabalho da ciência como seu objeto primaz. Guarda

relação com a origem filosófica do termo (ligado à possibilidade do conhecimento), mas teve seu desenvolvimento diante de pesquisas que estudam as dinâmicas do contexto de descoberta e como este interfere e define o contexto de justificação. Guarda forte relação com obra sobre os paradigmas de Kuhn (2011), mas não somente. Além da proposta histórica de Kuhn, já havia debates sobre a *démarché* histórica para considerações sobre um conhecimento válido, como os estudos de Fleck (2010), de Bachelard (1984) e Canguilhem (2009).

Aos estudos de história da filosofia, somam-se as abordagens da sociologia da ciência e da técnica, com autores que acompanham as rotinas dos cientistas e os processos de construção do conhecimento científico, como Latour e Woogar (1997), Latour (2000), Knorr-Cetina (2005) e Bloor (2008). Os estudos de sociologia do conhecimento e produção social do conhecimento também influenciam as definições de epistemologia, uma vez que ampliam o escopo de análise para formas de conhecimento associadas ao senso comum (Berger; Luckmann, 2004) e ao conhecimento tácito (Polanyi, 1966). Outro conjunto de abordagens está relacionado ao papel do conhecimento na autoridade profissional (Abbott, 1988; Friedson, 1995; 1998).

Em concorrência com essas abordagens, estão questionamentos sobre o projeto epistemológico e da própria possibilidade do estudo do conhecimento, com críticas ao conceito de mente, de realidade, de linguagem e de projeto hegemônico. Propostas neopragmáticas (Rorty, 1995), desconstrucionistas (Derrida, 1971), feministas (Harding, 1993; Collins, 2019) e decoloniais (Mignolo, 2013; Grosfoguel, 2008) oferecem – a partir de diferentes arcabouços teóricos – outros aspectos para criticar a epistemologia, ou para criticar uma forma universal de entender a epistemologia.

O brevíssimo e incompleto quadro acima serve especificamente para introduzir como a discussão sobre epistemologia é ou pode ser associada ao jornalismo. O primeiro aspecto a considerar é que a palavra epistemologia não é objeto comum de considerações nos estudos de e sobre jornalismo ao longo do tempo. Observa-se que os “estudos de jornalismo”, o “campo jornalístico”, a “ética (e deontologia) jornalística” ou as “teorias do jornalismo” são expressões mais comuns para designar muito do que nos últimos 10 anos os pesquisadores internacionais estão chamando de “epistemologia do jornalismo”.

Com base em textos como os de Ekström e Westlund (2019), Labasse (2017) e Ward (2018), é possível estabelecer preliminarmente quatro eixos argumentativos para compreender os usos da epistemologia por pesquisadores do jornalismo. No primeiro, os

estudos buscam identificar características da prática jornalística ou dos produtos jornalísticos que respondam ao processo de justificação do conhecimento produzido sobre os fatos que acontecem no mundo social. O segundo, parte da definição do jornalismo como uma forma específica de conhecimento, e busca diferenciações em relação a outras formas de conhecimento como a arte e a ciência. O terceiro está na autoridade profissional que os jornalistas e instituições jornalísticas reivindicam para dizer o que dizem como verdadeiro, objetivo e justificável e como essa prática encontra ressonância nas manifestações de diferentes segmentos das audiências. O quarto argumento busca compreender como as pesquisas fundamentam suas concepções a partir de arcabouços teóricos e produzem conhecimento sobre o jornalismo, com consequências também no exercício do jornalismo.

Para Ekströn e Westlund (2019), a epistemologia no jornalismo consiste no estudo de como os jornalistas e as organizações noticiosas sabem o que sabem e como as reivindicações de conhecimento dos jornalistas são articuladas e justificadas. Por sua vez, Labasse (2017) expõe as dificuldades de o Jornalismo estabelecer suas fronteiras discursivas diante de formas mais legitimadas de produção do conhecimento (científicas, jurídicas, artísticas). Sob esse aspecto, o autor defende que a epistemologia tem uma dupla tarefa para as pesquisas em jornalismo.

O termo epistemologia, como sabemos, possui um amplo campo semântico, variando das acepções mais gerais (a capacidade de conhecer, a evolução das formas de apreender o real) às mais específicas (os métodos que caracterizam uma determinada disciplina). No presente caso, cada uma dessas duas direções parece, mutatis mutandis, relevante: se o estudo das modalidades de conhecimento do jornalismo pode, por um lado, contribuir para a compreensão geral do jornalismo, também pode, por outro, ajudar a defini-lo (Labasse, 2017, p. 7).

Ward (2018) realiza uma ampla recuperação filosófica do termo epistemologia para explicar como duas correntes disputam espaço na orientação da epistemologia na filosofia, nas ciências sociais e no jornalismo: o realismo e o construcionismo. Ao indicar o realismo como dominante no jornalismo nas fases de fundação até os anos 1980, o autor indica que as teorias construcionistas passam a ganhar mais força a partir dos anos 1990, com impactos na compreensão sobre o exercício profissional. O autor defende como construcionistas todas as teorias que se opõem à visão realista do jornalismo, como as decorrentes da economia política, as pragmáticas, neopragmáticas, pós-modernas, desconstrucionistas, feministas e decoloniais. Para o autor, as visões construcionistas

tornam mais difícil e complexo o exercício do jornalismo, tanto com o questionamento de verdades postas, como de um relativismo exacerbado. Tanto Ward (2018) como Ekströn e Westlund (2019) defendem que o jornalismo deveria aproveitar contribuições do realismo e do construcionismo para propor epistemologias do jornalismo que qualifiquem o exercício profissional. Ward (2018) parte de uma matriz neopragmatista; Ekströn e Westlund (2019), do construcionismo e do realismo crítico.

O nosso passo neste exercício é anterior. Nós queremos reconhecer o que os pesquisadores querem dizer quando tratam de epistemologia associada ao jornalismo. Para isso, propomos uma revisão bibliométrica dos artigos que associam os termos. A expectativa é a de oferecer pistas, espera-se mais qualificadas, para exercícios teóricos que possam contribuir com a prática do jornalismo e com a produção de conhecimento sobre ele.

82

Construção do corpus e procedimentos

A pesquisa partiu da seguinte pergunta: quais são, como se fundamentam e sobre o que tratam os estudos que associam jornalismo e epistemologia? No intento deste artigo, realizamos uma revisão bibliométrica de artigos publicados em inglês, espanhol, francês, português e italiano em 25 anos. De acordo com Araújo (2006), a bibliometria é uma “[...] técnica quantitativa e estatística de medição dos índices de produção e disseminação do conhecimento científico”. Em complemento, Bourguignon, Hartz e Moreira (2021, p. 919) explicam que

A técnica é útil para mapear e acompanhar o desenvolvimento de um determinado campo ou temática de estudos, verificar o volume e a distribuição geográfica e institucional dos trabalhos, padrões de autoria e publicação, usos dos resultados, bem como outros elementos atinentes ao interesse da pesquisa. Os trabalhos de revisão da literatura podem utilizar os dados bibliométricos para contextualizar os aspectos sócio-históricos da produção científica.

Com interesse em reconhecer e contextualizar o conhecimento sobre epistemologia e jornalismo, esta revisão de artigos partiu de algumas fases para definição do corpus de análise. Estas fases acompanham os procedimentos dispostos no trabalho de Bourguignon, Hartz e Moreira (2021). Primeiramente, foi realizada pesquisa no portal de periódicos CAPES, mais especificamente nas bases de dados Scielo (Scientific Electronic Library

Online), Sciverse Scopus (Elsevier) e Web of Science (Clarivate Analytics). Compreende-se que essas três bases são as mais reconhecidas pela comunidade científica dos estudos de Jornalismo. No campo de busca de cada base foram assinalados “todos os campos” para seleção dos textos. Em seguida foram inseridos os descritores *jornalis** AND *epistemolog**; uso de conector booleano “OR” seguido de adição de campo com as palavras *jornalis** AND *epistemolog**; uso de conector booleano “OR” seguido de adição de novo campo com uso das palavras “*periodis** AND *epistemolog**”; e, novamente “OR” e novo campo de busca com as palavras “*giornalis** AND *epistemolog**”. Esse método de busca foi consolidado após tentativas, com fito de garantir a maior inclusão possível de textos nos cinco idiomas de interesse.

Após o resultado, foram realizadas duas etapas de filtro: a restrição a artigos e textos de editoriais; e a seleção de textos de 1998 a 2022, perfazendo 25 anos de publicações. Após essas duas seleções, os dados foram exportados em CSV para uso em arquivo de planilha de dados. Cada pesquisa, em cada base resultou em uma planilha. O próximo movimento foi o de identificação e exclusão de títulos repetidos em cada base. Após esse momento, os dados de cada uma das três planilhas foram unidos em uma única, com 809 resultados. Após conferências, foram identificados seis textos que não eram artigos ou editoriais, o que consolidou um corpus de 803 resultados.

Todas as etapas, até esse momento, foram também executadas por outros dois pesquisadores, de forma independente². As diferenças de resultados foram identificadas, debatidas e resolvidas para a consolidação dos resultados.

Cada texto selecionado estava disposto em uma linha da planilha, com informações sobre ano de publicação, autores, título, nome da publicação (revista acadêmica), língua do texto principal, palavras-chave, resumo, instituição de afiliação do autor e o link para acesso ao texto completo. A partir da ordenação alfabética dos resultados na planilha por título, e posteriormente por autor, foram excluídos os resultados repetidos entre as bases de dados, com a consolidação de 563 textos. Nesse momento, todos os dados foram traduzidos para língua inglesa (daqueles que estavam em outras línguas).

A etapa seguinte consistiu na leitura de títulos, palavras-chave e resumos para identificação dos textos que não tratavam de Jornalismo. Cada resultado que não tratava

² Registro agradecimento à professora Cíntia Xavier e ao mestrando David Cândido dos Santos por participarem da primeira etapa desta revisão.

de jornalismo foi numerado e colocado em um arquivo de editor de texto, com a respectiva justificativa do porquê houve a exclusão. Ao fim do processo, ficou consolidada uma planilha com 355 resultados.

Após a consolidação dos textos, foram extraídos os dados sobre ano de publicação, tipos de publicação, autores mais encontrados, centro de pesquisa de origem, palavras-chave, títulos e resumos. Dos 355 resultados, 30 não traziam palavras-chave e dois, resumos. As análises das palavras-chave, títulos e resumos aconteceu pelo software IramuteQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*). Conforme Camargo (2013, p. 515), “este programa informático viabiliza diferentes tipos de análise de dados textuais, desde aquelas bem simples, como a lexicografia básica (cálculo de frequência de palavras), até análises multivariadas (classificação hierárquica descendente, análises de similitude)”.

Para preparação dos dados³, as palavras-chave, títulos e abstracts foram dispostos, cada qual, em um arquivo de texto do LibreOffice, e também foi constituído um dicionário de sinônimos para otimização dos resultados. Os resultados foram apresentados sob a forma de nuvem de palavras e análise de similitude. De acordo com Bourguignon, Hartz e Moreira (2021) “A nuvem de palavras é um recurso que considera a frequência das palavras para distribuí-las em um esquema visual, enquanto a análise de similitude indica as conexões entre as palavras”.

A partir da apresentação desses resultados, são realizadas considerações sobre algumas características da produção que associa jornalismo e epistemologia, bem como coloca essas temáticas em congruência com assuntos pertinentes à prática profissional e de pesquisa do jornalismo.

84

Resultados

A partir do processo de seleção nas bases de dados Scielo, Scopus e Web of Science, o corpus está constituído por 355 textos, destes sete são editoriais e 348 artigos. Foram selecionados 289 textos com o idioma principal em inglês, 27 em espanhol, 21 em português, cinco em russo e quatro em alemão. Sobre a distribuição dos artigos ao longo

³ Registro agradecimento à pesquisadora Ana Maria Bourguignon, quem gentilmente acompanhou a preparação dos dados e rodou os resultados no software IramuteQ.

dos anos, nota-se que há uma tendência de crescimento a partir de 2010, com concentração de publicações nos últimos cinco anos (61,1%).

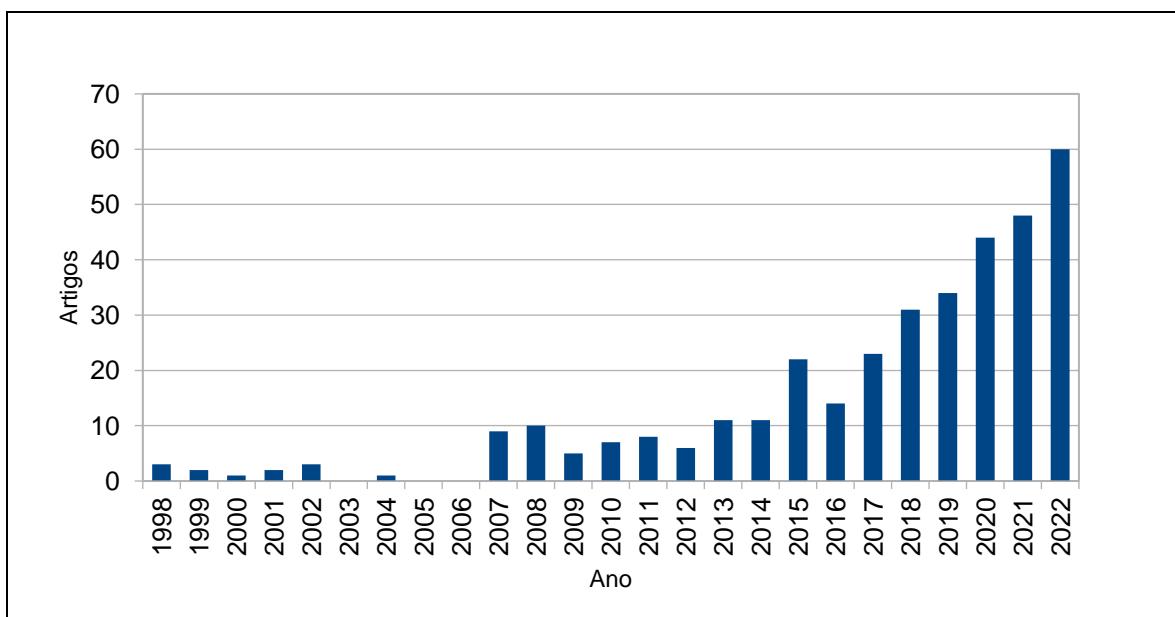


Gráfico 1: Distribuição temporal dos artigos

Fonte: Dados da pesquisa

85

Em consonância com que argumenta Franciscato (2023), houve aumento no número de publicações na área de jornalismo e comunicação, aumento dos periódicos disponíveis em ambiente digital e - especificamente neste trabalho – expansão de títulos indexados nas bases de dados em tela. Ainda assim, evidencia-se a expansão da menção à epistemologia em estudos sobre jornalismo, expressivamente nos últimos cinco anos. Cabe lembrar que os últimos anos estão marcados por uma conjuntura política bastante singular, com o aumento exponencial de divulgação de informações mentirosas, avanço de políticos populistas, de práticas jornalísticas que evidenciam a checagem (fact-checking), avanço dos algoritmos e dos processos de difusão via celular e redes sociais. Ademais, o contexto da pandemia de Covid-19 a partir de 2020 exacerba tais processos. O aumento da produção de artigos que associam jornalismo à epistemologia parece condizente com a conjuntura dos últimos cinco anos.

Os 355 artigos foram publicados em 161 revistas diferentes, sendo que quatro delas concentram 110 artigos (31%). O Quadro 1 indica as cinco revistas com mais publicações.

No cenário brasileiro, destacam-se na lista os periódicos Brazilian Journalism Research (com oito artigos) e Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação (com seis).

Quadro 1: Revistas com mais publicações

Periódico	JIF* (Fator de Impacto)	Ranke* (Comunicação)	Número de Textos	Percentual de 355
Journalism Studies	3.0	34/96	32	11,1
Journalism	2.9	38/96	32	11,1
Journalism Practice	2.1	58/96	24	6,8
Digital Journalism	5.4	11/96	22	6,2
New Media and Society	5.0	13/96	11	3,1

Fonte: Clarivate Analytics (Web of Science).

Há grande dispersão de autores e instituições de origem dentre os artigos que compõem o corpus. Ainda assim, os cinco autores que mais publicaram escrevem sobre epistemologia e jornalismo majoritariamente juntos. Mats Ekströn com Oscar Westlund; e Zvi Reich com Yigal Godler e Aviv Barnoy. Os textos dos autores trabalham com temas pertinentes à epistemologia do jornalismo, com estudos sobre verificação, crenças e valores dos jornalistas, fontes, autoridade, *breaking news*, tecnologia da informação e novas mídias.

86

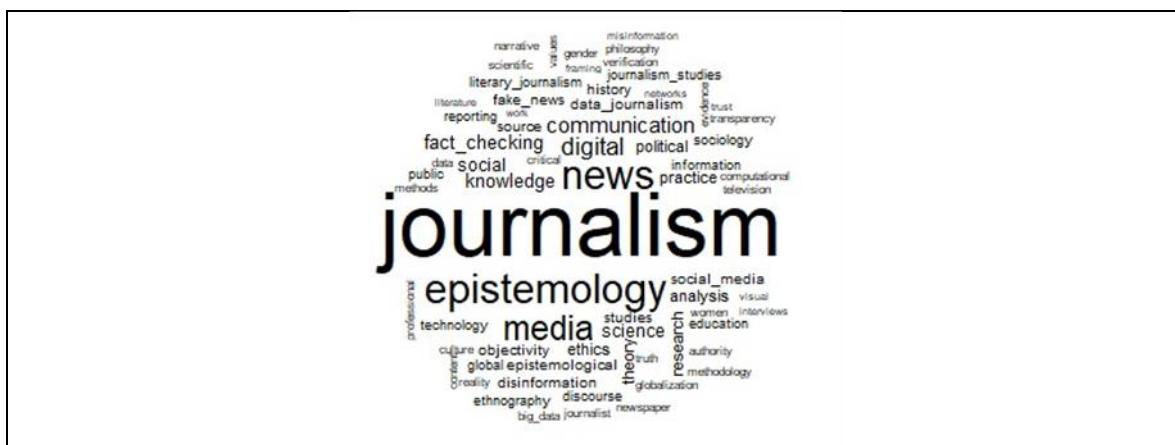
Quadro 2: Autores com mais textos

Autor	Instituição de Origem	País	Número de textos
Zvi Reich	Ben Gurion University of the Negev	Israel	15
Oscar Westlund	Oslo Metropolitan University (OsloMet)	Noruega	10
Mats Ekströn	University of Gothenburg	Suécia	8
Yigal Godler	Ben Gurion University of the Negev	Israel	7
Aviv Barnoy	University of Haifa	Israel	5

Fonte: Dados da pesquisa

Para estudar os assuntos mais tratados, apresenta-se aqui a análise das palavras-chave, títulos e resumos. Dentre os 355 textos, 30 não apresentam palavras-chave e um não traz resumos. Quanto às palavras-chave, foram identificadas 3038 ocorrências, com 1124 palavras diferentes (após a substituição de termos por sinônimos). Na sequência, refletimos sobre os 355 títulos, com identificação de 4334 ocorrências e 1023 palavras

diferentes. E sobre os resumos, com 58178 ocorrências registradas e 7077 palavras diferentes consideradas para a análise pelo Iramuteq. Após organização do arquivo e saneamento dos dados, são apresentadas nuvens de palavras com ao menos seis ocorrências para palavras-chaves e títulos; e no mínimo 40 ocorrências nos resumos.



87

Figura 1: Nuvem das palavras-chave

Fonte: Dados da pesquisa

Ao se observar a nuvem das palavras-chave, é evidente a centralidade que toma a palavra “jornalismo” (246 ocorrências), em sequência “epistemologia” (101 ocorrências), “news” (97) e a palavra “mídia” (78). A dimensão analítica fica mais presente ao indicar os destaques das palavras “digital” (48 ocorrências) e “fact_checking” (33). Palavras como “comunicação” (43), “conhecimento” (34), “ciência” (29), “social” (26), teoria (21), pesquisa (22) e análise (23 ocorrências) expressam características de pesquisas de caráter epistemológico. Com relevo secundário, aparecem as palavras data_journalism (20) e mídia social (16) – mais próximas ao termo digital. As palavras “fake news” (19) e desinformação (17) são exemplos de termos relacionados à fact-checking. Ética (23), “prática” (21) e objetividade (19) são as palavras ligadas ao exercício do jornalismo que mais aparecem.

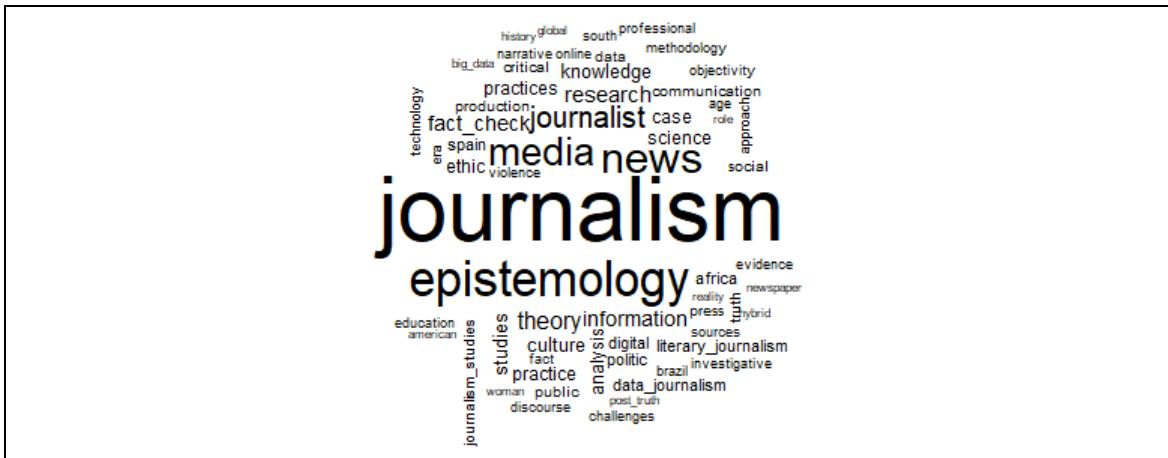


Figura 2: Nuvem de palavras dos títulos

Fonte: Dados da pesquisa

Ao observar os títulos (Figura 2), os padrões de ocorrência de palavras permanecem (jornalismo, epistemologia, notícias e mídia), com destaque para “jornalista” (36), “teoria” (25), “pesquisa” (24), “fact_checking” (20), “conhecimento” (18), “cultura” (18) e “ciência” (17). No mesmo sentido, a nuvem das palavras que compõe os resumos - com mais de 40 ocorrências (Figura 3) - reforça as tendências já destacadas, oferecendo evidência no uso de palavras como “fact-checking” (131), data (141), digital (87) e technology (78). À epistemologia (426), estão palavras como ciência (123), verdade (87), realidade (48) e objetividade (40). Palavras como política (123), cultura (104) e ética (90) também foram muito utilizadas nos resumos.

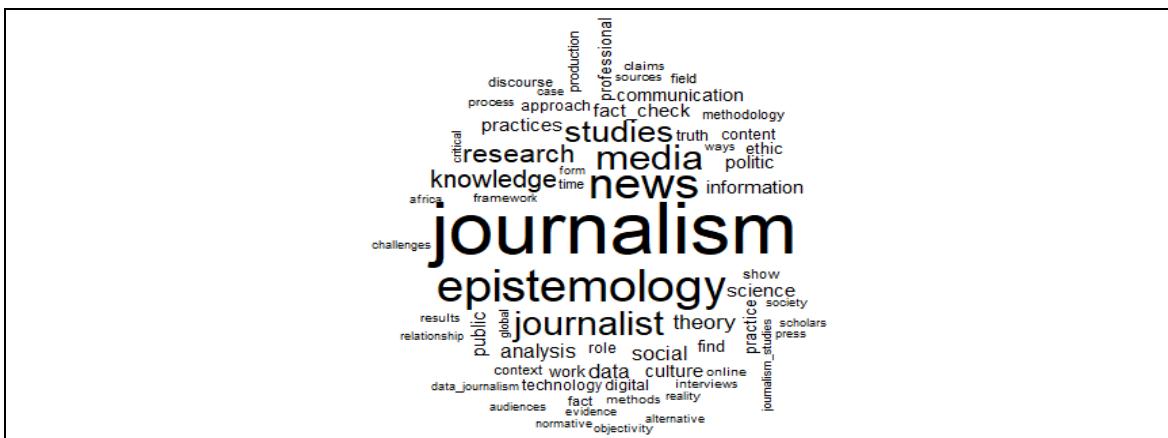


Figura 3: Nuvem de palavras dos resumos

Fonte: Dados da pesquisa

A árvore de similitude (Figuras 4, 5 e 6) permite compreender correlações entre palavras. Tanto as ligações, como a aproximação das palavras, indicam que estão mais ou menos relacionados na exposição das palavras-chave dos artigos (citados em um mesmo conjunto de palavras-chave). Jornalismo, como palavra mais geral, relaciona-se com praticamente todos os termos. No entanto, como ilhas de sentido, é possível notar associações, como a de fact-checking com confiança e desinformação; ou epistemologia com conhecimento, evidência e sociologia; notícias com fontes e televisão; comunicação com pesquisa e estudos; digital com big data e computacional.

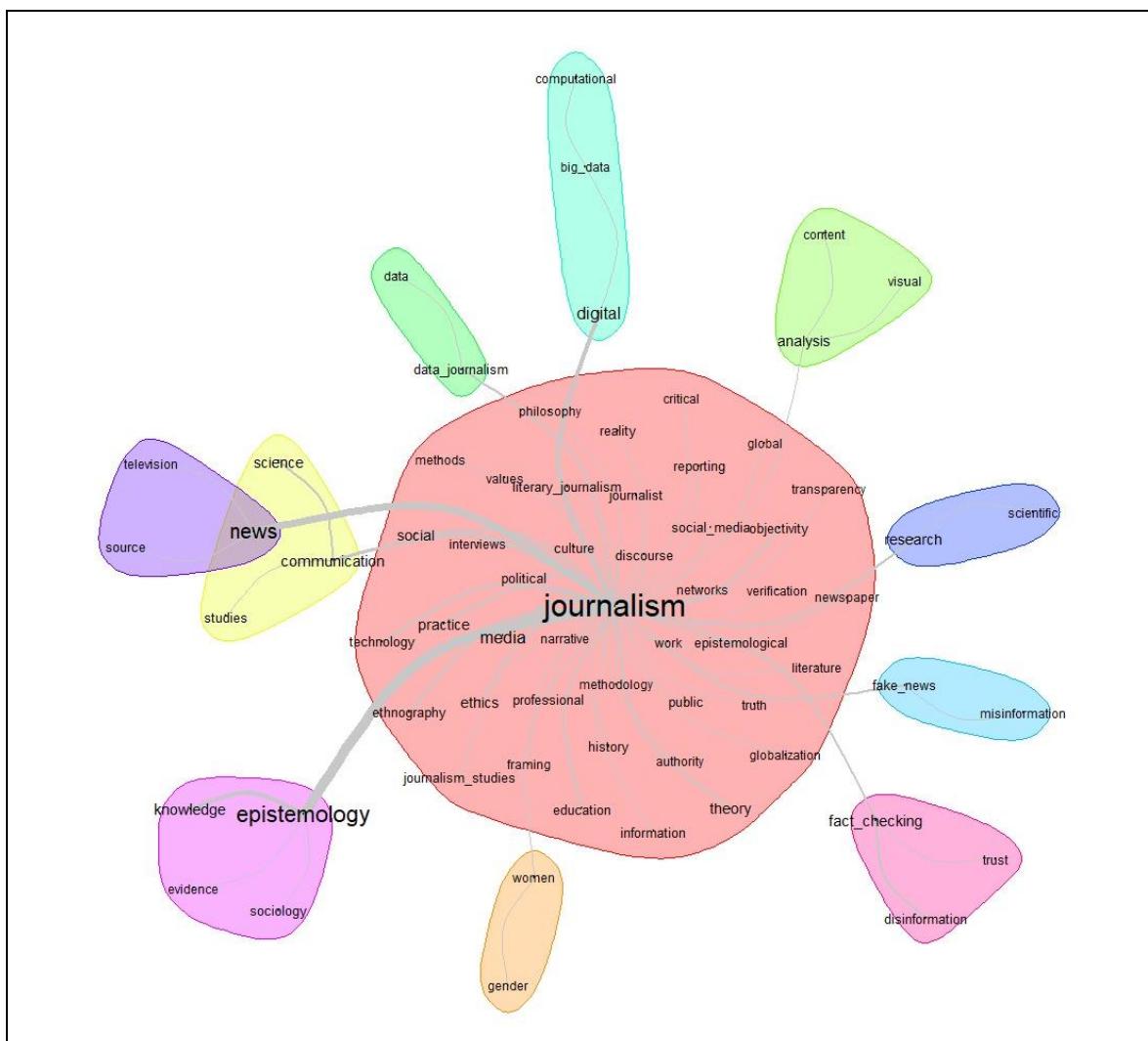


Figura 4: Árvore de similitude com as palavras-chave
Fonte: Dados da pesquisa

A árvore de similitude dos títulos associou palavras com mais de seis ocorrências. As associações acontecem porque algumas palavras aparecem mais junto de outras em um mesmo título. Há um menor número de clusters, mas mais palavras associadas a cada um deles. Em específico, nota-se a associação da palavra “teoria” a “estudos de jornalismo”, “comunicação” e “global”. A palavra “epistemologia” está fortemente associada a fato e fact checking, bem como guarda relação com jornalismo literário e narrativa. A palavra notícia está associada ao digital, à tecnologia, online, fontes e regras.

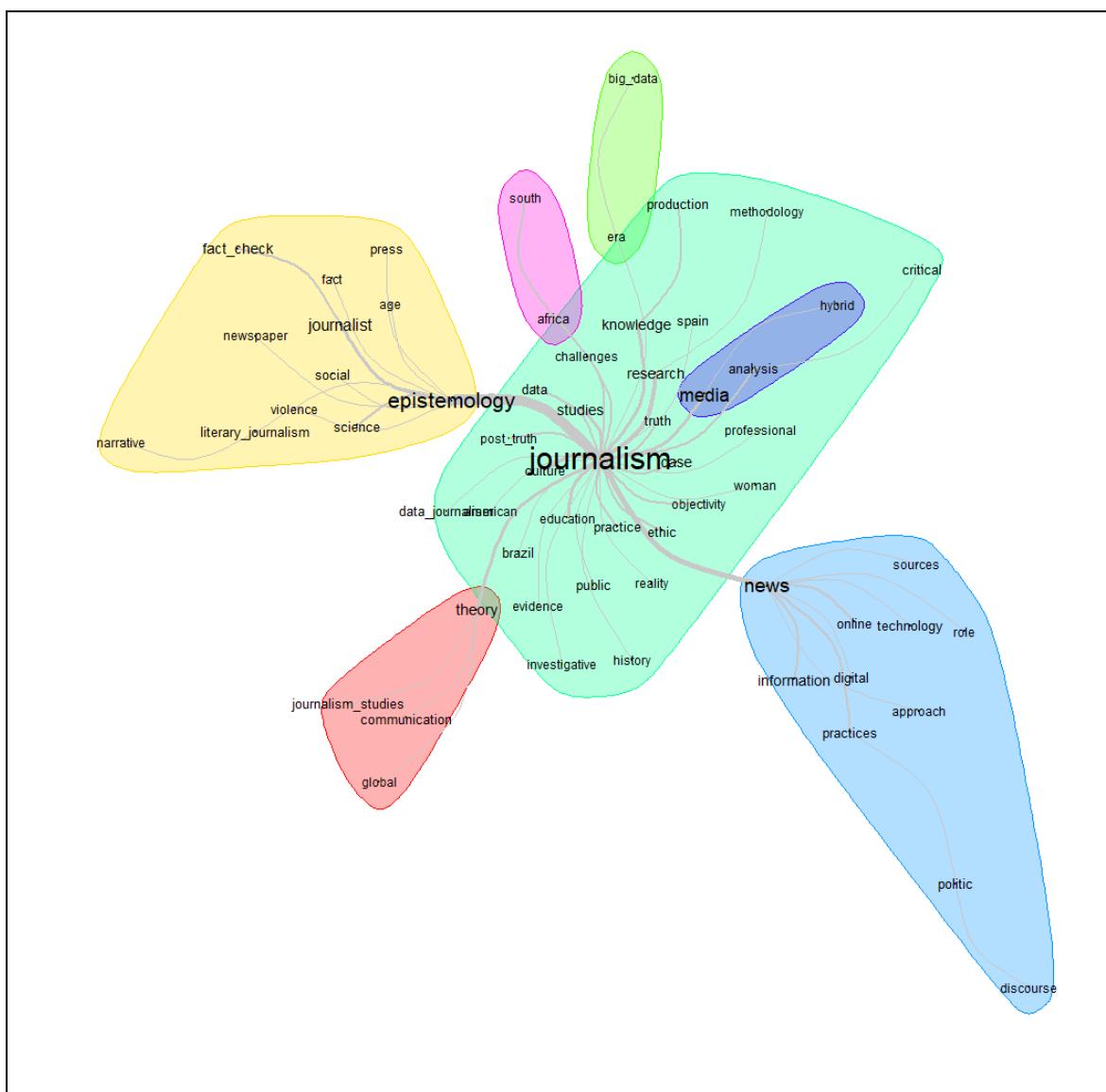


Figura 5: Árvore de similitude dos títulos

Fonte: Dados da pesquisa

Os resumos permitem associação de palavras próximas, em um conjunto de três linhas. Por se tratar de pequenos textos, o software permite entender associações por frases ou trechos mais longos que os resultados trazidos anteriormente. Observa-se menos ilhas de sentido, com a palavra jornalismo com grande dominância. A observação dos resumos confirma a associação de notícias com digital e online; e a epistemologia está ligada aos “estudos de jornalismo”. A palavra estudos está associada à Comunicação, o que também remete às teorizações.

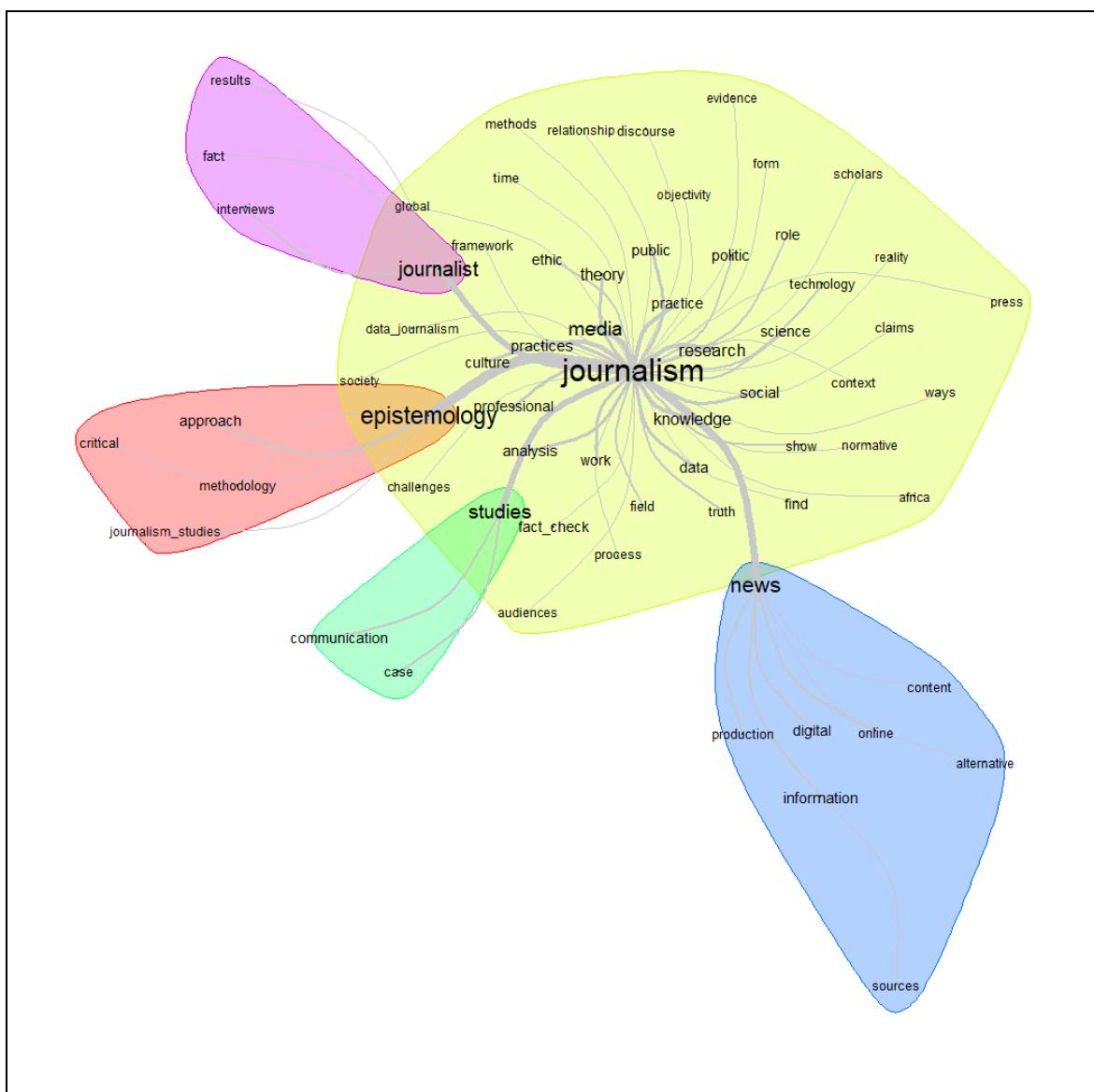


Figura 6: Árvore de similitude das palavras dos resumos

Fonte: Dados da pesquisa

Em sua avaliação sobre o percurso histórico das epistemologias do jornalismo, Ward (2019) indica seis “teorias construcionistas” responsáveis por questionar o que ele denomina como realismo advindo das redações: “1. Críticas da economia política; 2. Epistemologias divergentes; 3. Modelos de esquemas conceptuais; 4. Modelos de infusão de conhecimento; 5. Epistemologias digitais para novos media e novos métodos; e 6. Epistemologias globais”. Ainda que estas teorias não sejam todas construcionistas como propõe o autor, trata-se de uma listagem interessante para a finalidade analítica aqui presente.

Dentre essas teorias, algumas palavras remetem à teoria 1, como “politics”, “political” ou “critical”. As epistemologias divergentes (gênero, negro, decolonial) podem ser relacionadas a palavras como “Africa”, “South”, “woman” ou “gender”, e a outras que não recebem destaque suficiente para estar nas nuvens de palavras e nas árvores de similitude, tais como feminist e decolonization. Os modelos conceituais pressupõem que os jornalistas não são uma tábula rasa, mas partem de esquemas mentais, de quadros de análise – nesse aspecto a palavra “framing” também está presente (ainda que com menor intensidade), com ligações a palavras “professional” e “woman”. Os modelos de infusão do conhecimento relacionam-se com os processos de formação de jornalistas e de promoção de formas para que o professional seja um promotor de conhecimento. A palavra “education” pode revelar características do que Ward afirma, ainda que a palavra “knowledge” esteja mais associada à epistemologia e sociologia (do conhecimento, por exemplo) do que à educação. A sexta teoria indicada, as teorias globais estão relacionadas a palavras como “globalization” e “global” e também às teorias decoloniais e do sul global (como já mencionado anteriormente dentre as teorias divergentes). Não há dúvidas porém que a presença de palavras e correlações está mais em destaque com as teorias digitais (o item 5). Como já destacado, palavras como digital, data, data_journalism (20), technology, online, computacional, social media, verification, fact-checking são todas relacionadas a essa modalidade de pesquisa.

Para além dessas teorias descritas por Ward (2019), as que permanecem como palavras-chave estão ligadas ao realismo, tais como objectivity, truth, ethics, professional, verification, evidence, transparency, trust etc. Todas essas indicações são pistas que precisam ser corroboradas com mais investigações com este corpus, o que permite confirmar Ward em alguns aspectos - porém sem deixar de questionar a ausência de teorias críticas realistas em seu quadro analítico.

Considerações

A presente pesquisa partiu da seguinte pergunta: quais são, como se fundamentam e sobre o que tratam os artigos das principais bases de dados que associam jornalismo e epistemologia. Afirma-se que a seleção de 355 textos revela material robusto para um estado da arte da pesquisa em epistemologia do jornalismo nos últimos 25 anos. Ainda que não tenha explorado as fundamentações – o que será feito em outra etapa da pesquisa –, há fortes pistas que associam o uso da palavra epistemologia ao que Ward (2019) chama de “teorias digitais”. Se há uma licença para tratar dessa denominação para a teoria convencionada por parte da comunidade dos estudos em jornalismo, não há dúvida que os fenômenos contemporâneos ligados ao jornalismo digital tematizam os artigos.

O digital, o jornalismo de dados, o fact-checking e as fake news predominam como palavras que descrevem as pesquisas sobre jornalismo e epistemologia. Os dados coadunam com o período de aumento de publicações sobre o assunto, em 2018. Da mesma forma a presença de palavras associadas como “truth”, “trust”, “desinformation” e “misinformation”. Ademais, o jornalismo digital passou a reivindicar, em eventos e edições temáticas, a natureza epistemológica de sua produção diante das distintas ofertas do meio.

Assim, esta pesquisa, por um lado reforça considerações de Franciscato (2023) de que a produção teórica trabalha muito pouco sob o signo da crise do jornalismo, mas bastante sob a ênfase do digital. Por outro lado, em um contexto que toda a produção intelectual e de conteúdo ocorre no universo digital, pode haver um esforço destes pesquisadores em estabelecer a especificidade do jornalismo. A reivindicação de uma epistemologia do jornalismo ou a busca por percursos realizados por outras epistemologias (principalmente da ciência e a social) oferecem pistas para a necessidade de diferenciar o que é o jornalismo e quais são seus marcadores como conhecimento e processos de trabalho diante das ofertas advindas do digital.

Este artigo oferece circunscrições diante da natureza de uma análise bibliométrica. Trata-se de uma abordagem quantitativa com vistas a reconhecer o estado dos estudos em epistemologia do jornalismo. No processo de constituição da pesquisa da pesquisa, com interesse em apontar fundamentos teóricos do jornalismo, esta revisão bibliométrica apresenta pistas promissoras para entender como a epistemologia é trabalhada para classificar e (re)valorizar dimensões da prática jornalística; para discussão do jornalismo como uma forma específica de conhecimento; e sobre os processos de produção epistemológica para produção de conceitos sobre o jornalismo.

Referências

ABBOTT, A. **The System of Professions**: An Essay on the Division of Expert Labor. Chicago, IL: The University of Chicago Press, 1988.

ALEXANDER, J. Que es la teoría? In: **Las Teorías Sociológicas desde la Segunda Guerra Mundial**. Barcelona: Gedisa, 1992, p. 5-16.

ALMEIDA, G. C. C. **A mulher na pesquisa em jornalismo**: teses e dissertações defendidas em Programas de Pós-graduação em Jornalismo e Comunicação do Brasil (1972-2015). Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Jornalismo. Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2018. Disponível em:

<https://tede2.uepg.br/jspui/bitstream/prefix/2542/1/Gabriela%20Cavalcanti%20Carneiro%20de%20Almeida.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2023.

BACHELARD, G. **O Novo Espírito Científico**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A Construção Social da Realidade**: Um Tratado de Sociologia do Conhecimento. Petrópolis: Vozes, 2004.

BLOOR, D. **Conhecimento e Imaginário Social**. São Paulo: Unesp, 2008.

BOURGUIGNON, A. M.; HARTZ, Z.; MOREIRA, D. Avaliação de programas de atenção pós-parto no Brasil: perfil bibliométrico da produção científica (2000-2019). **Saúde em Debate**, v. 45, n. 130, p. 915-931, jul-set. 2021. Disponível em: <https://saudeemdebate.org.br/sed/article/view/5541/478>. Acesso em: 08 ago. 2023.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. IRAMUTEQ: Um Software Gratuito para Análise de Dados Textuais. **Temas em Psicologia**, v. 21, n. 2, p. 513-518, dez. 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5137/513751532016.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2023.

CANGUILHEM, G. **O Normal e o Patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

COLLINS, P. H. **O Pensamento Feminista Negro**. São Paulo: Boitempo, 2019.

CUPANI, A. **Filosofia da Ciência**. Florianópolis: UAB-UFSC, 2009.

CURRAN, J. Triple crisis of journalism. **Journalism**, v. 20, n. 1, p. 190-193, 2019.

DERRIDA, J. A Estrutura, o Signo e o Jogo no Discurso das Ciências Humanas. In: **A Escritura e a Diferença**. São Paulo: Perspectiva, 1971, p. 229-249.

EKSTRÖM, M.; WESTLUND, O. Epistemology and Journalism. In: **Oxford Encyclopedia of Journalism Studies**. London: Oxford University Press, 2019.

FLECK, L. **Gênese e desenvolvimento de um fato científico**: Introdução à doutrina do estilo de pensamento e do coletivo de pensamento. Belo Horizonte: Fabrefactum, 1. ed., 2010.

FRANCISCATO, C. E. Três cenários em 25 anos de pesquisa em Jornalismo. **Brazilian Journalism Research**, v. 19, n. 1, e1573, 2023. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/1573/1459>. Acesso em: 06 ago. 2023.

FRIEDSON, E. Para uma Análise Comparada das Profissões: A institucionalização do discurso e do conhecimento formais. Tradução de João Roberto Martins Filho. 19º Encontro Anual da ANPOCS. **Anais...** Caxambu (MG), 1995. Disponível em: https://www.cff.org.br/userfiles/60%20-%20FRIEDSON%20E%20%20Para%20uma%20analise%20comparada%20das%20profissoes_1996.pdf. Acesso em: 05 ago. 2023.

FRIEDSON, E. **Renascimento do Profissionalismo**. São Paulo: Edusp, 1998.

GENRO FILHO, A. **O Segredo da Pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê, 1987.

GROSFOGUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, n. 80, p. 115-147, mar. 2008.

GUBA, E.; LINCOLN, Y. Paradigmas en competencia en la investigación cualitativa. In: DENMAN, C. A.; HARO, J. A. (orgs.). **Por los rincones. Antología de métodos cualitativos en la investigación social**. El Colegio de Sonora, Sonora, 2002, p. 113-145.

HARDING, S. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Estudos Feministas**, v. 7, n. 1, p. 7-31, 1993. Disponível em: <http://www.legh.cfh.ufsc.br/files/2015/08/sandra-harding.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2023.

95

KNORR-CETINA, K. **La Fabricación del Conocimiento**. Un ensayo sobre el carácter constructivista y contextual de la ciencia. Bernal (Argentina): Universidad Nacional de Quilmes, 2005.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 10. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

LABASSE, B. A Epistemologia do Jornalismo Pode Delimitar seu Território Discursivo? **Parágrafo**, v. 5, n. 1, p. 7-28, 2017.

LATOUR, B. **Ciência em Ação**. São Paulo: Unesp, 2000.

LATOUR, B.; WOOGAR, S. **A vida de laboratório**: a produção de fatos científicos. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 1997.

MIGNOLO, W. Colonialidade. O lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 94, 2013.

NAGEL, E. **La Estructura de la Ciencia**. Problemas de la Lógica de la Investigación Científica. Buenos Aires: Paidos, 1968.

POLANYI, M. **The Tacit Dimension**. New York: Doubleday and Company Inc., 1966.

PONTES, F. S. **Adelmo Genro Filho e a Teoria do Jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2015.

PONTES, F. S. **Teoria e História do Jornalismo**: desafios epistemológicos. Dissertação (Jornalismo). Programa de Pós-Graduação em Jornalismo. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

TAVARES, C. Q.; XAVIER, C.; PONTES, F. S. Os jornalistas brasileiros em contextos de crises: uma análise das trajetórias profissionais de 2012 a 2017. **E-Compós**, v. 24, p. 1-24, jan.-dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.30962/ec.2040>. Acesso em: 10 ago. 2023.

RORTY, R. **A Filosofia e o Espelho da Natureza**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1995.

WARD, S. Epistemologies of Journalism. In: VOS, T. P. (org.). **Journalism**. Boston/Berlin: Walter de Gruyter, 2018, p. 63-82.

Submissão: 1 de mai. 2024.

Aceite: 21 de ago. 2024.

Paradigma como chave teórica para entender o jornalismo em mutação

Itala Maduell Vieira¹

Resumo

O artigo apresenta a proposta de paradigma jornalístico como chave conceitual de interpretação de um sistema de crenças e valores da comunidade jornalística, que passa por profunda transformação. Parte-se da aproximação metodológica proposta por Giorgio Agamben, cuja função é a de constituir e tornar legível um fenômeno histórico a partir da sua própria singularidade. Defende-se que o conceito de paradigma pode contribuir para a compreensão das atuais relações de força na comunidade de jornalistas, na medida em que as novas gerações já não se identificam com os atributos que seus antecessores tentam preservar, reconfigurando identidades, crenças, práticas profissionais.

Palavras-chave: Jornalismo. Paradigma jornalístico. Teorias do Jornalismo.

97

Paradigm as a theoretical key to understanding journalism in mutation

Abstract

The article presents the proposal of journalistic paradigm as a conceptual key for interpreting a system of beliefs and values of the journalistic community, which is undergoing a profound transformation. It is based on the methodological approach proposed by Giorgio Agamben, whose function is to constitute and make legible a historical phenomenon from its own singularity. It is argued that the concept of journalistic paradigm can contribute to understanding the current power relations in the community of journalists, to the extent that new generations no longer identify with the attributes that their predecessors tried to maintain, reconfiguring identities, beliefs and professional practices.

Keywords: Journalism. Journalistic paradigm. Theories of journalism.

¹ Doutora em Comunicação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), onde é professora de Jornalismo. E-mail: itala@puc-rio.br.

“O jornalismo reflete muito bem a aventura da modernidade. Ele é a melhor síntese do espírito moderno. Por esse mesmo motivo, o processo de desintegração da atividade, seu enfraquecimento, sua substituição por processos menos engajados [...] é um sintoma de mudança dos tempos e dos espíritos”

Ciro Marcondes Filho

Introdução

Desde que o campo jornalístico começou a ganhar força no Ocidente no século XIX, em meio ao avanço do capitalismo, à industrialização e à urbanização, os jornalistas foram bem-sucedidos ao forjar uma forte identidade profissional e encontraram relativa legitimidade junto à sociedade, com o reconhecimento coletivo das responsabilidades específicas dos jornalistas no espaço público, julgadas essenciais ao funcionamento do sistema democrático. A teoria democrática atribuiu-lhes uma competência específica, ligada sobretudo à informação da sociedade. As notícias tornaram-se simultaneamente um gênero e um serviço, e os jornalistas ficaram empenhados num processo de profissionalização que procurava maior autonomia e estatuto social” (Traquina, 2008, p. 20), mobilizando em torno de si valores como a busca da verdade, a independência dos jornalistas, a exatidão, a noção do jornalismo como um serviço ao público. Aliás, jornalistas ajudaram a construir o conceito de público como o conhecemos.

No Brasil, foi em meados do século XX que o jornalismo foi deixando de ser uma ocupação provisória e se tornou uma profissão, com identidade própria, diferenciada da dos literatos e dos políticos. Essa identidade se construiu num processo de valorização salarial, educacional (criação das escolas de Jornalismo), jurídica (regulamentação da profissão), sindical e associativa (construção de espaço de resistência, negociação e sociabilidade), ética (criação de uma nova deontologia, baseada no compromisso com a objetividade e na responsabilidade social) e da liberdade de imprensa (Ribeiro, 2003). Um grupo de jornalistas se empenhou num processo de profissionalização e maior autonomia e estatuto social, mobilizando valores como independência, exatidão, serviço público e busca da verdade, a partir de um processo continuado de migração de um modelo europeu (sobretudo francês) de jornalismo literário, panfletário e político, para o chamado

modelo americano de jornalismo, mais “moderno” e padronizado, objetivo e factual, de tom impessoal e supostamente imparcial, sintetizado na figura do copidesque e nos manuais de redação. Seguir os padrões norte-americanos, ainda que apenas retoricamente, significava inserir o jornalismo formalmente na “modernidade”. Esta é a versão recorrente na historiografia da imprensa, ainda que não tenha se dado de um dia para o outro, nem sem divergências ou resistências, de disputas sobre o que se entende por jornalismo e como professá-lo.

Seja como for, durante o século XX, o jornalismo fez prevalecer no imaginário da sociedade seu papel de guardião da democracia. Sob essa visão, foi se atualizando o “contrato de leitura” entre imprensa e leitores, constante processo de negociação que envolve convenções e hábitos, e que exige reconhecimento mútuo entre os interlocutores (Verón, 2004).

Neste século XXI, jornalistas esforçam-se em reafirmar sua relevância e seus papéis históricos para o “público”. Mas tal ideia de jornalismo é posta em xeque num processo contínuo de esvaziamento do modelo de negócio das empresas jornalísticas e do próprio sentido social do jornalismo frente às transformações estruturais por que vem passando. O contrato de leitura parece cada vez mais esgarçado. O jornalismo perdeu a precedência e não é mais reconhecido como fonte primordial de notícias (Reuters, 2021). Longe de ser um fenômeno isolado, parece se tratar de um sintoma da vigência de novos paradigmas, em que plataformas digitais derrubam as barreiras à entrada de novos atores no mercado da informação, o que leva à crescente concorrência, à fragmentação de audiências, à perda de receita publicitária e, consequentemente, à própria desestruturação da atividade profissional.

Este artigo apresenta a proposta de paradigma como método de análise deste sistema de crenças e valores da comunidade jornalística, que passa por profunda transformação. Trata-se de recorte de tese de doutorado da autora, transformada em livro, que toma a noção de paradigma para ler um conjunto de narrativas de jornalistas sobre jornalismo (no caso específico, envolvendo o *Jornal do Brasil*, considerado por muitos jornalistas um paradigma da atividade profissional no século XX).

Uma comunidade interpretativa

Como entende Bourdieu (1996, p. 11), cada profissão produz uma ideologia profissional, um sistema de crenças pelos quais os praticantes dão sentido à sua experiência de trabalho, numa “representação mais ou menos idealista e mítica de si mesma”. Para o autor, a prática jornalística é baseada numa série de assunções e crenças partilhadas, que incluem estruturas cognitivas, perceptivas e avaliativas (1997, p. 47), a que Zelizer nomeia comunidade interpretativa, um enquadramento de referência partilhado para trabalhar” (1992, p. 402). Este sistema é materializado por Bourdieu na célebre analogia dos óculos: “Os jornalistas têm lentes especiais através das quais veem certas coisas e não veem outras, e através das quais veem as coisas que veem da forma especial por que as veem” (Bourdieu, 1997, p. 19). Sem perder de vista que o mundo jornalístico, internamente, “é dividido, cheio de conflitos, competição e rivalidades” (1997, p. 23), externamente prevalece um pensamento de grupo.

Seguindo a trilha de Bourdieu e outros teóricos da sociologia e de jornalistas, sobretudo da França e dos Estados Unidos, Nelson Traquina buscou uma melhor compreensão teórica das notícias. Lembra que as diversas teorias desenvolvidas ao longo de 50 anos apontam sua complexidade e, com explicações diversas, enumeram uma série de fatores, como o tempo, os constrangimentos organizacionais, as rotinas instituídas, e o crescente peso do polo econômico do campo jornalístico, que o autor vê como as principais forças que ajudam a construir o produto jornalístico (Traquina, 2008, p. 13). Com base em sua análise crítica dessa literatura e calcado na sociologia do jornalismo, o pesquisador conclui que a compreensão das notícias implica um conhecimento da cultura dos profissionais que se dedicam a elas, ou seja, da cultura jornalística. Para Traquina, não é possível entender por que as notícias são como são sem a compreensão dos “agentes especializados” do campo jornalístico (Bourdieu, 1997). A partir disso, busca identificar as características desses agentes, os contornos de seu microcosmos, os traços fundamentais da sua cultura profissional, para testar a hipótese de que os jornalistas constituiriam uma comunidade interpretativa transnacional, no tratamento dado a determinadas notícias em diferentes países, a partir da noção de “comunidade interpretativa” (Zelizer, 1992). Barbie Zelizer fala em “quadros de referência comuns”, que Traquina entende formarem uma identidade, um *ethos*, uma maneira como se deve ser jornalista e estar no jornalismo – e fora dele, acrescento, em outros papéis sociais, como seu representante, agindo em favor do grupo.

Estudos sobre ideologia profissional no jornalismo assinalam a construção dos valores e da imagem da profissão. Fábio Henrique Pereira (2009) propõe uma tipologia para analisar a profissionalização dos jornalistas com relação aos demais grupos intelectuais. De forma esquemática, esse processo pode ser dividido em três momentos: 1. Um marco inicial de definição identitária, a partir da criação de um conjunto de convenções e uma representação social que possibilita estabelecer parâmetros para atividade jornalística, além de um princípio de delimitação estatutária, sem que isso acarrete um fechamento formal das fronteiras profissionais junto aos intelectuais (1945 a 1968); 2. Um processo gradativo de reorganização das redes de cooperação no meio cultural, com a criação de modos de acesso e de sistemas próprios de consagração e ascensão nas carreiras profissionais (1969 a meados da década de 70); 3. A consolidação dessas mudanças por meio de redes de cooperação autônomas (produtores, financiadores, público etc.) e também pela interiorização e reificação de um conjunto de ideologias calcadas no profissionalismo, na delimitação de atividades que compõem o âmago do mundo dos jornalistas.

Ana Paula Goulart Ribeiro (2007) aponta que a defesa da objetividade e da responsabilidade social do jornalismo nas reformas gráficas e editoriais realizadas nos anos 1950 era, por parte de alguns profissionais, um ato político, de construção afirmativa da identidade. Ao incorporar as novas técnicas e o ideal da objetividade, recusando vínculos explícitos com a literatura e a política, o campo jornalístico transformou-se numa comunidade discursiva própria e criou as condições sociais da sua eficácia. Reformar os jornais, afiná-los aos padrões norte-americanos, ainda que apenas retoricamente, significava inseri-los formalmente na “modernidade”. Significou conferir ao campo jornalístico um capital simbólico sem precedentes: fazer do seu discurso uma “fala autorizada” e transformar a imprensa em um ator social reconhecido.

101

Paradigma como método

Em *Signatura rerum: sobre o método*, o filósofo italiano Giorgio Agamben (2019) dedica um capítulo a explicar como entende o uso de paradigmas na filosofia e nas ciências humanas, e como utilizou a noção de paradigma como método para suas análises sobre o *homo sacer*, o muçulmano, o campo de concentração e o estado de exceção. Agamben busca tornar legível a totalidade de um fenômeno histórico a partir da

sua própria singularidade – “um caso singular que, através de sua repetição, adquire a capacidade de modelar tacitamente comportamentos e práticas” de uma comunidade (Agamben, 2019, p. 14)².

O modo agambeniano foi formulado sobretudo a partir de Thomas Kuhn em *Estrutura das revoluções científicas* ([1962] 1997). Agamben observa que Kuhn usa o conceito de paradigma em dois sentidos: no primeiro, que ele chama de “matriz disciplinar”, paradigma designa o que os membros de certa comunidade científica têm em comum, o conjunto das técnicas, dos modelos e dos valores a que os membros da comunidade aderem mais ou menos conscientemente.

Aqui, a título de exemplo do primeiro uso, destaco depoimentos de dois jornalistas que recorreram ao termo paradigma, no senso comum, para se referirem ao *Jornal do Brasil*, por ocasião do encerramento de sua circulação impressa: o ex-redator do jornal e então presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Maurício Azêdo – “Ele era o paradigma da qualidade e da excelência de um jornal diário” (2010) –, e o jornalista Ricardo Noblat, ex-editor-chefe do *Correio Braziliense* e ex-chefe da sucursal do *JB* em Brasília: “Isso do *JB* como paradigma de jornalismo de primeira linha, a gente percebia isso estando fora do Rio” (2010, 1’04). Outros o tratam como modelo, como a jornalista, escritora e professora Ana Arruda Callado, que começou a carreira no *JB*: “Era o jornal modelo deste país” (2010).

No segundo sentido, o paradigma é um elemento singular deste conjunto que, “servindo de exemplo comum, toma o lugar das regras explícitas e permite definir uma tradição de pesquisa particular e coerente” (2019, p. 12). Este segundo seria, para Kuhn, mais novo e profundo: o paradigma é um exemplo, um caso singular que, pela sua repetição, ganha a capacidade de modelar tacitamente o comportamento e as práticas de determinada comunidade.

Mais parecido com a alegoria do que com a metáfora, o paradigma é um caso individual que é isolado do contexto do qual faz parte apenas na medida em que ele, exibindo sua própria singularidade, torna-se inteligível um novo conjunto, cuja homogeneidade é constituída por ele mesmo. Assim, dar um exemplo é um ato complexo, que supõe que o termo que serve de paradigma esteja desativado de seu uso normal, não

² Agradeço a Carla Rodrigues, professora e pesquisadora dos programas de pós-graduação em Filosofia da UFF e da UFRJ, a sugestão desta leitura.

para ser transferido para outro âmbito, mas, ao contrário, para mostrar o cânone daquele uso, que não é possível exibir de outro modo (Agamben, 2019, p. 22-23).

Diz Kuhn que, se a ciência é a reunião de fatos, teorias e métodos, então os cientistas formam uma comunidade com disposição para defender determinados pressupostos. O que o leva a pensar que a ciência está sujeita à incomensurabilidade, à maneira de ver o mundo num dado momento (Kuhn, [1962] 1997, p. 23) – até que não consiga mais se sustentar em tais bases:

Quando os membros da profissão não podem mais se esquivar das anomalias que subvertem a tradição existente da prática científica, começam as investigações extraordinárias que finalmente conduzem a profissão a um novo conjunto de compromissos, a uma nova base para a prática da ciência. São denominados de revoluções científicas os episódios extraordinários nos quais ocorre essa alteração de compromissos profissionais (Kuhn, [1962] 1997, p. 25).

Agamben recupera em Foucault algo que parece corresponder aos paradigmas de Kuhn, mas que ele prefere chamar de figuras epistemológicas ou limiares de epistemologização:

Quando, no jogo de uma formação discursiva, um conjunto de enunciados adquire relevância, pretende fazer valer (mesmo sem conseguir) normas de verificação e coerência e exerce, em relação ao saber, uma relação dominante (de modelo, de crítica ou de verificação), diremos que a formação discursiva transpõe um limiar de epistemologização (Foucault, [1969] 2012).

Outro conceito de Foucault que Agamben põe em diálogo com as proposições de Kuhn é o saber, aquilo que “indica todos os procedimentos e todos os efeitos de conhecimento que a certa altura um campo científico se dispõe a aceitar”. Um elemento de saber foucaultiano atende a um conjunto de regras e constituições próprias de certo tipo de discurso científico numa determinada época, e ser dotado dos efeitos de coerção típicos do que é validado como científico ou comumente admitido.

Para Agamben, o paradigma foucaultiano é não apenas exemplar e modelo, mas sobretudo exemplum. Agamben recupera em Aristóteles o locus clássico de uma epistemologia do exemplo: “O paradigma não funciona como uma parte em relação ao todo, nem como um todo em relação à parte, mas como parte em relação à parte” (2019, p. 23). Ou seja, o que define o paradigma é um movimento paradoxal, que vai do particular para o particular, ou da singularidade a singularidade e que, sem sair desta,

transforma cada caso individual em exemplar de uma regra geral que nunca é possível formular a priori (p. 28).

O paradigma na realidade pressupõe a impossibilidade da regra; mas, se ela falta ou é impossível de ser formulada, de onde o exemplo poderá tirar seu valor probatório? E como é possível fornecer os exemplos de uma regra inatribuível? A aporia só é resolvida quando se comprehende que o paradigma implica o abandono incondicional do par particular-geral como modelo de inferência lógica. A regra (se aqui ainda é possível falar de regra) não é uma generalidade que preexiste aos casos singulares e se aplica a eles, nem algo que resulta da enumeração exaustiva dos casos particulares. Ao invés disso, é a mera exibição do caso paradigmático que constitui a regra, que, como tal, não pode nem ser aplicada nem enunciada (Agamben, 2019, p. 27).

O caso paradigmático suspende e ao mesmo tempo expõe seu pertencimento ao conjunto, de forma que dele não se pode separar nem a exemplaridade, nem a singularidade:

104

O paradigma nunca é já dado, mas se gera e produz mediante um “pôr ao lado”, um “juntar” e, sobretudo, um “mostrar” e um “expor”. Em outros termos, a relação paradigmática não se dá simplesmente entre cada objeto sensível, nem entre eles e uma regra geral, mas acima de tudo entre a singularidade (que assim se torna paradigma) e sua exposição (isto é, sua inteligibilidade) (Agamben, 2019, p. 29-30).

Do conjunto de manifestações públicas sobre a saída de circulação do *Jornal do Brasil* em 2010 que analisei na tese, destaco aqui, neste sentido, a do ex-editor-chefe Marcos Sá Corrêa, que lamentou a perda da “fórmula original” do jornal em reportagem publicada no histórico rival *O Globo*:

A importância do *JB* foi imensa. Contando só os anos do jornal que vivi ou conheci, de meados dos anos 50 aos anos 90, acho que todo jornal no Brasil queria de certa maneira ser o *JB*. Mas isso passou há muito tempo. Ele é um jornal que se limitou a sobreviver nas últimas décadas. Cada vez que ele fazia um esforço para melhorar, ficava mais parecido com os outros jornais, porque sua fórmula original estava esquecida (Sá Corrêa, 2010).

Ao modo agambeniano, portanto, paradigmas podem ser a chave de leitura de fenômenos sociais ao possibilitar novos planos de clivagem, reunindo enunciados e práticas discursivas num novo conjunto e num novo contexto. Se o paradigma nunca está

dado, acrescento, esse movimento de “pôr ao lado” se dá a posteriori, quanto mais esmaece a singularidade, e quanto mais a comunidade profissional se sente ameaçada.

Paradigmas no jornalismo

Cremilda Medina registra a influência da obra de Thomas Kuhn em *Ciência e jornalismo: Da herança positivista ao diálogo dos afetos*, no qual aponta uma matriz positivista nas fórmulas jornalísticas de captar e narrar o acontecimento noticioso. A ideologia profissional do jornalismo se assentou no princípio da objetividade, da reprodução fiel e autêntica dos acontecimentos: “A estratégia pela qual os jornalistas apresentam sua personalidade profissional própria insiste em fatos, todos os fatos, nada mais senão os fatos [...] este é um dogma de fé universal, profundamente enraizado na comunidade profissional” (Roeh, 1989, p. 161, em Traquina, 2008, p. 18).

Medina aponta marcas epistemológicas do positivismo no fazer e na formação universitária do jornalista vigentes durante todo o século XX: a noção de real e a relação objetiva com o real; a tendência para diagnosticar o acontecimento social no âmbito da invariabilidade das leis naturais; a ênfase na utilidade pública dos serviços informativos; o tom afirmativo perante os fatos jornalísticos; a busca obsessiva pela precisão dos dados como valor de mercado; a fuga das abstrações; a delimitação de fatos determinados.

Em resumo, os princípios positivistas dão garantia aos operadores da informação jornalística de que se constrói um relato da ordem natural das coisas. O ingrediente pragmático – ou seja, a intervenção positiva dessa construção – tem sido precioso para a discussão da cidadania e da função do jornalismo na reorganização de ideias, costumes, instituições, palavras de ordem e progresso comtianas (Medina, 2008, p. 19). E provoca: “Que meditem os jornalistas e os cientistas se não é esse o princípio que rege a pesquisa empírica – coleta de informações de atualidade ou coleta de dados sobre fenômenos em estudo no laboratório científico” (2008, p. 16).

Na direção apontada por Kuhn ([1962] 1997) e seguida por Agamben (2019), Medina acentua que essa concepção positivista não considerava a compreensão científica da indeterminação nos processos materiais e sociais, a noção de caos dinâmico, a compreensão de atos emancipatórios imprevisíveis. Tampouco incorporava a noção de produção simbólica, que transcende os fenômenos aparentes. A realidade objetiva é, pois – conclui –, o privilégio do espírito positivo, e de lugar teórico surge como única saída

intelectual para enfrentar a crise social no Ocidente europeu, como resposta ao contexto conturbado da modernidade, organizando não só o campo das ideias mas os costumes e instituições, sob os ditames da ordem e do progresso, que vieram parar na bandeira brasileira.

Medina retoma texto próprio de 1995 em que já afirmava que a linguagem jornalística, como discurso de atualidade estruturado pelos princípios positivo-funcionalistas, defrontava-se então com “os impasses da crise de paradigmas”:

O jornalismo, inscrito na trajetória nitidamente assinalada pela modernidade, foi construindo sua linguagem segundo postulados da racionalidade que vem desaguar, como outras formas de codificação do real, em fórmulas gramaticais do século XIX. Dessa herança estratificada saem os principais problemas contemporâneos (Medina, 2008, p. 15).

Também para Marcondes Filho (2000) a descaracterização ou decadência da atividade jornalística está ligada à crise da cultura ocidental, que teria como pano de fundo o fim da modernidade e fenômenos decorrentes, mas por outro prisma: um processo universal de desencanto, a crise das grandes narrativas e dos sistemas gerais de explicação, a falência dos processos teleológicos (a esperança de um futuro melhor, o engajamento político ancorado a um projeto histórico).

106

A canalização de energias, o sentimento solidário entre os correligionários e a condição psicológica de “fazer parte de uma força” preenchiam a vivência em sociedade com enorme vitalidade, espírito de luta, empenho. Não havendo mais bandeiras por que lutar, não existindo mais “destino feliz da humanidade” [...] sob o manto do neoliberalismo, a civilização torna-se uma totalidade sem amanhã. Só existe um arrastar-se para frente, um empurrar com a barriga, uma ação sem convicção nem vontade, um “desejo do nada” (Marcondes Filho, 2000, p. 27).

Marcondes Filho fala do jornalismo como síntese do espírito moderno, e expressão física de um espírito. Decaíram não apenas os jornais, mas a própria atividade jornalística de caráter industrial, típica do século XX.

Vários pesquisadores vêm apontando problemas nas práticas profissionais jornalísticas da chamada mídia de referência. O colapso de modelo de negócios precipita mudanças estruturais no jornalismo (Adghirni, 2012). No atual jornalismo em mutação (Andrade, 2015), por força da reorganização do capitalismo de plataformas, cresce a hibridização entre conteúdos jornalísticos e publicitários, bem como a precarização do mercado de trabalho e a perda de autonomia das redações, onde gestores ditam decisões

editoriais. A perda de relevância simbolicamente representa o fracasso de um projeto profissional e de vida, e estimula evocações pela sua sobrevivência.

Ao mesmo tempo, centenas de organizações noticiosas nativas digitais surgiram na América Latina nos últimos anos. A maioria dos fundadores, egressa de grandes veículos, disse ter criado seus próprios veículos jornalísticos para “ter autonomia editorial” e para cobrir tópicos negligenciados por outros meios de comunicação, sendo os mais citados Direitos Humanos, Política, Questões de Gênero/Mulheres, Saúde e Meio Ambiente (SembraMedia, 2021). Parecem recuperar, assim, o polo que relacionava a atividade ao debate público (Aguiar e Barsotti, 2016).

Considerações finais

O declínio do modelo jornalístico predominante no século XX afeta e confronta jornalistas frente à inexorabilidade das mudanças. Vários pesquisadores vêm apontando como o jornalismo ancorado na noção de público e no sentido social, já desde o início tensionado pela profissionalização em bases comerciais, vem enfrentando novos dilemas – não só frente ao esgotamento do modelo de negócio das empresas jornalísticas e a transformações estruturais na cadeia de informação, como também em vista de aspectos macro dos processos sociais, políticos, econômicos e culturais.

Veículos tradicionais perdem espaço, ao mesmo tempo em que emerge uma massa de mídias com perspectivas cada vez mais diversas, aproximando-se das demandas locais, de nichos específicos, mas também pondo em questão valores da produção jornalística profissional do século XX.

E os jornalistas? Boa parte, sobretudo as gerações do século XX, segue defendendo o conjunto das técnicas, dos modelos e valores, “saberes” a que aderiram como membros da comunidade, que suspendem e ao mesmo tempo expõem seu pertencimento ao conjunto, como propõe Agamben (2019). O *Jornal do Brasil* seria um exemplo singular que toma o lugar das regras explícitas e permite definir uma tradição. Sua extinção é sintomática, e não pode ser atribuída simplesmente ao colapso de um modelo de negócios baseado na publicidade de massa. Ainda assim, não devemos dar por extintas determinadas práticas profissionais. Paradigmas jornalísticos são, sobretudo, construções discursivas, que ajudam a balizar nossos sistemas de crenças e valores.

O conceito de paradigma jornalístico pode ser uma das chaves para compreender novas relações de força na comunidade dos jornalistas, na medida em que as novas gerações já não se identificam com os atributos que seus antecessores tentam preservar, reconfigurando identidades, crenças, práticas profissionais. Que atributos esse novo momento do jornalismo vai valorizar em termos discursivos? Que novos paradigmas jornalísticos emergem no contexto de uma sociedade crescentemente plataformaizada, atravessada por novos intermediários digitais que informam a sociedade através de diversos modelos (da tradicional assinatura às articulações com o comércio eletrônico)? Como podemos situar as práticas profissionais num contexto em que as grandes narrativas se encontram abaladas e crescentemente questionadas? São questões ainda a serem enfrentadas. Este é apenas um esforço teórico inicial para propor uma abordagem que permita dar conta de futuras pesquisas em jornalismo.

Referências

108

ADGHIRNI, Z. L. Mudanças estruturais no jornalismo: travessia de uma zona de turbulência. In: PEREIRA, F. H.; MOURA, D. O.; ADGHIRNI, Z. L. (org.). **Jornalismo e sociedade: Teorias e metodologias**. Florianópolis: Insular, 2012.

AGAMBEN, G. **O que é um paradigma? Signatura rerum**: sobre o método. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

AGUIAR, L.; BARSOTTI, A. O jornalismo e os dilemas da contemporaneidade: o eu, o aqui e o agora. **Revista Mídia e Cotidiano**, n. 10, dez. 2016.

ANDRADE, S. A. **Jornalismo em mutação**: estudo sobre a produção de conteúdo na fase do capitalismo avançado. Teresina: EDUFPI, 2015.

AZÊDO, M. O fim do Jornal do Brasil. **Pontapé Inicial ESPN Brasil**, 31/8/2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ILvWmWigtgc>. Acesso em: 8 ago. 2023.

BARSOTTI, A. **Jornalismo em mutação**: do cão de guarda ao mobilizador de audiência. Florianópolis: Insular, 2014.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M.; AMADO, J. (org.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

BOURDIEU, P. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

MARCONDES FILHO, C. **Comunicação & jornalismo**: a saga dos cães perdidos. São Paulo: Hacker Editores, 2000.

MEDINA, C. **Ciência e jornalismo**: da herança positivista ao diálogo dos afetos. São Paulo: Summus, 2008.

MEDINA, C. Novas manifestações, velhos paradigmas. **Matrizes**, São Paulo, ano 7, n. 2, 2013.

MEDINA, C. **Profissão jornalista**: responsabilidade social. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

MORAES, F. A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, **XXVIII Encontro Anual da Compós**. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2019.

NEVEU, E. **Sociologia do jornalismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2006, p. 87-93.

NOBLAT, R. Fim do Jornal do Brasil em papel. **Observatório da Imprensa**. TV Brasil. 20/7/2010. Disponível em: <https://youtu.be/Vd0YX3JyChQ?list=PL63CE9BA1416039A2>.

PEREIRA, F. H. As transformações no mundo dos jornalistas: a consolidação de novos valores profissionais a partir dos anos 1950. **Communicare** (SP), v. 9, 2009.

PEREIRA, F. Da responsabilidade social ao jornalismo de mercado: o jornalismo como profissão. **Biblioteca Online de Ciências da Comunicação**, 2004.

REUTERS INSTITUTE FOR THE STUDY OF JOURNALISM. 2021 **Reuters Digital News Report**. Disponível em: <https://encurtador.com.br/lKrNE>. Acesso em: 2 ago. 2023.

109

RIBEIRO, A. P. G. **Imprensa e história do Rio de Janeiro dos anos 50**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2007.

RIBEIRO, A. P. G. Memória de jornalista: um estudo sobre o conceito de objetividade nos relatos dos homens de imprensa dos anos 1950. In: ESTUDOS DE COMUNICAÇÃO, **XI Encontro Anual da Compós**. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2003.

SÁ CORRÊA, M. In: MELLO, P. T. O adeus ao Jornal do Brasil: após 119 anos, um dos diários mais importantes do país deixa de circular. **O Globo**, 31/8/2010. Disponível em: <https://encurtador.com.br/HIK2b>. Acesso em: 11 set. 2023.

SEMBRAMEDIA. **Ponto de inflexão internacional**: um estudo sobre impacto, inovação, ameaças e sustentabilidade dos empreendedores de mídia digital na América Latina, Sudeste Asiático e África. Nov. 2021. Disponível em: <https://data2021.sembramedia.org/pt-br>. Acesso em: 5 jun. 2024.

TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo**: A tribo jornalística – Uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2008. v. 2.

VERÓN, E. **Fragmentos de um tecido**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2004.

ZELIZER, B. **Covering the body**: The Kennedy assassination, the media and the shaping of collective memory. Chicago: University of Chicago Press, 1992. p. 1-13, 188-200.

Submissão: 30 de abr. 2024.

Aceite: 21 de ago. 2024.

Reflexões sobre a imagem jornalística como conhecimento mediado pelo efeito de sentido de verdade

Júlio César Rigoni Filho¹

Resumo

Em tempos de desinformação, reflete-se sobre os impactos das imagens mediante as relações entre o conhecimento jornalístico e os efeitos de sentido de verdade. As discussões iniciam-se com os debates sobre o conhecimento mediado pelo jornalismo, em Meditsch (1997) e Lisboa e Bennetti (2015), relacionando tais pontos com os impactos comerciais na construção das notícias, pensando na atuação dos profissionais de imprensa. Ainda, valem-se das abordagens de Dubois (1993), Baeza (2007) e Didi-Huberman (2012) para compreender os efeitos da mediação do fotojornalismo, no debate sobre a imagem e seu efeito de contiguidade física, na perspectiva da verdade por verossimilhança. O artigo desenvolve os aspectos metodológicos da semiótica discursiva, em Greimas e Courtés (1979), Landowski (2004), Aldama (2019) e Barros (2020, 2022) para demonstrar como o efeito de sentido de verdade se constrói, a partir de um exemplo de fotografias de guerra produzidas por inteligência artificial, que revelam a atual sofisticação das formas de não-dizer-a-verdade a partir de imagens.

Palavras-chave: Conhecimento. Efeito de sentido. Imagem jornalística. Verdade.

Reflections on the journalistic image as knowledge mediated by the meaning effect of truth

Abstract

In times of disinformation, we reflect on the impact of images through the relationship between journalistic knowledge and the effects of the meaning of truth. The discussions begin with the debates on knowledge mediated by journalism, in Meditsch (1997) and Lisboa and Bennetti (2015), relating these points to the commercial impacts on the construction of news, thinking about the work of press professionals. They also use the approaches of Dubois (1993), Baeza (2007) and Didi-Huberman (2012) to understand the effects of photojournalism mediation, in the debate about the image and its effect of physical contiguity, from the perspective of truth through verisimilitude. The article develops the methodological aspects of discursive semiotics, in Greimas and Courtés (1979), Landowski (2004), Aldama (2019) and Barros (2020, 2022) to demonstrate how the effect of the meaning of truth is constructed, based on an example of war photographs produced by artificial intelligence, which reveal the current sophistication of ways of not-telling-the-truth from images.

Keywords: Knowledge. Effect of meaning. Journalistic image. Truth.

¹ Doutorando em Comunicação e Linguagens. Universidade Tuiuti do Paraná. E-mail: julinhorigoni@hotmail.com.

Introdução

Tomando como base o clássico artigo de Eduardo Meditsch (1997), sobre o conhecimento e o jornalismo, aponta-se que há uma diversidade de interpretações para as relações entre o conhecimento e o jornalismo, algo que sedimenta as complexidades inerentes a essa intersecção. Se assumirmos o conhecimento como um ideal abstrato a ser atingido, e não como um dado concreto a ser escavado, apenas o método científico seria capaz de obter algum conhecimento válido. Em contrapartida, sob essa égide da ciência enquanto instituição, o jornalismo serviria unicamente para degradar os demais saberes. Há outra abordagem do jornalismo enquanto ciência, que o entende como um campo científico menor, mas não inútil. Entretanto, se refletirmos sobre a prática das redações e do cotidiano dos profissionais de imprensa temos que “o jornalismo não apenas reproduz o conhecimento que ele próprio produz, reproduz também o conhecimento produzido por outras instituições sociais” (Meditesch, 1997, p.3).

Recentemente, mas ainda se conectando as teses do autor, Lisboa e Benetti (2015) contribuem para a discussão sobre as relações entre jornalismo e conhecimento a partir de três pontos: crença, verdade e justificação. Basicamente, como aspectos introdutórios desses pontos que serão mais bem encaminhados ao longo do texto, o leitor deve crer que a matéria a qual está exposto apresenta a verdade, contendo-a no próprio discurso.

No caso das imagens jornalísticas, acrescenta-se outra dúvida: podemos afirmar que elas constituem uma forma de conhecimento? Mas, essa dúvida traz uma inquietação anterior, sobre que diversas das nossas relações com o real são definidas pela intermediação de imagens, geralmente fabricadas pelas mídias, conforme aposta o semioticista Éric Landowski (2004, p.32). Com isso, a imagem adquire uma onipresença, não só por ser notada por todos, mas como agente social e político, “como meio de formação de um consenso difuso sobre a própria construção dos fatos e dos valores”.

Sem alongar mais essas discussões, que serão retomadas ao longo do texto, a investigação proposta questiona, no caso das imagens jornalísticas, sobre quais as relações entre conhecimento jornalístico e efeitos de sentido de verdade. Para tanto, a partir de um cotejamento de teses que envolvem o valor do conhecimento e os efeitos de sentido no jornalismo, pretende investigar quais os desafios enfrentados pelas imagens jornalísticas no atual cenário de desinformação e descredibilização da imprensa e de seus profissionais.

Inicialmente, promove-se uma discussão sobre o efeito de sentido de verdade no jornalismo, agregando os pontos de vista de autores que debatem a postura de produtor de

conhecimentos dos jornais – como Meditsch (1997) e Lisboa e Bennetti (2015) – e de teóricos da semiótica discursiva que demonstram como o efeito de sentido de verdade se constrói – Greimas e Courtès (1979), Barros (2022), Aldama (2019). As atuais abordagens da semiótica discursiva mostram-se implicadas, e preocupadas, com a desinformação, contribuindo para os estudos comunicacionais. Esse primeiro tópico aponta para a importância de se compreender que a construção da verdade, enquanto discurso jornalístico, é simbólica e comercial; algo aprofundado no tópico seguinte.

Nesse segundo momento, problematiza-se a perda de credibilidade dos veículos de comunicação, tomando como exemplo a perda das imagens testemunhais defendida por Baeza (2007). Novamente, recorre-se a Meditsch (1997) para apoiar a crítica à espetacularização dos conteúdos jornalísticos em prol de objetivos que favorecem a própria empresa de comunicação ou agentes aliados dela, recuperando, para isso, alguns pontos levantados por Bourdieu sobre a atuação na imprensa na sociedade. A discussão proposta alarga conceitualmente essa atuação dos jornalistas, como um trabalho movido pela confiabilidade (Lisboa e Bennetti, 2015) e pela ligação entre os sujeitos e suas formas de agir no mundo, conforme apontam Tavares e Vaz (2008). Critérios que são colocados em xeque pelo processo de desinformação, principalmente quando pensamos nas imagens jornalísticas.

Há uma série de recursos gráficos nos jornais, sejam eles impressos ou virtuais. Disposições de *layout*, escolhas e usos de tipografias e cores, bem como a incorporação de imagens são alguns desses elementos, seguindo Tavares e Vaz (2008). Neste texto, interessamo-nos pela fotografia como mensagem visual intencionalmente disposta, de modo a contribuir para a construção do sentido da notícia e elucidar a postura adotada pelo veículo de imprensa. Se no segundo tópico tangenciam-se algumas posturas sobre o uso da imagem de imprensa, mediante a ascensão da desinformação, principalmente mediante ao seu valor testemunhal enquanto gênero fotojornalístico, em tempos de desinformação, essa discussão é aprofundada no terceiro tópico do artigo, tomando como exemplos uma série de imagens de guerra produzidas por inteligência artificial. O intuito, não é o de tomar esses exemplos como empíricos, mas de provocar reflexões conceituais e analíticas a partir deles, amplificando os temas que, ao longo do texto foram debatidos, principalmente sobre a verdade enquanto efeito de sentido e atual sofisticação das formas de não-dizer-a-verdade (Barros, 2022) convocadas na materialidade de uma guerra pela crença, mesmo que essa seja baseada em algo que não é verdadeiro.

Com isso, o artigo desenvolve os aspectos metodológicos da semiótica discursiva, em Greimas e Courtés (1979), Landowski (2004), Aldama (2019) e Barros (2020, 2022) para demonstrar como o efeito de sentido de verdade se constrói, a partir de um exemplo de fotografias de guerra produzidas por inteligência artificial, que revelam a atual sofisticação das formas de não-dizer-a-verdade a partir de imagens. Especificamente, abordam-se imagens sobre a guerra entre Israel e Hamas², entretanto, essas imagens não são analisadas em profundidade, pois entendemos que nosso percurso metodológico envolve a exploração teórica de diversas abordagens convergindo-as nas discussões sobre as relações a construção de saberes jornalísticos, por meio de imagens, no atual cenário de (des)informação e de conflitos humanitários.

O efeito de sentido de verdade no jornalismo

Meditsch (1997) recupera o emprego das linguagens e a relação entre os enunciados e a realidade, dos postulados de Bakhtin (2003). O pensador russo distingue a verdade contida em um enunciado da realidade existente fora desse enunciado. Por isso seria mais apropriado pensarmos em um enunciado verdadeiro, o que não extingue a capacidade de que outros diversos enunciados sejam verdadeiros, alguns com certo nível de contradição, mas coerentes com suas pressuposições, já que um enunciado é incapaz de esgotar a realidade. Seguindo as teses de Bakhtin (2003), os diversos gêneros discursos vão, cada um, a sua maneira, abordar a realidade de forma singular, valendo-se de objetivos e situações.

Se adentramos, ainda no campo da linguagem e a partir das perspectivas da semiótica discursiva, em Diana Luz Pessoa de Barros (2022), os modos como a enunciação, promovida por um enunciatário (como um jornalista ou um veículo de imprensa) projeta uma expectativa em relação ao enunciatário, um enunciado considerado verdadeiro expressa um efeito de sentido: pertencente a um contrato entre o enunciador e o enunciatário. Não se trata de adequar o discurso a um referente externo, mas de interpretar certo discurso como verdadeiro. Por tanto, há uma ligação com a relação que há entre sujeito e objeto, já que um estado de verdade se institui com a concordância de um sujeito que reconhece o enunciado como verdadeiro. Obviamente que há caminhos,

² Em 7 de outubro de 2023, o grupo palestino Hamas, que controla a Faixa de Gaza, promoveu ataques a Israel, o que gerou reações militares desse país, cujos impactos ainda estão em desenvolvimento.

percursos e decisões de manipulação e de modalização que contribuirão para isso; tratando-se, desse modo, de um fazer persuasivo e de um fazer interpretativo. O enunciador joga com crenças, referências culturais e outras insinuações para favorecer a adesão do enunciatário. É o que ocorre nas notícias falsas, quando se vale de uma série de valores e crenças já instituídas pelo leitor para promover um conteúdo enganoso (Barros, 2020).

Essas constatações estão, epistemologicamente, correlacionadas com o ato cognitivo de crer, que na definição de Greimas e Courtès (1979, p.485) envolvem a certeza como uma categoria modal. Na linha comunicacional, o ato de crer está oposto ao de “fazer crer”, correspondendo ao campo do enunciatário. Com isso, podemos notar que o jornalista ocupa a posição do enunciador, executando o “fazer crer”, que na dimensão da semiótica discursiva corresponde a persuasão. Algo entendido como verdadeiro situa-se “no interior no discurso, pois ele é o fruto das operações de veridicção”. É isso que Diana Barros (2020, 2022) demonstra ao, por exemplo, analisar as notícias inverídicas a partir de seus discursos, sendo que o modo para as desamarrar, entendendo a mentira como um sentido encadeado por meio de um percurso manipulatório e interpretativo, está na própria existência de anomalias que as formam. Esse processo é usado por agências de checagem, por exemplo. A crença, tanto nas teses greimasianas convocadas neste artigo quanto para pesquisadores do jornalismo, como Tavares e Vas (2008) fundamenta-se no fato de que cabe ao leitor, enquanto ser dotado de capacidades cognitivas e interpretativas, analisar a dimensionalidade da realidade promovida por cada um dos veículos em suas produções.

Em uma linha de pesquisa próxima, também atrelado aos desenvolvimentos semióticos instaurados por Greimas e Courtès (1979), Aldama (2019) aponta ser por meio das aparências que os discursos favorecem a aquisição do saber e da verdade, pelo modo como a realidade, ou uma parcela dela, é oferecida aos sentidos. Todavia, a desconfiança, enquanto elemento que permeia o campo da linguagem, atua como um filtro que impede os indivíduos de acessarem por completo a realidade, deformando o mundo sensível. Portanto, não há uma relação mimética entre linguagem e realidade, situação que desprezaria uma construção semiótica, já que os fatos não existem por si, mas sim em relação a outros, assim como as evidências do mundo sensível estão ligadas a outras, em teias de sentido e de significado. Seguindo essa linha argumentativa, o autor tensiona a noção difundida comumente de que a imagem é superior ao relato verbal, como objetos de reificação, impedidos de carregarem mentiras.

Cabe alertar que a realidade, na perspectiva dos autores que embasam nossa discussão, é envolta em diversas facetas, sendo que compete a cada veículo de comunicação introduzir uma proposta de leitura sobre o que nos rodeia, como se cada notícia ou reportagem construísse uma própria forma de pensar essa realidade. Seria, desse modo, “uma tentativa de se circunscrever o real, às vezes buscando dar conta de seu todo – como o fazem (ou tentam fazer) os jornais diários – ou de algum de seus aspectos (caso de revistas especializadas, por exemplo)” (Tavares, Vas, 2008, p.125).

Reacendendo as posturas sobre o uso das linguagens em Bakhtin (2003), Meditsch (1997) aponta que os enunciados referentes à realidade, como uma imagem jornalística, refletir essa realidade é, em certo ponto, também a refratar. Ou seja, “procura-se distinguir a verdade que um enunciado pode conter da realidade mesma, a realidade referente que se encontra fora do enunciado” (Meditsch, 1997, p.4). Para tanto, o autor insiste no emprego do adjetivo verdadeiro para os enunciados, o que não significa que um único enunciado seja capaz de concentrar uma realidade inteira. Nas abordagens da semiótica discursiva, tanto Aldama (2019) quanto Barros (2020, 2022), apoiados nas ideias greimasianas (que tem em seu núcleo de formação os estudos de Bakhtin), contribuem para os estudos dos enunciados considerados verdadeiros.

Essas aparências de verdade dos discursos ao campo jornalístico, entendendo-as como uma construção de efeitos de sentido, podem-se somar ao que Lisboa e Bennett (2015) entendem como a verdade jornalística amparada com a realidade percebida, principalmente pelo leitor, que é quem “julga” as notícias. Todavia, essa percepção é mediada por uma série de escolhas discursivas, que vão desde recursos gráficos, poéticos, fotográficos até a seleção de fontes especializadas e o modo como os eventos/fatos são contextualizados. São convocações, estéticas e éticas, incrementadas na tessitura dos textos jornalísticos. É por isso que, reiterando os aspectos supracitados, quando mencionamos a verdade no jornalismo estamos diante de uma série de efeitos de sentido que conduzem a uma aproximação da verdade, o modo como os relatos são justificados e a plausibilidade, seu poder explicativo.

Cabe salientar ainda em Lisboa e Bennett (2015) que, percepção e interpretação casam-se diante da perspectiva de credibilidade, geralmente tida como o principal valor do jornalismo, pois essa pode ser constituída (pela perspectiva de quem enuncia) ou percebida (pela perspectiva do interlocutor). Ela é de natureza intersubjetiva, forjada pelo contexto da relação entre os sujeitos e, consequentemente, dependente da perspectiva de outro. Volta-

se ao que, nos parágrafos anteriores, defendeu-se como a relevância dos domínios afetivos, perceptivos e cognitivos de quem está produzindo e consumindo os textos jornalísticos, no que diz respeito aos elementos de verdade e credibilidade dos discursos noticiosos.

Ao pensar nos regimes da verdade no campo comunicacional, Marocco (2009, p.586) resgata as teses foucaultianas para apontar que, em nossa sociedade, a verdade é confiada aos discursos científicos e as instituições que o geram, submetendo-a a uma constante explicação pelos modos educacionais e de informação, transmitida e controlada por grupos dominantes, justamente por ser relegada a certos espaços e instituições. Um ponto levantado pela autora merece destaque: nossa sociedade “produz e faz circular discursos que funcionam como verdade, que passam por tal e que detêm por esse motivo poderes específicos”.

A perspectiva de Marocco (2009) sobre o regime de verdade na comunicação, concretiza-a como conjunto de regras que distanciam algo verdadeiro de algo falso. Entender algo como verdadeiro conduz uma série de poderes a ele. Há de existir uma análise enunciativa para flagrar as vinculações entre discursos, poder e regimes de verdade, sob a égide da manifestação de poderes hegemônicos. A verdade, com isso, estaria contida nesses jogos de poder. Mas quais seriam esses jogos de poder? Pensando no contexto jornalístico pode-se apontar as dimensões simbólica, comercial e econômica que regimentam as redações jornalísticas enquanto empresas em um sistema capitalista, ou a expressão da subjetividade do jornalista em suas produções, pontos de debate na sequência.

116

A construção simbólica (e comercial) dos fatos jornalísticos

Baeza (2007) defende que a imagem testemunhal está em crise na imprensa. Uma afirmação como essa, a uma primeira leitura, mostra-se impactante. Pois, primeiro precisamos refletir sobre o que consiste em uma imagem testemunhal; segundo, identificarmos qual seria essa crise da imprensa, para em um terceiro momento possa-se relacionar a crise que imagem testemunhal e imprensa partilham. Se tomarmos como referência o ano da publicação de sua obra, referindo-se à primeira edição, logo no início dos anos 2000, percebe-se que sua crítica se volta para a perda de credibilidade que os veículos de comunicação enfrentavam e a ascensão de grupos financeiros sobre as

redações jornalísticas, o que amplifica o uso da imprensa tradicional para o impulsionamento de produtos e serviços, sendo assim, um imbricamento jornalístico e publicitário, o que contribui para que os jornais tornem-se distrações, espetáculos.

Essa característica da espetacularização é um ponto problemático da relação entre jornalismo como conhecimento. Diz-nos Meditsch (1997, p.10) que o separa os textos jornalísticos dos relatos científicos “é o fato de que se dirige a pessoas que não tem obrigação de ler aquilo. Em consequência, procura de alguma forma aliciar as pessoas para que se interessem por aquela informação”, situação que se converte em um problema quando tais recursos para efeito de sentido são empregados “em função de objetivos que não os cognitivos, como a luta comercial por audiência e o esforço político de persuasão”.

Convenha-se que a história do jornalismo é instituída por essa relação entre os poderes econômicos e a divulgação de informações, a produção de notícias e o oferecimento de espaço publicitário, sendo a publicidade um dos principais mecanismos para a sustentação financeira das atividades jornalísticas.

Como espaço dotado de estrutura, as relações de dominação e submissão estão presentes em lutas que englobam ganhos financeiros com a receita dos produtos ofertados e aspectos simbólicos. O peso comercial dita as adoções de critérios de noticiabilidade, em outras palavras, são as respostas das vendas e a avaliação dos produtores os responsáveis pelo direcionamento das produções jornalísticas. Neste cenário, Bourdieu (1997, p.79) assevera que o jornalismo se desloca enquanto produtor, mas também reproduzor, de conhecimento na vida social, ao exercer “uma pressão sobre todos os outros campos, enquanto estrutura”. Esses fatores conduzem uma reflexão crítica sobre as noções do jornalismo como um verossímil expositor do cotidiano, com a capacidade de refletir a estrutura da sociedade. Portanto, para Bourdieu (1997, p.66) trata-se de uma realidade confabulada, em que o jornalista é uma entidade abstrata, cuja seleção e construção dos “fatos detêm um monopólio real sobre os instrumentos de produção e de difusão em grande escala da informação”.

Sob aspectos próximos aos de Bourdieu (1997), embora não mencione o sociólogo em suas discussões, Baeza (2007, p.14) concentra-se, especificamente, em como a sensação de perda de credibilidade gera renúncias aos profissionais de imprensa, principalmente aos que insistem em colocar-se contrários aos poderes midiáticos e financeiros. Se há uma conversão, gradualmente, da imprensa em um produto, ocorre o

esvaziamento de “sua dimensão fundamental como expressão de crítica e de controle sobre o poder por meio da informação livre e significativa para o interesse coletivo”³.

Todavia, não é só a dimensão econômica que atravessa o campo jornalístico. Para Tavares e Vas (2008) construir uma notícia, por exemplo, envolve um processo simbólico em que a subjetividade não está ausente, embora tradicionalmente exista a crença de que o jornalismo é uma maneira objetiva de relatar os fatos do cotidiano e da sociedade. Isso decorre do fato dos produtores das notícias e dos próprios acontecimentos narrados serem afetados e afetarem o processo de constituição e agregação das informações que compõem as produções jornalísticas. Isso sem contar o papel dos leitores que, como já mencionado, promovem interpretações e análises a partir das leituras que fazem dos conteúdos jornalísticos, o que os leva a interagir com os significados disponíveis (Tavares; Vas, 2008).

Inclusive, como salienta Meditsch (1997), o modo como uma notícia é apresentada ao público, não permite com que esse tenha acesso aos critérios editoriais que ordenaram a produção de tal conteúdo. É nesse espaço que a confiabilidade adquire um poder diante da crença, já que diante da abrangência e da capilaridade das áreas que compõem a produção noticiosa, os leitores são incapazes de reunir as informações por conta própria para verificar a autenticidade dos fatos. Eis o motivo pelo qual as fontes devem ser sólidas, oferecendo respaldos coerentes e coesos ao jornalista. Muitas das vezes em que são usadas, as fontes servem como testemunhos, que não se sustentam apenas pela correspondência ao revelar um fato e o evento que ocasionou tal situação, mas pela relação ética gestada entre o narrador e o leitor. “Não há apenas uma confiança no que é dito, mas também na figura de quem enuncia e no compromisso moral que envolve a comunicação”. Entretanto, é necessário tempo para que uma fonte testemunhal, amparada sob essa égide ética, tenha sua autoridade reconhecida e suas opiniões, relatos ou narrações sejam reconhecíveis como verossímeis, como lembram Lisboa e Bennetti (2015, p.18).

Ou seja, a confiabilidade do jornalismo envolve os usos que ele faz de certas provas, evidências, tais quais os testemunhos e as imagens, na perspectiva das autoras. A justificação social ampara-se “em provas como a fotografia, o detalhamento dos fatos, a citação de fontes especializadas que fornecem as garantias de acurácia aos seus relatos”. Além disso, há um modo de produção das notícias que torna o trabalho jornalístico

³ Su dimensión fundamental como expresión de crítica y control sobre el poder a través de la información libre y significativa para el interés colectivo (Baeza, 2007, p.14).

especializado: há uma hierarquia entre repórteres, editores, produtores e demais cargos e funções, que permitem uma apuração mais aprofundada das informações. Para Lisboa e Bennetti (2015, p.22) ter acesso a essa rotina gera no leitor, enquanto consumidor dos jornais, uma sensação de confiança na produção dos saberes transmitidos pelo veículo. Curiosamente, esse fenômeno pode ser notado nas redes sociais dos portais de notícias, que são alimentadas com conteúdos de bastidores⁴.

Mesmo com a desconfiança do trabalho jornalístico, a verdade mostra-se como uma exigência. Se conseguir distinguir uma informação verdadeira de uma falsa é um aspecto ontológico do jornalismo, há um modelo de “sistema-perito”, o que consiste no fato do público confiar na informação difundida “em decorrência da crença na perícia técnica do jornalista e deposita credibilidade por acreditar que a máxima precisão da técnica jornalística foi aplicada no processo de produção da notícia, como rigor na seleção e hierarquização dos elementos do relato jornalístico” (Rodrigues; Aguiar, 2023, p.2472).

Uma valorosa contribuição do jornalismo consiste nas ligações entre os sujeitos e suas relações no mundo, como se mediasse as experiências e partilhas dos indivíduos. “Possui e constrói um tempo e um lugar, assim como faz parte de um lugar e de um tempo” (Tavares; Vas, 2008, p.128). Por isso a necessidade de se dimensionar o papel e a postura do jornalista, em como ele observa e relata a realidade em que está inserido. Chamamos a atenção para um apontamento intrigante no texto dos autores. Embora publicado em uma época na qual o jornalismo em meios digitais e redes sociais estivesse tomando forma, no final da década dos anos 2000, os autores apontam que o jornalista compete com outros narradores e contadores de estórias nas grandes cidades. Dizem-nos Tavares e Vas (2008, p.128): “o jornal e o jornalista devem ser tomados como narradores especializados, mas não são únicos nem exclusivos no contexto das várias narrativas e narratividades que circundam a vida atual”. Eis um ponto notável, que na atualidade pode levantar debates sobre a perda de relevância da mídia e dos veículos tradicionais diante da emergência de influenciadores, criadores de conteúdo e, até mesmo, jornalistas amadores que tomaram para si as funções que antes eram exclusivas dos profissionais de imprensa. Mesmo que esses sujeitos já existissem, como na própria menção supracitada, a questão está no valor

⁴ Apresenta-se como exemplo uma publicação no TikTok da âncora do Jornal Nacional, o principal telejornal da TV Globo, mostrando os bastidores da produção. Disponível em:
<https://www.tiktok.com/@portalgiraba/video/7207562357059390725>.

de exclusividade dos fatos coletados, atividade que passa a ser partilhada com esses atores.

Tratando dos atuais desafios jornalísticos, mediante ao processo de desinformação, as imagens servem a um propósito de fascínio, principalmente para corroborar com teses e fatos pré-concebidos. Há a amplificação de um deslocamento, que ao invés de permitir com que o fato visual captado emergisse como tal, em meio a um contexto próprio (a ser depurado pelo jornalista) as imagens serviriam para provar algo pré-concebido, o que abre para as potencialidades do uso de softwares, aplicativos e edições na proliferação de imagens fotográficas (jornalísticas ou não) nas redes sociais, como apontam Feliciano, Catanheira e Silva (2020). As apropriações (e montagens) das imagens servem para garantir sua adesão aos públicos, novamente, seguindo os preceitos de que a verdade é um jogo de efeito de sentido.

120**Reflexões sobre a desconfiança e a perda do valor testemunhal no fotojornalismo**

Afastando-se do jornalismo e adentrando o campo da estética e da política, Georges Didi-Huberman (2012) questiona sobre qual o estatuto do conhecimento produzido por uma imagem, à medida que ela arde ao entrar em contato com o real. Compõem o quadro investigativo do filósofo a teorização sobre as contribuições das imagens ao campo do conhecimento, segundo o imaginário foucaultiano, apontando a necessidade de reorganizar os saberes historicamente formulados sobre as imagens.

Essa volta aos aspectos históricos nos permite entender a inespecificidade de uma abordagem única e a encruzilhada de trilhas de saberes sobre as imagens, o que refuta a tese de que uma imagem consiste em um mero corte dos aspectos visuais do mundo. Com isso, a perspectiva de Didi-Huberman (2012) mostra-nos que as imagens são impressões, rastros e traços visíveis do tempo captado. Todavia, há uma dinâmica de anacronismo, quando elas se envolvem em temporalidades suplementares.

Didi-Huberman (2012, p.208) é explícito ao responder que o toque das imagens na superfície da realidade não “nos revela ou nos oferece univocamente a verdade”. Para tanto, o filósofo vale-se da ideia de Walter Benjamin sobre o fato de a verdade ser revelada “em um processo que poderíamos designar analogicamente como o incêndio do véu”. Trata-se de um elemento metafórico, contido em diversas passagens benjaminianas e coletado por Didi-Huberman para apontar que a imagem não está envolvida na imitação,

embora muitas das abordagens, interpretações e percepções caminhem para essa constatação. Na atualidade, as imagens são impostas a nossa visão, nunca “mostrou tantas verdades tão cruas; nunca, sem dúvida, nos mentiu tanto solicitando nossa credulidade; nunca proliferou tanto e nunca sofreu tanta censura e destruição” (Didi-Huberman, 2012, 209).

O contato da imagem e do real provoca um incêndio, segundo a incursão que o autor faz da metáfora benjaminiana. Uma fotografia jornalística, tomando como exemplo o que se propõem a investigar neste artigo, seria uma invenção que os humanos promovem a fim de registrar seus desejos e temores, bem como suas consumações. Torna-se, com isso, imprescindível atentar-se ao conjunto de outros dados que se somam às imagens, como os textos verbais, por exemplo. Mas nem todas as imagens ardem, pois, há certos clichês que não permitem um pensamento crítico. Elas atuam como armadilhas, seja por estarem envolvidas em um percurso histórico que exige uma perspectiva crítica.

Dubois (1993, p.26) revisa os principais percursos pelos quais a imagem foi analisada historicamente. Esses caminhos envolvem as ideias da fotografia como espelho da realidade, como transformação da realidade e como traço dela. Nota-se que em todas essas perspectivas há uma conexão com a ideia de realidade. Em resumo, pode-se aferir que cada um desses possíveis percursos envolve: (I) o fato da semelhança entre a imagem fotográfica e seu referente gerar um efeito de realidade; (II) a consciência de que esse efeito do real não é “neutro, mas um instrumento de transposição, de análise, de interpretação e até de transformação do real”; (III) a postura de que uma imagem fotográfica não deve ser aprisionada a um referencial mimético, um retorno ao objeto que ela referencia, que permite avaliar a experiência do ato que a funda.

No caso desta pesquisa, salienta-se que a desconfiança no potencial documental das imagens fotográficas, principalmente diante do processo de circulação nas redes sociais, convoca a semiótica para refletir “sobre a evolução das práticas de simulação da realidade e sobre a eficácia das formas cada vez mais sofisticadas de ‘não-dizer-a-verdade’” (Finocchi; Perri; Paverini, 2020, p.142)⁵.

Sobre isso, recentemente, a crescente proliferação de imagens geradas por inteligência artificial lança desafios as coberturas de guerra. Isso, pois além do fato de que

⁵ Sull’evoluzione delle pratiche di simulazione del reale e sull’efficacia delle forme, sempre più sofisticate, del ‘non-dire-il-vero’ (Finocchi; Perri; Paverini, 2020, p.142).

os exércitos produzem conteúdos fotográficos sobre os conflitos contemporâneos, o uso de recursos e softwares também ocorrem. O portal *Aos fatos*, em reportagem de Milena Mangabeira (2023), demonstra alguns desses exemplos no caso do conflito entre Israel e o Hamas. “Aos Fatos identificou que perfis pró-Palestina e pró-Israel têm compartilhado imagens de crianças em meio a escombros, sorrindo ou chorando, sendo carregadas por outras pessoas ou lamentando mortes” (Mangabeira, 2023, s/p). Entretanto, essas imagens foram geradas por inteligência artificial. Eis alguns exemplos, levantados pelo portal:



122

Figura 1: Fotografias de guerra produzidas por Inteligência Artificial.

Fonte: *Aos fatos* (2023).

De Greimas e Courtés (1979) e Barros (2020, 2022) entende-se que a imagem, enquanto textualidade, adentra o campo da aparência de verdade, do parecer-ser (embora uma análise mais densa demonstre que se trata de uma construção por inteligência artificial). Trata-se de um contrato de veridicção que determina o modo como o discurso será considerado, mediante um estatuto de verdade ou de falsidade aceito com o enunciatório.

Para consolidar essa dimensão da verdade, os recursos plásticos das imagens apropriam-se da verossimilhança com as figuras humanas e com as dimensões imagináveis do sofrimento humano. Ou seja, a construção visual materializada pela inteligência artificial recupera aspectos do repertório coletivo sobre as fotografias de guerra. Todavia, há pontos que chamam a atenção: é curioso perceber a hipervalorização das crianças em tais imagens. Dentre as principais vítimas dos conflitos, estão mulheres, crianças e idosos. Mas, no contexto a que se destina, o uso desses corpos frágeis (além de dóceis e simpáticos, como os sorrisos na última foto), serve a uma proposta manipulativa e interpretativa de se modalizar a crença, novamente ressoando ao que se defendeu como a verdade sendo construída a partir de um efeito de sentido. Convocar esses corpos, que geralmente estão associados a cenas de alegria na imprensa seria uma forma de promover um imperativo de cuidado, como se o observador estivesse diante das barbáries cometidas contra crianças nesse (e em outros) conflitos atuais.

Landowski (2007) lembra-nos que a imprensa potencializa os dramas cotidianos das guerras. Sob a perspectiva do autor, e atentando-se aos elementos situacionais e contextuais que compõem a imagem, a captura dos corpos em situação, no caso, diante da emergência humanitária da guerra, constitui um flagrante delito. Ou seja, uma perspectiva que apreende a singularidade dos sujeitos de referência em um regime iconográfico, tal qual as crianças ou mulheres, figuras reiteradas em imagens de guerra.

E diante da pós-verdade, como operam as imagens de guerra? Se para Feliciano, Castanheira e Silva (2020) os objetos autênticos perdem a relevância, no contexto da desinformação, os observadores têm a verdade dos fatos dada antes mesmo da evidência física, o que nos leva a aventar o questionamento de que as imagens produzidas por inteligência artificial seriam o produto do imaginário coletivo sobre o cenário da guerra entre Israel e Hamas. Projetar essas imagens como flagrantes de uma realidade, na esteira do que aborda Landowski (2007, p.45) é inscrever a fotografia em uma “perspectiva de busca de ‘conhecimento’, eventualmente de descoberta, do modelo considerado como um sujeito a ser capturado *in vivo*, mas, ao mesmo tempo, inacabado e, além disso, por natureza heterogêneo”.

Os recursos visuais, principalmente a figura do corpo, demonstra o que Aldama (2019) aponta como o uso das aparências na manifestação do sentido de verdade, especificamente, nos modos em que parte de uma realidade é oferecida ao olhar do observador, mexendo com suas crenças e implicações éticas decorrentes dessa apreensão

(gerando os sentimentos de indignação, revolta, medo ou tristeza e, principalmente, fomentando o compartilhamento dessas imagens em redes sociais).

Nesses casos, apenas um olhar mais atento, muitas vezes imperceptível ao olho humano, pode identificar marcas expressivas que constituem aspectos fraudulentos no texto. Embora nós, enquanto pesquisadores e leitores sobre imagens, podemos perceber alguns aspectos que destoam das imagens tradicionais de guerra, entretanto, o simples ato de estranhar essas imagens já pode ser um critério de descrença do fotojornalismo. Essas imagens de IA formulam um jogo que institui, de forma verossímil, um jogo de mentira; do parecer-ser (mas não-ser), como Finocchi, Perri e Paverini (2020) demonstram.

São algoritmos, aplicativos e redes sociais que dimensionam certas situacionalidades específicas ao uso das imagens. Nos domínios das buscas e procedimentos de indexação dos dados, por exemplo, há uma filtragem e personalização dos resultados. É fato que a desinformação e a radicalização da seleção de exposição de informações não são provocadas pela internet, o que resultaria em um argumento determinista e limitante. Para Feliciano, Catanheira e Silva (2020, p.3), que se aproximando da teoria da dissonância cognitiva (que neste artigo, dada as limitações formais e o foco investigativo não será abordada em profundidade) é da natureza humana “evitar o incômodo da tensão de ideias que contradizem a sua”.

Entretanto, a proliferação de imagens de guerra fabricadas em contextos não-jornalísticos não é novidade, pois, como supracitado, trata-se de um processo favorecido pelas recentes técnicas e tecnologias de proliferação e produção das imagens. Se regressarmos, historicamente, ao início dos anos 2000 (época na qual muitas das críticas que levantamos neste artigo ocorreram, via Baeza (2007) e Tavares e Vas (2008), ocorreu a divulgação de uma série de fotografias de soldados estadunidenses torturando prisioneiros iraquianos. Essas imagens não foram produzidas por um profissional de imprensa, mas pelos próprios soldados.

Inclusive, Meditsch (1997) já alertava que pouco se sabe sobre os impactos do jornalismo na ação dos sujeitos, tendo em vista que ele está inserido em um meio cultural, logo, reproduz a própria sociedade, com suas desigualdades e contradições. Com isso, o autor não deixa de reconhecer o poder dos meios de comunicação na sociedade, mas tensiona “até que ponto este poder é exercido de forma autônoma e até que ponto funciona apenas como instrumento de outros poderes instituídos” (Meditesch, 1997, p.11). Tratando do aspecto do conhecimento, o autor desprende que nenhuma forma de saber é imune a

essas questões, o que nos leva a refletir sobre a amplitude da problemática que envolve a veracidade nas imagens jornalísticas, ponto que tensionamos a partir de exemplos de inteligência artificial empregados no jornalismo. Nossa percurso não tenha o interesse de aprofundar as questões relativas a esse tópico, ou a cobertura de guerra, valendo-se dessas imagens apenas para exemplificar uma das complexidades que rodeiam as relações entre o fotojornalismo e a promoção de conhecimentos, quando dispostos na superfície jornalística. Ainda, nota-se como o tema vai além do campo jornalístico, atingindo outros componentes das democracias, como as instituições sociais, ou a vida cotidiana, como nas relações de trabalho ou de lazer. Com base no que se resgatou de Meditsch (1997), isso demonstra as constrições que a própria sociedade produz e, consequentemente, projeta no jornalismo, impactando nas formas como os sujeitos negociam seus discursos com o discurso da imprensa, para retomar as digressões da semiótica discursiva que conduzimos anteriormente.

Assim como Courtine (2013), a preocupação em convocar as imagens da guerra entre Israel e Hamas não está no que as fotos revelam, ou seja, evidências de atrocidades cometidas por soldados estadunidenses contra prisioneiros de guerra, mas a genealogia que as formaram, suas difusões e experiências perceptivas, portanto, o interesse por essas imagens é a fabricação de um olhar do que na revelação da verdade. “Já que, com efeito, à questão de saber o que se vê nestas fotografias é ‘verdadeiro’, e se o exército americano realmente praticou a tortura no Iraque, a resposta não oferece, como sabemos, nenhuma dúvida...” (Courtine, 2013, p.146).

Existem outras dificuldades de acesso à informação nessas guerras e as imagens produzidas por inteligência artificial seriam fontes de disputas pelo controle das narrativas. As plataformas e redes sociais que impulsionam essas imagens deveriam ser responsabilizadas. Entretanto, o que se deve destacar, retomando as críticas de Baeza (2007) sobre as dificuldades dos profissionais de imprensa, é a valorização dos trabalhos promovidos por jornalistas que, mediante a uma série de empecilhos, testemunham e evidenciam os sofrimentos humanos em cenários de guerra.

Com isso, nosso interesse não está em analisar essas, e outras, dimensões figurativas e temáticas do sofrimento humano na fotografia de guerra (pelo menos neste artigo), mas de provocar uma reflexão entre as funções das imagens geradas por inteligência artificial e uma fotografia jornalística de guerra. Isso, para que possamos perceber não só a relevância do trabalho dos profissionais de imprensa, mas as

convocações éticas e estéticas que o ato de captar um momento de dor causa na sociedade. São esses momentos que atestam o valor do testemunho do jornalista, já que diante das formas de poder e das dificuldades de acesso, obter um testemunho visual é um risco: “quanto mais valioso é um documento, mais perigoso é obtê-lo, preservá-lo e divulgá-lo. E os documentos visuais são os mais temidos” (Baeza, 2007, p.60)⁶.

Considerações finais

Meditsch (1997) demonstra haver uma inclinação acadêmica que conceituava o jornalismo como uma forma de degradação dos conhecimentos científicos. Já na atualidade essa frente toma como argumento o fato de o jornalismo ser uma atividade mal executada, sob uma lógica perversa.

Além disso, questionar-se sobre como o jornalismo produz conhecimento (e como o faz), é uma das bases epistêmicas da área, cujas posturas direcionam a atuação e a reflexão sobre o campo. “O jornalismo se torna conhecimento quando ele se constrói como um testemunho verossímil da realidade, baseando sua produção noticiosa em métodos e processos que tentam reduzir o erro e os relatos falsos” (Lisboa, Bennetti; 2015, p.16).

Adentrando essas problematizações, questionou-se sobre as relações entre conhecimento jornalístico e efeitos de sentido de verdade no campo das imagens jornalísticas. Na esteira de Meditsch (1997), entende-se que uma imagem jornalística tem, ao mesmo tempo, a função de conhecer e de reconhecer. Para além da reunião de teses que envolvem o valor do conhecimento e os efeitos de sentido no jornalismo, percebeu-se que o valor testemunhal das imagens de imprensa mostra-se atingido pelo processo de desinformação e de descredibilização da atuação jornalística.

A inteligência artificial possibilita a circulação de imagens fotográficas “sem referências ao real, a fim de atuarem, principalmente, como instrumento de uso político e reordenador de sentido da realidade” (Feliciano; Castanheira; Silva, 2020, p. 2). Em que medida, os efeitos dessas imagens adentram as noções de efeitos de sentido de verdade foi um dos objetivos deste artigo. Atentou-se para a sensibilização e a convocação de recursos visuais que buscam uma verossimilhança com os acontecimentos que,

⁶ cuanto más valioso es un documento más peligroso es obtenerlo, conservarlo y difundirlo y los documentos visuales son los más temidos (Baeza, 2007, p.60).

historicamente, compõem um quadro de guerra. Todavia, quanto ao impacto na produção das notícias e do próprio trabalho jornalístico?

Retomando Meditsch (1997), concordamos que o jornalismo não se trata de um mero processo de transmissão de saberes, mas de uma dimensão mais ampla, envolta na confluência dos conhecimentos produzidos por instituições sociais (como universidades ou centros de pesquisa), que são convertidos em notícias, por exemplo, e que se disseminam entre os seres sociais. Obviamente que essa postura não isenta o campo jornalístico de responsabilizar-se pelo teor e a forma com a qual os fatos são apurados e depurados na produção de notícias; ao contrário, expressa o valor e a relevância dos profissionais de imprensa, principalmente quando estamos diante da desinformação.

Revelar uma novidade, algo desconhecido do público em geral, é um aspecto retórico do jornalismo. Mas, “os diferentes gêneros de discurso vão abordar a realidade de diferentes maneiras, definindo verdades diversas, cada uma pertinente a um objetivo ou a uma situação” (Meditesch, 1997, p.4). As fotografias da imprensa detêm de um caráter de exposição e comprovação dos acontecimentos, favorecendo ao leitor imaginar um cenário e uma ação que se passa na cena captada, como nos alertam Tavares e Vas (2008, p.128). Inclusive, na produção dos mais diversos textos jornalísticos, o que inclui as imagens fotográficas, os profissionais de imprensa “nunca estão sozinhos. As fontes e suas falas, os personagens fotográficos e suas ações, deixam clara a existência de um processo narrativo dinâmico e polifônico”.

Todavia, as imagens geradas por inteligência artificial, como as exemplificadas no artigo sobre a Guerra Israel x Hamas, buscam dar forma expressiva aos acontecimentos, valendo-se do uso de alguns recursos de manipulação e de produção de imagens, tais quais: cor, forma e profundidade – pontos que também existem nas fotos ‘verdadeiras’, mas que são exagerados em imagens falsas, justamente para as camuflar como efeito de sentido de verdade. Para Finocchi, Perri e Paverini (2020), essa mobilização de recursos é um restauro do valor testemunhal das imagens fotográficas, roubando algo que geralmente ocorre nas retratações de guerra por profissionais de imprensa, principalmente as fontes, as falas e os personagens dos quais nos explicam Tavares e Vas (2008).

Baeza (2007), antes mesmo da aceleração do processo de desinformação, como se observa na atualidade, preocupava-se com o valor testemunhal das imagens de imprensa, defendendo que as redações devem quebrar seu funcionamento restritivo, abrindo-se para contribuições externas, principalmente para as práticas criativas que fogem

das tendências e privações ligadas ao percurso jornalístico. Trata-se de uma sugestão instigante, à medida que coloca novos atores sociais na busca por formas de superar os discursos mentirosos que, com efeito de sentido de verdade, subterfugiam os valores jornalísticos.

Ao longo do desenvolvimento deste artigo, perceberam-se pistas para futuros estudos, como na compreensão sobre as novas formas de narração jornalística, em contextos dos complexos processos de tecnificação e de midiatização do campo jornalístico, como os impactos das imagens geradas por inteligências artificiais nas redações. Entendemos, neste artigo, tal situação como um exemplo de um processo de produção e de circulação dos discursos mentirosos, observando suas estruturas a partir da semiótica discursiva, campo que possui interlocuções com os estudos comunicacionais. Ainda, cabe salientar que a novidade, como os atuais recursos tecnológicos ou os fatos advindos da guerra, chegam ao jornalismo de modo diferenciado da ciência convencional, pois enquanto ela abstrai os aspectos dos fatos, estabelecendo leis e relações entre eles, o jornalismo “tem a sua força na revelação do fato mesmo, em sua singularidade” (Meditsch, 1997, p. 8).

128

Referências

ALDAMA, J. A. As transparências enganam. **Estudos Semióticos**, v. 15, n. 1, p. 152-161, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/esse/article/view/160195/172307#toc>. Acesso em: 13 mar. 2024.

Aos Fatos. Imagens de IA sobre Gaza. 2023. Disponível em: <https://encurtador.com.br/1n18p>. Acesso em: 21 ago. 2024.

BAEZA, P. **Por uma función crítica de la fotografía de prensa**. Barcelona: Gustavo Gilli, 2007.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARROS, D. L. P. de. As fake news e as “anomalias”. **Verbum**, v. 9, n. 2, p. 26-41, 2020. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/verbum/article/download/50523/pdf>. Acesso em: 12 abr. 2024.

BARROS, D. L. P. de. Contrato de veridicção: operações e percursos. **Estudos Semióticos**, v. 18, n. 2, p. 23-45, 2022. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/8615693.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2024.

BOURDIEU, P. **Sobre a televisão**: seguido de a influência do jornalismo e os jogos olímpicos. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

COURTINE, J. J. **Decifrar o corpo**: pensar com Foucault. Petrópolis: Vozes, 2013.

DIDI-HUBERMAN, G. Quando as imagens tocam o real. **PÓS: Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFMG**, p. 206-219, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistapos/article/view/15454>. Acesso em: 13 mar. 2024.

DUBOIS, P. **O ato fotográfico e outros ensaios**. Campinas: Papirus, 1993.

FELICIANO, L. A.; CASTANHEIRA, K. N. L.; SILVA, P. K. da. Profissionais especializados e receptores-fontes: a fotografia no contexto da 'pós-verdade'. **Comunicação Pública**, v. 15, n. 28, 2020. Disponível em: <https://journals.ipl.pt/cpublica/article/download/96/55>. Acesso em: 12 abr. 2024.

FINOCCHI, R.; PERRI, A.; PEVERINI, P. The proof of enunciation. Digital photography, deepfake, and the refusing or renegotiation of the document. **E|C**, n. 30, p. 135-144, 19 Mar. 2020. Disponível em: <https://mimesisjournals.com/ojs/index.php/ec/article/view/754>. Acesso em: 14 mar. 2024.

GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. **Dicionário de semiótica**. São Paulo: Cultrix, 1979.

LANDOWSKI, E. Flagrantes delitos e retratos. **Galáxia. Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica**, n. 8, 2004. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/1392>. Acesso em: 13 mar. 2024.

129

LISBOA, S.; BENETTI, M. O jornalismo como crença verdadeira justificada. **Brazilian Journalism Research**, v. 11, n. 2, p. 10-29, 2015. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/664>. Acesso em: 14 abr. 2024.

MANGABEIRA, M. Conteúdos gerados por IA sobre Gaza podem colocar em dúvida veracidade de fotos reais. **Aos fatos**, 1 nov. 2023. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/bipe/imagens-ia-gaza>. Acesso em: 16 abr. 2024.

MAROCCHI, B. Verdade, regimes de. In: MARCONDES FILHO, C. (orgs.) **Dicionário da Comunicação**. São Paulo: Paulus, 2009, p.585-586.

MEDITSCH, E. O Jornalismo é uma forma de conhecimento? 1997, p.1-12. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-jornalismo-conhecimento.pdf>. Acesso: 10 fev. 2014.

RODRIGUES, C. M.; DE AGUIAR, L. A. Jornalismo como forma de conhecimento e o imperativo da verdade: uma contribuição teórica. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, v. 15, n. 3, p. 2459-2476, 2023. Disponível em: <https://ojs.europubpublications.com/ojs/index.php/ced/article/view/1217>. Acesso em: 15 abr. 2024.

TAVALVES, F. de M. B.; VAZ, P. B. F. Fotografia jornalística e mídia impressa: formas de apreensão. **Revista FAMECOS**, v. 12, n. 27, p. 125-138, 2008. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3329>. Acesso em: 14 abr. 2024.

Submissão: 30 de abr. 2024.

Aceite: 21 de ago. 2024.

Diálogos entre Jornalismo Científico e Educação

O dever da formação educacional dos cidadãos

Luiz Felype dos Santos¹

Ivan Carlo Andrade de Oliveira²

Resumo

Os objetos de estudo desta pesquisa são Jornalismo Científico e Educação, que serão explorados e descritos conforme levantamento de acervo bibliográfico físico e digital para fins de análises sobre a epistemologia das áreas jornalística, científica e educacional. O objetivo geral é analisar os pressupostos teóricos sobre Jornalismo e Ciência e a maneira como as reportagens incentivam a formação educacional do ser humano. O Jornalismo Científico forma cidadãos, pois, as bases teóricas e práticas da profissão mostram que o campo contribui significativamente com o aspecto social, uma vez que a matéria-prima é informação e conhecimento. A colaboração mútua entre os jornalistas e cientistas gera a uniformidade de leitores. O estímulo à adesão de programas educativos-científicos despertariam no público o interesse pelo universo do saber.

Palavras-chave: Educação. Jornalismo. Linguística.

Dialogues between science journalism and education: The duty to educate citizens

Abstract

The objects of study of this research are Science Journalism and Education, which will be explored and described according to a survey of the physical and digital bibliographic collection for the purpose of analyzing the epistemology of the journalistic, scientific and educational areas. The general objective is to analyze the theoretical assumptions about journalism and science and how the reports encourage the educational formation of human beings. Science journalism trains citizens, because the theoretical and practical bases of the profession show that the field contributes significantly to the social aspect, since the raw material is information and knowledge. Mutual collaboration between journalists and scientists generates a uniform readership. Encouraging adherence to educational-scientific programs would awaken the public's interest in the world of knowledge.

Keywords: Education. Journalism. Linguistics.

130

¹ Bacharel em Jornalismo pela Universidade Federal do Amapá (Unifap). E-mail: ifs.luizfelype@gmail.com.

² Doutor em Arte e Cultura Visual pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Professor do Curso de Bacharelado em Jornalismo da Universidade Federal do Amapá (Unifap). E-mail: profivancarlo@gmail.com.

Introdução

Esta pesquisa pretende analisar o Jornalismo Científico e Educação, que serão explorados e descritos conforme levantamento de acervo bibliográfico físico e digital, que engloba as fontes epistemológicas da informação. Jornalismo Científico corresponde a uma das diversas subáreas existentes no Jornalismo – campo pertencente às Ciências Sociais Aplicadas. Conforme o Ministério da Educação Brasileiro (2021), com as Ciências Sociais Aplicadas, as pessoas fortalecem a “capacidade de estabelecer diálogos entre indivíduos, grupos sociais e cidadãos de diversas nacionalidades, saberes e culturas distintas”.

Logo, trata-se de uma investigação cujo objetivo geral é analisar os pressupostos teóricos sobre Jornalismo e Ciência e, a maneira como as reportagens incentivam a formação educacional do ser humano. Para isso, foi delineado os seguintes objetivos específicos: a) conceituar Jornalismo com um dos objetos de estudo; b) diagnosticar o papel da ciência na sociedade; c) identificar o dever do Jornalismo Científico na cooperação social e o exercício da educação; d) analisar exemplos sobre como o Jornalismo Científico promove a formação educacional da população.

Existem duas possíveis contrariedades sobre a tentativa da divulgação científica simplificada: a ausência de pregar técnico e profissional de comunicadores para redigirem adequadamente assuntos sobre novas descobertas, inovações ou, ainda, o fracasso de um estudo executado por um grupo de pesquisadores.

Outro fator seria a reação do público em relação à receptividade das informações jornalísticas. Uma fronteira poderia ser estabelecida pela dificuldade em consumir tais referências, devido aos termos técnicos – que, frequentemente, não são utilizados no pensamento e no linguajar cotidiano popular. Como consequência, o leitor – hipoteticamente – deixaria de ler.

Em entrevista divulgada no canal do YouTube ‘History of Science’, em 2019, a jornalista, pesquisadora e ex-diretora da revista científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), Mariluce de Souza Moura, manifestou que o principal desafio do jornalismo científico é encontrar maneiras para produzir materiais de forma que todas as pessoas possam compreender, independentemente do grau de instrução.

Segundo dados do Datafolha, divulgados em 2023, o fato de que 80% dos internautas brasileiros leem notícias; 95% da população com ensino superior e 60% do público com ensino fundamental completo também consomem informações acende um

alerta: ler notícias é um hábito comum. E o crescente aumento do público usuário de jornais, revistas e portais, exige a qualificação técnica e profissional dos comunicadores.

O problema científico é caracterizado pela seguinte questão norteadora: Como as reportagens do Jornalismo Científico incentivam a formação educacional do ser humano? O desenvolvimento deste trabalho é justificado por meio de uma relevância social: que jornalistas e comunicadores usufruam a pesquisa para inspirá-los a examinar as características e aperfeiçoá-las na prática do fazer jornalismo de ciência. E, que outros profissionais proponham mais contribuições para provocar o pensamento crítico e disseminar os resultados em outras revistas científicas da área.

Para esclarecer os percursos do estudo, serão analisadas duas reportagens publicadas na internet sobre ciência. A primeira análise será sobre texto produzido pela Assessoria de Comunicação e Imprensa da Universidade Federal do ABC (UFABC), em parceria com o Prof. Dr. Fábio Antônio da Mota Silva. Intitulado como Professor da UFABC desenvolve combustível “green” para veículos espaciais, o material – divulgado no dia 19 de dezembro de 2023 – esclarece como ocorreu a invenção da nova matéria-prima, isenta de poluição ambiental.

A segunda matéria está publicada no site Com Ciência – Revista Eletrônica de Jornalismo Científico da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e chama-se ‘Luz artificial em excesso afeta o meio ambiente’. O material explica como os efeitos da poluição luminosa causam transtornos psiquiátricos, como a depressão. Foi escrito por profissionais do Jornalismo e da Física e publicado no dia 17 de janeiro de 2024.

A escolha dessas amostras teve parâmetro para escolher dois textos com resultados opostos: um que citava textos científicos, mas não os esclarecia e outro que realizava a tradução necessária. Será analisado como essas estratégias refletem na divulgação científica. Para isso será feita uma análise de conteúdo qualitativa.

Conceitos e particularidades do Jornalismo

Para entender os percursos da consolidação do Jornalismo Científico como uma das bases para formação educacional do cidadão, é necessário, primeiramente, identificar e analisar o contexto em que surgiu o Jornalismo. Ao definir palavras-chaves associadas à subárea, possivelmente, o termo informação será lembrado.

Em todo momento, fatos, acontecimentos e decisões ocorrem no globo terrestre. Algumas ocorrências afetam mais ou menos determinadas categorias sociais e se transformam em informações. São cotidianas e envolvem assuntos da política, saúde, educação, segurança pública, religião, economia, cultura e demais temáticas. Podem ser encontradas nos jornais impressos, rádios e canais de televisão. Com o advento da tecnologia, os jornais adaptaram-se para internet, e os usuários têm acesso a variados conteúdos – conforme escolhas particulares – por meio dos aparelhos celulares e computadores.

Conforme Nilson Lage (2019), o surgimento do Jornalismo ocorreu no início do século XVII, período em que a práxis do texto informativo “era o discurso retórico, empregado desde tempos remotos para a exaltação do Estado ou da fé”. Em outras palavras, os periódicos da época serviam para promover a publicidade e vender uma boa imagem das instituições. O autor complementa:

133

Os primeiros jornais circularam, a partir de 1609, em centros de comércio, ligados à burguesia, e os primeiros jornalistas incumbiam-se de difundir as idéias burguesas. Algumas décadas mais tarde, os aristocratas também promoveram a edição de jornais que, de sua parte, divulgavam temas caros à aristocracia, dedicando muito espaço, por exemplo, aos casamentos, viagens de príncipes e festas da corte. Fazer jornal era atividade barata: bastavam uma prensa, tipos móveis, papel e tinta. As tiragens possíveis – centenas, talvez pouco milhares de exemplares – correspondiam a um público leitor restrito de funcionários públicos, comerciantes e seus auxiliares imediatos (Lage, 2019, p. 10).

O exercício da profissão e, talvez o surgimento dela, não existiriam sem esta matéria-prima chamada informação. As instituições de ensino superior dispõem alta carga horária em disciplinas de redação jornalística, apuração e laboratório aos estudantes de Jornalismo. Toda atenção e tempo são essenciais para que os futuros graduados tenham ética e responsabilidade ao manusear os dados e dominar a técnica para transformá-los em conhecimento.

Assis, Oliveira e Scheibe (2013, p. 19) definem informação como “novidade, imprevisibilidade, variedade”. Portanto, qualquer fato ou acontecimento podem ser transformados em notícia, conforme a singularidade da situação e determinados critérios estabelecidos pelos editores-chefes do jornal. Por conseguinte, tudo que é rotineiro na vida do público dificilmente será o assunto do dia nas capas e páginas iniciais.

O fato é que o conhecimento depende de informação, mas nem toda informação é conhecimento. Por exemplo, se alguém faz um relato em que acredito, mas não tenho condições de saber se se trata de informação correta, estou na posse de informação, não de conhecimento (Tambosi, 2005, p.32).

Conforme experiência e visão empírica dos autores desta obra, o mercado de trabalho determinou o perfil ideal do repórter moderno: estar conectado; ter bom domínio sobre escrita e conhecimento da língua; ter boas relações com os colegas e as fontes; ser ágil e ter iniciativa para buscar as informações nos melhores ângulos possíveis.

Os requisitos essenciais dominados transmitem ao especialista a confiança suficiente para ser um bom mediador. O dicionário online Michaelis define o termo como “que ou aquele que se incumbe de buscar soluções entre cidadãos e o Estado, quando todos os recursos se esgotaram; moderador”. A pessoa utiliza a inteligência e o esforço racional para entender a contextualidade dos eventos; entrevista as pessoas certas; traduz os fatos e organiza-os de maneira simples aos textos noticiosos.

Os materiais produzidos devem ter coesão e coerência. Os jargões técnicos precisam ser simplificados. Quanto mais explícitos, mais atraentes; e menos o leitor se sentirá desestimulado para continuação da leitura. Dois conceitos fundamentais reforçam estas linhas de raciocínio: discurso esotérico e discurso exotérico.

DISCURSO ESOTÉRICO – destinado aos integrantes de uma determinada instituição ou formação. Para participar deste grupo, o interlocutor, ou emissor precisa compreender e dominar a sua simbologia e o seu conteúdo. Exemplos: a linguagem médica e a linguagem dos advogados (...) DISCURSO EXOTÉRICO – aplica-se às modalidades do discurso que não precisam de uma formação específica, ou seja, todas as pessoas podem ter acesso e entender o conteúdo (...). A mídia pode transformar o esotérico em exotérico (Assis; Oliveira; Scheibe, 2013, p. 44).

Os meios de comunicação são primordiais para tornar públicas as informações jornalísticas. Contudo, não cabe às mídias a responsabilidade de transformar discursos, uma vez que esta missão é executada pelos comunicadores. Os meios possuem uma atividade-fim limitada à publicação. Existem os efeitos, que não serão debatidos neste estudo. Paralelamente, o Jornalismo tem atribuições específicas. Algumas são descritas brevemente neste capítulo. Ambos são diferentes, mas são complementares.

Além de gerar lucro para suas empresas, os meios de comunicação de massa também precisam atrair e manter a atenção dessa gama de receptores, oferecendo informações necessárias para seu dia-a-dia, produtos culturais para seu entretenimento, fantasia para seu imaginário e

discussão de idéias. O receptor, por sua vez, busca nesses veículos de comunicação o conhecimento dos fatos da atualidade, diversão, educação, evasão de seus problemas, participação nas decisões etc., enquanto se torna, também, audiência e potencial consumidor dos produtos anunciados (Santos, 2007, p. 46).

Ainda sobre as atribuições específicas do repórter, Squarisi e Salvador (2005) consideram que a construção do formato de matérias e reportagens começa antes de ligar a tela do computador. O texto “nasce, primeiro, na cabeça do autor. A habilidade de escrever é resultado da habilidade de pensar – pensar de forma ordenada, lógica e prática” (Squarisi; Salvador, 2005, p. 13).

O papel da Ciência na sociedade

Os anos passam e a ciência surpreende o mundo com a potencialidade do conhecer. Centenas de milhares de estudos, em diversas especialidades, foram e são realizados com o intuito de proporcionar avanços no cotidiano; na medicina; na engenharia; na química; na física e na tecnologia. Essas evoluções, oriundas de intensas pesquisas, garantem que os seres humanos tenham mais qualidade de vida e aprendizado adicional para lidar e/ou agir em diversas situações. Mas, afinal, o que é ciência?

(...) Ciência, a qual compreende o conjunto de conhecimentos precisos e metodicamente ordenados em relação a determinado domínio do saber. Metodologia científica é o estudo sistemático e lógico dos métodos empregados nas ciências, seus fundamentos, sua validade e sua relação com as teorias científicas (Gerhardt; Silveira, 2009, p. 11).

Ciência, portanto, diz respeito à comprovação de algo. E, segundo Gil (2008), o “método como caminho para se chegar a determinado fim” (Gil, 2008, p. 8). Torna-se imprescindível defender que o fundamento da ciência é o conhecimento, mas não é a única categoria. De acordo com Oliveira (2019), existem outros cinco tipos de conhecimento.

Quadro 1: Tipos de conhecimento

NOMES	DESCRÍÇÃO	CARACTERÍSTICAS
Empírico	É o conhecimento que nasce da observação diária dos fatos. O ser humano observa relações de causa e consequência, aquilo que os semióticos chamam de índice.	- Surge da observação; - É não sistemático; - Não vai aos porquês.
Teológico	O conhecimento religioso não surge da observação ou da lógica. É um conhecimento revelado, razão pela qual dizemos que ele se baseia na fé.	Não descoberto através da observação, mas revelado; Não se usa a observação ou a razão, mas a fé; O discurso da autoridade é essencial; Diz respeito a verdades secretas.
Filosófico	Diante da impossibilidade de usar instrumentos de medição ou observação, o filósofo usa apenas a lógica e a razão.	É baseado na lógica e na razão; Trata de questões universais; Trata de questões que não podem ser medidas.
Artístico	O conhecimento artístico seria fruto da intuição e nasceria no hemisfério direito do cérebro, no inconsciente.	É intuitivo.
Jornalístico	O jornalismo cumpre um importante papel: o de divulgar as descobertas e teorias científicas.	Trata da singularidade dos fatos; É um dos principais divulgadores do conhecimento científico.

Fonte: Oliveira (2019)

136

Existe mais um fator que auxilia o desenvolvimento das pesquisas. Atualmente, a comunidade científica permite que os outros tipos de conhecimentos estejam presentes nas averiguações, conforme interesses dos autores, para compreender por que determinado pensamento foi estabelecido do jeito que é. Como, por exemplo, indivíduos e outros grupos sociais utilizam a planta arnica para amenizar e curar hematomas.

Em síntese, é um conhecimento empírico em comprovação. Logo, os pesquisadores baseiam-se nas expectativas do senso comum e, por intermédio da investigação, determinam o grau de veracidade das afirmações. Além de tudo, o conhecimento científico também busca atender as necessidades do Estado e visa à solução de problemas. É um dever fundamental, segundo o artigo 218, da Constituição da República Federativa do Brasil.

O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação. § 1º A pesquisa científica básica e tecnológica receberá tratamento prioritário do

Estado, tendo em vista o bem público e o progresso da ciência, tecnologia e inovação. Brasil [Constituição (1988)].

Os Poderes Executivos Federal, Estadual e Municipal são agentes positivos e podem cooperar com a operacionalização, disseminação e acompanhamento da exploração científica. As administrações detêm recursos e entrariam como financiadores do projeto. A transferência do aporte viabiliza as ações e oportuniza celeridade nos processos de averiguação. No entanto, a concretização destes cenários não seria possível sem a participação da sociedade, de acordo com artigo publicado da Comissão Nacional da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) de Portugal.

Para que seja atingido o melhor resultado possível, há a necessidade de envolver os cidadãos nos programas científicos, de modo a que estes possuam as ferramentas necessárias para fazerem escolhas informadas e conscientes. Por outro lado, os órgãos governativos devem promover iniciativas de promoção do desenvolvimento e literacia científicos e de sensibilização para a ética, o que requer uma cooperação próxima com a comunidade científica (Comissão Nacional da Unesco. Acesso: 13 fev. 2024).

137

Jornalismo Científico como cooperador social e o exercício da educação

Antes de chegar neste capítulo, foi necessário entender os alicerces e as características sobre Jornalismo e Ciência. As duas áreas dialogam, cooperam e formam uma fusão: o Jornalismo Científico. Na visão de Boettcher (1974), a cooperação “é a atuação consciente de unidades econômicas (pessoas naturais ou jurídicas) em direção a um fim comum, pela qual as atividades dos participantes são coordenadas através de negociações e acordo” (Boettcher, 1974, p. 22).

Para fins de reflexão e partir desta argumentação, alguns termos serão adaptados para a entender a realidade do Jornalismo Científico como cooperador social. Em seguida, de que maneira as notícias e reportagens contribuem para o pensamento crítico e à formação do ser humano, do ponto de vista educacional.

Logo e conforme adequação, o Jornalismo Científico promove a união dos repórteres com a categoria dos pesquisadores. A parceria entre ambos – que estruturam as instituições formadoras de conhecimento e pensamento – tem a finalidade de informar, comunicar e atualizar a coletividade. O compromisso dos comunicadores em avisar as novidades a todo público entra em consonância com as orientações dos cientistas,

conforme feedbacks, para informar os assuntos corretamente. Portanto, é necessário entender o conceito de Jornalismo Científico:

(...) Mesmo assim, as propostas de conceituação da divulgação científica ainda parecem provisórias. Uma linhagem de estudiosos prefere conceituar a prática em questão através de seu trabalho com a linguagem, o que implica o fundamento da divulgação em ciência como sendo o empenho de recodificação da linguagem científica, visando com isso favorecer que parcelas de saberes restritos tornem-se acessíveis e inteligíveis para um público não especializado (Filho, 2006, p. 2).

A retórica empregada sobre a divulgação científica como formadora pedagógica do ser humano atravessa a interdisciplinaridade e chega no campo epistemológico da educação. Inúmeros estudiosos definiram a temática, registraram em livros e ainda tentam descobrir os impactos positivos para as pessoas. Calleja (2008) defende que educar possibilita ao cidadão realizar iniciativas do dia-a-dia de maneira correta.

A educação é a ação que desenvolvemos sobre as pessoas que formam a sociedade, com o fim de capacitá-las de maneira integral, consciente, eficiente e eficaz, que lhes permita formar um valor dos conteúdos adquiridos, significando-os em vínculo direto com seu cotidiano, para atuar consequentemente a partir do processo educativo assimilado (Calleja, 2008, p. 109).

Instruir pessoas é um dever contínuo e diário que inicia no berço familiar e se estende às unidades de ensino. Os educadores ensinam aos alunos conhecimentos sobre diversos tipos de ciências. Aprender, contudo, não resume-se apenas às limitações físicas das salas de aula. No relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, Delors *et al.*, (2010) ensina os quatro pilares da educação: aprender a ser; aprender a conviver; aprender a fazer e aprender a conhecer.

Combinando uma cultura geral, suficientemente ampla, com a possibilidade de estudar, em profundidade, um número reduzido de assuntos, ou seja: aprender a aprender, para beneficiar-se das oportunidades oferecidas pela educação ao longo da vida (Delors *et al.*, 2010, p. 31).

Como aprender a aprender? A resposta parte do autoconhecimento de cada pessoa e serve de exercício para quem ainda não experimentou responder este questionamento. As possíveis – mas, não as únicas respostas – seriam: pelo consumo dos meios de comunicação segmentados como formadores e pelo hábito da leitura. Sobre o primeiro, a Constituição Federal assegura que as programações das rádios e televisões deem

“preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas” Brasil [Constituição (1988)]. Há, ainda, a leitura. Fulgêncio e Liberato (1998) explicam esse processo:

A compreensão de textos é um processo complexo em que interagem diversos fatores como conhecimentos linguísticos, conhecimento prévio a respeito do assunto do texto, conhecimento geral a respeito do mundo, motivação e interesse na leitura, entre outros. Conhecer como atua cada um desses fatores é imprescindível para a discussão da prática do ensino da leitura. (Fulgêncio; Liberato, 1998, p.13).

Todos os fatores anteriormente descritos serão analisados em dois exemplos de reportagens jornalísticas da categoria ciência.

Análise: Jornalismo Científico enquanto formação educacional

É válido sustentar que Jornalismo e Ciência possuem uma missão em comum: disponibilizar conhecimento aos cidadãos. Os acontecimentos são exaustivamente checados, transformados em obras e publicados em plataformas físicas e/ou digitais para fins de consulta, estudo ou para cessar dúvidas. O acesso à informação e conhecimento contribui para a estruturação do pensamento crítico. A seguir, dois exemplos de reportagens e o diagnóstico dos estilos da escrita esclarecerão os pontos positivos e negativos que podem interferir na formação educacional dos leitores.

O primeiro caso é de um texto escrito pela Assessoria de Comunicação e Imprensa e publicado no portal da Universidade Federal do ABC (UFABC): o “Professor da UFABC desenvolve combustível “green” para veículos espaciais”. O material, divulgado no dia 19 de dezembro de 2023, descreve os pormenores de uma pesquisa realizada pelo Prof. Dr. Fábio Antônio da Silva Mota – em parceria com a Universidade Jiaotong de Xi'an, da China – sobre “uma série de combustíveis green para aplicação espacial” (Mota, 2023).

As matérias-primas “apresentam vantagens consideráveis em relação aos demais, como alto desempenho, facilidade de produção, baixo custo e resistência à degradação” (Mota, 2023). A realização da pesquisa brasileira, com parceria internacional, visa buscar alternativas à hidrazina e derivados, que “têm a grande desvantagem de serem extremamente tóxicos e causarem câncer, o que também encarece todo o processo de manuseio do produto” (Mota, 2023).

Alguns termos esotéricos e sem tradução estão presentes na reportagem. Entre as quais, “*Polyamine/Alkanolamine-based Hypergolics*”; “ignição (IDT < 30 ms)”; “pares

hipergólicos”; “PAHyp 0”; “PAHyp 1”; “PAHyp 2”; “PAHyp 3”, entre outros. Além do escrito, a publicação exibe fotos, mapa mental e listas, com mensagens na língua inglesa.

Caso os conteúdos fossem lidos por um morador do campo ou outra pessoa menos instruída, possivelmente, se perguntariam o significado de cada palavra. O limite, quiçá, seria não ler os apontamentos até o final. Ao invés de educar, abriria margens para ruídos da comunicação, de acordo com a ótica de Gil (2001):

Entende-se por ruído qualquer fonte de erro, distúrbio ou deformação da fidelidade na comunicação de uma mensagem, seja ela sonora, seja visual, seja escrita etc. A origem do ruído pode ser devida ao emissor ou a seu codificador, à transmissão, ao receptor ou a seu decodificador (Gil, 2001, p. 74).

O ponto de largada para a divulgação científica inicia pela leitura e entendimento dos artigos de pesquisas científicas. Entrevistar o pesquisador responsável para sanar eventuais dúvidas e adquirir mais informações detalhadas também são costumes que enriquecem o texto. Contudo, há diferença entre os textos científicos e jornalísticos. Os atributos de cada um não podem se entrelaçar para que as intenções dos emissores de ambas as áreas não causem confusão durante a leitura pelos receptores. As distinções precisam ser respeitadas e, seguramente, o material jornalístico deve ser o apoio divulgador simplificado da pesquisa científica.

O segundo exemplo é a matéria publicada no site Com Ciência – Revista Eletrônica de Jornalismo Científico da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e chama-se ‘Luz artificial em excesso afeta o meio ambiente’. A reportagem explica como os efeitos da poluição luminosa causam transtornos psiquiátricos, como a depressão. Foi escrito por profissionais do Jornalismo e da Física e publicado no dia 17 de janeiro de 2024. O *lead* apresenta o seguinte enunciado:

O apagamento das luzes naturais das estrelas nas áreas urbanizadas é um dos efeitos da chamada poluição luminosa, fenômeno que impacta não apenas as observações astronômicas, mas também os ciclos biológicos. Uma revisão sistemática de pesquisadores do Departamento de Ciências Biomédicas, Metabólicas e Neurais da Universidade de Módena e Reggio Emília, na Itália, concluiu que “as evidências epidemiológicas produzidas até o momento parecem apoiar uma associação entre a luz artificial noturna e o risco de transtornos depressivos em seres humanos” (Rangel; Centurion, 2024).

A publicação é assinada pelo jornalista e cientista Daniel Rangel e pelo físico Marco Centurion, ambos da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). O trabalho aborda

resultados desde o anúncio realizado pela Associação Internacional dos Céus Escuros que “busca chamar a atenção do público geral para os efeitos danosos da poluição luminosa, bem como restaurar o ambiente noturno natural” (Rangel; Centurion, 2024).

Em uma leitura geral, os autores explicam e contextualizam várias palavras que, até então, não integram o cotidiano de um cidadão comum. Adiante, o termo *skyglow*, conhecido como “brilho artificial do céu”, que são “casos de clareamento do céu noturno, onde parte da luz utilizada na iluminação urbana escapa para cima e cria uma espécie de névoa espessa que dificulta a observação do céu” (Rangel; Centurion, 2024). Outro aspecto abordado é a luz de propaganda: “Outros aspectos como luz utilizada em propagandas ou promoção de algum evento, como nos canhões do tipo *skywalker*, recebem classificação à parte, denominada luz esbanjada (*light profligacy*)” (Rangel; Centurion, 2024).

Sucessivamente, a leitura eficiente exige tempo e esforço para imergir em universos desconhecidos. O fator da intertextualidade é um recurso utilizado na reportagem, que esclarece os caminhos sobre determinadas questões e, consequentemente, cria conexões do saber. Segundo Cavalcante (2009) esse fenômeno:

[...] Se manifesta quando, no processo de produção e compreensão de um texto alvo, os seres humanos identificam características de um texto fonte ou de uma rede de significados reconhecida, ou seja, previamente estabelecida e compartilhada. Esse é um fenômeno identificado em diferentes formas de expressão da linguagem verbal e não verbal (Cavalcante, 2009).

As características podem ser conceitos expostos e brevemente explícitos com palavras do cotidiano popular, que colaboram para a compreensão e entendimento do que os autores querem divulgar. São exemplos, expressamente, observados neste caso. Para Adler e Doren (2010), os receptores necessitam ler para entender:

É aquele em que a pessoa tenta ler algo que em princípio não entende completamente. Nesse momento, a coisa a ser lida é melhor ou maior que o leitor. O autor está comunicando algo que poderá aumentar o entendimento do leitor. Tal comunicação entre desiguais tem de ser algo possível, sob pena de ninguém nunca aprender nada com ninguém, seja oralmente, seja por escrito. Quando dizemos “aprender”, referimo-nos ao processo de entender mais – e não ao processo de lembrar mais informações do mesmo grau de inteligibilidade das demais informações que você já possui (Adler; Doren, 2010, p. 30).

Considerações finais

A falta de preparo técnico e profissional de comunicadores que trabalham com a ciência foi anteriormente citada neste artigo. A abordagem teórica mostrou que a aproximação do profissional com a língua portuguesa, domínio das técnicas de leitura e redação são essenciais para o desenvolvimento das reportagens.

Em ambas as análises, um fator chamou atenção: a revisão final dos escritos contou a participação do cientista ou da pessoa que tem relação com a pesquisa. Os nomes aparecem nas assinaturas em ambos os portais. Um exercício importante para os comunicadores é informar e orientar aos investigadores o papel do jornalista: esclarecer e traduzir assuntos complexos. Os jargões técnicos são frequentemente utilizados dentro de uma área do conhecimento. No entanto, para quem trabalha com diversos tipos de público, o bom senso é primordial para descomplicar palavras e torná-las entendíveis a todos. Essa cooperação organiza e facilita o trabalho em equipe.

A colaboração mútua entre os jornalistas e cientistas gera outro benefício: a uniformidade de leitores. A ideia de que notícias e reportagens são direcionadas somente ao público mais instruído tornaria-se inverdade. Os recursos linguísticos corretamente aplicados proporcionariam à pessoa com o ensino fundamental completo, por exemplo, o entendimento das mensagens divulgadas.

Este artigo analisou as peculiaridades do Jornalismo, o papel da ciência, o dever do Jornalismo Científico na sociedade e o exercício da educação. O problema norteador da pesquisa foi questionar se o Jornalismo Científico forma cidadãos, pois, as bases teóricas e práticas da profissão mostram que o campo contribui significativamente com o aspecto social, uma vez que a matéria-prima é informação e conhecimento.

Dessa forma, de acordo com a análise de conteúdo aplicada às duas reportagens, percebeu-se que a reportagem intitulada como: Professor da UFABC desenvolve combustível “green” para veículos espaciais não usufruiu da tradução para adaptar a linguagem ao público-alvo. Logo, prejudicou a transmissão da mensagem. Por outro lado, a reportagem ‘Luz artificial em excesso afeta o meio ambiente’ soube utilizar a tradução e, consequentemente, criou uma peça de comunicação científica que conseguiu exercer a função.

A questão “Como as reportagens do Jornalismo Científico incentivam a formação educacional do ser humano?” ensinou que os caminhos para resposta são

interdisciplinares: envolvem noções textuais, educacionais, colaboração em equipe, aprendizagem e humildade.

A maioria dos veículos, seja rádio, televisão e portais, pertence a um grupo de empreendimentos particulares. Desse modo, a formação cidadã, por intermédio da divulgação científica, deve ter apoio logístico dos empresários da comunicação, para que adquiram melhores equipamentos e recursos humanos. O propósito é que os profissionais tenham meios e condições de produzir notícias e reportagens com qualidade, de acordo com o código deontológico da carreira.

As administrações superiores também são atores importantes no processo. Cabe às entidades estabelecer e fiscalizar políticas públicas sobre incentivo à comunicação científica. Inclusive, além dos portais especializados, o estímulo à adesão de programas educativos-científicos despertariam no público o interesse pelo universo do saber.

143

Referências

ADLER, M. J.; VAN DOREN, C.; SETTE-CÂMARA, P. **Como ler livros:** o guia clássico para a leitura inteligente. São Paulo: É Realizações, 2010.

ASSIS, C. M. A.; OLIVEIRA, I. C. A.; SCHEIBE, Roberta. **Introdução ao Jornalismo.** Macapá: Unifap, 2013.

BERTOLLI FILHO, C. Elementos fundamentais para a prática do jornalismo científico. **BOCC-UBI**, Portugal, p. 1-31, 2006.

BOETTCHER, E. **Kooperation und demokratie in der wirtschaft.** Tuebingen: J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1974.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil, Constituição do Estado do Amapá, Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Amapá.** Brasília: Senado Federal.

CALLEJA, J. M. R. Os professores deste século. Algumas reflexões. **Revista Institucional Universidad Tecnológica del Chocó: Investigación, Biodiversidad y Desarrollo.** Colômbia, volume 27, número 1, p. 109-117, 2008.

CAVALCANTE, S. M. S. **O fenômeno da intertextualidade em uma perspectiva cognitiva.** 2009. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos). Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: 2009.

COMISSÃO NACIONAL DA UNESCO. **Unesco Portugal.** Disponível em: <https://unescoportugal.mne.gov.pt/pt/temas/ciencia-para-um-futuro-sustentavel/ciencia-para-a-sociedade>. Acesso: 13 fev. 2024.

DELORS, J. et al. **Educação um Tesouro a Descobrir. Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI.** Brasília: Unesco. Representação no Brasil, 2010.

FOLHA DE S.PAULO. **UOL.** Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/tec/2023/06/ler-noticias-e-habito-mais-comum-entre-internautas-brasileiros-diz-datafolha.shtml>. Acesso: 12 jul. 2024.

FULGÊNCIO, L.; LIBERATO, Y. G. **Como facilitar a leitura.** São Paulo: Contexto, 1998.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa.** Rio Grande do Sul: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Gestão de pessoas: enfoque nos papéis profissionais.** São Paulo: Atlas, 2001.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HISTORY OF SCIENCE. **Mariluce Moura – Jornalismo Científico.** Disponível em: <https://youtu.be/rmpfhKNxQak?si=saglXv8EF1OR1ZUU>. Acesso: 13 fev. 2024.

LAGE, N. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística.** Rio de Janeiro: Record, 2019.

MICHAELIS ON-LINE. **UOL.** Disponível em: <https://bit.ly/3yN36C4>. Acesso: 12 jul. 2024.

144

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Governo Federal.** Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/novo-ensino-medio/itinerarios-formativos-do-novo-ensino-medio/ciencias-humanas-e-socias-aplicadas>. Acesso: 12 jul. 2024.

MOTA, F. A. S. **Professor da UFABC desenvolve combustível “green” para veículos espaciais.** Universidade Federal do ABC. Santo André. Disponível em: <https://www.ufabc.edu.br/divulgacao-cientifica/destaques/professor-da-ufabc-desenvolve-combustivel-atoxico-para-veiculos-espaciais>. Acesso: 13 fev. 2024.

OLIVEIRA, I. C. A. **Introdução à Metodologia Científica.** Pará de Minas, MG: Editora VirtualBooks, 2019.

RANGEL, D.; CENTURION, M. **Luz artificial em excesso afeta o meio ambiente.** Com Ciência – Revista Eletrônica de Jornalismo Científico. Campinas. Disponível em: <https://www.comciencia.br/luz-artificial-em-excesso-afeta-o-meio-ambiente>. Acesso: 13 fev. 2024.

SANTOS, R. E. **As Teorias da Comunicação: Da fala à internet.** São Paulo: Paulinas, 2007.

SQUARISI, D.; SALVADOR, A. **A arte de Escrever Bem:** um guia para jornalistas e profissionais do texto. São Paulo: Contexto, 2005.

TAMBOSI, O. Informação e conhecimento no jornalismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia.** Santa Catarina, volume 2, número 2, p. 31-38, 2005.

Submissão: 16 de fev. 2024.

Aceite: 20 de ago. 2024.

A verdade do jornalismo, da ciência e do direito

Lições da crise sanitária da Covid-19

Marcio da Silva Granez¹

Resumo

O artigo busca uma resposta à crise do jornalismo brasileiro nas duas últimas décadas, assumindo que esta consiste em uma crise da noção de verdade. Para tanto, investiga a noção de verdade na imprensa, na ciência e no direito, a fim de compreender como cada um dos campos do conhecimento concebe e articula o sentido da verdade. Analisa a forma como a verdade foi concebida e trabalhada no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil por jornalistas, cientistas e poder judiciário durante a crise sanitária. Por fim, propõe a retomada do conceito de verdade por meio da discussão inter e transdisciplinar dos campos do jornalismo, da ciência e do direito.

Palavras-chave: Jornalismo. Verdade. Crise. Epistemologia. Pandemia no Brasil.

145

The truth of journalism, science and law: lessons from the Covid-19 health crisis

Abstract

This article seeks to find a response to the crisis in Brazilian journalism over the last two decades, assuming that this consists of a crisis in the notion of truth. To this end, it investigates the notion of truth in the press, science, and law, in order to understand how each field of knowledge conceives and articulates the meaning of truth. It analyzes how truth was conceived and worked on in the context of the Covid-19 pandemic in Brazil by journalists, scientists, and the judiciary during the health crisis. Finally, it proposes the resumption of the concept of truth through inter and transdisciplinary discussion of the fields of journalism, science, and law.

Keywords: Journalism. Truth. Crisis. Epistemology. Pandemic in Brazil.

¹ Doutor em Comunicação pela Universidade Federal de Santa Maria. Professor visitante na Universidade Federal de Roraima. E-mail: marcio.granez@ufr.br

Introdução

A crise do jornalismo nas duas últimas décadas, como bem observam alguns pesquisadores, é uma crise sobre a verdade (Gurovitz, 2016). É a noção de verdade que vem sendo questionada de forma recorrente desde que a realidade passou a ser intermediada pela técnica, a ponto de não se saber ao certo o que é real e o que é inventado.

Ancorado na noção de verdade, o jornalismo passou a ser questionado em termos de validade do seu estatuto existencial. Se não há mais como distinguir discurso, narrativa, fato, realidade, então não haveria razão de ser para uma atividade que se ancora justamente na acurada distinção entre o que é fato é o que não é.

Não que tenha havido consenso antes. A história do jornalismo e, mais amplamente, da ciência e das ciências sociais em geral é uma crônica extensa de embates em torno do que seria a verdade, do quanto a ideologia se imiscui na narrativa dos fatos, do quanto impossível é a tarefa de sair da própria subjetividade para relatar os fatos de forma objetiva (Sodré, 2012; Pena, 2020). Se antes o embate se dava entre as empresas e os jornalistas, hoje o contexto é mais pulverizado, devido à mudança do paradigma das corporações da área da mídia (Anderson; Bell; Shirky, 2013).

A academia, a sociedade civil e o Estado, no Brasil e no mundo, vêm se interrogando sobre como alcançar um novo patamar de equilíbrio diante do cenário muitas vezes caótico representado pelo esvaziamento das noções tradicionais de verdade e de realidade. Essas noções eram trazidas até então pelas instituições que atuam nos diferentes campos sociais. Entre essas instituições, cabe ressaltar que a imprensa, a ciência e o poder judiciário ocupam lugar de destaque para a definição da verdade no mundo ocidental desde o advento do Iluminismo. Essas instituições viram seu poder ser relativizado à medida que novos meios de produção e reprodução simbólica, ancorados no avanço técnico, vieram a participar dos embates sobre o que é a verdade e a realidade (Gurovitz, 2016).

O objetivo do texto a seguir é interrogar a noção de verdade que sustenta o jornalismo e, tangencialmente, a ciência e o direito. Com isso, pretende verificar o diálogo entre as áreas e a especificidade do campo jornalístico no que diz respeito à verdade e à realidade factual. Busca-se também, por meio da análise de um caso concreto, demonstrar como a noção de verdade foi interpretada no âmbito da imprensa, da ciência e do poder judiciário, por ocasião da crise sanitária da Covid-19. Com isso, pretende-se mostrar o

diálogo possível entre os campos sociais no enfrentamento da crise enfrentada pela noção de verdade.

No texto que apresentamos a seguir, buscamos reconstruir os pontos centrais do debate sobre a epistemologia do jornalismo, partindo de estudos clássicos e de contribuições contemporâneas. O objetivo é mapear os pontos de crise e buscar respostas para superá-la, tanto em termos de paradigmas conceituais como em termos de ação pragmática por parte dos profissionais ligados ao jornalismo. Em seguida, esboçamos as linhas gerais que embasam a noção de verdade do campo da ciência e do direito. Por fim, para ilustrar a discussão conceitual, analisamos o caso recente da crise sanitária da Covid-19, mostrando como a verdade do jornalismo, da ciência e do poder judiciário se articularam no enfrentamento da crise.

Para encerrar, elaboramos considerações sobre possíveis lições trazidas pelo momento pandêmico para o enfrentamento da crise da noção de verdade e da crise epistemológica do campo jornalístico.

147

Sobre a natureza da verdade

A discussão sobre a natureza da verdade está novamente na ordem do dia. Embora o conceito de verdade nunca tenha deixado de ser fonte de debate, a verdade passou a ser fonte de controvérsias recorrentes no espaço público contemporâneo. Vários autores da área da Comunicação e do Jornalismo têm se dedicado a entender os sentidos que a verdade carrega na chamada era da pós-verdade (Sodré, 2012; Gurovitz, 2016; D'Ancona, 2018). Em resumo, estaríamos vivendo hoje numa perspectiva que coloca a verdade factual em segundo plano, e traz para o primeiro plano a verdade subjetiva dos indivíduos, a pós-verdade e a desinformação.

Fatos recentes trouxeram a discussão para o primeiro plano no âmbito das preocupações de governos e sociedade civil no mundo todo. Negacionismo, pós-verdade e desinformação alimentam o retrocesso em nível político, civil e ecológico, o que acentua os temores pela falta de critérios para a validação factual e a consecução da verdade. A negação da realidade amparada na distorção e na mentira acendeu o alerta sobre o futuro da democracia e do próprio planeta, em episódios como a volta do fascismo na Europa e o desmatamento da floresta amazônica no Brasil. São episódios que atestam o valor da

verdade e o perigo de sua relativização, e nos quais a atuação do jornalismo tem sido essencial para validar e aferir a verdade.

Ao lado do jornalismo, duas outras áreas sobressaem na busca pela verdade: a ciência e o direito. Na primeira delas, temos como fundamento de atuação o método científico, que permite o conhecimento da realidade empírica a partir da testagem e da verificação das provas pelos pares (Descartes, 1995; Kuhn, 1997; Pasternak; Orsi, 2023). A ciência tem sido ao longo dos séculos um dos baluartes do avanço civilizacional, por permitir o conhecimento e eventualmente o domínio da natureza. Em que pesem os excessos nesse processo, a ela sempre coube lugar de autoridade na definição do que seria a verdade factual, já que o método científico possibilitaria a descrição das leis da natureza.

Mesmo a ciência, no entanto, é atravessada pelas questões que incidem sobre as demais atividades humanas, pois a ciência é feita por pessoas, e pessoas são sujeitas à ideologia e às distorções que a ideologia produz. A crítica à suposta neutralidade da ciência já foi feita pelos estudiosos e críticos do método científico, e contribuiu para que outras visões do mundo e do conhecimento pudessem se afirmar na contemporaneidade (Kuhn, 1997; Latour, 2019).

No tocante ao direito, tomado como ramo do conhecimento, temos outro importante baluarte da ação humana pautada pelo conhecimento e avaliação da realidade factual e pela busca da verdade. Ao submeter a ação humana ao crivo da Justiça, temos em primeiro plano o conhecimento acerca da realidade factual que embasa o processo. Para além disso, também temos o aspecto normativo, de cunho valorativo, que serve como parâmetro para o julgamento dos fatos jurídicos. Quando se considera a atuação jurídica, não se trata da descrição da realidade em termos factuais apenas, mas da ponderação valorativa dos fatos pelo crivo da norma jurídica (Bobbio, 1992; Reale, 2004).

Tal como o jornalismo e a ciência, o direito também está envolto na cultura e na ideologia. As críticas à suposta neutralidade da atividade jurisdicional são muitas, e ressaltam as desigualdades no tratamento de pessoas de grupos sociais diferentes, bem como o viés das diversas discriminações interseccionais, que incluem classe, raça, orientação sexual, entre outras (Mendes, 2024). A crítica ao direito como sustentáculo da verdade – e da justiça – destaca a maleabilidade da noção de verdade, sujeita aos humores dos magistrados e suas convicções de ordem íntima, bem como às vicissitudes do processo.

Jornalismo, Ciência e Direito sustentaram as instituições do Ocidente por cerca de 500 anos, desde o Renascimento até os dias atuais, sob a forma da imprensa, que produz informação e promove o debate público, do método científico, que pauta o conhecimento produzido em centros de pesquisas e universidades, e do aparato estatal que personaliza o Poder Judiciário e a jurisdição, que exerce o poder estatal nas fronteiras dos Estados nacionais. Tal sustentação se deu em grande parte pelo critério da verdade que embasa cada uma dessas instituições da atividade humana e social – imprensa, pesquisa científica e poder judiciário.

Mas nas últimas décadas o edifício da verdade entrou em colapso, como atestam pensadores de diferentes campos do saber, e particularmente aqueles ligados à área da Comunicação Social. O jornalismo vem sendo desacreditado e enfraquecido pelo movimento das grandes corporações da tecnologia da informação desde pelo menos o advento da internet comercial, na metade da década de 1990 (Anderson; Bell; Shirky, 2013). A ciência vem enfrentando a concorrência de visões de mundo que contestam a validade do método científico, e que também ganharam força a partir do advento do novo ecossistema midiático (Granez, 2021; Pasternack; Orsi, 2023). O direito vem sendo questionado em sua imparcialidade no Brasil quando o Judiciário assume papel de protagonista diante do Executivo e do Legislativo, o que gera instabilidade sobre a base institucional e tensiona a separação dos poderes (Barroso, 2012).

É necessário, portanto, analisar os fundamentos que sustentam o edifício do conhecimento social acerca da realidade a fim de que possamos reforçar as bases da produção de informações, do conhecimento científico acerca da realidade factual e dos juízos de valor que sustentam o poder do Estado e impactam a coletividade.

149

A crise contemporânea da verdade

Nos últimos anos, o debate sobre a natureza da verdade voltou a ocupar lugar de destaque na esfera pública (Gurovitz, 2016; D'Ancona, 2018). Há cerca de dez anos, críticos e observadores já vinham apontando a emergência de uma nova maneira de validar os fatos, na esteira das transformações que dominaram a vida pública e privada a partir do advento das novas tecnologias de informação e comunicação (Jenkins, 2009).

O impacto da transformação social se fez sentir em episódios hoje já clássicos que ilustram a forma como a tecnologia e a cultura se entrelaçam na mudança de rumo da

história. Foi o que aconteceu por exemplo no plebiscito que em 2016 tirou o Reino Unido da União Europeia. Muitos analistas atribuíram tal acontecimento ao poder disruptivo das novas mídias sociais. Elas teriam aglutinado a insatisfação popular de forma imprevista, a ponto de não permitir o acerto das previsões das tradicionais análises políticas. O mesmo se aplicou ao caso da vitória para a presidência dos Estados Unidos de Donald Trump, ainda em 2016, outro fato considerado à época fora da curva, atribuído, em retrospecto, ao poder disseminador da comunicação horizontal propiciada pelas novas formas de comunicação.

No Brasil, os episódios seguiram o padrão mundial, com acontecimentos imprevisíveis posteriormente atribuídos ao poder aglutinador e disseminador das mídias sociais. Tivemos vitória improvável na eleição de 2018 de candidato de extrema direita, seguida de episódios de ataques generalizados contra as instituições – do negacionismo contra as vacinas ao negacionismo contra o desmatamento da Amazônia, passando pelas tentativas de golpe de Estado e pela agressão quase diária à imprensa, à ciência e ao poder judiciário.

150

Em todos esses fatos recentes, a noção de verdade esteve em xeque. Desde a virada do século, a discussão sobre a verdade vem sendo retomada por pensadores de todo o planeta, pois ela está no cerne da vida prática, como ficou demonstrado de forma dramática pela crise sanitária da Covid-19. Em série de artigos publicados ainda em 2016, o jornalista Hélio Gurovitz delineou de forma precisa o risco que se formava no novo ecossistema das mídias. Ele questionava qual seria o papel da verdade, do jornalismo e da democracia nessa nova ordem mundial, delineada pela irrupção das novas formas de comunicação (Gurovitz, 2016).

A indagação de Gurovitz mostrou-se altamente preeditiva. De lá para cá, tivemos o recrudescimento da crise nas democracias ocidentais, devido a fatores como o aprofundamento da imersão no ambiente online, a emergência da “pós-verdade”, a fabricação em série de desinformação por atores do ecossistema digital, entre outros problemas.

Diante de tal cenário, observa-se, de um lado, a relativização absoluta dos negacionistas, quase sempre a serviço de interesses ocultos, de cunho econômico e favorecimento pessoal. Nessa linha, temos a ação deletéria de grupos que disseminam desinformação de maneira deliberada, ao largo das questões éticas e em desafio ao ordenamento institucional. De outro, tem-se a tentativa algo desesperada de volta a um

passado idílico, supostamente degenerado pelo mundo contemporâneo, ilustrada por movimentos negacionistas da mudança climática e pela onda conservadora nos costumes, como os ataques a minorias incentivados por designações religiosas no Brasil. Nesse caso, é de se considerar a persistência de uma atitude antiprogresso e anticiência, que não necessariamente está embasada na má-fé ou no caráter ilícito da linha anterior. Senso comum, espiritualidade, desconfiança acerca do progresso parecem constituir a base de aglutinação desses movimentos. Eventualmente, eles são instrumentalizados pelos negacionistas mal-intencionados nos embates que movem a opinião pública – da pauta de costumes à agenda ambiental e econômica (Granez, 2021).

Em todos esses fenômenos a verdade se põe de forma crucial – seja pela sua negação, seja como justificativa para agir ao arrepio do bom-senso e das evidências empíricas. Para combater a deturpação do sentido da verdade, é preciso rever e reavaliar o entendimento sobre o que de fato é a verdade.

151

A verdade, enfim

Em que pesem as diferentes acepções e entendimentos, existem áreas em que tradicionalmente se atribui valor ao que é verdadeiro. Se excluída a tradição filosófica, o jornalismo é talvez a mais conhecida dessas áreas que se sustentam a partir da noção de que há uma verdade a ser descoberta, registrada e relatada.

A literatura da área jornalística é formada em boa parte pela discussão sobre a verdade e a possibilidade ou não de alcançá-la (Marcondes Filho, 1986; Ruy Barbosa, 1990; Sousa, 2002; Pena, 2020). A discussão sobre a objetividade é um exemplo da dependência que o jornalismo tem de validação externa. Sem essa validação calcada na correspondência entre fato e discurso, argumenta-se, o jornalismo seria tão-somente ficção, lugar por excelência da subjetividade e do ponto de vista particular.

Mas o jornalismo é mais do que subjetividade, e entre esta e os fatos temos o que seria verdadeiro. Em linhas gerais se reconhece que, apesar de difícil, a busca pela objetividade, entendida aqui como sinônimo de verdade, deve ser uma meta no trabalho da imprensa. Foi sobre esta base que historicamente se construiu o papel da imprensa nas sociedades ocidentais, em que pesem todas as disputas em torno do sentido do termo.

Em termos simples, a partir do que se discutiu no campo jornalístico, a verdade do jornalismo pode ser definida como a correspondência entre o que acontece e o que é

relatado do acontecimento. Nessa linha, quanto mais o jornalista consegue “sair de si mesmo” para ater-se apenas aos fatos, mais próximo está da verdade.

E como fazer isso? A técnica consagrada por gerações aponta para alguns mecanismos: ouvir diversas fontes, para compor um quadro amplo e neutralizar os vieses ideológicos; utilizar uma linguagem neutra, sem adjetivos e juízos de valor; apurar a informação com o máximo cuidado antes de divulgá-la, entre outras técnicas. Embora não garantam *a priori* a verdade, esses mecanismos contribuem para que o jornalista se aproxime dela.

Algo muito semelhante se passa com o trabalho do cientista. Há uma discussão complexa acerca do que é ou não ciência, critérios de objetividade, método científico etc. (Descartes, 1995; Kuhn, 1997; Pasternack; Orsi, 2023). Nosso foco na presente discussão são as acepções que acompanham o termo “verdade” no trabalho do cientista em sentido amplo, considerando a situação da pesquisa frente a seu impacto social. Interessa-nos indagar sobre a verdade da ciência aplicada aos acontecimentos que impactam a sociedade, pois é nesse âmbito que os argumentos se materializam para além da abstração ideal das ciências exatas. Mais especificamente, interessa-nos focar a verdade da ciência na sua validação social, para além do laboratório.

A ciência já vem sendo questionada sobre sua autoridade há um bom tempo, com a eclosão de movimentos que buscam relativizar o poder da razão, no sentido de humanizá-lo. A recente discussão sobre a Inteligência Artificial ilustra esse aspecto. Voltaram ao debate público temas como a substituição do trabalho humano pela máquina, agora no nível do trabalho intelectual, o temor pela superação do *homo sapiens* pelo *homo Deus* (Harari, 2020), o domínio das grandes corporações a partir da algoritmização do cotidiano, entre outros.

Novamente nessa esfera da discussão, questiona-se o benefício de se optar pela verdade em face de outras opções que historicamente concorrem com a verdade científica. Opções como a espiritualidade, a tradição e a cooperação. Adianta por exemplo querer colonizar outros planetas quando o nosso próprio se encontra em ameaça de aniquilamento? Trata-se de uma discussão sobre os valores que devem embasar o convívio social num cenário de premência, dada a crescente consciência sobre os limites do planeta em termos da exploração dos recursos naturais. É o tipo de questionamento que se coloca entre a visão tradicional da verdade científica e o que se vivencia no cotidiano. Embora apontem para uma certa abertura a outras epistemes, essas contribuições não invalidam o

método científico como maior baliza do trabalho do cientista. Assim, em termos sucintos, para a ciência, verdadeiro é o resultado obtido a partir do teste empírico, resultado esse que precisa ser replicável, observadas as condições do método científico (Descartes, 1995; Pasternack; Orsi, 2023). A validação da ciência é buscada nos fatos verificáveis, de forma semelhante ao que acontece com o jornalismo, mas em um tempo mais “lento”, já que sujeito às fases do método científico. A verificação aqui passa pela validação da prova obtida em laboratório e posteriormente por eventuais embates na esfera pública, ao passo que a evidência jornalística consiste em dados da realidade factual e informações obtidas das fontes.

Há ainda o sentido da verdade para o direito, outro dos fundamentos da realidade para a sociedade contemporânea, pelo lugar de poder que ocupa na ordem social. Trata-se de instituição social incontornável quando se indaga sobre a verdade e sua validação nas sociedades ocidentais (Bobbio, 1992).

No tocante ao direito, a verdade assume ainda outros sentidos para além daqueles que vimos ao considerar o jornalismo e a ciência. Há também no direito o aspecto da realidade factual, que diz respeito ao que acontece no mundo, e que adentra a realidade jurídica ao ter consequências no mundo jurídico. Interessa ao olhar dos operadores do direito a realidade factual na medida em que ela tem efeitos jurídicos. Esse recorte é o que traz o fato do mundo da vida para dentro do processo (Reale, 2004).

Mas, para além do aspecto factual que se verifica nos processos, existe a dimensão axiológica, ou seja, a consideração sobre os valores que norteiam a prática da Justiça. Os principais juristas se debruçam não apenas sobre a verdade dos fatos, mas também sobre a valoração desses fatos à luz dos princípios do direito. A indagação aqui é sobre a justiça, e não apenas sobre o fato em si (Pontes de Miranda, 1999).

Assim, para julgar, o juiz parte dos fatos, que são analisados conforme a norma jurídica – princípios e lei – e são julgados conforme a adequação à norma jurídica. Grossso modo, temos de um lado a realidade factual recortada pelo processo, e de outro temos o juízo de valor formado pelo julgador sobre aquele fato. Destaque-se que a verdade construída no processo é o resultado de uma série de fatores. Eles vão desde os aspectos formais do processo até a produção de provas, tudo de acordo com os procedimentos previstos nos códigos jurídicos.

A verdade construída pelos operadores do direito não coincide totalmente, portanto, com a verdade dos jornalistas nem com a dos cientistas. Ela está atrelada à finalidade do

poder judiciário, que é julgar os fatos a partir do cotejamento com a norma jurídica e à luz dos valores jurídicos. Temos nesse aspecto o teor axiológico em destaque, quando se considera a verdade do direito. Por teor axiológico estamos nos referindo ao juízo de valor acerca dos fatos decorrentes da ação humana, ou seja, à avaliação sobre sua natureza, se são bons ou maus, adequados ou não, justos ou injustos (Reale, 2004).

Ressalte-se que analisamos a acepção do termo “verdade”, no jornalismo, na ciência e no direito, buscando compreender como cada um deles concebe a verdade em termos conceituais e na aplicação prática dos profissionais que atuam na imprensa, na pesquisa científica e no judiciário. E dessa análise prévia, que sustenta nossa revisão da literatura, temos uma miríade de acepções possíveis para a “verdade”: relato sobre o que acontece no cotidiano; correspondência entre o relato e os fatos; acontecimento no mundo; hipótese confirmada pela testagem; dado obtido em levantamento quantitativo da realidade; aquilo que consta nos autos de um processo judicial; a solução proposta para um conflito à luz da norma jurídica; etc.

São verdades distintas, mas que de alguma forma trazem elementos em comum: a recorrência da realidade factual, que é descrita, analisada, registrada, publicizada e avaliada, e serve como ponto de partida e às vezes de chegada no trabalho de jornalistas, cientistas e juristas. Talvez esses elementos que materializam a verdade no jornalismo, na ciência e no direito sejam o que de mais concreto existe para os consensos em torno da verdade possível.

Após a discussão em nível conceitual sobre a noção de verdade que embasa a atividade da imprensa, da ciência e do direito, passaremos no próximo tópico à análise de um caso específico: o tratamento dado à verdade no contexto da crise sanitária da Covid-19 no Brasil. Analisaremos alguns episódios envolvendo a ação de jornalistas, cientistas e juristas, para mostrar como a verdade foi articulada e reafirmada para a superação da pandemia.

A verdade na pandemia

A pandemia da Covid-19 eclodiu no Brasil em fevereiro de 2020, causou mais de setecentos mil óbitos e deixou marcas duradouras em todos os aspectos da vida nacional. Para além dos dados relativos ao impacto sobre a saúde da população brasileira e mundial, a pandemia foi marcada pelo fenômeno da desinformação.

Alguns autores cunharam o termo “desinfodemia”, ou pandemia de desinformação, para designar o momento pandêmico (Posetti; Bontcheva, 2020). Houve números expressivos de produção e circulação de *fake news* ou desinformação durante a crise sanitária, o que contribuiu para agravar ainda mais a crise e inflar o número de óbitos.

Nesse cenário foi possível mensurar de maneira dramática o valor inerente à noção de verdade factual. Numa situação em que a informação correta ou errada representou a diferença entre a vida e a morte, a verdade mostrou-se em toda a sua inafastabilidade. Imprensa, ciência e direito responderam, cada um a seu modo, aos imperativos da verdade, como veremos a seguir.

A verdade do jornalismo na pandemia

A atuação da imprensa ao longo da pandemia no Brasil foi marcada pelo sentido de independência e pela busca da realidade factual. Embora não seja uma instituição monolítica, a imprensa brasileira se mostrou, nos casos abaixo, fiel à busca pela verdade tal como definida no âmbito do jornalismo – correspondência entre fato e discurso.

O episódio emblemático que ilustra a posição da imprensa foi a criação do Consórcio de Veículos de Imprensa no auge da crise, e que se estendeu de 8 de junho de 2020 a 28 de janeiro de 2023. Resposta ao governo de Jair Bolsonaro, que buscava esconder os números da pandemia, o consórcio divulgou os dados sobre número de mortos no país pela Covid-19, em trabalho investigativo e de utilidade pública inestimável para o conhecimento da realidade factual.

Participaram do consórcio os veículos G1, O Globo, Extra, Estadão, Folha e UOL. Foram 965 dias ininterruptos de trabalho colaborativo, que consistiram na apuração dos números de contaminados, mortos e vacinados. As informações eram coletadas nas secretarias estaduais de Saúde e divulgadas diariamente sempre às 20h. Elas alimentaram milhares de conteúdos jornalísticos em texto e vídeo, conforme matéria do G1 (2023).

Ao buscar formas alternativas de chegar aos dados e de divulgá-los à população, em embate direto com o governo negacionista, a imprensa escancarou a calamidade da saúde pública e contribuiu, ao longo dos meses seguintes, para a superação da crise. Ficou claro que, sem os dados – ou seja, sem o conhecimento da realidade concreta – não se pode chegar à solução dos problemas.

No episódio do Consórcio de Veículos de Imprensa, o ferramental utilizado pela imprensa esteve alinhado com as práticas do jornalismo de investigação: busca, elaboração e divulgação dos dados, apuração ágil das informações, busca de fontes especializadas, entre outros. Ressalte-se que tais ferramentas são de cunho tradicional, constando dos manuais de práticas do jornalismo, e mesmo assim mostraram sua validade para o trabalho da imprensa em tempos de novas tecnologias.

A imprensa também se pautou pela noção tradicional da verdade ao atuar em outros momentos cruciais da pandemia. Eis alguns deles: criação de serviços de checagem de *fake news* sobre a Covid-19; divulgação de entrevistas com especialistas sobre vacinas; elaboração de reportagens sobre a efetividade do isolamento social no combate à disseminação do vírus; investigação e apuração de supostas curas e medicações milagrosas. O ceticismo que acompanha o jornalista na busca pela verdade esteve presente em todas essas iniciativas e ações.

156

A verdade da ciência na pandemia

Algo semelhante aconteceu na área da ciência. Os cientistas que atuaram na pandemia – médicos, enfermeiros, pesquisadores, biólogos etc. – foram constantemente desafiados em sua autoridade pelo poder governamental. Em especial a área da saúde foi alvo da desinformação, com a produção e disseminação de *fake news* sobre cloroquina, tratamentos alternativos e supostos males das vacinas.

Aqui o método científico prevaleceu, a despeito do tempo necessário para se chegar às vacinas contra o novo coronavírus. Quando os números mostraram que os óbitos estancaram e decaíram à medida que a população se imunizava, mesmo os negacionistas começaram a se vacinar.

Tomando-se como exemplo a atuação dos cientistas da área da saúde durante a pandemia, observa-se que a “verdade” aqui se reveste da pesquisa empírica e testagem laboratorial, em consonância com as ponderações sobre o impacto no cotidiano da sociedade. Todavia, observa-se igualmente no âmbito do trabalho científico a emergência de dissonâncias na comunidade de atores que a integram. São exemplos disso as divergências acerca do uso da cloroquina, bem como de outros medicamentos e tratamentos inócuos, por parte da comunidade médica brasileira. A “verdade” aqui foi

relativizada conforme o ponto de vista, o que contribuiu para desnortear a opinião pública (Granez; Carvalho, 2020).

A autoridade do cientista cindiu-se na medida em que parte da comunidade científica passou a relativizar as pesquisas em torno dos medicamentos contra a Covid-19 e a questionar a eficácia das vacinas, com prejuízo de grande monta para a confiança da população no discurso médico e científico. O papel do cientista negacionista precisa ser entendido e avaliado a partir de episódios como o da crise sanitária, sob pena de prejuízos semelhantes nas futuras crises que envolvem a saúde pública e os interesses da coletividade.

Todavia, no que respeita à pandemia da Covid-19, a tradicional noção de verdade trazida pela ciência – o que passa no teste do método científico – foi novamente crucial para a superação da crise. Em última análise, a superação da crise se deu em termos práticos pela descoberta das vacinas e pela eficácia da imunização em larga escala. O método científico se mostrou válido em um momento crucial, ancorado na noção de verdade que passa pela testagem em laboratório, e também pela defesa da ciência na arena do debate público.

Em que pesem as divergências pontuais na comunidade científica, prevaleceu, ao final, a verdade tradicionalmente chancelada pelo método científico. Para além do episódio das vacinas, a ciência e sua verdade também embasaram outras ações relevantes contra a desinformação no período pandêmico. Algumas delas: trabalho em rede em nível mundial para acelerar a descoberta dos imunizantes; divulgação científica de informações sobre a pandemia; posicionamento estratégico, como fontes de informação, de cientistas renomados em meios de comunicação de alcance nacional para contrapor a desinformação, assim como a coordenação das ações pela Organização Mundial da Saúde.

Note-se, aqui também, que os cientistas em sua maioria se mantiveram fiéis ao método da ciência, e à verdade que ela consagra.

A verdade do direito na pandemia

Sobre o direito na pandemia, destacamos que o poder judiciário foi chamado a se pronunciar amiúde acerca de assuntos como a legalidade das medidas de isolamento social e a obrigatoriedade das vacinas, e as decisões tomadas pelos juízes afetaram de forma indelével a vida de milhões de brasileiros.

Aqui, o critério utilizado para chancelar a validade dos atos dos governos estaduais, em confronto com as orientações negacionistas do governo federal, era tanto o olhar sobre a realidade factual trazida sobretudo pela imprensa como a ponderação sobre os achados dos cientistas envolvidos no combate à pandemia.

A urgência da situação vivida gerou diversos desconfortos e ataques diretos à Justiça. Pois o tempo do poder judiciário é mais “lento” do que o da imprensa, aproximando-se do trabalho do cientista, também menos comprometido com a velocidade e o imediatismo da imprensa.

A “verdade”, nesse caso, passava tanto pelo clamor da opinião pública e pelo crivo prévio da ciência, como pela avaliação do impacto sobre o cotidiano da população. Mesmo assim, houve diversos conflitos, só dirimidos pela autoridade de que se reveste o poder judiciário na administração pública brasileira.

A imunização compulsória foi um exemplo de como a verdade do direito se articula com a realidade dos fatos de um lado e a avaliação sobre os fatos, de outro. Em diversos momentos, chegaram ao poder judiciário ações que buscavam se insurgir contra a vacinação, sob o argumento da liberdade individual. Amparado na melhor ciência sobre o assunto, o poder judiciário decidiu, no mais das vezes, pela validação tanto dos fatos trazidos pela imprensa como das descobertas dos cientistas recém testadas em laboratório. Note-se que a verdade aqui foi construída com base nos fatos e na valoração deles diante do seu impacto para a sociedade.

Mais uma vez, não se considera que houve uma ação monolítica do poder judiciário: foram registrados casos de decisões de cunho negacionista, mas elas não se sobrepuseram à visão mais ampla e alinhada aos fatos, que prevaleceu. E essa visão coaduna com a busca pela verdade do direito: aquela que parte dos fatos e que leva em conta a avaliação deles para o bem maior da coletividade.

O ferramental utilizado por juízes e demais operadores do direito foi o tradicional: a construção dos fatos jurídicos e sua avaliação conforme valores que regem o sistema legal.

Concluindo: as lições da pandemia para a verdade

Para concluir, tomemos um excerto ilustrativo, a fim de destacar a necessidade de consensos mínimos sobre o que seja a verdade. O governo brasileiro sob Jair Bolsonaro (2019-2022) agiu de forma desastrosa desde o início da crise sanitária do novo coronavírus,

desacreditando a realidade factual e apostando na mentira e na disseminação de desinformação sobre a pandemia e as vacinas.

Todavia, sempre que instado a se pronunciar sobre suas atitudes, o governo – aqui incluído o presidente e seus ministros e assessores – fazia referência a fatos e opiniões supostamente verdadeiros. Assim, o governo também buscava se apoiar na verdade para justificar suas atitudes e convencer a opinião pública. Mas a verdade em que se apoiava trazia o viés de um certo ponto de vista sobre a realidade.

Ponto de vista anárquico-conservador no caso dos veículos jornalísticos prestigiados pelo presidente para seus pronunciamentos e entrevistas, como a emissora Jovem Pan e a rede Record; ponto de vista negacionista no caso das “autoridades” médicas que embasavam o repúdio às vacinas e a indicação de cloroquina e outros medicamentos sem eficácia para combater a Covid-19; ponto de vista liberal-empreendedor para pressionar o Judiciário a impedir o *lockdown* nas cidades brasileiras... Em suma, o governo negacionista também buscava se apoiar na verdade, mas somente naquela verdade que confirmasse o viés ideológico adotado, recorrendo, para isso, à imprensa, à ciência e ao poder judiciário.

Dessa forma, foi possível ao governo argumentar que agia dentro da normalidade institucional, já que imprensa, ciência e poder judiciário supostamente lhe chancelavam os atos. E para boa parte da população brasileira era essa a verdade, e continuou sendo mesmo depois de encerrada a gestão de 2019-2022 com a vitória da oposição nas eleições de 2022. Episódios como o ataque à capital federal em 08 de janeiro de 2023 mostram talvez o extremo que a mistificação da verdade pode acarretar para a democracia. Daí a necessidade de rediscutir o que é e como opera a verdade naquelas áreas que costumam embasar a decisão política e impactar o debate público.

O final do período pandêmico no Brasil foi marcado pela divisão ideológica, pelo acirramento dos conflitos na esfera pública, pelo discurso negacionista persistente e pela dificuldade de restabelecer os laços de convivência. Somaram-se às perdas de vidas humanas aquelas representadas pelo rompimento dos afetos familiares, com lares profundamente divididos pela falta de consensos mínimos em torno de valores comuns - e da noção de verdade.

Ao propormos a interface entre jornalismo, ciência e direito, buscamos encetar o diálogo de campos do conhecimento que lidam com o conceito de verdade mas nem sempre convergem no entendimento do que seja a verdade. Durante a pandemia da Covid-

19, por exemplo, houve diversos momentos nos quais a verdade foi perigosamente relativizada, gerando perplexidade e eventualmente milhares de mortes. Assim, é preciso ampliar o debate inter e transdisciplinar, sobretudo daqueles atores cujo labor impacta no dia a dia da população – como é o caso de jornalistas, cientistas e operadores do direito.

Ressalte-se, igualmente, que a diferença de abordagem e de acepções atribuídas ao termo “verdade” gerou impactos contados em vidas humanas durante a crise sanitária. A demora do governo brasileiro em aceitar as vacinas e reconhecer a gravidade da situação ocasionou um desastre sanitário. Ao ler os fatos como exagerados, o governo brasileiro negou por tempo demais a verdade do jornalismo, que vinha com o número de mortos diário; da ciência, que mostrava a eficácia das vacinas; e do direito, que buscava instaurar medidas como o isolamento social durante o pico da crise, a fim de barrar a disseminação do vírus.

A comunicação em geral e o jornalismo em particular constituem uma área de conhecimento interdisciplinar, que historicamente articulou os saberes de diversos campos a fim de construir seu objeto. Em tempos de crise da verdade, é preciso repensar o conceito e sua articulação pelas instituições que balizam o conhecimento da realidade factual. Das contribuições da pandemia para a discussão sobre a verdade, destacamos o trabalho conjunto entre jornalistas, cientistas e poder judiciário, na melhor tradição do humanismo e do esclarecimento pelo conhecimento da realidade factual. Cada um a sua maneira, todos contribuíram para a superação da crise. Talvez seja a hora de virmos esse mesmo esforço conjunto no nível da discussão epistemológica.

160

Referências

ANDERSON, C. W.; BELL, E.; SHIRKY, C. Jornalismo pós-industrial: adaptação aos novos tempos. **Revista de Jornalismo ESPM**, São Paulo, n. 5, ano 2, abr., mai., jun. 2013, p. 30-89.

BARBOSA, R. **A imprensa e o dever da verdade**. São Paulo: Com-Arte; Editora da Universidade de São Paulo, 1990 (Clássicos do Jornalismo Brasileiro; 2).

BARROSO, L. R. Judicialização, ativismo judicial e legitimidade democrática. **Thesis**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 23-32, 2012.

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

D'ANCONA, M. **Pós-verdade**. A nova guerra contra os fatos em tempos de fake news. São Paulo: Faro Editorial, 2018.

DESCARTES, R. **Discurso do método**. Porto Alegre: L&PM, 1995.

DIAS, A. M. Metamodernidade está nos permitindo vencer o ceticismo. **Folha de S.Paulo**, 2 jul. 2023. Disponível em: <https://bit.ly/3Xbv4ka>. Acesso em 02 jul. 2023.

G1. Criado para divulgar dados sobre Covid, consórcio de veículos chega ao fim. Disponível em: <http://glo.bo/3yMnR0v>. Acesso em 28 de jan. 2023. Acesso em 5 de abril de 2023.

GRANEZ, M. S. A persistência do misticismo, do senso comum e do mal nas receitas milagrosas contra a Covid-19: uma proposta de interpretação. **Mídia e Cotidiano**, v. 15, p. 144-168, 2021.

GRANEZ, M. S.; CARVALHO, C. P. Informação versus desinformação: a crise sanitária da Covid-19 e o papel da autoridade médica na divulgação de conhecimentos científicos. **Revista Brasileira de História da Mídia**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 80-95, jul./dez. 2020.

GUROVITZ, H. Verdade, jornalismo e democracia. **G1**, 26 de dez. 2016. Disponível em: <http://glo.bo/3WVw4HW>. Acesso em: 16 dez. 2016.

HARARI, Y. N. **Sapiens**: uma breve história da humanidade. 51. ed. Porto Alegre: L&PM, 2020.

JENKINS, H. **Cultura da convergência**: a colisão entre os velhos e novos meios de comunicação. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009. Tradução Susana Alexandria.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1997.

161

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**. Ensaio de antropologia simétrica. 4. ed. São Paulo: Editora 34, 2019. (Tradução de Carlos Irineu da Costa; revisão técnica de Stelio Marras).

MARCONDES FILHO, C. **O capital da notícia**: jornalismo como produção social da segunda natureza. São Paulo: Ática, 1986.

MENDES, C. H. Quanto custa o STF? A justiça é inestimável, o Judiciário não. **Folha de S.Paulo**, 28 de fev. 2024. Disponível em: <https://encurtador.com.br/Wsnmd>. Acesso em 25 de fev. 2024.

PASTERNAK, N.; ORSI, C. **Que Bobagem!**: pseudociências e outros absurdos que não merecem ser levados a sério. São Paulo: Contexto, 2023.

PENA, F. **Teoria do jornalismo**. 3. Ed. São Paulo: Contexto, 2020.

PONTES DE MIRANDA. **Tratado de direito privado**. Tomo 1. 2. ed. São Paulo: Bookseller, 1999.

POSETTI, J.; BONTCHEVA, K. **Desinfodemic**: deciphering COVID-19 desinformation. Paris: Unesco, 2020. Disponível em: [UNESCO](https://unesco.org). Acesso em 20 de junho de 2020.

REALE, M. **Lições preliminares de direito**. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

SODRÉ, M. Comunicação: um campo em apuros teóricos. **Matrizes**, São Paulo, ano 5, n. 2, jan.-jun., 2012, p. 11-27.

SOUSA, J. P. **Teorias da notícia e do jornalismo**. Chapecó: Argos, 2002.

Submissão: 29 de abr. 2024.

Aceite: 20 de ago. 2024.

Jornalismo e 5G

Especulações a partir da filosofia do campo

Felipe Moura de Oliveira¹

Guilherme Gonçalves Maia²

Resumo

O artigo tem natureza ensaística e projeta as implicações do 5G sobre o estatuto filosófico do jornalismo em contexto de crise provocada pelo ambiente digital. Para tanto, apoia-se em pesquisa anterior, que ouviu pessoas que atuam na área no momento da chegada da nova tecnologia de internet, assim como em experiências empreendidas pelo mercado da comunicação. A hipótese ora estimulada é que ela favorece o exercício de características do ciberjornalismo com potencial para restabelecer o contrato de comunicação com o público na semióse da notícia (com referência na Teoria Geral dos Signos, de Peirce): interatividade, ubiquidade e personalização.

Palavras-Chave: Crise do jornalismo. Semióse da notícia. Mediação qualificada.

Journalism and 5G: speculations from the philosophy of the field

162

Abstract

The article has an essayistic perspective and design the implications of 5G on the philosophical status of journalism in the context of a crisis caused by the digital environment. It is based on previous research, which brought together people who work in the area at the time of the arrival of new internet technology, as well as on experiences undertaken by the communications market. The hypothesis now encouraged is that it favors the exercise of characteristics of cyberjournalism with the potential to reestablish the communication contract with the public in the semiogenesis of news (with reference to Peirce's General Theory of Signs): interactivity, ubiquity and personalization.

Keywords: Crisis of journalism. Semiosis of news. Qualified mediation.

¹ Jornalista, professor do Programa de Pós-graduação em Comunicação e do curso de graduação em Jornalismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); colíder do Grupo de Pesquisa Jornalismo Digital - JorDi (UFRGS/CNPq). Doutor em Ciências da Comunicação (Unisinos). felipecomunica@gmail.com.

² Jornalista, mestrando no Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); integrante do Grupo de Pesquisa Jornalismo Digital - JorDi (UFRGS/CNPq). guilhermemmgoncalves@gmail.com.

Introdução

Mais de uma década depois das chamadas *Jornadas de Junho*, quando milhões de pessoas foram às ruas brasileiras manifestar demandas sociais diversas, em 2013, os efeitos concretos fruto de semioses difusas e intensas disputas de sentido ainda são objeto de tentativas de compreensão (Oliveira, 2018). Este artigo dedica-se, em parte, a essa tarefa. Uma discussão de natureza ensaística sobre a crise de legitimidade do jornalismo com foco no seu estatuto filosófico (aqui conformado a partir da linguagem como espaço epistemológico) e sob a projeção das afetações da tecnologia 5G a partir de estudo anterior, que as investigou no âmbito do telejornalismo (Gonçalves, 2022).

Quando junho de 2013 chegou, ninguém imaginava o caos informativo que levaria, quase 10 anos depois, à “infodemia” constatada pela Organização Pan-americana da Saúde (Opas) em meio à pandemia de covid-19, em que pese houvesse manifestações nas redações sobre a percepção do jornalismo acerca da perda do seu poder de intermediação: “Tá [sic] na cara que a força e a rapidez de mobilização tá [sic] calcada nisso [redes sociais]. A maioria fica sabendo por ali [dos protestos], não tá nem aí para o que a gente diz. O efeito disso temos que discutir” (Oliveira, 2018, p. 16), alertava um editor do jornal *Folha de S.Paulo* à época, durante reunião de pauta. Em outras palavras, o jornalista referia-se a intervenções na esfera pública como as empreendidas por organizações como a Mídia NINJA, que transmitia ao vivo, via internet, as mobilizações Brasil afora, rompendo o filtro do jornalismo convencional - e significando aquilo que Santaella (2008) chamaria de “sobras” da semiose da notícia (Henn, 1996; Oliveira, 2018).

Também eram tímidos, há 10 anos, sinais da ascensão da extrema direita política pelo mundo, sob a égide da “pós-verdade”, intensificados nos anos seguintes em acontecimentos como a eleição de Donald Trump, nos Estados Unidos, o Brexit, no Reino Unido, ambos em 2016, e a eleição de Jair Bolsonaro, no Brasil, em 2018, todos aproveitando-se dos fenômenos da desinformação e do negacionismo – concretamente potencializados pela agência de algoritmos mantidos pelas chamadas *big techs*: Google, Meta e Twitter (hoje, X).

Constitui-se um novo ecossistema midiático do qual o jornalismo é parte, fragilizado, o que torna imperativo um investimento nos estudos sobre os diferentes aspectos da sua crise; não como diagnóstico, a essa altura, mas, sim, na perspectiva do seu enfrentamento. E a compreensão de crise que orienta aqui o debate a toma como inédita na história moderna do campo. Isso porque não se trata meramente de um avanço tecnológico, como fora o caso da televisão sobre o rádio, por exemplo, mas da consolidação do ambiente digital como

espaço de produção e circulação de informações sem a sua ingerência, diferentemente das evoluções tecnológicas anteriores, que lhe atribuíram ainda mais poder ao exercer a posse dos meios de produção de sentido, escassos.

Em 2023, a rede de internet 5G cresceu 256% no Brasil³, o que o torna o principal país na implementação da tecnologia na América Latina. Todos os estados brasileiros têm pelo menos uma cidade com operação. Em dezembro de 2023, eram 352 municípios com 5G⁴. Já são 20.539.446 de acessos à internet móvel por meio desse tipo de rede, presente em todos os municípios com mais de 200 mil habitantes, o que corresponde a 151.

Nesse contexto, propõe-se projetar possibilidades de enfrentamento à crise atual com o uso do 5G, que promete, além de maior velocidade na produção, distribuição e consumo de conteúdos, novas ferramentas de interatividade e colaboração - o que tanto permite reduzir as “sobras” na semiose da notícia quanto promover dialogia. Essa tecnologia, sim, entendida mais como evolução no desenvolvimento do ciberjornalismo⁵ (Mielniczuk, 2003; Barbosa, 2007); não exatamente como ruptura.

É um movimento que intenta universalizar eventuais inferências, porém que recorre, em especial, a três das sete características do ciberjornalismo, conforme Canavilhas (2014): interatividade; personalização; e ubiquidade - com ênfase na primeira. Como, portanto, o 5G pode potencializar o recurso a essas características com vistas a uma revisão do estatuto do jornalismo e ao enfrentamento da sua crise de legitimidade?

Tentativas de respostas (por ora, especulativas) partem da perspectiva de uma filosofia do jornalismo que o considera como mediação qualificada (Oliveira, 2018) entre a realidade caótica dos acontecimentos e a sociedade, com lastro na Teoria Geral dos Signos, de Charles Sanders Peirce (2022). O foco reside no caráter dialógico de uma atividade na qual representações e mediações são indissociáveis e a qual não pode prescindir da experiência como premissa, perspectiva que destaca o lugar do outro no processo comunicacional. Há, ainda, um tímido flerte com a filosofia da tecnologia, com Feenberg (2002), que aciona a teoria crítica para evitar o determinismo tecnológico.

³ Número obtido a partir da análise mensal do panorama da internet 5G no Brasil, retirado da publicação de José Ruppenthal (2024). Disponível em: <https://acesse.one/uBvw8>. Acesso em: 24 Fev. 2024.

⁴ Disponível em: <https://enqr.pw/3K0Xh>. Acesso em: 26 Fev. 2024.

⁵ A opção pela utilização do termo “ciberjornalismo” em detrimento de outras definições, como “webjornalismo”, “jornalismo online” ou “jornalismo digital” decorre da delimitação que faz Mielniczuk (2003), quando explica que o prefixo “ciber” denota mais abrangência, permitindo pensar todo o tipo de jornalismo praticado no âmbito do ciberespaço ou com a utilização da cibernética.

Cumpre ressalvar que a inscrição à filosofia é sob o cuidado de evitar pretensões demasiadas. É, sim, um esforço de estímulo a uma atualização na compreensão das leis gerais e existenciais do jornalismo, seus valores e fins ante a uma esfera pública conformada pelo ambiente digital, e sob as afetações de uma tecnologia em processo de expansão. Não se trata também de inovação. Não quando é evocado Beltrão (1960), imbuído de propósito parecido à metade do século passado, quando propunha o desenvolvimento perene de prática e teoria do jornalismo, preocupado, muito antes do “boom digital”, com a incidência da tecnologia.

As reflexões orbitam, ainda, no entorno da dimensão metodológica do estatuto do campo, em diálogo com Miguel (2022), na reavaliação que faz da noção do jornalismo como “sistema perito” (Giddens, 1991). Ao localizá-lo no que chama de “novo ambiente comunicacional”, atribui a confiança no método – cujo conhecimento se restringia a profissionais e acadêmicos, alcançando no máximo o *establishment* político – a legitimidade para exercer funções como a seleção dos acontecimentos que devem ser representados na esfera pública, dos sentidos desencadeados pelo acontecimento que merecem compor sua representação, ou, ainda, técnicas narrativas e princípios deontológicos e éticos.

O declínio da legitimidade passa, então, por uma espécie de abertura da “caixa preta” proporcionada pelas redes digitais, onde o jornalismo é exposto, e pelo domínio das técnicas de produção e distribuição de conteúdo pelo público. O acesso ao mundo não é mais prerrogativa exclusiva do campo, o que impõe a ele a compreensão da sua crise na fase mais recente e a necessidade de reinventar-se, tarefa para a qual, não é demais reiterar, a tecnologia 5G pode contribuir.

O texto começa pela retomada do conceito de semiose da notícia em sua concepção inicial, chamando à sua atualização o contexto da crise à qual é submetida com a consolidação do ambiente digital. Em seguida, caracteriza a evolução das afetações da internet sobre o jornalismo, perfazendo a base para, depois, apresentar brevemente o 5G e os seus usos atuais pela comunicação e pelo jornalismo. Excertos de entrevistas com pessoas que atuam em diferentes funções em processos jornalísticos frente à chegada da tecnologia compõem a seção seguinte e oferecem subsídio para, finalmente, uma reflexão sobre as afetações e possibilidades fruto dela, nas considerações finais.

O que parece estar em curso, no contexto histórico, é uma evolução que se poderia chamar de “quinta etapa” no desenvolvimento do jornalismo praticado na internet, avançando para além do paradigma do Jornalismo Digital de Base de Dados (JDBD) identificado por

Barbosa (2007) como quarta etapa. Agora, com a velocidade de transmissão de dados que o 5G proporciona, a expectativa é que não só o processo todo de produção, circulação e consumo possa se dar exclusivamente no ambiente digital, o que o JDBD permitirá, mas também que haja uma expansão das possibilidades imersivas (Rocha; Pase, 2024; Lima, 2022), por exemplo, que proporcionem ao público experienciar o acontecimento.

Semiose da notícia e crise do jornalismo

A prática jornalística como semiose é considerada um exercício de produção de signos (Henn, 1996; Oliveira, 2018), e é a partir da Teoria Geral dos Signos, de Charles Sanders Peirce (2002), que a crise do jornalismo tem sido investigada na nossa perspectiva. O seu projeto filosófico propunha a compreensão dos fundamentos do conhecimento, porque todo o pensamento humano é processado por signos.

Ainda como premissa teórica, comprehende-se que é na linguagem que reside a materialidade do jornalismo, ao ocupar um lugar de mediação qualificada na esfera pública como campo capaz de produzir certo tipo de conhecimento específico entre a realidade caótica dos acontecimentos e a sociedade. Introdução ao conceito de semiose da notícia: processos pensados desde a pauta, como etapa inicial do fluxo noticioso (Henn, 1996), até a sua atualização em meio ao ambiente digital e processos sociais difusos (Oliveira, 2018). Em Peirce, semiose é uma ação envolvendo a cooperação de três sujeitos – um signo, seu objeto e seu interpretante. É dessa definição que decorre o esquema: *objeto/acontecimento – mente interpretante/jornalismo – signo/notícia*.

Junho de 2013, no Brasil, é, pois, o signo de semioses potencialmente transformadoras que se expandiam pelo mundo, como no Oriente Médio e no Norte da África (*Primavera Árabe*), nos Estados Unidos (*Occupy Wall Street*) e na Espanha (*Indignados*). A representação das demandas sociais, nesse contexto, com a centralidade do jornalismo, é posta em xeque por formas, àquela altura, aparentemente mais autônomas (Oliveira, 2018). Uma semiose da notícia de lógica pretensamente linear tende à entropia, especialmente com a formação de bolhas de sentido nas quais a representação que resulta dela não penetra:

[...] o principal aspecto do novo ambiente comunicacional não é a pluralização de vozes e de perspectivas sociais e políticas, que permitiria ampliar e aprofundar o debate público. [...] o efeito principal das novas tecnologias é a formação de enclaves discursivos fechados em si mesmos (“bolhas”) e a erosão da referência a uma realidade fática comum, necessária

para o avanço de qualquer troca argumentativa (“pós-verdade”) (Miguel, 2022, p. 196).

O motor dos questionamentos às formas consensuais de representação e mediação é o que Santaella (2008) chamou de “sobras” que resultam de qualquer semiose. Ou seja, considerando a realidade inapreensível ao ser humano, senão pela linguagem, como enfatiza Peirce (2002), é o signo que representa os objetos, mas jamais em sua totalidade. Cada semiose, em particular, se processa a partir de escolhas sígnicas que se dão no âmbito do interpretante. Ao passo em que o jornalismo significa os acontecimentos numa semiose orientada pelos legi-signos que o compõem, espécie de guias de sentido (princípios deontológicos e éticos; linha editorial e empresarial; e etc.), nas redes sociais outras semioses se desenrolam, configurando uma intensa disputa de sentidos.

Há, nesse meandro, a agência do conceito de ciberacontecimento (Henn, 2014), que gera disruptura na semiose da notícia tradicional. A anatomia dele tem, conforme Oliveira et. al (2022), a forma do rizoma, com inspiração na metáfora de Deleuze e Guattari (2011) e em oposição à natureza arbórea do acontecimento em definições mais canônicas. O processo acontecimental, rizomático, se dá a partir de múltiplas entradas concomitantes na experiência cotidiana, sem um único ponto inicial.

Em reação a essa anatomia, Oliveira et al. (2022) propõem o “agir cartográfico”, com inspiração na cartografia sentimental, de Rolnik (2014), para a compreensão e o exercício do jornalismo em rede. Uma postura frente ao ciberacontecimento como objeto da cobertura jornalística que teria três etapas: 1) dimensão pré-individual (quando a ambiência que permitiu o acontecer é o foco); 2) olhar vibrátil e atenção flutuante (com referência na psicanálise, uma visada para o que é colateral no processo acontecimental, embora haja sempre um percurso central no qual ele se concretiza como sentido); 3) em busca do comum (aí, sim, uma tentativa de universalização da representação do ciberacontecimento que lhe impõe inteligibilidade para o público).

Esses fenômenos recentes abalam o poder de agendamento do jornalismo e empoderam o público, levando pesquisadores a investigar uma suposta transição dos valores-notícia tradicionais ao que têm chamado de “valores-compartilhamento” (Trilling et al., 2017). Lisboa e Benetti (2017) contribuem para a compreensão dos efeitos da crise sobre a credibilidade. No ambiente digital, a *credibilidade constituída* e a *percebida* entram em dissonância. A autoridade do jornalismo como detentor da verdade (aqui entendida como credibilidade constituída) é posta em xeque com a possibilidade do público confrontar as

informações com um número cada vez mais expandido de fontes. A percepção da credibilidade, nesse olhar, é uma constante negociação (Oliveira, Maia, 2023).

É nesse ruidoso cenário de crises e instabilidade dos conceitos de verdade e credibilidade que o jornalismo se vê desafiado a repactuar o contrato de comunicação que estabeleceu com o público em democracias liberais ocidentais ao longo do Século 20. De um ponto de vista epistemológico, a proposta é tomá-lo como mediação qualificada, reitera-se, pela qual passa, antes, a revisão do seu estatuto filosófico, onde se localiza a discussão sobre o reconhecimento do lugar do outro - e portanto, a sua agência - na semiose da notícia contemporânea. O esforço neste trabalho é pensá-la a partir das possibilidades que a tecnologia 5G oferece.

Produção, circulação e consumo de jornalismo

Embora já haja significativo avanço na compreensão dos efeitos da internet sobre a comunicação e o jornalismo, retomar alguns consensos favorece as projeções que serão feitas a seguir sobre o seu estágio atual, marcado pela chegada da tecnologia 5G. Pereira e Adghirini (2011) observam três ordens de mudanças nos processos de produção jornalística, a partir do avanço das tecnologias: a) a aceleração dos fluxos de produção e disponibilização da notícia; b) a proliferação de plataformas para a disponibilização de conteúdo multimídia; c) as alterações nos processos de coleta de informação (*“news gathering”*) e das relações com as fontes, resultando em informações produzidas em fluxo contínuo, o que gera a necessidade de atualização constante do conteúdo.

Segundo Ribeiro et al. (2006), o consumo da informação nesse novo cenário transcende a compreensão dos meios analógicos, já que com a ampliação e diversificação das fontes de informação, e a capacidade interativa das novas mídias, essa relação se modifica se comparada ao modelo anterior, quando participar do processo comunicativo era apenas ter acesso às informações e, no máximo, selecioná-las de acordo com as suas convicções e repertório intelectual e social. A linearidade da narrativa das mídias tradicionais é suplantada e o público passa a ter a possibilidade de construir sua própria sequência textual: “as conexões não são fixas, mas abertas às marcas pessoais do estilo de interação que o navegador impõe a elas” (Santaella, 2007, p. 294).

Parte desse novo ecossistema da comunicação, o jornalismo se vê impelido pela necessidade de criar novos modelos, estruturas e práticas. Cádima (2015) fala de um

jornalismo participativo “local”, em rede, e móvel, sustentado justamente na emergência das novas gerações web. Esse contexto é marcado pela interação entre jornalistas, tecnologias e cidadãos: “se, por um lado, evidencia os limites do jornalismo tradicional, vem possibilitar a emergência de *novos ambientes colaborativos* e ‘locativos’ de produção, reagregação e distribuição da informação e do conhecimento” (Cádima, 2015, p.199, grifo nosso).

A tecnologia 5G

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)⁶, a quinta geração de internet móvel é uma mescla de evolução e revolução. Rodriguez et al. (2015, p. 4) veem o 5G, em comparação com o 4, como “uma mudança no paradigma de design de um sistema de disciplina única para um sistema multidisciplinar”.

Para a Anatel⁷, três modos de uso caracterizam o 5G: a Banda Larga Móvel Avançada, com foco em altas velocidades de download e upload para as novas necessidades do usuário convencional; o Controle de Missão Crítica, concentrado em prover conexão com baixíssima latência e altíssima confiabilidade; e a Internet das Coisas Massiva, com alta cobertura e baixo consumo de bateria dos dispositivos.

Olegário (2020, p.130), projetando impactos sobre processos jornalísticos propriamente, chama a atenção para o conceito de “jornalismo ubíquo”, já que a cobertura dos acontecimentos ganha uma nova dinâmica: “poderemos ser mais assertivos na entrega para o público consumidor de notícias, pois teremos condições de ter dados da audiência em tempo real como localização, trabalho e interesses”.

No mercado da comunicação, diferentes experiências têm sido empreendidas com o uso dessa tecnologia.

No Brasil, o Grupo Globo, a operadora Vivo e a Ericsson, multinacional de tecnologia, implementaram a rede 5G no festival *The Town*⁸, em 2023. A intenção era que a infraestrutura permitisse a entrada ao vivo dos repórteres na programação da TV Globo, GloboNews, Multishow e Canal Bis, com uma rede considerada segura e estável. Os profissionais usaram quatro *Mochilinks* (equipamentos móveis para a transmissão de áudio e vídeo por meio da rede 5G da Vivo). Foi a primeira vez que a Globo experimentou o fatiamento de rede para conectividade de produção em nuvem.

⁶ Disponível em: <https://l1nk.dev/PjpTy>. Acesso em: 10 set. 2021.

⁷ Disponível em: <https://l1nk.dev/P8LK8>. Acesso em: 12 set. 2021.

⁸ Disponível em: <https://acesse.dev/N9Sot>. Acesso em: 27 fev. 2024.

Já uma transmissão de um Grande Prêmio de Fórmula 1 pela TV Band⁹, em 2023, utilizou a rede 5G da operadora Claro. Em parceria com a Embratel e com a Ericsson, uma fatia da rede foi destinada temporariamente à transmissão de imagens captadas por 10 câmeras instaladas em *mochilinks* carregadas pelos cinegrafistas da emissora pelo autódromo de Interlagos, em São Paulo (SP).

No exterior, o clube de futebol Atlético de Madrid, da Espanha, desenvolveu um projeto piloto para proporcionar uma experiência imersiva aos torcedores: assistir ao jogo com câmeras 360º em tempo real¹⁰. Os usuários podiam ver a ação de ângulos antes inacessíveis, como atrás do gol, na saída do túnel, na área de imprensa ou na sala de controle do estádio.

No que diz respeito diretamente ao jornalismo, o *The New York Times* tem um projeto avançado de uso do 5G. Trata-se do “*Beam*, *Environmental Photogrammetry* e *Eclipse*”, iniciado em 2019 em parceria com a operadora Verizon¹¹. O foco é ajudar jornalistas a capturar imagens mais envolventes. O “*Beam*” permite que os jornalistas que trabalham em campo capturem e carreguem automaticamente imagens de alta resolução para a redação apenas com um smartphone. O “*Environmental Photogrammetry*” cria um formato 3D imersivo que ajuda a fornecer uma compreensão de acontecimentos e lugares do mundo com detalhes extraordinários; em vez de apenas olhar a foto de um espaço, os leitores podem percorrê-lo. Já o “*Eclipse*” expande o videojornalismo: permite que profissionais coloquem o material nas mãos de seus editores quase em tempo real. A cobertura do Oscar em 2020, quando foram publicadas fotos instantaneamente do tapete vermelho, é um exemplo¹².

170

A percepção de quem trabalha com jornalismo

Com as percepções de pessoas que atuam com jornalismo na implementação e expansão da tecnologia 5G em suspeição é possível inferir que as características da interatividade, ubiquidade e personalização (Canavilhas, 2014) assumem papel de destaque. De um ponto de vista do que sinalizam à perspectiva do jornalismo como mediação qualificada (Oliveira, 2018), por outro lado, apontam para a sua defesa diante da potencialização do empoderamento do público no que tange à produção, distribuição e consumo de conteúdo.

⁹ Disponível em: <https://l1nq.com/uNBRw>. Acesso em 28 Fev. 2024.

¹⁰ Disponível em: <https://acesse.dev/OyuSc>. Acesso em: 28 Fev. 2024.

¹¹ Disponível em: <https://l1nq.com/ovPkW>. Acesso em: 29 Fev. 2024.

¹² Disponível em: <https://acesse.dev/4klpk>. Acesso em: 29 Fev. 2024.

Foram ouvidos, com vistas a entender os impactos do 5G em suas rotinas - àquele caso, com foco no telejornalismo (Gonçalves, 2022) -, profissionais de quatro setores: práticas jornalísticas; gestão em jornalismo; pesquisadoras da área acadêmica; e tecnologia (que não nos parece contribuir para as reflexões em curso neste trabalho, já que a tecnologia em si e suas possibilidades foram abordadas na seção anterior). O foco é, portanto, nas entrevistas dos repórteres Arildo Palermo, da RBS TV (RS), e Ticiano Kessler, do SBT/RS; dos gestores Marco Gomes, diretor de entretenimento e canais do Grupo RBS, e Danilo Teixeira, ex-gerente de jornalismo do SBT/RS; e das pesquisadoras Cristiane Finger, do PPG em Comunicação Social da PUCRS, e Iluska Coutinho, do PPG em Comunicação da UFJF.

As entrevistas foram organizadas a partir do método da cartografia (Deleuze; Guattari, 1995), com a aplicação em quatro etapas de análise proposta por (KASTRUP, 2007): rastreio, toque, pouso e reconhecimento atento, visando emergir possibilidades do novo cenário em curso (Gonçalves, 2022). Aqui, são mobilizadas algumas das respostas que contribuem para o propósito do artigo.

Arildo Palermo aponta, inicialmente, para um olhar sobre a interatividade de um ponto de vista da colaboração: “o jornalista passou a usar conteúdos produzidos por terceiros para compor a notícia, [...] passou a se pautar por assuntos-tendência nas redes”. Ticiano Kessler acredita que o 5G potencializará ainda mais os não profissionais: “o processo colaborativo tende a ganhar força com as pessoas produzindo mais conteúdos não profissionais e compartilhando”.

Iluska Coutinho afirma que “a chegada da internet 5G pode acelerar processos de participação e mesmo de produção de conteúdo em vídeo de forma personalizada. [...] teríamos cada vez fluxos audiovisuais mais múltiplos”, salientando também a característica da personalização, menos implicada nas falas dos profissionais entrevistados. Ela avança: “quando a gente começar a escutar melhor a pessoa que está do outro lado, talvez a gente tenha ganhos enormes em termos de rotina, de produção e de tudo mais”. Cristiane Finger pontua que, para atrair a audiência, “é preciso criar conteúdo criativo, dinâmico, objetivo e informativo, que converse com o maior número de pessoas possível”.

Palermo chama a atenção, ainda, para uma dimensão mais ampla da interatividade: “se existe um assunto ‘bombando’ nas redes sociais, as pessoas querem assistir ao jornal e ver aquele assunto de forma mais aprofundada, com apuração, checagem e outras técnicas rotineiras do jornalista”, afirma. A fala do repórter passa, ainda, pela percepção de que ao jornalismo caberia o papel de exercer a mediação qualificada (com teoria e métodos próprios)

entre a realidade caótica dos acontecimentos - agora representados por múltiplos agentes no ambiente digital - e a sociedade. Coutinho acredita que “os profissionais deveriam assumir um papel de narrador-curador dos fatos de interesse público. Isso porque outros atores sociais podem ter outras prioridades e ganhos (financeiros, simbólicos, políticos etc.)”. A pesquisadora salienta que o aumento da participação do público deve servir para “demandar novas competências quanto à validade do material recebido, à qualificação de informação, em uma ação de curadoria”. Afinal, “o custo de uma barrigada [...] é muito maior do que o benefício de um furo de informação”, salienta Cristiane Finger, contribuindo à crítica à exorbitação da característica da instantaneidade.

Outra característica cuja importância emerge das entrevistas é a ubiquidade, pensada, também, a partir de uma presença local na vida cotidiana do público, para além da possibilidade de acesso a conteúdos globalizados. Para Marco Gomes, uma das possibilidades do 5G é o “aumento de cobertura e de alcance das reportagens, [...] viabilizando mais informação, imagens em mais locais *in real time*”. Cristiane Finger avalia que “temos a possibilidade, por exemplo, de terminar com os desertos de notícia. Se a gente conseguir ampliar o sinal [...] nós temos a possibilidade de ter uma maior produção de informação local”. A pesquisadora faz uma analogia com o impresso: “o 5G vai nos permitir fazer o que antigamente os jornais do interior faziam, e que hoje já não têm mais condições. Ou seja, ter uma notícia hiperlocal com qualidade”.

No esteio da ubiquidade, Danilo Teixeira prevê que o 5G “irá permitir que a TV aberta disponibilize conteúdo sob demanda e entrega de publicidade direcionada, de acordo com o perfil e interesse do telespectador”, apontando para a característica da personalização e aventando modelos de negócio para o financiamento do jornalismo.

A instantaneidade, por sua vez, aparece nas falas sempre em tom de ponderação, indício da superação do momento inicial de reconfiguração da característica no ambiente digital, quando a velocidade e a abundância de informações era a aposta. É como se houvesse uma espécie de “consciência coletiva” quanto à incompatibilidade ontológica, agudizada pelo 5G, de competição entre jornalismo e outras formas de produção e circulação da informação nas redes sociais digitais. Arildo Palermo, por exemplo, pontua o desafio imposto pela tecnologia, ao promover competição a partir do uso de *smartphones* e das mídias sociais, “que constantemente são também as redes de informações falsas”. A atenção a esses fatores é abordada por Finger ao citar que os avanços tecnológicos são úteis desde que seja mantida a questão ética da checagem e de todas as outras etapas da rotina

produtiva: “o que nos dá credibilidade é exatamente a nossa apuração, nosso cuidado ético”, mais uma vez chamando a atenção para o *modus operandi* de um campo que tem teoria e métodos próprios.

Sobre essa particularidade – reafirmar-se como espaço da informação correta e checada –, Iluska Coutinho acredita ser o desafio atual. A partir da potencialização da participação cidadã, “é preciso reforçar equipes de apuração, capacitadas para identificar conteúdos manipulados e que podem circular nas redes e serem remetidos para as redações”. Kessler defende a necessidade de “usar a técnica para trabalhar melhor, para que a gente possa mostrar ao público a importância de se acompanhar o trabalho jornalístico”. O repórter inclui a incidência direta da tecnologia 5G na reflexão que faz sobre alterações nas rotinas produtivas: “o desafio se amplia porque há possibilidade de pessoas não profissionais terem mais capacidade de divulgar o que elas bem entendem. Aí, entra o nosso papel, como jornalistas profissionais, de qualificar o conteúdo, ouvindo as diversas versões e ampliando”.

173

Considerações finais

Miguel (2022, p. 212) conclui a reavaliação que faz da noção do jornalismo como “sistema perito” destacando o caráter dialógico de qualquer que seja o resultado de um movimento de reflexão ante a crise: “[...] a tarefa é reinventar-se, de um modo que ainda não se pode saber exatamente qual será, mas que certamente precisará ser mais pluralista e mais participativo”. Isso porque a concepção majoritária no mercado ainda é a de que o jornalismo, assim como outros campos sociais dotados de alguma expertise, baseia a crença em si na distância entre consumidores e especialistas, em sentido oposto à tendência observada no “novo ambiente comunicacional”, onde “Cada vez mais, a identificação entre o emissor e seu público torna-se a chave para o sucesso do processo comunicativo” (Miguel, 2022, p. 205).

Nos termos trabalhados ao longo da proposta ora em conclusão, tratar-se-ia de explorar as possibilidades proporcionadas pela implementação e expansão da tecnologia 5G para o exercício da mediação qualificada. Concretamente, esse movimento se daria a partir do recurso às características da interatividade, da ubiquidade e da personalização, favorecidas pela nova tecnologia de transmissão de dados via internet.

Em outras palavras, aumentam as possibilidades de representação dos acontecimentos, dando a ver mais da sua complexidade e diminuindo as “sobras” que resultam de qualquer processo particular de significação do mundo (Santaella, 2008).

Considerado o esquema lógico da semiose da notícia - objeto/acontecimento; interpretante/jornalismo; signo/notícia -, seria possível incorporar uma pluralidade de sentidos mais vasta ao interpretante por meio da interatividade, a partir da colaboração na produção de informações, agora potencializada, resultando numa representação dos acontecimentos mais completa em relação ao conhecimento produzido pelo jornalismo. Em curso estaria a viabilidade de propostas como o “agir cartográfico” para a compreensão e o exercício do jornalismo em rede, marcado pela ocorrência de ciberacontecimentos como matéria-prima (Oliveira et al., 2022).

Apesar, em favor do rigor científico, do fato de tal hipótese ainda carecer de testagem, as manifestações em torno do uso do 5G até o momento, das aplicações feitas pelo mercado da comunicação, passando pelo jornalismo, no caso do *The New York Times*, até as primeiras percepções de pessoas que trabalham na área no momento da sua implementação e expansão, apontam para a sua pertinência. São exemplares o uso de formatos imersivos em 3D no jornal estadunidense ou de vídeos em 360º no clube de futebol espanhol Atlético de Madrid. Em ambos os casos, a experiência do público ao consumir a representação do acontecimento, mais completa, alcançando mais de multisensorialidade, tende a favorecer o reconhecimento do papel de mediação que o jornalismo pode exercer, conferindo inteligibilidade à realidade. Nessa mesma seara, é possível projetar, em médio prazo, a produção de reportagens com realidade virtual, destacando a centralidade da presença na experiência do público (Rocha; Pase, 2024; Lima, 2022).

Quanto aos subsídios oriundos das entrevistas que realizamos, fica evidente a preocupação com a interatividade (que aparece em todas as falas), ubiquidade (no sentido de uma aproximação com o cotidiano do público) e personalização (na criação de conteúdos capazes de captar a atenção do público em meio à dispersão, tendência no ambiente digital, atravessado pela agência de algoritmos). São elementos com potencial para reconstituir, portanto, o contrato entre jornalismo e sociedade, tendo o compromisso com o público como protagonista, proposto por Beltrão (1960) como pilar para a filosofia do jornalismo.

É preciso ponderar, porém, contingências típicas de uma tecnologia ainda em fase de implementação e expansão.

Embora as condições para a transmissão de dados estejam evoluindo, inclusive em economias que convivem com desigualdades sociais significativas, como no Brasil, o alto custo de dispositivos que suportam o 5G, assim como os planos de acesso oferecidos pelas operadoras de telefonia, limitam os empreendimentos de empresas jornalísticas por falta de

público em condições de consumi-los. É preciso, então, políticas públicas não só de regulamentação do serviço – como já há –, mas, também, em relação à uma oferta universalizada.

Por outro lado, a especialização profissional requerida para a exploração das possibilidades da tecnologia, somadas ao processo perene de precarização das condições de trabalho de jornalistas vistos nos últimos anos (Mick; Kikuti, 2020) e aos custos operacionais de projetos que otimizem o que ela pode oferecer, tornam ainda incerta a sua consolidação no âmbito das práticas jornalísticas; trata-se, ainda, de um uso especulativo.

É possível inferir, preliminarmente, que a forma como interatividade, ubiquidade e personalização foram exploradas, pelo menos na última década, desde a sua definição por Canavilhas (2014), mais agudizou a crise imposta pelo ambiente digital do que tentou enfrentá-la, especialmente pela primazia da velocidade e da abundância de informações produzidas a partir delas em detrimento da possibilidade de reconhecimento e inclusão dialógica do público ou sobre a possibilidade de uma semiose da notícia que resulte em representações mais complexas dos acontecimentos. Uma inferência que realça a incompreensão inicial do status quo acerca da natureza rizomática das dinâmicas sociais contemporâneas (Oliveira et. al, 2022), concretizadas em ciberacontecimentos (Henn, 2014) cuja complexidade não é suportada pela semiose da notícia convencional, pretensamente linear e capaz de encerrar os acontecimentos em representação única.

Para além das primeiras inferências da academia, dos usos pelo mercado ou das percepções iniciais de agentes do campo, ao jornalismo caberia uma revisão do contrato de comunicação com o público – com referência em Charaudeau (2006), o que permitiria a reconstituição da sua legitimidade em novos parâmetros, potencialmente estimulados pelo 5G. Embora experimental no arranjo teórico em construção, a suspeita inicial é sobre a pertinência da aposta no caráter dialógico da semiose da notícia para o exercício da representação do mundo e da mediação qualificada, presumida a produção de conhecimento sobre o presente que resulta desse exercício.

175

Referências

BELTRÃO, L. **Iniciação à filosofia do jornalismo**. Rio de Janeiro: Agir, 1960.

BARBOSA, S. O. **Jornalismo Digital em Base de Dados (JDBD) - Um paradigma para produtos jornalísticos digitais dinâmicos**. Tese (Doutorado) - Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

CÁDIMA, F. Novas Convergências Digitais: Mídia, Humanidades e Artes. **Revista Novos Olhares**, v. 4, n. 1, 2015.

CANAVILHAS, J. **Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença**. Covilhã, Portugal: LabCom, 2014.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2**. São Paulo: Editora 34, 2011.

FEENBERG, A. **Transforming technology: a critical theory revisited**. 2. ed. New York: Oxford, 2002.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GONÇALVES, G. M. **Os impactos da internet 5G na rotina produtiva do telejornalismo gaúcho**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação), Escola Superior de Propaganda e Marketing, Porto Alegre, 2022.

HENN, R. C. **Pauta e notícia**. Canoas: Ulbra, 1996.

176

HENN, R. C. **El ciberacontecimiento: producción y semiosis**. Barcelona: UOC, 2014. v. 1.

KASTRUP, V. **O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo**. Psicol. Soc., v. 19, n. 1, Porto Alegre, jan./abr. 2007.

LIMA, L. S. **A experiência do usuário com conteúdos de jornalismo audiovisual em 360° e a centralidade da sensação de presença**. Tese (Doutorado), Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

LISBOA, S.; BENETTI, M. Credibilidade no jornalismo: uma nova abordagem. **Estudos de Jornalismo e Mídia**, v. 14, p. 51-62, 2017.

MICK, J.; KIKUTI, A. Mundo do trabalho de jornalistas no Brasil. **Plural**, São Paulo, v. 27, p. 210-239, 2020.

MIELNICZUK, L. **Jornalismo na web: Uma contribuição para o estudo do formato da notícia na escrita hipertextual**. Tese (Doutorado), Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

MIGUEL, L. F. **O jornalismo no novo ambiente comunicacional: uma reavaliação da noção do jornalismo como sistema perito**. **Tempo Social**, v. 34, p. 195-216, 2022.

OLEGÁRIO, L. S. **MAIS inovação, MAIS comunicação**: Entenda por que esta tecnologia de telefonia é tão aguardada por especialistas, e como pode impactar na sociedade. Coletiva TNDNCS - Inovação + Comunicação, 2020. Disponível em: <https://encurtador.com.br/BDX38>. Acesso em: 2 mai. 2024.

OLIVEIRA, F. M. de. **La semiosis de la noticia**: Movimientos sociales en red y crisis del periodismo. Barcelona: UOC, 2018.

OLIVEIRA, F. M. de; OSÓRIO, M. C.; HENN, R. C. **Agir cartográfico**. ALCEU (Online), v. 22, p. 44-65, 2022.

OLIVEIRA, F. M. de; PASTL, C. M. L. Crise do jornalismo, transparência e fixação da crença: reflexões a partir do Projeto Credibilidade. In: **Anais do 32º Encontro Anual da Compós**, v. 32, São Paulo, 2023.

PEIRCE, C. S. **The Collected Papers of Charles Sanders Peirce**. Past Masters, CD-ROM. EUA: InteLex Corporation, 2002.

PEREIRA, F. H.; ADGHIRINI, Z. L. **O jornalismo em tempo de mudanças estruturais**. Disponível em: <http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/12443>. Acesso em: 9 abr. 2024.

RIBEIRO, J. C.; CHAMUSCA, M.; CARVALHA, M. As tecnologias contemporâneas de comunicação e as mudanças na “produção” e no “consumo” de informações. **UNIrevista**, v. 1, n. 3, São Leopoldo, RS, jul. 2006.

ROCHA, G. G.; PASE, A. F. Exploration Journalism: proposal from experiences in virtual and augmented realities. **Brazilian Journalism Research**, v. 20, n. 1, e1551, 2024. Disponível em: <https://acesse.dev/TBz5v>. Acesso em: 2 mai. 2024.

RODRIGUEZ, J. et al. **Fundamentals of 5G Mobile Networks**. New York: Wiley, 2015.

ROLNIK, S. **Cartografia sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2014.

SANTAELLA, L. **Linguagens líquidas na era da mobilidade**. São Paulo: Paulus, 2007.

SANTAELLA, L. **A Teoria Geral dos Signos**: como as linguagens significam as coisas. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

TRILLING, D.; TOLOCHKO, P.; BURSCHER, B. From newsworthiness to shareworthiness. **Journalism & Mass Communication Quarterly**, v. 94, n. 1, p. 1-23, 2016.

Submissão: 3 de mai. 2024.

Aceite: 27 de jun. 2024.

REVISTA PAUTA GERAL

ESTUDOS EM JORNALISMO

10.5212/RevistaPautaGeral.v.11.e1.23841



ARTIGOS

178

Narrativas de campo ciência e jornalismo

Mara Rovida¹
Agnes Arruda²

Resumo

O processo de investigação de uma questão (científica ou jornalística) inclui levantamento de documentos de pesquisa, imersão em campo e identificação de possíveis fontes de entrevista. O resultado desse conjunto de ações pode pautar a produção de uma reportagem ou de um texto científico. Pistas dessa aproximação das estratégias de jornalistas e de pesquisadores, principalmente os antropólogos, já foram anotadas anteriormente. Para além das questões relacionadas ao método de apuração ou investigação científica, é pertinente refletir sobre os registros narrativos produzidos por jornalistas e pesquisadores. Para tanto, o presente artigo tem por objetivo contribuir com esse debate a partir de experiências de jornalistas-pesquisadores ou pesquisadores-jornalistas no que diz respeito a sua produção narrativa registrada em diários de pesquisa de campo.

Palavras-chave: Jornalismo. Imersão em campo. Diário narrativo. Pesquisador-jornalista.

179

Field narratives: science and journalism

Abstract

The process of investigating an issue (scientific or journalistic) includes collecting research documents, immersing yourself in the field and identifying possible interview sources. The result of this set of actions can guide the production of a report or a scientific text. Clues to this approach between the strategies of journalists and researchers, especially anthropologists, have already been noted previously. In addition to questions related to the method of investigation or scientific investigation, it is pertinent to reflect on the narrative records produced by journalists and researchers. To this end, this article aims to contribute to this debate based on the experiences of journalist-researchers or researcher-journalists with regard to their narrative production recorded in field research diaries.

Keywords: Journalism. Field immersion. Narrative diary. Researcher-journalist.

¹ Docente do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura da Universidade de Sorocaba (PPGCC-Uniso). Pós-doutoranda pelo PPG em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa. E-mail: mararovida@gmail.com.

² Professora visitante da Universidade Federal de São Paulo. Docente no Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade de Mogi das Cruzes. Doutora em Comunicação pela Universidade Paulista. E-mail: agnesarruda@gmail.com.

Introdução

Se a narrativa é uma maneira que todo ser humano tem de organizar o caos da vida (Medina, 2003), essa reconstrução simbólica do real pode ser considerada uma necessidade de todos, embora seja um talento para alguns, de acordo com a reflexão de Cremilda Medina (2003, p. 48).

Ao se dizer, o autor se assina como humano com personalidade; ao desejar contar a história social da atualidade, o jornalista cria uma marca mediadora que articula as histórias fragmentadas; ao traçar a poética intimista, que aflora do seu e do inconsciente dos contemporâneos, o artista conta a história dos desejos. Da perspectiva individual, sociocomunicacional ou artística, a produção simbólica oxigena os impasses do caos, da entropia, das desesperanças, e sonha com um cosmos dinâmico, emancipatório.

A partir dessa perspectiva e de como ela ajuda a formular uma leitura tanto do processo de produção jornalística que antecede seu registro narrativo, quanto da centralidade do narrar no processo comunicacional, pretende-se analisar uma aproximação entre as experiências narrativas do ato de tecer o presente, como Medina (2003) nomeia a prática jornalística, e as narrativas produzidas em pesquisas de campo na área da Comunicação. Aqui entende-se como pesquisas de campo aqueles estudos organizados com etapas imersivas cujas nomenclaturas podem variar dependendo da filiação teórica dos autores como observação participante, pesquisa etnográfica ou observação-experiência (Medina, 2020). Mas o que nos interessa, sendo este o foco do presente artigo, é a narrativa produzida a partir do trabalho de campo. Isso porque esse tipo de pesquisa engendra estratégias de levantamento e de registro de informações semelhantes à prática jornalística, conforme será discutido no primeiro tópico deste artigo.

Sem perder a relação interdisciplinar que a pesquisa imersiva guarda com a Antropologia, é possível observar potencialidades na aproximação das experiências narrativas, originadas pelo movimento de ir a campo – ir ao encontro do outro –, do jornalismo e da pesquisa comunicacional. Assim, em vez de atuar numa perspectiva técnico-burocratizante, o pesquisador e o jornalista que atuam numa chave dialógica em seus trabalhos de campo – que serão registrados posteriormente em narrativas cujo objetivo é comunicar as experiências dos sujeitos envolvidos nesses processos – se apoiam na “tríplice tessitura ética, técnica e estética” (Medina, 2003, p. 50). Esses dois agentes de produção de conhecimento também podem se aproximar do artista para aprimorar seus registros narrativos.

O ato de reconhecer o mundo e lhe imprimir o toque humano é, sem dúvida, tão científico quanto relacionador. Embora os guetos de excelência se digladiem pelo poder, o gesto criador do estudioso, do pesquisador, desmonta a ideologia e aflora a rebeldia. É aí que o artista se encontra com o cientista e ambos se contaminam com a fabulação das sabedorias poéticas do cotidiano (Medina, 2003, p. 60).

Nos estudos em Jornalismo, no entanto, é comum que métodos e técnicas de pesquisa sejam utilizados de maneira distante e asséptica. Da semiótica, seja ela greimasiana ou peirciana, passando pela análise do discurso, estudo de caso, e tantas outras aproximações teóricas utilizadas com a finalidade de compreender a forma de produção do Jornalismo, seu impacto e consequências sociais, em grande medida, são utilizadas estratégias que tentam preservar um certo distanciamento da pessoa que pesquisa e de seu objeto de estudo. O mesmo tipo de postura, que parece valer-se de uma certa ideia de isenção pelo distanciamento, também se faz presente na prática jornalística e isso, segundo Medina (2006), tem relação com a herança positivista da ciência e do jornalismo.

181

A ideologia do controle positivo dos saberes tanto nas ciências nobres quanto no jornalismo reforça o conceito de objeto de conhecimento e, portanto, a relação sujeito-objeto, o que fundamenta a teoria e a metodologia da objetividade. Nessa relação objetiva se inserem os princípios de busca da verdade ou da comprovação dos dados objetivos por meio de técnicas e instrumentos tecnológicos que se utilizam na pesquisa ou na investigação. Tanto as gramáticas científicas quanto as gramáticas jornalísticas se constituem no final do século XIX, fundamentadas na mesma visão de mundo e, por isso, também os conceitos operacionais e as técnicas de trabalho se conjugam (Medina, 2006, p. 9-10).

Como contraponto, a ideia de diálogo, de interação com o outro, tanto tem balizado uma prática jornalística que se apresenta na perspectiva de arte de tecer o presente (Medina, 2003) quanto de pesquisas que se valem da lógica Sujeito-Sujeito, em vez de Sujeito-Objeto (Medina, 2006). Por isso, parte-se da hipótese de que quando o pesquisador também é jornalista, esse movimento tem condições de se intensificar, tanto na produção de conteúdo jornalístico que traga contribuições do campo científico, quanto na produção de pesquisas que contemplam narrativas com potencial dialógico. Neste trabalho, como forma de iniciar a discussão sobre as potencialidades dessa relação entre o fazer jornalístico e a pesquisa científica pautada pela lógica Sujeito-Sujeito, tem-se como foco de análise os diários narrativos produzidos em quatro pesquisas imersivas realizadas por duas pesquisadoras-jornalistas. É pertinente observar que, embora os



objetos de interesse dessas pesquisas sejam eles também práticas jornalísticas, a aproximação entre jornalismo e pesquisa científica aqui proposta está pautada pela produção dos diários narrativos das pesquisadoras que, em algum grau, acionaram técnicas jornalísticas em seus trabalhos como cientistas.

Assim, com base nessas premissas, é apresentado um resumo das quatro diferentes experiências narrativas, resultantes dos trabalhos de campo das autoras. Tais experiências contribuem para testar e, em algum grau, confirmar a hipótese de que as narrativas de campo produzidas por jornalistas-pesquisadores trazem uma produtiva simbiose entre os fazeres jornalísticos e científicos. Portanto, esse sujeito jornalista que se torna pesquisador irá impregnar seu trabalho de campo de estratégias típicas da arte de tecer o presente e, longe de ser uma fragilidade, essa mobilização de saberes pode ser considerada positiva na medida em que contribui não apenas na imersão em campo, na interação com os sujeitos de pesquisa, como também repercute nos diários-narrativos ou registros de pesquisa, ponto de interesse no presente artigo.

182

O trabalho de campo e seus registros

As aproximações entre o trabalho de campo de jornalistas e antropólogos têm sido exploradas por estudiosos da Comunicação como Lago (2018) e Rovida (2015a, 2017). Nessas reflexões, observa-se que o ir a campo, o ir ao encontro do outro é um movimento necessário para a etnografia e para a reportagem jornalística.

Além de ser um movimento que permite a pesquisadores e jornalistas se aproximarem de sujeitos em contexto, esse ir ao outro (Medina, 2006) impregna, atravessa, portanto, interfere nos registros narrativos que serão produzidos como resultado dessa experiência em campo. Para Clifford Geertz (2008), a própria ideia de etnografia como descrição densa remete ao processo interpretativo realizado pelo pesquisador que busca apreender uma teia de significados culturais que orienta as interações sociais.

[...] a etnografia é uma descrição densa. Fazer a etnografia é como tentar ler (no sentido de “construir uma leitura de”) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado (Geertz, 2008, p. 7).

Tal interpretação se dá tanto pelo processo imersivo – que se constitui num esforço de interagir com os sujeitos da cena social de interesse – quanto pela busca de conceitos que ajudem a apresentar os resultados dessa experiência em um vocabulário, ou uma narrativa, compreensível para os pares.

É justamente com essa espécie de material produzido por um trabalho de campo quase obsessivo de peneiramento, a longo prazo, principalmente (embora não exclusivamente) qualitativo, altamente participante e realizado em contextos confinados, que os megaconceitos com os quais se aflige a ciência social contemporânea [...] podem adquirir toda a espécie de atualidade sensível que possibilita pensar não apenas realista e concretamente sobre eles, mas, o que é mais importante, criativa e imaginativamente com eles (Geertz, 2008, p. 16-17. Grifos do autor).

Esse pensar com os conceitos e não sobre eles, demanda uma postura de compromisso do pesquisador com a experiência de campo. Ainda que o objetivo final seja inscrever, ou narrar, essa experiência em “formas pesquisáveis” (Geertz, 2008, p. 15) o que inclui trabalhar com teorias já conhecidas, o conhecimento produzido por esse tipo de pesquisa não terá como fundamento de partida grandes conceitos das ciências sociais. “Em etnografia, o dever da teoria é fornecer um vocabulário no qual possa ser expresso o que o ato simbólico tem a dizer sobre ele mesmo – isto é, sobre o papel da cultura na vida humana” (Geertz, 2008, p. 19).

Numa perspectiva bastante similar, o antropólogo brasileiro José Guilherme Cantor Magnani (2002) assevera que a busca do etnógrafo é por alcançar os arranjos de significados dos sujeitos pesquisados e encontrar uma maneira de descrevê-los, portanto de apresentá-los para que outros estudosos do assunto possam alcançar aquilo que foi experienciado em campo. Talvez nesse aspecto do processo de inscrição ou de narrativa haja uma diferença entre o que os cientistas sociais buscam e aquilo que jornalistas alinhados a uma visão da comunicação como uma prática de mediação social dialógica entendem.

Para Cremilda Medina (2003), o repórter³ – e também o pesquisador que vai a campo – busca experienciar com todos os sentidos humanos o contexto social de

³ Medina (2003) defende que o personagem (ou função) de jornalista que melhor representa sua ideia de mediação social é o repórter. Por isso, quando o termo repórter aparece nesse diálogo com a noção de jornalismo como arte de tecer o presente, ele é usado no sentido atribuído por Medina (1988, p. 60): “Quanto ao universo da informação jornalística: a) A observação da realidade. b) A coleta de informações, por meio da entrevista a fontes específicas [...], a fontes anônimas (reportagens/crônicas de tipos e situações), ou a fontes imprecisamente identificadas (reportagens como “Religiões do Rio”). c) A ampliação da informação nuclear em um certo aprofundamento de contexto, de humanização e de

interesse, progredindo da observação objetivista para a observação participativa e almejando a observação-experiência.

O sentir-pensar-agir [capacidades lógico-analítica, motor-operacional e intuitivo-sintética] se instaura como método de observação da realidade contemporânea e a observação objetivista se desconstrói na observação participativa (conquista já consagrada na antropologia). No limite da entrega humana, perde-se o medo da observação-experiência (Medina, 2003, p. 143).

Se o jornalista ou pesquisador alcança os significados acionados pelos sujeitos da situação de interesse, é porque interage com eles, se relaciona com eles numa postura de Sujeito-Sujeito e não de sujeito e objeto de pauta ou de pesquisa. Essa postura emerge na narrativa resultante tanto do trabalho do repórter quanto do pesquisador, afinal na obra e na própria experiência de pesquisa de Cremilda Medina esses dois papéis estão imbricados.

Outra revolução ocorre quando autor e ambiente do relato, autor e protagonista da ação social se enlaçam como sujeito-sujeito, e não sujeito-objeto. É como se revelasse, por estalo intuitivo, que pertencemos à saga do outro e o outro se movimenta na nossa própria aventura. Perde-se então a pretensão do signo do distanciamento e a interação dos afetos constitui o signo da relação (Medina, 2003, p. 140).

184

A busca pelo signo da relação deságua numa forma narrativa (almejada) que contempla a efetiva participação da tríade do processo comunicacional – e também da produção de conhecimento científico –, isto é, fontes, mediador social e público fruidor da informação. Por isso, a narrativa ganha espaço como etapa fundamental do processo jornalístico – e num sentido semelhante, da produção científica – e se estabelece como objetivo, inclusive, pedagógico para Medina (2006, p. 161), “Desenvolver uma oficina de linguagem renovadora cuja autoria favoreça elos da comunicação cada vez mais interativos”.

A atenção para o potencial de interação social criadora que afeta jornalistas e fontes de informação faz parte da obra de Medina desde o início de sua carreira, mas no decorrer de seus estudos essa questão é encaminhada para um elemento específico que inclui o fruidor da informação, em outros termos, a narrativa. Medina (1996) percebe a

reconstituição histórica. Quanto ao tratamento estilístico: a) Descrição de ambientes e fatos e o repórter como narrador. b) O diálogo repórter/fonte. c) O ritmo narrativo da reportagem. d) A frase e os recursos literários”.

relevância da narrativa como forma não apenas de registrar esse processo de interação estabelecido em campo, no ir ao outro, como também um espaço potente para incluir o público nessa dinâmica potencialmente transformadora. “O signo da relação só ocorre na interação criadora em que ambos se transformam” (Medina, 2006, p. 161). Esse ‘ambos’ tanto pode ser jornalista, fontes e público, como educadores e educandos e essa transformação pode ou não acontecer. Não há garantias de que essa transformação se estabeleça, mas é possível buscá-la como finalidade também dos processos pedagógico e científico.

O laboratório de narrativas se torna um norte para as pesquisas de Cremilda Medina a partir de meados dos anos 1990 e segue como um ponto de convergência entre as práticas jornalísticas, científicas e pedagógicas da autora. Nesse sentido, o objetivo maior é manter no horizonte a relação entre a ética (o compromisso social do jornalista e do pesquisador), a técnica (as estratégias de imersão em campo) e a estética (a produção narrativa autoral com potencial dialógico). Com base nesse direcionamento, recuperam-se no próximo tópico deste artigo experiências que exemplificam essa postura epistêmica que aproxima, como Medina propõe, o trabalho de jornalistas e pesquisadores tanto no que concerne ao ir ao outro (pesquisa de campo) quanto na narrativa resultante desse processo de interação. Mas, uma vez mais, se reforça que o foco do presente artigo é a narrativa como produto científico de pesquisadores-jornalistas que permite observar os atravessamentos do fazer jornalístico na pesquisa científica.

185

Experiências de pesquisa e diários-narrativos

A percepção de que um texto acadêmico, originado por uma experiência de pesquisa de campo, possa parecer uma narrativa jornalística, um texto de reportagem, pode ser entendida como um problema, um demérito e até a indicação de uma fragilidade em relação ao requerido rigor científico. Mas ao buscar referências narrativas na Antropologia – campo de diálogo interdisciplinar –, não é difícil encontrar exemplos do uso de estratégias textuais próximas ao que se observa comumente na produção da imprensa, em especial aquela que ainda guarda espaço para a reportagem.

Alguns exemplos desse tipo de investimento podem ser encontrados na obra coletiva organizada por Cabanes, Georges, Rizek e Telles (2011). No capítulo assinado por Vera Telles (2011, p. 157), por exemplo, conhecemos Doralice, “quarenta anos, mora

num bairro da periferia paulista com o marido e um filho, além da mãe, um irmão e um sobrinho". O texto de Telles (2011) usa uma perspectiva mais descriptiva e distanciada que inclui passagens teórico-reflexivas. Por sua vez, as produções de Magnani (2009), em sua participação na direção do Núcleo de Antropologia Urbana (NAU) da Universidade de São Paulo, trazem narrativas com uma presença mais forte do próprio pesquisador em suas interações com os cenários e sujeitos de pesquisa.

Mas, chegando à casa e, pondo em prática uma das regras que costumo indicar aos alunos após a volta do trabalho de campo, que é rever e passar a limpo as anotações do caderno, dei-me conta – e anotei, como dado relevante – que tinha acontecido comigo a mesma coisa que ocorre com eles [as pessoas surdas] quando, minoritários, estão em ambiente dominado pelos ouvintes: são ignorados em sua diferença. Assim, por um caminho inesperado, uma impressão nova e contrastiva fez parte do legado que apenas começava a ser acumulado na pesquisa sobre o tema (Magnani, 2009, p. 146).

Os diários de campo apresentados como parte dos resultados finais – portanto, mais do que anotações realizadas durante ou logo após a imersão em campo – das pesquisas se moldam em estruturas narrativas que permitem não apenas apreender as cenas vivenciadas pelo antropólogo, como também possibilitam perceber a presença em campo desse sujeito-pesquisador e das possíveis interações realizadas ou interferências provocadas.

Na leitura desses relatos de pesquisa, descobre-se que o processo de produção dos diários de campo – tomados como dados de pesquisa – segue um padrão, um método formado por diferentes estratégias escolhidas por cada pesquisador. Há aqueles que usam gravadores, câmeras filmadoras e fotográficas, mas há também aqueles que preferem cadernos de anotações para uma ou outra nota pontual. Seja como for, o objetivo realmente é produzir um diário de campo, um texto, que comporte as impressões e informações dessa experiência imersiva. Por isso, o diário de campo pode ter formatos distintos, sendo composto, inclusive, por imagem e áudio, mas ele é sempre uma composição de dados de pesquisa que baliza a reflexão conceitual, desenvolvida posteriormente. Essa estratégia de trabalho, como já mencionado, se assemelha ao processo de apuração jornalística que abastece o mediador social de elementos para desenvolver uma narrativa potencialmente dialógica (Medina, 1996).

O diário de campo, portanto, passa por uma organização, uma seleção de trechos ou uma edição para ser publicado como parte de um texto acadêmico. Assim, há uma

semelhança em relação ao que se desenvolve com o resultado da apuração jornalística que antes de ser publicada também passa por uma edição. Em alguns casos, essa produção jornalística autoral poderá evidenciar a presença do mediador, não como protagonista da ação narrada, mas como partícipe dela, de forma semelhante ao que fazem alguns antropólogos que se mostram nas cenas de seus diários editados para publicação, como no exemplo de Magnani (2009).

Se essa proximidade de fazeres já se estabelece entre o campo da Antropologia e a prática jornalística, é possível entender que o pesquisador-jornalista ou jornalista-pesquisador que usa estratégias de pesquisa de campo na área da Comunicação se beneficia duplamente dessas estratégias metodológicas. Observando algumas práticas de pesquisadoras e pesquisadores que carregam a experiência pregressa da prática jornalística, tem sido instigante anotar a interferência do jornalismo no processo de imersão em campo e na produção narrativa que se desenvolve posteriormente. Esse é, inclusive, o motivador de pesquisa em desenvolvimento cujo ponto central é justamente identificar e, em algum grau, sistematizar o impacto epistêmico da inclusão, ainda que tácita, dessa experiência do jornalismo nas práticas de pesquisa científica.

Esse entendimento sobre o aproveitamento da experiência do jornalismo na prática da pesquisa em Comunicação se revela em alguns trabalhos das autoras do presente artigo que dialogam com outros pesquisadores com trajetórias semelhantes, bem como com a experiência – guardadas as devidas ponderações sobre o tempo de atuação e a relevância das contribuições para os estudos da área da Comunicação – de Cremilda Medina, anteriormente mencionada.

Um dos exemplos dessa relação entre narrativa científica e jornalística está na recepção do livro – resultado de pesquisa de doutorado – *Jornalismo em trânsito – o diálogo social solidário no espaço urbano* (Rovida, 2015b). “Durante sua pesquisa de campo, a professora lançou mão de um método que é, ao mesmo tempo, utilizado por jornalistas e por antropólogos em estudos de etnografia: a observação-participante” (Cardoso, 2016, p. 137). O diário narrativo, produzido com o rigor do registro escrito quase imediatamente após as incursões em campo, foi refinado numa narrativa que permite ao leitor acompanhar as cenas cotidianas do trânsito da Região Metropolitana de São Paulo – macrometrópole formada por 39 municípios, incluindo a capital do Estado de São Paulo – tanto pelo prisma de motoristas de caminhão, quanto pela perspectiva de repórteres que atuavam na cobertura radiofônica *in loco*. Esses dois profissionais

figuraram como sujeitos da pesquisa e interagiram com a pesquisadora ao longo do trabalho, composto pelas incursões em campo e entrevistas, como é possível observar no trecho a seguir.

Ronaldo Rodrigues é repórter na Rádio SulAmérica Trânsito desde 2010. Ele já atuou na reportagem de emissoras de rádio jornalísticas como Eldorado e Bandeirantes e também trabalhou na Editora Abril, na revista Quatro Rodas, onde chegou a editor-chefe. Formado em jornalismo pela Faculdade Metodista, morador do ABC paulista, casado e pai de dois filhos pequenos (um casal), ele entra no trabalho de segunda-feira à sexta-feira, às 6 horas e sai ao meio-dia (alguns sábados e domingos também é escalado para o plantão da rádio). Sua área de cobertura é a Marginal do rio Tietê, na capital paulista; é lá o cenário de histórias tristes, inusitadas e algumas até engraçadas que ele me conta durante a manhã desta quinta-feira. Ao sair do pátio da emissora, no Morumbi, com o carro de reportagem, ele faz um gesto simples, discreto, mas que não passa despercebido: o sinal da cruz, num pedido de proteção para a jornada de trabalho que se inicia. A atitude poderia parecer automática ou exagerada, não fossem as mais de 20 mortes que ele já presenciou nesses dois anos de cobertura do trânsito (Rovida, 2015b, p. 144).

188

Na edição final da tese, assim como no livro posteriormente publicado, os trechos do diário eram reproduzidos com destaque visual – foram usados uma fonte menor e um recuo de página para marcar esses momentos narrativos. Assim, o texto alterna passagens de uma escrita reflexiva, teórica e, portanto, tradicionalmente acadêmica com as narrativas que parecem reportagens, na definição de alguns leitores como destacado anteriormente. Num primeiro momento, essa devolutiva foi recebida com certo desconforto porque parecia implicar em um demérito para o trabalho, uma vez que o jornalismo é entendido como uma forma de conhecimento (Genro Filho, 2012) diferente e menos rigoroso do que o conhecimento científico. Mas, por outro lado, a defesa da assunção dessa relação entre o jornalismo e a prática científica faz parte da obra e do discurso de Cremilda Medina. É no diálogo com esse entendimento de Medina que essa relação – ainda tácita na mencionada pesquisa (Rovida, 2015b) – foi testada e ressaltada em um segundo estudo, realizado como pesquisa-docente com financiamento de agência de fomento.

Nessa segunda produção, o diário de campo, portanto a narrativa resultante das incursões em campo e das entrevistas realizadas com os sujeitos de pesquisa, passa a ser o ponto de partida do texto. O diário narrativo se torna, assim, um elemento que direciona a pesquisa e demanda conceitos e autores que são acionados na sequência,

em outros termos, não é apenas um elemento complementar entremeado aos espaços de reflexão conceitual.

A percepção de Paulo Talarico sobre a existência de alguns aspectos comuns entre as realidades dos diferentes bairros e regiões periféricas, apesar de suas singularidades, é observada em alguns estudos sobre o desenvolvimento das cidades brasileiras. Ermínia Maricato é certamente um nome recorrente nesse tipo de reflexão (Rovida, 2020, p. 49).

O recorte acima é de um parágrafo que vem logo após um longo trecho de diário narrativo, isso significa que não é parte do diário, mas sim uma passagem da etapa teórico-reflexiva. O tom narrativo invade a reflexão teórica indicando que a busca pelos estudiosos do tema mobilizador daquela passagem se dá como necessidade de complementação da leitura cultural (Medina, 1996). É como se a fala do sujeito de pesquisa, no diálogo com a pesquisadora, indicasse as teias teórico-conceituais necessárias para o debate. Novamente, o retorno apresentado por alguns leitores enfatiza a semelhança com a narrativa da reportagem que se vale das experiências de fontes como sujeitos da cena viva, mas também ouve especialistas que ajudam na leitura cultural (Medina, 1996) dos acontecimentos em pauta.

189

[...] à essa altura, envolvido por um texto fácil, tecido com a fluidez e simplicidade que devem ter os textos jornalísticos aliadas ao rigor científico exigido pelos trabalhos acadêmicos, o leitor já está de mãos dadas com a autora, percorrendo com ela o caminho da pesquisa, como se a acompanhasse desde o florescer da ideia e fosse tomado pelas mesmas indagações e reflexões surgidas durante o percurso. Então constata estar trilhando um caminho sem volta, tal o interesse despertado por seguir a leitura (ou seria jornada?) até o final (Gonçalves, 2020, p. 360-361).

Esse envolvimento que a narrativa potencialmente provoca não tem uma relevância apenas estética, como indica Medina (2006), mas é também uma forma de afetar o leitor e assim alcançar o signo da relação. Nesse sentido, tem-se como orientação a ideia de que a narrativa que registra o trabalho de pesquisa é produzida tecnicamente (porque resulta do trabalho rigoroso da pesquisa de campo, seguida do esforço interpretativo), se apresenta numa adequação estética (porque tem potencial de afetar o leitor) e se enquadra numa perspectiva ética na medida em que mantém no horizonte as relações entre sujeitos.

Outras pesquisas, outros diários

Movimento semelhante com os relatados anteriormente se encontra em dois diários de campo produzidos pela segunda autora deste trabalho. No primeiro, o método autoetnográfico se fez presente, compreendendo a partir de Santos (2002) que a diversidade epistêmica que nos circunda nos leva à compreensão de que: (a) Não há conhecimento puro, nem completo; (b) Há, na verdade, constelações de conhecimento; (c) Não há epistemologias neutras; (d) A reflexão deve incidir não nos conhecimentos em abstrato, mas nas práticas de conhecimento e seus impactos em outras práticas sociais.

Nesse sentido, considerando a autoetnografia como um método que permite “uma aproximação para pesquisa e escrita que procura descrever e sistematicamente analisar (grafia) experiências pessoais (auto) para entender experiências culturais (ethno)”⁴ (Ellis; Adam; Bochner, 2011, p. 6), foi possível produzir um diário a partir de vivências experimentadas pela autora que pudessem “[...] ilustrar facetas de experiências culturais, e, ao fazê-lo, tornar características de uma cultura familiar para pessoas de dentro e de fora”⁵ (Ellis; Adam; Bochner, 2011, p. 46). Assim, ao considerar as narrativas pessoais como instrumento de pesquisa, a investigação sob o viés da autoetnografia “[...] propõe compreender uma identidade ou alguns aspectos de uma vida e como ela se cruza com um contexto cultural, [...] bem como convidar os leitores a entrar no mundo do autor e usar o que eles aprendem para refletir, entender e lidar com suas próprias vidas”⁶ (Ellis; Adam; Bochner, 2011, p. 5).

Para o rigor científico, no entanto, não basta a apresentação das vivências pessoais como recurso. É preciso trazer para a discussão contextos sociais, culturais, acadêmicos e até mesmo políticos nos quais essas vivências se inserem, identificando padrões, descrevendo narrativamente esses padrões, encontrando e apresentando ponto(s) de relevância social para tais vivências. Assim, observa-se que o trabalho jornalístico e suas formas de coleta, análise, interpretação e escrita dos fatos começa a se cruzar com o da pesquisa. Isso porque os elementos de realidade observados no relato autoetnográfico se tornam em alguma medida mais completos a partir do olhar treinado da

⁴ No original: “[...] an approach to research and writing that seeks to describe and systematically analyze (graphy) personal experience (auto) in order to understand cultural experience (ethno) [...]”

⁵ No original: “[...] to illustrate facets of cultural experience, and, in so doing, make characteristics of a culture familiar for insiders and outsiders.”

⁶ No original: “[...] propose to understand a self or some aspect of a life as it intersects with a cultural context, connect to other participants as co-researchers, and invite readers to enter the author's world and to use what they learn there to reflect on, understand, and cope with their own lives (Ellis, 2004, p.46)”

pessoa jornalista para esse tipo de manifestação; principalmente porque relatos pessoais e narrativas de vida tendem a sofrer a interferência da memória em sua construção. Dessa forma, o diário em questão passou a compor integralmente a tese de doutorado e posteriormente o livro publicado com os resultados do estudo (Arruda, 2019; 2021).

O caráter de ineditismo, caro tanto ao jornalismo, quanto à pesquisa científica, também se fez presente em tal diário. A pesquisa tratou da relação entre mídia e gordofobia e como uma das primeiras constatações do estudo se destaca justamente a ausência de outros trabalhos sobre o tema. O levantamento do estado da arte indicou ser o trabalho a primeira pesquisa sobre o tema no campo da Comunicação, tornando o diário de campo, em forma de relato de histórias de vida, material de análise para outras pesquisas, tanto na Comunicação, quanto em outras áreas. Assim, a recepção desse material se assemelha ao que se observa com uma narrativa jornalística que permite o acesso a situações e acontecimentos do cotidiano que o público tem interesse em conhecer. Um exemplo pode ser observado no seguinte trecho, em que a partir de uma experiência de vida narrada, o contexto social, das características locais, e até econômico, é dado:

Vi-me em uma situação inédita, a da noiva, observada e admirada por sua beleza naquele dia tão especial, então, fui atrás de um vestido de noiva. E embora o amor romântico e todas as situações dele derivadas e a ele associadas nunca tivessem sido parte dos meus sonhos, quando me vi organizando uma cerimônia de casamento, mesmo fugindo das normativas tradicionais, acabei fazendo algumas concessões, entre as quais usar um lindo vestido para que pudesse fazer minha entrada triunfal perante os convidados, presentes ali para celebrar aquele momento comigo. Assim, na companhia de duas das cinco madrinhas e de muita paciência, resolvi que encontraria o meu vestido ideal na Rua São Caetano, em São Paulo, também conhecida como “Rua das Noivas”. Cabe ressaltar que para quem sonha a vida inteira em chegar à igreja em uma Limusine, vestida de branco, ao som da marcha nupcial e tudo o que uma cerimônia tradicional pede, a tal rua é conhecida como o local ideal para encontrar e encomendar esse tipo de serviço. São metros e mais metros de lojas com tudo o que uma noiva pode querer, dos sapatos às lembrancinhas, da roupa do noivo à banda que vai tocar na festa. Ao entrar nas lojas, as noivas recebem tratamento VIP. Os estilistas estão lá de plantão, escolhem as peças, de acordo com o pedido da noiva mas também, de acordo com o que eles acham que ficaria bom nela; fazem a noiva experimentar, arrumam seu cabelo, colocam o buquê na mão dela, dizem que ela está linda-maravilhosa e, assim, com o vestido dos sonhos no corpo, ela se senta à mesinha da gerente para calcular o preço do sonho, que hoje com uma estimativa otimista deve custar a partir dos R\$ 5 mil (Arruda, 2019, p. 67-68).

Já o segundo trabalho é resultado de uma prática de pesquisa-ação, com a “inserção do pesquisador no ambiente natural de ocorrência do fenômeno e de sua interação com a situação investigada” (Peruzzo, 2002, p. 125), permitindo de maneira íntima e detalhada o compartilhamento de dados, práticas e processos junto às e aos sujeitos e seus ambientes que estão sendo observados e anotados. Cabe ressaltar que o diário originado na pesquisa-ação também pressupõe, além da observação de fenômenos e da percepção de nuances e mecanismos não quantificáveis, o retorno dos resultados da pesquisa junto aos grupos investigados (Peruzzo, 2002), tornando o processo de investigação científica ainda mais parecido com o da produção jornalística, uma vez que após a coleta e tratamento dos dados levantados, o material produzido pela pessoa jornalista se torna de conhecimento de todos por ter sido publicado e ganhado circulação nos meios de comunicação.

O que se descobriu a partir de tal investigação ainda está em fase de publicação. No entanto, cabe ressaltar que ao longo da presença da pesquisadora-jornalista em campo, alguns fenômenos muito próprios da atividade jornalística se fizeram presentes, o que inclui entrevistas formais com sujeitos de pesquisa e personagens periféricos e de contextualização; diálogos informais que podem ser vistos como declarações “em off”; levantamento de dados em arquivos e registros fotográficos. Ao ler o diário, além dos acontecimentos relacionados à pesquisa, encontram-se anotações sobre o clima local, características sociopolíticas e dados estatísticos da cidade e de sua população, entre outras notas, numa espécie de crônica daquele cotidiano, como aparece no trecho inédito a seguir:

192

Vitória é uma cidade na região sudeste do País, capital do Espírito Santo, e que eu nunca tinha visitado. Não sabia direito o que esperar estando lá, mas quando cheguei achei tudo muito bonito e quente. Cheguei um dia antes, inclusive, para me ambientar, e acabei marcando um encontro como uma ativista antigordofobia local. Ela sugeriu um shopping center, o que eu costumo evitar, mas fui. Era um shopping de alto padrão, piso brilhante, ornamentos dourados, lojas de luxo e nenhuma pessoa gorda andando pelos corredores. A presença minha e da minha anfitriã, com nossos corpos gordos, foi extremamente notada.

Com o exposto, o que se identifica é que os diários vão refletir essa combinação de papéis, jornalista-pesquisadora/pesquisadora-jornalista, em toda sua extensão, uma vez que, no campo, é impossível dissociar uma da outra. O que por um lado pode ser visto como uma fragilidade, ou seja, o fato de o diário não conter características

específicas do campo da Antropologia, nem ser um produto jornalístico em si, por outro lado, se apresenta como uma potencialidade. Em outros termos, a pessoa que tiver contato com esse diário, mais do que ter informações particulares acerca daquilo que está sendo investigado, vai encontrar um registro social contemporâneo do fenômeno, permitindo a reflexão e até mesmo tomadas de decisão.

Considerações finais

O objetivo que mobilizou a produção deste artigo pode ser considerado, em algum grau, alcançado, uma vez que as quatro experiências narrativas – originadas por pesquisas de campo, desenvolvidas por jornalistas-pesquisadoras – aqui apresentadas contribuem para compreender que a aproximação entre o trabalho de jornalistas e pesquisadores pode ser produtiva, tanto no que concerne às estratégias de imersão em campo, quanto, e especialmente, no que diz respeito ao trabalho narrativo.

O diário narrativo transborda relações sociais que fazem parte de contextos mais amplos porque trazem em si a potencialidade das histórias da cena cotidiana. Assim como acontece na crônica, na reportagem ou na produção jornalística em geral, o acontecimento singular, a história de uma pessoa em especial ou uma experiência vivenciada de forma pontual trazem elementos de dinâmicas socioculturais e, portanto, ajudam a encaminhar reflexões férteis porque impregnadas da cena viva da contemporaneidade.

Da mesma forma que o antropólogo que se permite experientiar o cotidiano dos sujeitos de pesquisa – como fez Magnani (2009) na pesquisa sobre os surdos –, o pesquisador da área da Comunicação que se vale dessas estratégias, tanto porque essa proposição já está presente nos estudos da área como porque carrega sua experiência como jornalista, também alcança o conhecimento genuíno produzido na interação entre Sujeitos. Explorar essa interação transformadora, como diria Medina (1996), na produção narrativa acadêmica, como observado nas experiências trazidas, é mais do que apenas adequado ou produtivo, é uma tomada de posição epistêmica que contribui com o registro explícito de práticas coletivas dos estudos comunicacionais que ainda seguem negligenciadas ou não reconhecidas.

Referências

ARRUDA, A. G. **O peso e a mídia:** as faces da gordofobia. São Paulo: Alameda, 2021.

ARRUDA, A. G. **O peso e a mídia:** uma autoetnografia da gordofobia sob o olhar da complexidade. Tese (Doutorado em Comunicação). Universidade Paulista: São Paulo, 2019.

CABANES, R.; GEORGES, I.; ROZEK, C.; TELLES, V. **Saídas de emergência – ganhar/perder a vida na cidade de São Paulo.** São Paulo: Boitempo, 2011.

CARDOSO, M. Um jornalismo da empatia, dialogia e solidariedade. **Regit**, v. 6, n. 2, p. 136-140. Itaquaquecetuba/SP: jul/dez 2016.

ELLIS, C.; ADAMS, T. E.; BOCHNER, A. P. Autoethnography: Na Overview. In **Forum Qualitative Sozialforschung / Forum: Qualitative Social Research**, v. 12, n. 1, 2011. Disponível em <https://bit.ly/3Ob5XZb>. Acesso em: 30 jul. 2023.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas.** LTC, Rio de Janeiro: 2008.

GONÇALVES, J. C. O diálogo social solidário na ressignificação da periferia. Resenha. **Rumores**, v. 14, n. 28, p. 357-366. São Paulo: jul/dez 2020.

LAGO, C. Antropologia e jornalismo: uma questão de método. LAGO, C.; BENETTI, M. (Orgs). **Metodologia de pesquisa em jornalismo.** Petrópolis: Vozes, 2018, p.48-66.

MAGNANI, J. G. C. De perto e de longe: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 49, p. 11-29. São Paulo: jun. 2002.

MAGNANI, J. G. C. Etnografia como prática e experiência. **Horizontes Antropológicos**, n. 32, p. 129-156. Porto Alegre: jul./dez. 2009.

MARTINEZ, M.; ROVIDA, M. Diálogos transformadores – aproximações entre as narrativas etnográficas, psicológicas e jornalísticas. SOSTER, D. A.; PICCININ, F. Q. **Narrativas midiáticas contemporâneas - perspectivas epistemológicas.** Santa Cruz do Sul: Catarse, 2017, p. 189-199.

MEDINA, C. (org.). **Povo e personagem.** Ulbra, Canoas: 1996.

MEDINA, C. **A arte de tecer o presente** – narrativa e cotidiano. Summus, São Paulo: 2003.

MEDINA, C. **Notícia, um produto à venda** – Jornalismo na Sociedade Urbana e Industrial. Summus Editorial, São Paulo: 1988.

MEDINA, C. **O signo da relação – comunicação e pedagogia dos afetos.** São Paulo: Paulus, 2006.

MEDINA, C. Posfácio – Ensaiemos um diálogo (apontamentos). In ROVIDA, M. **Jornalismo das periferias – o diálogo social solidário nas bordas urbanas**. Curitiba: CRV, 2020, p. 163-170.

PERUZZO, C. Observação participante e pesquisa-ação. In BARROS, A.; DUARTE, J. (orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ROVIDA, M. **Jornalismo em trânsito – o diálogo social solidário no espaço urbano**. São Carlos: Edufscar, 2015b.

ROVIDA, M. Etnografia e reportagem jornalística: aproximação possível para uma metodologia de pesquisa empírica. **Libero**, v. 18, n. 35, jan-jun 2015a, p. 77-88.

ROVIDA, M. **Jornalismo das periferias – o diálogo social solidário nas bordas urbanas**. Curitiba: CRV, 2020.

SANTOS, B. S. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

TELLES, V. Ilegalismos populares e relações de poder nas tramas da cidade. CABANES, R.; GEORGES, I.; ROZEK, C.; TELLES, V. **Saídas de emergência – ganhar/perder a vida na cidade de São Paulo**. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 155-168.

Submissão: 6 de jan. 2024.

Aceite: 19 de ago. 2024.

Conhecimentos tácitos nos processos de produção jornalística

Magali Moser¹

Resumo

Este artigo reflete sobre os conhecimentos tácitos, internalizados e procedentes do aprendizado da experiência, utilizados nos processos de produção jornalística. Tais conhecimentos, embora muitas vezes reduzidos a percepções subjetivas e simplificadas nos discursos profissionais como “faro jornalístico” ou “fazeres naturais”, revelam-se como parte de um método profissional institucionalizado historicamente. Explicitar os processos em torno da reportagem como método se faz relevante à medida que o grupo profissional é conhecido pela internalização de suas competências e dificuldade de explicar os próprios fazeres. O referencial teórico parte da concepção do jornalismo como forma social de conhecimento.

Palavras-chave: Teorias do Jornalismo. Conhecimentos tácitos. Método da reportagem.

196

Tacit knowledge in journalistic production processes

Abstract

This article reflects on tacit knowledge, internalized and derived from learning from experience, used in journalistic production processes. Such knowledge, although often reduced to subjective and simplified perceptions in professional discourses such as “journalistic flair” or “natural actions”, proves to be part of a historically institutionalized professional method. Explaining the processes surrounding reporting as a method becomes relevant as the professional group is known for internalizing its skills and having difficulty explaining its own actions. The theoretical framework starts from the conception of journalism as a social form of knowledge.

Keywords: Theories of Journalism. Tacit knowledge. Reporting method.

¹ Doutora em Jornalismo (PPPGJOR/UFSC), pesquisadora de pós-doutorado do Instituto Nacional de Democracia Digital (INCT.DD)/UFBA. Pesquisadora associada do Observatório da Ética Jornalística (ObjEthos). E-mail: magali.moser@gmail.com.

Introdução²

Há uma antiga divergência em torno do tipo de conhecimento considerado “mais verdadeiro” na história da epistemologia ocidental. De um lado, o racionalismo entende o verdadeiro conhecimento como resultado de um processo mental ideal e não da experiência sensorial; e de outro, o empirismo argumenta que a única fonte de conhecimento é a experiência sensorial. As constatações de Nonaka e Takeuchi (1997) observaram que, enquanto os ocidentais tendem a enfatizar o conhecimento explícito, a tradição intelectual japonesa destaca o conhecimento tácito. Os autores propuseram que ambos não são separados, mas complementares: “o conhecimento é tanto explícito quanto tácito. O conhecimento é inherentemente paradoxal, pois é formado do que aparenta ser dois opostos” (Takeuchi; Nonaka, 2008, p. 20). Ao integrarem visões na teoria da criação do conhecimento organizacional, propuseram uma estrutura conceitual com duas dimensões – epistemológica e ontológica.

O jornalismo reúne “saberes que circulam nas redações”, como definiu Beatriz Marocco (2016). Mas a visão da profissão como atividade “essencialmente prática” também remete a competências enquadradas como saberes tácitos incorporados no processo de socialização das redações (Barros Filho, 2002) e se desdobra em disputas até hoje sobre a formação profissional. Esse atrito não seria levado adiante se houvesse a compreensão de que “o conhecimento em si é formado por dois componentes dicotômicos e aparentemente opostos – isto é, o conhecimento explícito e o conhecimento tácito” (Takeuchi; Nonaka, 2008, p. 19). Enquanto o primeiro é facilmente visível, transmissível e explicável, aproximando-se da conceituação intitulada por Anthony Giddens (2003) como *consciência discursiva*, o segundo é mais difícil de formalizar, está enraizado nas ações e na experiência dos indivíduos, por isso se torna mais difícil compartilhá-lo, equiparando-se à *consciência prática*, na sistematização do sociólogo britânico.

Jornalistas não costumam racionalizar ou verbalizar a existência de um método próprio incorporado nas ações e motivações ligadas à sua conduta profissional. As regras profissionais e a tomada de decisão geralmente são atribuídas a componentes derivados de uma competência essencialmente prática, como se não refletissem uma dimensão teórica, ou pelo menos uma noção teórica, da atividade. Essa dificuldade de repórteres explanarem processos envolvidos nas suas práticas se expressa de maneira generalizada

² Esta pesquisa contou com financiamento público através de bolsa de pesquisa Fapesc.

na cultura profissional, conforme observam diferentes pesquisadores. Como aponta Barbie Zelizer (2017), para jornalistas, é mais fácil identificar fatos com potencial para reportabilidade do que, propriamente, explicar o processo de produção jornalística. Tal constatação corrobora resultados apontados em pesquisas anteriores (Zelizer, 2016; Charron; Bonville, 2016; Phillips, 1999; Breed, 1999).

A iniciação no jornalismo se dá pela imitação e interiorização das rotinas, compactuando as mesmas lógicas de colegas profissionais: “[...] ‘reflexos’, ‘automatismos’, que fazem com que um jornalista seja capaz de distinguir um ‘evento’ pontual onde um leigo vê apenas uma sequência ininterrupta de atividades, de selecionar, já num primeiro olhar, os elementos que são ‘pertinentes’” (Charron; Bonville, 2016, p. 70). Vale destacar a noção da qual se parte aqui com relação à concepção sobre jornalismo. A escolha é pensar o jornalismo como modalidade específica de conhecimento reconhecendo, portanto, na informação jornalística semelhanças e disparidades de formas clássicas de conhecimento, como a ciência e o senso comum (Park, 2008; Genro Filho, 2012; Meditsch, 1992, 1997; Fonseca, 2000; Sponholz, 2009). Afinal,

198

A identificação do jornalismo como forma de conhecimento singular é que vai nos fornecer um conceito para esta atividade socialmente relevante e que, por conseguinte, vai determinar uma prática profissional em que o jornalista será, acima de tudo, um intérprete qualificado de uma realidade que precisa ser contextualizada, reproduzida e compreendida nas suas relações de causalidade e condicionamentos históricos. (Fonseca, 2000, p. 175).

Também se faz necessário estabelecer a noção de qual se parte aqui ao se tratar de reportagem, um termo de difícil definição no campo jornalístico, carregando ambiguidades e significados polissêmicos. A ação de checagem, entrevista e apuração recebe tal denominação, por isso, equipes de emissoras de televisão e rádio, por exemplo, são chamadas de “equipe de reportagem”. Com diferentes atribuições como processo de investigação, método de trabalho, departamento de redações e prática narrativa, a perspectiva adotada aqui compreende a reportagem de maneira mais ampla, sobretudo como método de abordar a realidade social, sem no entanto desprezar suas várias outras facetas. Estudos iniciais abriram caminho para tornar a reportagem um objeto consolidado sob diferentes perspectivas teóricas, podendo ser entendida como *metodologia do jornalismo* (Osorio Vargas, 2017).

As decisões tomadas por jornalistas não apenas moldam a compreensão do mundo e dos eventos, como da natureza da sociedade, por isso, precisam ser melhor entendidas, eixo central do que se pretende aqui. Ericson, Baranek e Chan (1987) defendem tal proposição a partir de uma análise da metodologia utilizada por profissionais do jornalismo, com base em pesquisa junto a equipes que atuam em redação. Sabendo que a primeira etapa de criação de conhecimento se fundamenta na socialização, com o processo de compartilhamento de experiências, o indivíduo adquire conhecimentos tácitos no contato com os outros, dispensando o uso da verbalização (Takeuchi; Nonaka, 2008). Na sociedade que se diz do conhecimento, o jornalismo assume uma posição de relevância, o que torna o estudo de suas práticas e produtos um excelente veículo para compreender as propriedades sociais.

Ericson, Baranek e Chan (1987) sustentam a necessidade de tornar visível o que está escondido aos olhos, o centro do método jornalístico. Com inspiração em tal defesa, este artigo reflete sobre as principais competências profissionais jornalísticas: o saber de reconhecimento, ligado à pauta, o saber de procedimento, associado à apuração, e o saber de narração, que remete à arte de contar a história. Centralizamos a discussão no primeiro por ser tradicionalmente restrito às dimensões intuitivas, como “aptidão natural”, e apenas recentemente passar a receber mais atenção nos estudos teóricos de jornalismo (Moraes, 2022). Um dos principais responsáveis por divulgar a obra dos pesquisadores canadenses em língua portuguesa, Traquina (2012) enfatiza as três habilidades como elementos de uma cultura profissional. Amparados pelo percurso de apuração, jornalistas têm a capacidade de selecionar e definir aquelas ocorrências que se tornarão públicas, através de suas leituras de mundo, percepções e parâmetros.

Entretanto, o conhecimento desse fio condutor que constrói a abordagem levada ao público costuma ser menosprezado, como se a discussão fosse desnecessária, ou reduzida ao que se comprehende muitas vezes como “faro jornalístico”, seja nos livros e discursos de repórteres ou na prática profissional. Tal noção se relaciona à ideia do jornalista como uma espécie de “caçador” da notícia, um cão farejador à espreita do acontecimento. Esse imaginário naturaliza uma dinâmica marcada por escolhas, pressupondo como papel de quem está na condição de repórter apenas repassar ao público um fato dado, que não foi escolhido e nem passou por uma seleção para ganhar visibilidade. Tal pensamento esconde o processo de criação e elaboração da pauta, uma

das grandes questões do complexo fenômeno jornalístico. Os resultados apresentados aqui integram pesquisa anterior (Moser, 2021).

Em tese de doutoramento, analisamos depoimentos coletados em pesquisa documental e entrevistas em profundidade com 12 *repórteres especiais* com atuação amplamente reconhecida no Brasil. A seleção do grupo teve o cuidado de mesclar experiências do *mainstream* e do jornalismo independente, além de considerar critérios como gênero, raça e território, buscando contemplar a maior diversidade de práticas possíveis. O *corpus* se baseou nas respostas de Adriana Carranca, Andrea Dip, Armando Antenore, Caco Barcellos, Chico Felitti, Daniela Arbex, Fabiana Moraes, Fábio Bispo, José Hamilton Ribeiro, Mauri König, Natália Viana e Renan Antunes de Oliveira. A partir do estudo, constatamos a existência de um método institucionalizado nas práticas profissionais de repórteres especiais, marcado por processos sistemáticos e condutas fundamentais, embora o grupo não o reconheça ou o identifique muitas vezes.

Apesar do uso frequente no campo profissional, os estudos de jornalismo não apresentam uma definição específica sobre o termo repórteres especiais. Nem mesmo o manual do principal jornal de referência do país menciona o verbete, talvez um indicativo de como o termo é naturalizado nas lógicas internas de hierarquização³. Repórteres especiais ocupam um dos lugares mais prestigiados no campo profissional, exercendo uma influência particular, por isso foram alvo do estudo. Referem-se a uma elite profissional que, se diferencia pela experiência acumulada, maior autonomia e tempo na proposição e execução de suas pautas, mais livres da pressão do imediatismo. Deste modo, teriam possibilidade de desenvolver uma vertente mais autoral nos seus trabalhos. Contestam e transgridem certas normas profissionais, mas também promovem a afirmação do campo profissional, notabilizando-se como “cânone” (Moser, 2021).

200

Saberes e competências jornalísticas

Na socialização de novos jornalistas, a imitação de fazeres e condutas, o cumprimento de regras comuns, raramente explícitas, e a observação do comportamento de jornalistas experientes atuam como componentes na reprodução e perpetuação das

³ No *Manual da Redação da Folha de São Paulo* (2018) não há o verbete específico “Repórter especial”. No capítulo “Atuação Jornalística – Prática” há menção ao verbete “Enviado especial” (jornalista destacado para cobrir acontecimentos fora da cidade ou do país, onde trabalha habitualmente), caracterizando outra função.

práticas. O trabalho procedural sobre modos de coleta e formatação da informação implica em seguir modelos. Durante o período de iniciação, “o jornalista novato busca mais imitar do que se distinguir: fazer-se notar pode não ser uma boa estratégia diante do secretariado de redação e dos colegas experientes” (Charron; Bonville, 2016, p. 72). No entanto, com o passar do tempo, o esforço tende a ser o contrário, rompendo com lógicas iniciais e criando, dentro das condições encontradas, uma linguagem própria. Recém-formados tendem a se adaptar com mais facilidade às normas enquanto os mais velhos resistem e questionam convenções, embora essa não seja uma regra.

Se considerarmos a realidade do jornalismo contemporâneo, podemos constatar que, no curso de sua socialização profissional, o aprendiz de jornalista incorpora por mitemismo os modelos de comportamento profissional, e esquemas cognitivos que tenderá a reproduzir mais ou menos fielmente, quer dizer, adaptando-os eventualmente às condições concretas e particulares do exercício de seu ofício. Assim, podemos dizer, por analogia e esquematização, que *o jornalista aprende a conceber e a produzir uma reportagem ou uma crônica a propósito de um referente qualquer seguindo exemplos paradigmáticos*, mais ou menos como aprendemos a conjugar verbos, seguindo os exemplos dos modelos [...] (Charron; Bonville, 2016, p. 46, grifo nosso).

Tendo as relações no ambiente profissional como bússolas, jornalistas têm sua identidade forjada, procurando com o tempo, distinguir-se dos colegas pela forma como apresentam a informação ou pelo modo como conduzem a apuração. Princípios, hábitos, normas simbólicas e valores internalizados compartilhados pelo grupo guiam suas ações e dificultam a explicação sobre as práticas, tomadas muitas vezes de forma naturalizada e mecanizada nas rotinas produtivas. Saberes e fazeres são indissociáveis do processo de socialização entre pares. Tanto que já se disse que o aprendizado das regras, a política do jornal e a inserção no sistema de trabalho são apreendidos por osmose: “Basicamente, a aprendizagem da política editorial é um processo através do qual o novato descobre e interioriza os direitos e as obrigações do seu estatuto, bem como as suas normas e valores” (Breed, 1999, p. 155).

Nesse modelo, a aprendizagem se dá de forma tácita e por meio da imitação. Isso não se restringe apenas às práticas operacionais, mas contempla ainda noções mais complexas como questões e decisões ligadas à ética absorvidas por uma “imitação silenciosa” (Bucci, 2000, p. 99). Assim, tentativa e erro, mitemismo e dimensão intuitiva consolidam então valores na prática. Um dos pontos problemáticos nesse sentido são os valores incorporados deste modo naturalizado e automatizado, sem questionamento.

Justamente por ser um conhecimento tácito, não algo conscientizado, esses conhecimentos acionam e reproduzem modelos de mundo condicionados pela cultura mais ampla da sociedade a qual o indivíduo está inserido. Muitos dos quais carregados de noções estereotipadas e preconceituosas reproduzidas de forma automatizada (Veiga da Silva, 2015).

A dificuldade enfrentada por jornalistas em explicar e descrever o processo do ato de reportar reforça a necessidade e o desafio de sistematizar essas vivências das práticas jornalísticas em fundamento teórico, tornando-as formalizáveis. Na visão de Barbara Phillips (1999), as notícias dependem de certos hábitos mentais de jornalistas relacionados à sua própria formação e orientação prática. A pesquisadora acompanhou a atuação de jornalistas por mais de um ano e observou que os profissionais “não conceptualizavam a sua própria experiência nem colocavam particularidades concretas numa estrutura teórica mais ampla” (Phillips, 1999, p. 327). Essa cultura profissional se manifesta num estilo, formato de escrita e maneiras de agir próprios, condicionados muitas vezes pelas próprias especificidades da atividade. “O próprio trabalho jornalístico diário impede o desenvolvimento de processos cognitivos que levam ao conhecimento teórico e filosófico” (Phillips, 1999, p. 327).

Os padrões de interação e as experiências pessoais de principiantes no âmbito das redações fornecem subsídios para modos de agir na atuação profissional, como uma espécie de “treinamento”. A predominância do aspecto pragmático do jornalismo é sempre um ponto ressaltado, sobretudo nas pesquisas etnográficas, que costumam constatar uma hipervalorização da prática. Esse senso prático mobilizado constantemente nas decisões jornalísticas se manifesta não só nas ações, também está presente em muitos discursos sobre a área. Meditsch (2012) identifica essas falas como *Jornalismo do Jornalismo* ou *Jornalismo que se autoexplica*, citando os livros de Clóvis Rossi (1990) e de Ricardo Kotscho (1989), entre muitas outras obras. Essa racionalidade centrada no “saber-fazer” promete uma relação efetiva teórico-prática pois ocorre de forma apartada de uma reflexão profunda sobre o que é o jornalismo.

Como exemplo mais recente deste fenômeno, podemos citar a trilogia Mestres da Reportagem, organizada por Patrícia Paixão (2012, 2018a, 2018b), que reúne entrevistas com repórteres reconhecidos pela atuação no campo profissional em âmbito nacional. A obra traz informações sobre os bastidores da atuação, mas tem as limitações do que Meditsch (2012, p. 75) alerta: “Se não há dúvida sobre o conhecimento que este tipo de

obra propicia, há também um limite para a utilidade deste conhecimento: ele apenas permite a reprodução de bons padrões existentes de Jornalismo.”

A produção e reprodução das práticas sociais foi estudada pelo sociólogo Anthony Giddens (2003) que apresenta uma abordagem crítica da Teoria da Estruturação, sobre a qual procura compreender como se dão essas lógicas. Algumas dessas interpretações não se expressam de forma discursiva: agentes sabem como fazer, mas não sabem como dizer o que estão fazendo. É designado como consciência prática o que diz respeito aos saberes implícitos na produção e reprodução de práticas sociais. Diffícil de formalizar e não facilmente visível ou expressável, o conhecimento tácito se compara à esta consciência, enquanto o conhecimento explícito, transmitido de modo formal e sistemático, à consciência discursiva, pois capaz de expressá-lo pela palavra. Há, no entanto, uma racionalização expressa na consciência prática no conhecimento das regras profissionais, mobilizado e reproduzido para assegurar resultados intencionais.

A maioria das regras envolvidas na produção e reprodução de práticas sociais são apenas tacitamente apreendidas pelos atores: eles sabem como “prosseguir”. A formulação discursiva de uma regra já é uma interpretação dela e, [...], pode em si e de si mesma alterar a forma de sua aplicação (Giddens, 2003, p. 26-27)

As regras são, portanto, fundamentais para a produção e reprodução das práticas sociais porque fazem a mediação entre agentes. O autor define regras como “técnicas ou procedimentos generalizáveis aplicados no desempenho/reprodução de práticas sociais” (Giddens, 2003, p. 25).

Nas rotinas profissionais desse sistema, a socialização junto a colegas de trabalho acaba sendo um depositário de trocas e conhecimentos de forma natural e espontânea nas redações. Por isso, talvez até de modo inconsciente, jornalistas têm dificuldade de reconhecer que sua prática profissional resulta de treinamento, preparação e formação, com base numa tradição cultural acumulada. Traquina (2013, p. 42) ressalta a prioridade dada à ação sobre a reflexão: “Os jornalistas são pragmáticos; o jornalismo é uma atividade prática, continuamente confrontada com ‘horas de fechamento’ e o imperativo de responder à importância atribuída ao valor do imediatismo. Não há tempo para pensar, porque é preciso agir.” A imposição da atualidade acompanha a constituição da imprensa (Moretzsohn, 2002) talvez tanto quanto a valorização da intuição nos processos jornalísticos e saberes profissionais acumulados.

O facto de apenas estar disponível através da experiência e da transmissão oral, e não através de manuais, é a chave para percebermos por que os jornalistas enfatizam a componente mais intuitiva e menos analítica e sistemática do seu trabalho, algo que é notório no conceito de “faro para as notícias” (Ericson; Baranek; Chan, 1987, p. 133-135 apud Traquina, 2013, p. 40).

Os autores canadenses definiram o trabalho jornalístico a partir de três saberes: saber de reconhecimento, saber de procedimento e saber de narração. O saber de reconhecimento constitui a capacidade de identificar ou localizar possíveis acontecimentos com apelo jornalístico, os fatos que merecem ser tratados como notícia de acordo com os valores consagrados na profissão. O conflito, a estruturação em polos opostos, a insistência no acontecimento em detrimento das problemáticas, o imediatismo e a instantaneidade estão entre esses valores. “Aqui, o jornalista mobiliza os critérios de noticiabilidade, um conjunto de valores-notícia [...], o seu ‘faro para a notícia’, a sua ‘perspicácia noticiosa’” (Traquina, 2013, p. 40).

É comum a atividade jornalística ser associada ao sentido que lembra a animalidade, o olfato, com jargões como “jornalista tem que ter faro”, ou a ideia de *watchdog*, representação que vê o jornalismo como verdadeiro “cão de guarda” da sociedade. Muitas vezes, a reportagem aparece descrita de forma redutora, como resultado de sentidos aguçados e da “vocação” para identificar o que é notícia, ocultando a existência de um método e colocando o jornalismo como missão ou sacerdócio. A compreensão deste fazer precisa avançar, especialmente quando reconhecida nesta uma das práticas consideradas mais valorizadas nas convenções profissionais internalizadas. Como os processos envolvidos no exercício da reportagem geralmente são silenciados, o público habitualmente tem acesso apenas ao resultado final que lhe é entregue, desconhecendo o processo, o que contribui para visões deturpadas sobre a prática.

O termo “faro” para se referir à capacidade profissional reflete a influência da epistemologia praticada, “na ligação estabelecida na cultura profissional entre esse saber e o papel do instinto” (Traquina, 2013, p. 43). A palavra aparece com frequência nos textos sobre jornalismo. Um significado atípico ligado ao chamado faro jornalístico e que explica a origem da expressão se encontra em Guirado (2004, p. 91), para quem “a expressão faro traduz o alemão *nase*, do latim ‘*nasus*’, que além de nariz, olfato e fato significa esperteza. Quando reduzida à animalidade, a noção é problemática porque esconde uma suposta ideia de fazer totalmente “natural e instintivo” atribuída às práticas

jornalísticas, insuficiente para explicar os seus processos. Ainda assim, o sentido inato atravessa os tempos e sobrevive em livros de jornalistas, entrevistas, depoimentos de repórteres e inclusive em alguns trabalhos acadêmicos. Como diz Moretzsohn (2002, p. 64-65): “a referência ao ‘faro’ é importante porque, além da subjetividade que comporta, diz bem de uma profissão que construiu para si a própria imagem orgulhosa de ser essencialmente uma prática [...]. Assim, a partir de tal ótica, a notícia seria da dimensão do intuitivo, de modo que somente bons repórteres, “naturalmente”, poderiam captar.

A associação da reportagem a ações instintivas é reveladora da naturalização do processo de reportar ao longo do tempo. Não é de se estranhar tal pensamento, no entanto, à medida que muitos dos discursos que enfatizam uma “vocação” são propagados por pesquisadores do campo, como Amoroso Lima (1990, p. 72), que faz uma simplificação extrema: “Nasce-se jornalista, como se nasce professor ou romancista”. Saberes singulares circunscritos ao âmbito da prática e da ambiência da redação, onde ocorrem os compartilhamentos das vivências e aprendizados, garantem o funcionamento do jornalismo. Não se pode negar, portanto, a função desempenhada nessas trocas. Mas reduzir os saberes profissionais apenas a esse universo também revela uma visão limitada.

205

Conhecimentos tácitos

Argumentando que a transformação do conhecimento se dá de maneira interativa e em espiral, Takeuchi e Nonaka (2008) postulam quatro modos de conversão do conhecimento: 1) *socialização*: na relação espontânea entre emissores e receptores, com o compartilhamento e criação de conhecimento na experiência direta (de tácito para tácito); 2) *externalização*: quando ocorre a experiência é externada por palavras, com a articulação de conhecimento tácito pelo diálogo e reflexão (de tácito para explícito); 3) *combinação*: com a interação entre interlocutores por meio da linguagem, na aplicação do conhecimento explícito (de explícito para explícito); e 4) *internalização*: incorporação do conhecimento nas ações individuais e práticas coletivas (de explícito para tácito). Embora negligenciada da literatura especializada, os autores entendem que a chave da criação do conhecimento está na externalização. Nessa etapa, o conhecimento tácito, pessoal, específico ao contexto e de difícil formalização, passa a ser convertido em conhecimento articulável, com palavras e números.

Entre as formas de ilustrar essa fase de externalização, com a conversão do conhecimento tácito em explícito e articulável, está a própria escrita. “É um processo de criação do conhecimento perfeito, na medida em que o conhecimento tácito se torna explícito, expresso na forma de metáforas, analogias, conceitos, hipóteses ou modelos” (Nonaka; Takeuchi, 1997, p. 71). Conhecido na literatura como modelo, espiral ou processo SECI, este ciclo, conforme ilustra a figura a seguir, parte do pressuposto de que o *conhecimento humano é criado e expandido pela interação social entre conhecimento tácito e conhecimento explícito*. Nesse processo interativo, há a inovação. Compreender esses quatro tipos de conversão, tratados de diferentes modos na teoria organizacional, torna-se importante ao jornalismo, especialmente à reportagem, também pela necessidade de aprofundar a maturidade teórica desse campo tão limitado ao pragmatismo.



Figura 1: Espiral do Conhecimento ou Modelo Seci.

Fonte: Adaptado de Takeuchi e Nonaka (2008)

A distinção estabelecida entre conhecimento tácito e conhecimento explícito foi proposta pelo filósofo e cientista húngaro Michael Polanyi, em 1966, encontrando ampla adesão na área do conhecimento. Takeuchi e Nonaka se difundiram como os autores que mais desenvolveram esta ideia, entendendo o conhecimento tácito em elementos

cognitivos, como modelos mentais e esquemas, que contribuem para os seres humanos se perceberem no mundo, e técnicos, no plano das habilidades concretas. Polanyi afirmava que a aquisição de conhecimento se dá através da criação e organização das próprias experiências. Desta maneira, o conhecimento expresso em palavras e números representaria apenas um fragmento do conhecimento. Como constata o teórico: “podemos saber mais do que podemos dizer” (Polanyi, 1966 apud Takeuchi; Nonaka, 2008, p. 4).

Portanto, não é apenas a prática jornalística que se encontra nesse lugar, “da oposição entre o racionalismo e o empirismo”, citando os termos recorridos pelos pesquisadores Bourdieu, Chamboredon e Passeron (2007), ao pensarem o ofício do sociólogo, em obra que procura ensinar os atos mais práticos da prática sociológica. Nesse ponto de vista, “toda a operação, por mais parcial que seja, implica sempre na dialética entre teoria e verificação” (Bourdieu; Chamboredon; Passeron, 2007, p. 79). Requer, portanto, um rompimento com o senso comum ou com a sociologia espontânea. “Toda a prática científica, até mesmo e, sobretudo quando obcecadamente reivindica o empirismo cego, implica pressupostos teóricos” (Bourdieu; Chamboredon; Passeron, 2007, p. 48). Por outro lado, a pesquisa científica exigiria, da mesma forma, um conhecimento tácito, a vivência prática, como explica Bourdieu:

O ensino de um ofício ou, para dizer como Durkheim, de uma “arte”, entendido como “prática pura sem teoria”, exige uma pedagogia que não é de forma alguma a que convém ao ensino dos saberes. Como se vê bem nas sociedades sem escrita e sem escola – mas também é verdadeiro quanto ao que se ensina na sociedade com escola e nas próprias escolas – numerosos modos de pensamento e de ação – e muitas vezes os mais vitais – transmitem-se de prática a prática, por modos de transmissão totais e práticos, firmados no contacto directo e duradouro entre aquele que ensina e aquele que aprende (“faz como eu”). Os historiadores e os filósofos das ciências – e os próprios cientistas, sobretudo – têm frequentemente observado que uma parte importante da profissão de cientista se obtém por modos de aquisição inteiramente práticos [...] (Bourdieu, 2009, p. 22).

A ideia de seguirmos “treinamentos culturais não percebidos” se respalda no conceito de *habitus*, emprestado de Bourdieu (1996, 1997), compreendendo-o como um conjunto de disposições partilhadas pelos agentes do campo, traduzidas como uma “incorporação das práticas”, apropriadas de formas distintas e subjetivas, mas também coletivamente. O pensamento bourdiesiano contribui no sentido de pensar “as disposições (ou os *habitus*) e as tomadas de posição, as ‘escolhas’ que os agentes sociais fazem nos

domínios mais diferentes da prática" (Bourdieu, 1996, p. 18). O habitus se configura como as predisposições adquiridas ao longo da vida para se pensar e agir de determinada forma. É descrito como estruturas mentais através das quais agentes apreendem o mundo social, princípios geradores de práticas distintas e distintivas, princípios de classificação e de divisão.

Essa interiorização de normas e valores seria responsável por orientar nossa forma de olhar para a realidade e se posicionar diante dela, permitindo o reconhecimento de certas regras e valores compartilhados em determinados espaços. Segundo Bourdieu (1996, p. 22), podemos entender que "[...] os habitus são diferenciados; mas são também diferenciadores. Distintos, distinguidos, eles são também operadores de distinções". Repórteres especiais, nesse caso, só existem e podem ser compreendidos nesse ambiente em relação a outras funções. Assim, como em outros campos, na tradição jornalística, "[...] só se torna uma diferença visível, perceptível, não indiferente, socialmente pertinente, se ela é percebida por alguém capaz de estabelecer a diferença" (Bourdieu, 1996, p. 23). Por estar nesse microcosmo específico, esse alguém não seria indiferente, mas "dotado de categorias de percepção, de esquemas classificatórios, de um gosto, que lhe permite estabelecer diferenças, discernir, distinguir" (Bourdieu, 1996, p. 23).

208

Considerações finais

O processo de produção e execução de uma reportagem exige necessariamente conhecimentos tácitos e explícitos, inseparáveis de todo o percurso, por isso da necessidade de transcendência de dicotomias muitas vezes ainda tão presentes, como corpo versus mente, emoção versus razão ou tácito versus explícito. Desde o impulso inicial para a pauta, há conhecimentos singulares da experiência e do contexto de cada agente, mas também conhecimentos comuns compartilhados pelo grupo profissional e desenvolvidos na trajetória histórica da cultura profissional. Mesmo que o aprendizado mais poderoso decorra da experiência direta (Nonaka; Takeuchi, 1997), há um conjunto de regras que orientam esse fazer, promovido pelo conhecimento explícito. Negar a existência de uma metodologia que conduz a reportagem ou deixá-la apenas restrita a dimensões intuitivas sugere implicitamente a sua negação como profissão. Reconhecê-la também como método de abordar a realidade, com etapas e procedimentos próprios,

oferece uma perspectiva que busca superar as limitações das teorias existentes, que a desprezam ou limitam-se a tratá-la pelo binarismo cartesiano.

Como uma linguagem própria, o jornalismo se baseia em códigos, valores éticos, procedimentos e parâmetros particulares, e o seu domínio requer conhecimentos tácitos, internos aos indivíduos, e explícitos, com mais facilidade de exposição. Se a definição da pauta e a narração podem ser mais difíceis de explicitação - embora também sejam marcadas por processos que vão além das percepções cognitivas -, o saber de apuração se fundamenta em um método constituído a partir da experiência institucionalizada da profissão. O conhecimento tácito, construído pelas vivências de natureza pessoal acumuladas pelos profissionais, embora muitas vezes desprezado, tem um valor significativo, envolvendo o corpo e todos os sentidos. Essa *expertise* adquirida pela experiência possibilita um saber fazer de uma maneira aperfeiçoada, evitando erros passados e buscando um melhor desempenho, com redução do tempo investido, ampliação de repertório e mais margem para a criação e a autoria, por exemplo. Por isso também é importante contribuir para avançar no conhecimento do método envolvido no exercício da reportagem.

209

Referências

BARROS FILHO, C. Reflexo de pauta: ética e habitus na produção da notícia. **Contracampo**, v. 7, n. 2, p. 157-183, 2002. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/17341>. Acesso em: 19 fev. 2020.

BOURDIEU, P. CHAMBOREDON, J. C.; PASSERON, J. C. **Ofício de sociólogo**: metodologia da pesquisa na sociologia. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Tradução: Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, 1996.

BREED, W. Controlo social na redação: uma análise funcional. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo**: questões, teorias e histórias. Lisboa: Vega, 1999. p. 152-166.

BUCCI, E. **Sobre a ética e a imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CHARRON, J.; BONVILLE, J. **Natureza e transformação do jornalismo**. Florianópolis: Insular; Brasília: FAC Livros, 2016.

ERICSON, R. V.; BARANEK, P. M; CHAN, J. B. L. **Visualizing deviance**: a study of news organization. Toronto: University of Toronto Press, 1987.

FONSECA, V. P. S. Um conceito para jornalismo: conhecimento singular ou senso comum? **Revista de Biblioteconomia & Comunicação**, Porto Alegre. v. 8, n. 1, p. 171-182, jan./dez. 2000. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/99845>. Acesso em: 10 mar. 2024.

GENRO FILHO, A. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2012. (Jornalismo a rigor. v. 6.).

GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

KOTSCHO, R. **A prática da reportagem**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1989.

MACDOUGALL, C. D. **Interpretative Reporting**. New York: Macmillan, 1972.

MAROCCO, B. **Ações de resistência no jornalismo**: “livro de repórter”. Florianópolis: Insular, 2016.

MEDITSCH, E. **O conhecimento do jornalismo**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1992.

MEDITSCH, E. **Pedagogia e pesquisa para o jornalismo que está por vir**: a função da universidade e os obstáculos para a sua realização. Florianópolis: Insular, 2012.

MORAES, F. **A pauta é uma arma de combate**: subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza. Porto Alegre (RS): Arquipélago, 2022.

MORETZSOHN, S. **Jornalismo em tempo real**: o fetiche da velocidade. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

MOSER, M. **O método da reportagem**: um estudo a partir de depoimentos de repórteres especiais. Tese de Doutorado. PPGJor/UFSC, 2021. Disponível em: <https://tede.ufsc.br/teses/PJOR0174-T.pdf> Acesso em: 10 mar, 2024.

NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. **Criação de conhecimento na empresa**: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

OSORIO VARGAS, R. H. **El reportaje como metodología del periodismo**.: una polifonía de saberes. Medellín: Editorial Universidad de Antioquia, 2017.

PAIXÃO, P. (org.). **Mestres da Reportagem**: vol. I. Jundiaí, SP: In House, 2012.

PAIXÃO, P. (org.). **Mestres da Reportagem**: vol. II. Jundiaí, SP: In House, 2018a.

PAIXÃO, P. (org.). **Mestres da Reportagem**: vol. III. Jundiaí, SP: In House, 2018b.

PARK, R. E. A notícia como forma de conhecimento: um capítulo dentro da sociologia do conhecimento. In: BERGER, C.; MAROCCO, B. **A era glacial do jornalismo**: teorias sociais da imprensa. Porto Alegre: Sulina, 2008a. p.51-70.

PHILLIPS, E. B. Novidade sem mudança. In: TRAQUINA, N. (org.). **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Vega, 1999. p. 326-331.

ROSSI, C.; KNAPP, W.; BERNARDET, J. C. **O que é jornalismo**. São Paulo: Círculo do Livro, 1990.

SPONHOLZ, L. **Jornalismo, conhecimento e objetividade**: além do espelho e das construções. Florianópolis: Insular, 2009.

TAKEUCHI, H.; NONAKA, I. **Gestão do conhecimento**. Porto Alegre: Bookman, 2008.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo**: a tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional. v. 2. Florianópolis: Insular, 2013.

VEIGA DA SILVA, M. **Saberes para a profissão, sujeitos possíveis**: um olhar sobre a formação universitária dos jornalistas e as implicações dos regimes de poder-saber nas possibilidades de encontro com a alteridade. 2015. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/118550>. Acesso em: 15 maio 2021.

ZELIZER, B. **What journalism could be**. Cambridge: Polity Press, 2017. E-book. Edição para Kindle.

Submissão: 11 de mar. 2024

Aceite: 20 de ago. 2024.

211

Disparidades entre jornalistas negras e brancas que atuam nos setores de comunicação dos Institutos Federais

A presença do triplo telhado de vidro raça/gênero/classe

Ana Maria Teles¹

Dione O. Moura²

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar o perfil dos jornalistas que atuam nos setores de comunicação organizacional dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) no Brasil, com um foco especial na interseccionalidade de gênero, identidade étnico-racial e classe social. Os resultados preliminares revelam que a maioria dos jornalistas nos IFs têm entre 31 e 40 anos, sendo 64,7% mulheres. A pesquisa confirma a presença do "triplo teto de vidro" (raça/gênero/classe) nas carreiras das mulheres jornalistas nos IFs, evidenciando que gênero, raça e classe social influenciam de forma interseccional suas trajetórias profissionais, tanto no serviço público quanto na mídia privada.

Palavras-chave: Jornalistas. Desigualdade de Gênero. Raça.

Disparities between black and white journalists who work in the communication sectors of the Federal Institutes: the presence of the triple glass roof race/gender/class

Abstract

This article aims to analyze the profile of journalists who work in the organizational communication sectors of Federal Institutes of Education, Science and Technology (IFs) in Brazil, with a special focus on the intersectionality of gender, ethnic-racial identity and social class. Preliminary results reveal that the majority of journalists in Federal Institutes are between 31 and 40 years old, 64.7% of whom are women. The research confirms the presence of the "triple glass ceiling" (race/gender/class) in the careers of women journalists in Federal Institutes, showing that gender, race and social class influence their professional trajectories in an intersectional way, both in public service and in the private media.

Keywords: Journalists. Inequality gender. Race.

¹ Doutora em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília. E-mail: aninhateles11@yahoo.com.br.

² Professora Titular da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (Graduação e Pós-Graduação). E-mail: dioneoliveiramoura@gmail.com.

Introdução

Dados de contexto demonstram que o retrato étnico-racial dos jornalistas brasileiros não representa o perfil étnico-racial da sociedade brasileira. Enquanto 56,1% da população do Brasil é composta por pretos e pardos (IBGE, 2022), apenas 20% dos profissionais do jornalismo se declararam pretos ou pardos na última pesquisa do Perfil Racial da Imprensa Brasileira³, realizada no ano de 2021. Outro aspecto que não reflete a realidade da sociedade brasileira é a presença de mulheres, independentemente do fator étnico-racial, em cargos de liderança ou destaque no mercado de trabalho. Embora as mulheres representem 51,1% da população brasileira (IBGE, 2022), sua participação nesses cargos é significativamente baixa. Quando analisamos especificamente as mulheres negras, esses números são ainda menores.

No presente artigo, que integra uma pesquisa maior de doutoramento concluída (Teles, 2024), trazemos o perfil das jornalistas que atuam nos setores de comunicação organizacional dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) no Brasil apresentando um recorte interseccional que une a dimensão de gênero, a identidade étnico-racial e a dimensão classe social como camadas triplas (raça/gênero/classe) do triplo teto de vidro sobre a carreira das jornalistas negras do estudo.

Nossa pesquisa adota a perspectiva do triplo teto de vidro considerando que ela pode ser deduzida da mesma forma a partir de múltiplos estudos que comprovam as barreiras verticais (menor faixa salarial, menor ocupação de cargos de chefia, menor ocupação de postos de maior visibilidade) para jornalistas negras quando comparadas com jornalistas não negras (Pontes, 2017; Falquet, 2016 *apud* Koshiyama; Reimberg, 2019; Moura *et al.*, 2018; Moura, 2019; Jornalistas & Cia, *et al.*, 2021).

Moura e Costa (2018) apresentam ações e relatos de experiências de mulheres negras jornalistas do Distrito Federal e trazem depoimentos das entrevistadas demonstrando que, no caso das jornalistas pesquisadas, elas enfrentavam mais camadas de “tetros de vidro” quando comparadas à situação das jornalistas não negras, situação que tensiona interseccionalmente e delimita a carreira de muitas profissionais jornalistas negras brasileiras. Desigualdade étnico-racial constatada também em estudos como de Pontes (2017) atestando as diferenças salariais entre jornalistas negras e brancas, sendo as últimas com maior faixa salarial.

³ Levantamento feito por Jornalistas & Cia, Portal dos Jornalistas, Instituto Corda e I'Max.

Nosso estudo traz, pois, a perspectiva de verificação do triplo telhado de vidro raça/classe/gênero na carreira de jornalistas negras brasileiras. O conceito de triplo telhado de vidro propõe uma leitura interseccional (Gonzalez, 1988, 2011; Crenshaw, 2004) das dimensões raça/classe/gênero aplicadas ao conceito de *glass ceiling*/teto de vidro, o qual, por sua vez, é um conceito clássico (Berheide, 2013) que desenha as barreiras verticais às carreiras de mulheres no mercado de trabalho. O *glass ceiling*/teto de vidro é um fenômeno comprovado em carreiras de mulheres em várias áreas profissionais, países e continentes (Cotter *et al.*, 2001).

Os Institutos Federais são autarquias de regime especial de base educacional humanística-técnico-científica com estrutura pluricurricular e multicampi. Eles são compostos por reitorias e *campi*. São especializados na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino.

A metodologia empregada na pesquisa incluiu a coleta de dados abertos do Portal da Transparência e do Painel Estatístico de Pessoal do Governo Brasileiro para obter informações sobre jornalistas servidores efetivos nos Institutos Federais, sendo realizada em agosto de 2021 e revisada em agosto de 2023.

Utilizando um questionário adaptado, principalmente, da pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro (Mick; Lima, 2013; Lima *et al.*, 2022) na plataforma Google Docs, incluímos questões fechadas e abertas sobre características sociodemográficas, experiências profissionais, rotinas produtivas e percepções do trabalho como jornalista em um IF.

O survey online foi distribuído por e-mail a todos os setores de comunicação dos IFs através de listas do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), grupos de WhatsApp e sites institucionais, entre 22 de agosto e 18 de outubro de 2022. Foram recebidas 173 respostas válidas de profissionais dos 38 IFs, e os dados foram organizados em uma planilha de Excel para análise.

A partir desse percurso metodológico, apresentamos que a composição do grupo de jornalistas que atuam nos IFs, segundo dados extraídos do Portal da Transparência e do Painel Estatístico de Pessoal, essa força de trabalho é composta por 298 profissionais, sendo 98 homens e 200 mulheres, com 66% na faixa etária entre 31 e 40 anos (Portal da Transparência; 2021). Nestas duas bases de dados não estão disponibilizadas informações específicas sobre identidade étnico-racial para o cargo de jornalista, no entanto, no que

tange ao serviço público como um todo, em 2020, os servidores brancos representavam 56,6%, enquanto os servidores negros correspondiam a 35,1%.

A fundamentação teórica da nossa pesquisa parte do conceito interacionista de carreira (Hughes, 2005; Becker, 1976; Pereira, 2021), em pesquisas sobre a desigualdade de gênero no jornalismo (Pontes; 2017; Kikuti; Rocha; 2018; Moura; Costa; 2018; Lelo; 2019) e em estudos desde o prisma da interseccionalidade (Gonzalez, 1988, 2011; Crenshaw, 2004) .

Perfil étnico racial do jornalismo

Em 2021, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), sob a coordenação do professor Samuel Pantoja Lima, realizou uma nova edição da pesquisa do *Perfil do Jornalista Brasileiro*, com o apoio de diversos pesquisadores e entidades brasileiras. A pesquisa contou com mais de 7 mil jornalistas respondentes, sendo consideradas 6.650 respostas, das quais 6.594 de todos os estados brasileiros e 56 de profissionais no exterior (Lima, 2022). Os dados indicam que a maioria dos jornalistas brasileiros são mulheres (58%) brancas (68,4%). A estimativa por cor/raça mostra que 67,8% dos profissionais da categoria são brancos, 20,6% pardos, 9,3% pretos e 1,3% amarelos. Assim, pretos e pardos somam 29,3% dos respondentes (Lima, 2022).

Trazendo dados que também nos permitem uma leitura interseccional do perfil do jornalista brasileiro, a pesquisa do Perfil Racial da Imprensa Brasileira apontou que nas redações brasileiras estavam 63% de homens e 36,6% de mulheres, enquanto 0,4% se identificaram como sendo de outro gênero. 77,6% se autodeclararam brancos, 20,1% se declararam como negros, pardos ou pretos, 2,1% afirmaram ser amarelos e 0,2% se autodeclararam indígenas (Jornalistas & Cia, *et al.*, 2021).

Segundo os dados da pesquisa Jornalistas & Cia, *et al.* (2021), os profissionais negros eram maioria (60,2%) em cargos operacionais, como repórter, redator e produtor enquanto 61,8% dos jornalistas brancos estão em cargos gerenciais nas redações. A pesquisa assinala ainda que, praticamente para a totalidade do grupo de pretos e pardos (98%), o desenvolvimento da carreira teve mais dificuldades do que os colegas jornalistas brancos.

Outra situação apontada na pesquisa racial da imprensa brasileira é que profissionais brancos conseguem mais promoções salariais e em cargos quando

comparados aos colegas negros. A diferença nos cargos ocupados entre jornalistas pretos e brancos possui relação direta com a remuneração. Os profissionais pretos e pardos predominam (41,7%) na faixa salarial mais básica correspondente a até R\$ 3,3 mil enquanto que, praticamente a metade desse número, é de profissionais brancos (22,9%) que se encontram nesta faixa de renda (Jornalistas & Cia, *et al.*, 2021).

Um estudo sobre o comando em 100 grandes veículos de notícias em cinco países, sendo Brasil, Alemanha, África do Sul, Reino Unido e Estados Unidos, realizado pelo Instituto Reuters para Jornalismo (Reuters Institute For The Study Of Journalism, 2024), revelou a baixa presença de profissionais negros e de origem não branca, como asiáticos, nas principais posições de liderança. No geral, apenas 23% dos editores são pessoas não brancas, mesmo que, em média, 44% da população nesses países se identifique como tal. Excluindo a África do Sul, a porcentagem de editores negros cai para 9%, enquanto nos quatro países restantes é de 31%.

No Brasil e na Alemanha, nenhum veículo de notícias na amostra tem uma pessoa não branca como editora-chefe nos últimos três anos. Na África do Sul, a porcentagem de editores-chefes negros caiu de 80% em 2023 para 71%. Nos Estados Unidos, essa porcentagem também diminuiu para 29% e no Reino Unido para 7% (Reuters Institute For The Study Of Journalism, 2024).

A análise da pesquisa feita pelo Instituto Reuters (2024) destaca que a representatividade de editores não brancos é significativamente menor que a porcentagem de pessoas não brancas na população geral em todos os países estudados. No Brasil, onde os negros representam 57% da população, não há editores negros de destaque entre os veículos analisados. A pesquisa mostra uma disparidade acentuada na super-representação de pessoas brancas em cargos editoriais de topo em comparação com a composição racial da população geral.

Um estudo comparativo (Moura *et al.*, 2018) entre Brasil, França e Bélgica Francófona também constata as múltiplas barreiras às jornalistas mulheres, em especial às mulheres jornalistas negras. Os dados étnico-raciais apontam as barreiras para os profissionais negros no jornalismo e tais barreiras ficam ainda mais visibilizadas quando trazemos uma perspectiva interseccional.

Quando se trata de mulheres jornalistas negras, a barreira da identidade étnico-racial também se torna um empecilho à ascensão profissional, mantendo a desigualdade das mulheres jornalistas negras perante às jornalistas brancas e/ou não negras, assim, ao

aplicarmos a clássica metáfora do “teto de vidro” como barreira à ascensão de mulheres nas empresas, temos indicativos de que há um “teto de vidro” com características próprias para as jornalistas negras, ou seja, elas são mais interditadas pelo “teto de vidro” (menor salário, menos posições de chefia e menos presença em situações de visibilidade no jornalismo – exemplo de repórteres de TV e âncoras de telejornais) do que as jornalistas brancas, e de que isso dá-se, dentre outros fatores, pela ação deste “telhado de vidro com três dimensões (raça/gênero/classe)” (Moura; Costa; 2018; p. 203).

Apesar de serem maioria na profissão, dados levantados por Mick e Lima (2013) apontam que as mulheres correspondem a 63,7% do total de jornalistas que atuam na área e entre os profissionais com até 30 anos, essa porcentagem é ainda maior, ultrapassando 69%. No entanto, as mulheres ainda sofrem com questões relacionadas à discriminação de gênero e assédios sexual e moral, assuntos que foram silenciados durante muito tempo, mas que, agora são temas de movimentos sociais e de estudos e pesquisas acadêmicas no Brasil. As mulheres jornalistas também são minoria na ocupação de cargos de liderança (chefias, editorias, diretorias) no jornalismo brasileiro revelando inúmeras desigualdades estruturais de gênero (Pontes, 2017), além de situações cotidianas de assédio e discriminações de gênero (Koshiyama; Reimberg, 2018; Lelo, 2019; Mazzote; Toste, 2017; Moura; Costa, 2018). De acordo com Pontes (2017), 66,5% das mulheres jornalistas recebem até cinco salários mínimos, enquanto esse salário é recebido por 51,2% dos homens.

O quadro onde as mulheres negras e pobres possuem maior vulnerabilidade social não é um dado recente e tem sua origem sócio-histórica no período escravagista seguido pela ausência de políticas públicas de democratização de acesso aos direitos sociais, como saúde e educação, para a população negra, no período pós-abolição. Segundo dados do IPEA (Brasil; 2011), as mulheres negras representam o principal grupo em situação de pobreza em nosso país.

A implantação das políticas de Ações Afirmativas para negros e indígenas a partir do início dos anos 2000 tem começado a promover o acesso dessa população ao ensino superior universitário no Brasil, no entanto, “o ensino superior é ainda, concretamente, um teto de vidro para a mulher negra portar o diploma que dá acesso – ou certifica – para o ingresso determinadas carreiras, a exemplo do jornalismo” (Moura; Costa; 2018; p. 197). Estudos como o de Damian-Galliard *et al.* (2009) têm indicado que existe uma segregação

horizontal entre mulheres e homens nos domínios de especialização jornalística provocando uma concentração vertical das mulheres em um campo profissional .

Disparidades entre jornalistas negras e brancas nos setores de comunicação dos IFs

Os nossos dados de campo foram obtidos por meio de um questionário aplicado via plataforma do *Google Docs* a 173 jornalistas que trabalham nos Institutos Federais. Justifica-se essa investigação como meio de ampliar a discussão sobre o trabalho da mulher jornalista no serviço público e suas nuances, considerando o marcador de gênero e adicionando os critérios de identidade étnico-racial e classe em um recorte interseccional.

Com base no levantamento quantitativo que fizemos junto aos jornalistas que atuam nos IFs no período de 22 de agosto a 18 de outubro de 2022 pela aplicação de questionário online, via *Google Docs*, com 73 perguntas, no qual tivemos 173 respondentes, concluímos que os jornalistas que atuam nos setores de comunicação dos IFs têm predominantemente entre 31 e 40 anos (65,3%), seguidos pela faixa de 41 a 50 anos (26,6%). Ao todo, 65,3% se identificaram como brancos e 32,9% como pretos e pardos. Especificamente para este segundo grupo perguntamos se eles se autodeclaravam negros e apenas 3% responderam negativamente.

Destaca-se que as mulheres representam a maioria da população brasileira, conforme dados extraídos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE, 2022), totalizando 51,1% em comparação aos 48,9% de homens. Essa tendência de maioria feminina também se manifesta nos vínculos empregatícios do setor público e, mais especificamente, no campo do jornalismo brasileiro, incluindo a presença de mulheres jornalistas nos IFs. No ano de 2019, de acordo com estatísticas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), os vínculos de trabalho femininos ultrapassaram 6,5 milhões, enquanto os masculinos correspondiam a cerca de 4,3 milhões.

O setor público é ocupado por mais mulheres do que homens com uma vantagem de aproximadamente 2 milhões de vínculos, no entanto, apesar desta esmagadora maioria, essa vantagem numérica não é o suficiente para fazer com que ocupem os postos mais altos dos poderes públicos. No *Gráfico 1 - Vínculos em funções de Direção e Assessoramento Superior (DAS), por sexo e cor ou raça (2020)* encontramos uma distribuição dos cargos em comissão do governo federal brasileiro. Embora sejam dados em nível nacional, podemos ter um panorama do quanto as mulheres ainda são minoria

nestas funções, e quando ocupam, as mulheres brancas ainda superam o quantitativo das mulheres negras.

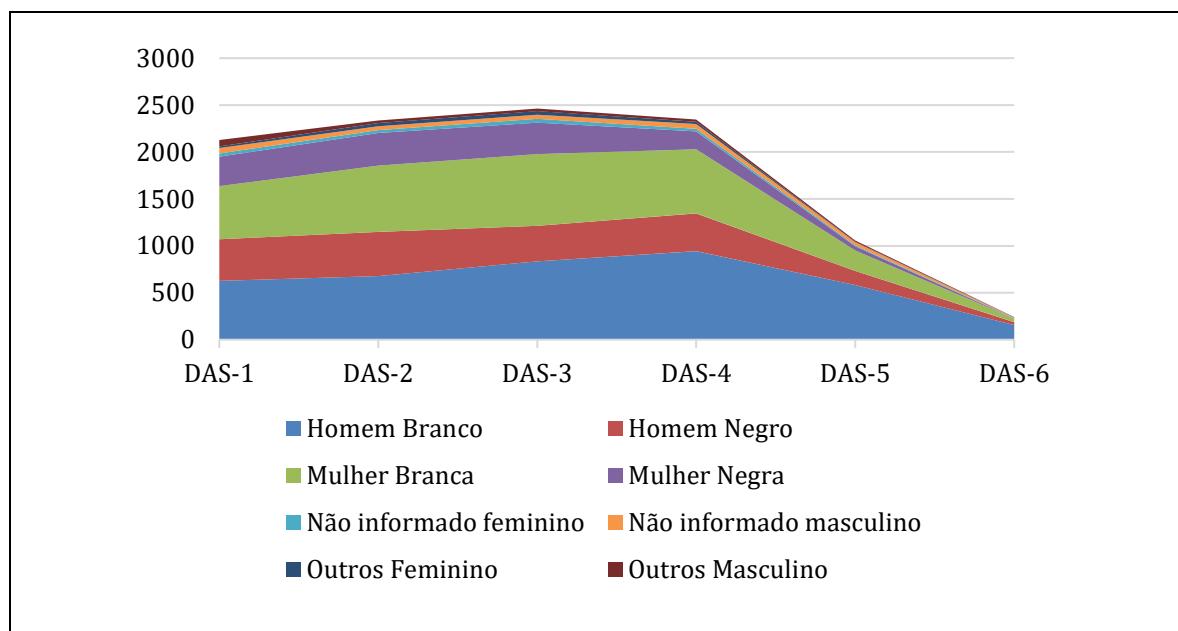


Gráfico 1: Vínculos em funções de Direção e Assessoramento Superior (DAS), por sexo e cor ou raça (2020) no setor público brasileiro

Fonte: Atlas do Estado Brasileiro, IPEA, 2023.

Observamos que essa dinâmica persiste nos IFs, onde somente 10 das entrevistadas do sexo feminino – representando menos de 10% do conjunto – desempenham funções de liderança. Essa disparidade é consonante com a composição do cenário laboral brasileiro, onde, independentemente do gênero, as posições gerenciais são predominantemente ocupadas por indivíduos de origem étnico-racial branca, representando 69%. Ao estratificarmos esses dados de acordo com o gênero, constatamos que os homens ocupam 62,6% dessas posições, enquanto as mulheres compõem 37,4%, conforme informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022).

A maioria dos profissionais jornalistas dos IFs que responderam ao nosso questionário é de mulheres, totalizando 64,7%. Entre todos os respondentes, ou seja, homens e mulheres, 7,5% ocupam funções gratificadas (FG) ou cargos de direção (CD), sendo 3,5% e 4%, respectivamente. Dentre os ocupantes destes cargos de liderança, um número nos surpreende positivamente: 77% são de mulheres, ou seja, de 13 profissionais que estão em cargos de chefia, 10 são mulheres. Embora possamos considerar este dado

como um avanço para o gênero, é importante ressaltar que ele pode não representar o grupo de 298 jornalistas que atuam nos Institutos, considerando assim, apenas o grupo de 173 respondentes da pesquisa.

Nosso grupo é composto por 112 mulheres respondentes do questionário online, sendo uma maioria autodeclarada branca (70%). As profissionais que se identificaram como pretas e pardas são 29% e amarela e indígena somam 0,5% cada (ver gráfico 2). As mulheres brancas no jornalismo dos IFs somam mais do que o dobro das pretas e pardas, apesar da maioria da população brasileira ser composta por negros (pretos e pardos), conforme aponta a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad) (IBGE, 2022).

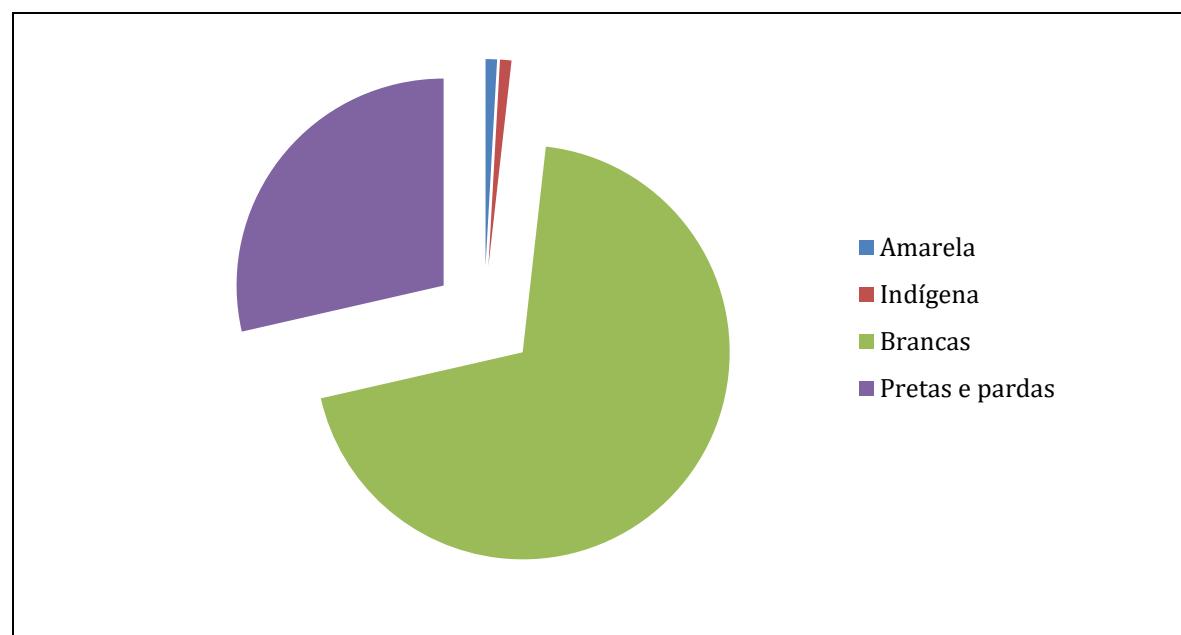


Gráfico 2: Distribuição de jornalistas mulheres respondentes da pesquisa por critério étnico-racial

Fonte: Teles (2024, p. 191).

Diante da maioria de mulheres jornalistas nos IFs, realizamos um comparativo entre elas para estabelecer em quais aspectos estas profissionais jornalistas se diferenciam a depender do critério étnico-racial. Este grupo é composto por 112 mulheres respondentes, sendo uma maioria autodeclarada branca (70%), como informamos acima e as profissionais que se identificaram como pretas e pardas são 29% e o percentual de jornalistas que se identificam como amarela e como indígena somam 0,5% cada segmento.

Embora em quantitativo superior no exercício do cargo e em cargos de liderança, as mulheres continuam sendo as maiores vítimas de situações de assédio. Antes de ingressarem no IF, entre aqueles que afirmaram terem sofrido algum tipo de assédio (moral ou sexual), as mulheres representaram 68%. Já no trabalho no IF, entre os que responderam terem sido vítimas de assédio moral, as mulheres somam quase três vezes mais do que os homens, 73% e 25%, respectivamente. Com relação ao assédio sexual, as 12 respostas afirmativas são de 11 mulheres e da profissional bigênero. Nesta situação são seis profissionais identificadas como brancas, uma amarela e cinco pardas.

Entre as dez mulheres respondentes que ocupam cargos de liderança com direção ou função gratificada nos IFs, apenas uma se autodeclara parda, o que exemplifica que as mulheres negras ocupam ainda menos cargos de liderança nos IFs. Portanto, o que extraímos destes dados é que as mulheres jornalistas passam por mais situações degradantes e que as mulheres negras ainda estão sub-representadas na condição de jornalistas dos IFs e mais ainda nos cargos de gestão.

A maior parte das profissionais que participaram de nossa pesquisa, independentemente de serem autodeclaradas como brancas ou pretas e pardas, recebe uma renda situada na faixa predominante de 6 a 8 salários mínimos. Há uma predominância de mulheres autodeclaradas brancas na faixa salarial entre 8 e 10 salários mínimos, representando aproximadamente 20% do total. Em contraste, somente metade desse percentual das mulheres autodeclaradas pretas e pardas encontra-se nessa mesma faixa de renda. Essa distinção saliente disparidades existentes entre os grupos étnico-raciais no contexto da remuneração e reflete uma dinâmica complexa.

Constatamos que as profissionais autodeclaradas pretas e pardas são maioria no recebimento de até cinco salários mínimos e minoria na faixa entre 8 e 10 salários mínimos. Como no serviço público não há distinção no valor do salário base, estas diferenças podem se explicar por dois motivos: as mulheres pretas e pardas possuem menos tempo de serviço público, por isso ainda possuem menos valor adicionado a cada interstício de um ano e meio ao salário base ou possuem menor grau de escolaridade (especialização, mestrado e doutorado), pois a cada grau concluído, o servidor recebe um valor denominado incentivo à qualificação que, em 2023, é de 27%, 52% e 75%, respectivamente.

Com base nessas considerações sobre renda, não é surpreendente que 28% das jornalistas autodeclaradas pretas e pardas relatam que a remuneração que recebem não é adequada para cobrir suas despesas mensais, enquanto um número igual de 28%

menciona que é suficiente apenas às vezes. Em contrapartida, 45% das jornalistas autodeclaradas brancas afirmam que a remuneração é suficiente para atender às suas necessidades financeiras.

Aprofundando nossa análise quanto ao grau atual de escolaridade das jornalistas respondentes, surgem nuances interessantes. Entre as jornalistas autodeclaradas brancas, 9% alcançam o nível de mestres, porém, esse número sobe para 19% entre as jornalistas autodeclaradas pretas e pardas. Ao observar o doutorado, uma inversão na tendência se revela. Entre as jornalistas brancas, a maioria (12%) já possui esse título, em contraste com os 9% das jornalistas pretas e pardas. Esse cenário pode ser um indício de maiores dificuldades entre negras em prosseguir com o caminho da titulação.

Em nosso estudo, mais jornalistas autodeclaradas pretas e pardas possuem outra graduação do que as jornalistas autodeclaradas brancas. Enquanto apenas 13% de autodeclaradas brancas informaram que possuem outra graduação, as autodeclaradas pretas e pardas somam 19%. Em nossa pesquisa não conseguimos identificar se esta graduação foi cursada antes ou depois da faculdade de Jornalismo ou ainda antes ou depois do ingresso no IF.

A formação escolar também indica algumas disparidades quando olhamos para o fator racial, assim como semelhanças, como por exemplo, a quantidade de profissionais autodeclarados brancos (53,4%) e autodeclarados negros (53,9%) que possuem apenas a graduação. Quando se fala em cursos de Especialização, os autodeclarados negros (29,2%) somam 1% a mais do que os colegas autodeclarados brancos (28,2%). Com mestrado a situação se inverte e temos 9,5% entre os brancos e 8% entre os negros. O doutorado, no entanto, apresenta a maior discrepância, pois são 3,6% entre os brancos e 1,7% entre os negros.

No que se relaciona à mobilidade profissional no campo do jornalismo nos institutos federais do Brasil, tem se revelado com características distintas entre jornalistas brancas e jornalistas negras ao longo de suas carreiras. Em nosso estudo, analisando a quantidade de vínculos empregatícios, observa-se que as jornalistas identificadas como brancas apresentaram um número menor de vínculos, concentrados principalmente entre 2 e 4 empregos, ao longo do percurso profissional.

Por outro lado, as jornalistas negras registraram percentuais mais expressivos nas faixas de 4 a 6 e de 6 a 8 vínculos, o que aponta para uma maior rotatividade, precariedade de vínculos empregatícios e busca por oportunidades ao longo do trajeto profissional antes

de ingressarem nos IFs. É importante notar que ambos os grupos apresentaram um empate em relação aos vínculos acima de 8, representando 3% das profissionais pesquisadas.

As mulheres jornalistas pretas e pardas apresentam um percentual maior de mães com níveis de escolaridade mais baixos em comparação com as mulheres jornalistas brancas respondentes. Nenhuma jornalista autodeclarada branca relatou que seus pais são analfabetos, contrastando com as jornalistas autodeclaradas pretas e pardas, das quais 6% das mães e 3% dos pais são analfabetos. Esse cenário reflete uma realidade presente na população brasileira. Conforme os dados compilados pelo IBGE em 2018, a taxa de analfabetismo entre brancos era de 3,9%, enquanto entre pretos e pardos atingia 9,1%.

Outro aspecto importante é a diferença nos níveis de renda familiar entre as jornalistas mulheres brancas e as jornalistas mulheres pretas e pardas à época da formação em jornalismo. As jornalistas negras são maioria (78,1%) nas três faixas de renda mais baixas, o que pode ter influência direta em suas oportunidades de ascensão na carreira e acesso à especialização e mestrado, por exemplo.

Os números nos IFs no que diz respeito ao assédio sexual e moral no ambiente de trabalho são menores em comparação com a média nacional da categoria. Enquanto nos IFs o índice de assédio moral é uniforme entre as mulheres, independentemente da identidade étnico-racial, com 50% relatando não terem sofrido, 44% afirmando terem sido vítimas e 6% optando por não declarar, a pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro (Lima, et al., 2022) apresenta uma variação maior nos índices de assédio moral entre homens e mulheres, com taxas mais elevadas de assédio sofrida por mulheres.

Em nossa pesquisa, no que tange ao assédio sexual, dentre as profissionais, as autodeclaradas pretas e pardas representam 10% a mais de vítimas de assédio do que as autodeclaradas brancas. Outro dado que chama a nossa atenção, é que entre as pretas e pardas não houve respondentes que optaram por não dizer, ao contrário das mulheres brancas, que somaram 4% nesta opção. De acordo com as respostas obtidas em nossa pesquisa, a experiência de ter enfrentado assédio desempenhou um papel parcial na motivação de 27% das profissionais autodeclaradas brancas ao escolherem a carreira no serviço público. Da mesma forma, este fato exerceu uma influência parcial em 19% das profissionais autodeclaradas pretas e pardas. Observa-se que a influência total na escolha da carreira foi apontada por 17% das autodeclaradas brancas e por 16% das jornalistas autodeclaradas pretas e pardas, o que significa a complexidade de fatores que moldam as trajetórias profissionais e as escolhas individuais, destacando a importância de

compreender o contexto multifacetado que influencia a carreira das jornalistas em diferentes grupos étnico-raciais.

No contexto do questionamento acerca do sentimento de estresse no ambiente de trabalho às nossas respondentes, percebe-se que os percentuais daquelas que optaram por não fornecer essa informação são comparáveis entre autodeclaradas brancas (5%) e autodeclaradas pretas e pardas (3%). Em uma análise global do nosso estudo, nota-se que a maior parte das mulheres jornalistas não reporta sentir-se estressada em seu trabalho. No entanto, entre aquelas que reconhecem experimentar estresse, observa-se que a maioria corresponde a autodeclaradas brancas, representando 37% do total, enquanto jornalistas autodeclaradas pretas e pardas representam 31%. Essa análise revela nuances nas percepções de estresse no ambiente profissional e destaca a importância de compreender os fatores subjacentes a essa diferenciação, levando em conta possíveis influências contextuais e individuais.

Em complemento à análise dos resultados de nossa pesquisa, identificamos que as jornalistas autodeclaradas pretas e pardas apresentam um nível de insatisfação maior em relação ao seu trabalho nos IFs em comparação com as jornalistas autodeclaradas brancas. Entre as autodeclaradas brancas, 50% declaram estar satisfeitas com seu trabalho, enquanto 21% expressaram uma satisfação parcial. No grupo das jornalistas identificadas como negras, os números correspondentes são de 38% para satisfação e 21% para satisfação parcial. No entanto, destaca-se uma diferença nas respostas relacionadas à insatisfação parcial: entre as jornalistas pretas e pardas, esse índice é de 22%, enquanto apenas 14% das jornalistas brancas indicaram essa opção.

224

Considerações finais

A análise comparativa entre mulheres jornalistas nos Institutos Federais levando em consideração um recorte interseccional revela importantes disparidades e desigualdades, que merecem atenção e reflexão. Os dados obtidos por meio da pesquisa com 173 jornalistas que atuam nos IFs brasileiros revelam uma verdadeira discrepância nas representações raciais. O grupo de mulheres jornalistas respondentes é composto principalmente por profissionais brancas (70%), enquanto pretas, pardas, amarelas e indígenas somam apenas 30% do total. Esses números indicam a necessidade de se

pensar em medidas e políticas que visem à inclusão e valorização das mulheres jornalistas de grupos étnico-raciais minoritários.

Os obstáculos para a população negra brasileira continuam sendo maiores do que para a população branca. As barreiras incluem dimensões relativas à divisão sexual do trabalho, mas também a desigualdades advindas do racismo estrutural (Almeida, 2019) Estudos trazidos por Lelo (2019) confirmam que a mera paridade entre homens e mulheres nas redações não conduz de forma direta à igualdade de condições ou à isonomia das condutas organizacionais, pois, mesmo em empresas chefiadas por uma maioria de mulheres não houve transformações substanciais em direção à equidade de gênero. E isso pode se repetir também no serviço público em cargos onde a forma de ingresso é o concurso público.

Nossa pesquisa confirma a presença do “triplo teto de vidro raça/gênero/classe” (Moura, 2018; 2019) também nas carreiras das mulheres jornalistas nos institutos federais, pois fica evidenciado que os aspectos de gênero, raça e classe social influenciam, de forma interseccional, e como camadas de um telhado de vidro, nas carreiras profissionais das jornalistas negras também no serviço público e não somente na mídia privada.

225

Referências

- ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- BECKER, H. S. **American Behavioral Scientist**, v. 19, n. 06, p. 703-718, jul.-ago. 1976.
- BERHEIDE, C. W. The Stick floor. In: SMITH, V. (Ed.). **The Sociology of Work. An Encyclopedia**. Sage Editors, 2013. p. 825-827.
- BRASIL. Políticas Sociais - acompanhamento e análise, nº 19. Brasília: IPEA/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2011.
- COTTER, D. A.; HERMSEN, J. M.; OVADIA, S.; VANNEMAN, R. The Glass Ceiling Effect. **Social Forces**, 80(2), p. 655-682, 2001.
- CRENSHAW, K. W. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV.AA. **Cruzamento**: raça e gênero. Brasília: Unifem, 2004.
- GONZALEZ, L. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988.

GONZALEZ, L. Por um feminismo afrolatinoamericano. In: **Caderno de formação política do Círculo Palmarino**, n. 01, p. 12-20. Brasília: Fundação Palmares/Batalha de Ideias, 2011.

HUGHES, E. Ciclos, pontos de inflexão e carreiras. **Teoria e Pesquisa**, n. 46, p. 163-173, 2005.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. 2. ed. In: **Estudos e Pesquisas – Informação Demográfica e Socioeconômica**, n. 48. IBGE, 2022.

JORNALISTAS & CIA. Perfil Racial da imprensa brasileira. 2021. Disponível em: https://www.jornalistascia.com.br/files/perfilracialdaimprensabrasileira.pdf?utm_scroll=0. Acesso em: 21 ago. 2023.

KIKUTI, A.; ROCHA, P. M. Mercado de trabalho e trajetória profissional de jornalistas mulheres entre 2012 e 2017 no Brasil. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, v. 16, p. 1-14, 2018.

KOSHIYAMA, A. M.; REIMBERG, C. O. Sentido do trabalho, sofrimento e prazer para as trabalhadoras jornalistas. In: AGUIAR, L.; SILVA, M. P.; MARTINEZ, M. (Org.). **Desigualdades, Relações de Gênero e Estudos de Jornalismo**, p. 19-34. São Paulo: Life Editora, 2018.

LELO, T. V. A feminização do jornalismo sob a ótica das desigualdades de gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 2, 2019.

LIMA, S., et al. **Perfil do jornalista brasileiro 2021**: características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho. Samuel Pantoja Lima (Coord. Geral); Jacques Mick [et al.]. 1. ed. Florianópolis: Quorum Comunicações, 2022.

MAZOTTE, N.; TOSTE, V. **Mulheres no jornalismo brasileiro**. Abraji, 2017.

MICK, J.; LIMA, S. **Perfil do jornalista brasileiro**: características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012. Florianópolis: Insular, 2013.

MOURA, D. O. As mulheres jornalistas negras e a identificação do teto de vidro gênero/raça/classe no processo de feminização do jornalismo no Brasil. In: **Ser Negra: VII Semana de Reflexões sobre Negritude, Gênero e Raça do IFB**, Brasília, 2018.

MOURA, D. O. Excluídas dentre as excluídas: as jornalistas negras perante o teto de vidro gênero/raça/classe no processo de feminização do jornalismo no Brasil. In: BELISÁRIO, K.; MOURA, D. O.; GUAZINA, L. S. (Org.). **Gênero em pauta: Desconstruindo violências, construindo novos caminhos**, p. 139-151. Curitiba: Appris Editora, 2019.

MOURA, D. O.; COSTA, H. M. R. Mulheres jornalistas e o 'teto de vidro raça/gênero/classe' a tensionar a carreira das jornalistas negras brasileiras. In: AGUIAR, L.; SILVA, M. P.; MARTINEZ, M. (Org.). **Desigualdades, Relações de Gênero e Estudos de Jornalismo**, p. 193-207. São Paulo: Life Editora, 2018.

MOURA, D. O.; ROCHA, P. M.; DAMIAN-GALLIARD, B.; LE CAM, F. Gender Intersectionality and horizontal and vertical concentration of women journalists in Brazil, France and Belgic Francophone's journalism. An introduction to the question. 1st Brazil-France Francophone Belgium Journalism Research, 2018.

PONTES, F. S. Desigualdades estruturais de gênero no trabalho jornalístico: o perfil das jornalistas brasileiras. **E-Compós**, Brasília, v. 20, n. 1, jan./abr. 2017. DOI: <https://doi.org/10.30962/ec.1310>. Acesso em: 21 set. 2023.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. Servidores Civis e Militares do Executivo Federal. Dados Abertos. Disponível em: <https://portaldatransparencia.gov.br/download-de-dados/servidores>. Acesso em: 21 set. 2021.

REIMBERG, C. O. **O exercício da atividade jornalística na visão dos profissionais: sofrimento e prazer na perspectiva teórica da psicodinâmica do trabalho**. São Paulo: Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo. Tese (Doutorado), 2015. Disponível em: <http://www.fundacentro.gov.br/biblioteca/biblioteca-digital/acervodigital/detalhe/2015/7/o-exercicio-da-atividade-jornalistica-na-visao-dos-profissionais-sofrimento-e-prazer-na>. Acesso em: 19 dez. 2022.

REUTERS INSTITUTE FOR THE STUDY OF JOURNALISM. Race and leadership in the news media 2024: Evidence from five markets. University of Oxford. Disponível em: <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/race-and-leadership-news-media-2024-evidence-five-markets>. Acesso em: 04 jul. 2024.

TELES, A. M. **A construção da carreira e identidade profissional das mulheres jornalistas que atuam nos setores de comunicação dos institutos federais: uma abordagem étnico-racial**. Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade de Brasília, 2024. 359 p.

227

Submissão: 11 de dez. 2023.

Aceite: 19 de ago. 2024.

Jornalismo para a Paz:

uma proposta de aplicação para análise de coberturas sobre homofobia¹

Diuan Feltrin²

Resumo

Por meio da perspectiva teórica dos Estudos para a Paz (Peace Studies), este estudo analisa como o Jornalismo para a Paz (Peace Journalism) se enquadra como possibilidade teórica e metodológica na análise de narrativas jornalísticas em contextos de violência de ordem social, constituindo-se como alternativa diante das formas tradicionais de construções jornalísticas. Apresenta fundamentações teóricas sobre a multidisciplinaridade do campo dos Estudos para a Paz, que contempla a comunicação e o jornalismo. Empiricamente, apresenta análises de conteúdo de coberturas do Portal G1 sobre homofobia nos meses de maio e junho de 2023, para verificar se prevalecem abordagens voltadas à paz ou à violência. Infere-se que esta abordagem viabiliza a leitura crítica dessas narrativas e propõe novos caminhos para as construções jornalísticas.

228

Palavras-chave: Jornalismo para a Paz. Análise de conteúdo. Homofobia.

Peace Journalism: an application proposal for analyzing coverage of homophobia

Abstract

Through the theoretical perspective of Peace Studies this study analyzes how Peace Journalism fits as a theoretical and methodological possibility in the analysis of journalistic narratives in contexts of social violence, constituting itself as an alternative to the traditional forms of journalistic constructions. It presents theoretical foundations on the multidisciplinarity of Peace Studies, which include communication and journalism. Empirically, it presents content analysis of the coverage of the Portal G1 on homophobia in the months of May and June 2023, to verify if approaches focused on peace or violence prevail. It is inferred that this approach enables a critical reading of these narratives and proposes new paths for journalistic constructions.

Keywords: Peace Journalism. Content analysis. Homophobia.

¹ Uma versão preliminar do artigo foi submetida ao 21º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBP Jor), realizado em novembro de 2023. Pesquisa realizada com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), - processo nº 2022/07502-0.

² Doutorando do programa de pós-graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design da Unesp (Universidade Estadual Paulista) de Bauru-SP. Desenvolve pesquisa com auxílio da Fapesp - processo nº 2022/07502-0, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). E-mail: diuan.feltrin@unesp.br.

Introdução

Violência e paz são conceitos marcados por complexidades³. Se considerarmos o entendimento reducionista prevalecente no senso comum, de que a paz significa a ausência de violência, excluímos quaisquer possibilidades de análises críticas e aprofundadas a respeito desses fenômenos sociais. Para além dessa percepção, as perspectivas apresentadas pelo campo teórico dos *Peace Studies* – Estudos para a Paz (EPP) – caminham na direção de tensionar os conceitos de violência e paz e, com isso, garantir reflexões mais amplas diante das estruturas subjacentes às realidades de conflito (Ferreira, 2019). Este campo reorientou o modo como as ciências sociais compreendem tais fenômenos, ultrapassando binarismos e propondo caminhos epistemológicos para o reconhecimento, denúncia e ressignificação de realidades de violência.

A complexidade do objeto central determina o viés essencialmente multidisciplinar dos EPP (Ferreira, 2019). Interessa-nos a amplitude epistemológica e metodológica proporcionada por esse arcabouço teórico, que também agrupa o campo da comunicação. Por se tratar de um fundamento orientado para a compreensão e possível ressignificação de conflitos, urge considerar o papel exercido pela comunicação midiática no fortalecimento de narrativas que naturalizam violências; inferimos que, a depender do direcionamento comunicacional assumido, estruturas de violência podem ser naturalizadas e legitimadas.

A comunicação para a paz sustenta-se no objetivo central de enfrentar a violência enraizada nos discursos e práticas sociais, denominada como violência cultural (Galtung, 1969, 2003), haja vista que, se a violência pode ser aprendida e naturalizada, ideais de paz também têm o potencial de se tornarem princípios orientadores da sociedade (Cabral; Salhani, 2017). Nesse sentido, trata-se de um modelo comunicacional que “pede responsabilidades e propõe alternativas de soluções pacíficas dos conflitos” (Nos Aldás; Seguí-Cosme; Rivas Machota, 2008, p. 14, tradução nossa⁴).

Em contextos de violência, a comunicação é prática estratégica para análises sobre os fenômenos sociais, de modo que, a comunicação para a paz privilegia as diversidades

³ Discorrer sobre a complexidade que perpassa os conceitos de paz e violência significa dizer que se tratam de formulações que vão muito além das explicações reducionistas e maniqueístas. Assumimos a noção de complexidade conforme Morin (2019), que define o pensamento complexo como aquele que busca o conhecimento multidimensional, o que requer uma leitura da realidade a partir da interpretação de fenômenos. Nesse sentido, no escopo dos Estudos para a Paz, paz e violência não são compreendidos como meros conceitos antagônicos, mas como estruturas subjacentes à intrincada dinâmica social.

⁴ No original: “Una comunicación que pide responsabilidades y propone alternativas pacíficas y soluciones”.

locais e a pluralidade no processo de ressignificação dos conflitos, na busca por ações que tenham a cultura de paz como finalidade (Arévalo Salinas, 2014; Vicente, 2015). Uma possível aplicabilidade da comunicação para a paz se dá na perspectiva jornalística denominada *Peace Journalism*, Jornalismo para a Paz (JP), um itinerário teórico e metodológico que auxilia no enfrentamento da naturalização da violência nas construções de narrativas noticiosas.

Neste estudo, aplicamos as categorias do JP para a análise de conteúdo (Bardin, 2011) de textos jornalísticos produzidos pelo portal G1, do Grupo Globo, nos meses de maio e junho de 2023, que tiveram como tema a violência homofóbica que, conforme as tipologias de violência apresentadas por Galtung (1969; 2003), se configura como violência cultural e, desse modo, legítima expressões de violência direta. O recorte considera a proximidade do Dia Internacional do Orgulho LGBTQIA+, celebrado em 28 de junho, período em que pautas sobre a temática costumam contar com maior destaque nas coberturas midiáticas. Por meio das análises, demonstramos como o JP pode auxiliar teórica e metodologicamente as investigações que tenham como foco compreender se, nas narrativas jornalísticas, prevalecem direcionamentos centrados no conflito ou se existem esforços orientados à ressignificação.

230

Breves notas sobre os Estudos para a Paz

Os Estudos para a Paz (EPP) emergiram a partir dos mesmos fenômenos que inspiraram o advento das Relações Internacionais: as duas guerras mundiais e a questão atômica (Maschietto; Nobre; Nogueira, 2019). Trata-se de uma escola teórica genuinamente multi e transdisciplinar, isto é, diversos campos do saber prestam contribuições com vistas à finalidade central de se compreender as estruturas subjacentes aos conflitos. O campo se consolida na década de 1960 com o advento de institutos na Europa e nos Estados Unidos que tinham o fenômeno paz como objeto de investigação, entendido aqui não somente como ausência de violência, mas como um conceito complexo, intrincado e eminentemente social (Pureza, 2000; Ferreira, 2019). Nos princípios basilares dos EPP, a guerra é apenas mais um tipo de violência existente na sociedade contemporânea, de modo que “o estudioso de paz não se engaja somente em compreender a guerra, mas também outros processos violentos e conflitos da sociedade” (Ferreira, 2019, p. 65). Ademais, o

campo possibilita investigações de teor crítico diante de estruturas que engendram violência na sociedade, sobretudo oriundas de processos estruturais ou culturais.

Um importante marco para a consolidação dos EPP é o advento do *Peace Research Institute of Oslo* (PRIO – Instituto de Pesquisa sobre a Paz de Oslo), iniciativa do sociólogo e matemático norueguês Johan Galtung. Fundada em 1959, trata-se da primeira instituição a assumir os Estudos para a Paz como conceito epistemológico (Pureza; Cravo, 2005) e, com isso, amplia as possibilidades de investigações sobre a paz. O instituto apresentou novos horizontes aos estudos que até então tinham as guerras como objeto central, e agregou temáticas sociais importantes, como a justiça, a equidade, bem-estar, direitos sociais, entre outras possibilidades de resoluções pacíficas de conflitos (López Becerra, 2011). No campo dos EPP, a guerra é entendida como mais uma expressão de violência, em meio a tantas outras existentes na sociedade. Desse modo, diversas vertentes passaram a integrar o rol das pesquisas referentes aos fatores que culminam em sofrimento humano e social (Ferreira, 2019; Pureza; Cravo, 2005).

A *Peace Research*, ou investigação sobre a paz, tem como princípio a consolidação de uma cultura de paz e, portanto, tensiona as marcas de violência presentes nas estruturas sociais, com vistas para uma possível ressignificação. Galtung (1969; 2003) foi um dos teóricos que expandiu a compreensão da violência ao apresentá-la a partir de três tipologias (triângulo da violência): violência direta, violência estrutural/sistêmica e violência cultural. Para o autor, compreender a violência e suas tipologias abre possibilidades para pesquisas que incidem em ações e políticas concretas (Galtung, 1969).

Galtung (1969; 2003) comprehende violência direta como a expressão em que vítimas e agressores são evidenciados; é a violência que deixa marcas expostas, com a culminância de mortes, feridos e destruição e, desse modo, trata-se de um nível superficial da violência, o que tende a excluir possibilidades de reflexões mais amplas sobre suas causas (Cabral; Salhani, 2017). A violência estrutural (sistêmica), na perspectiva de Galtung (1969; 2003), manifesta-se indiretamente, sendo que vítimas e agressores nem sempre são identificados. Apresenta-se, por exemplo, nos sistemas sociais injustos e desiguais, e pode ser observada em situações de descaso do poder público para com a sociedade. Como advertem Maschietto, Nobre e Nogueira (2019, p. 545), entender a violência pressupõe a compreensão de suas causas mais profundas (*root causes*), por isso, o conceito de violência estrutural trouxe novas inspirações para os EPP, sendo que sua relação com a violência direta ressalta valores como emancipação humana, justiça e equidade, bem como

a denúncia sobre estruturas e sistemas excludentes e opressores. “Reforça-se, neste sentido, a dimensão normativa do campo e a compreensão de que outros atores, não apenas os Estados, devem ser levados em consideração na análise da violência e da paz” (Maschietto; Nobre; Nogueira, 2019, p. 545).

A violência cultural, por sua vez, é a mais complexa e, conforme, Galtung (1969), legitima e complementa as outras duas tipologias. Por ocupar uma dimensão simbólica, se apresenta sutil e silenciosamente. Resulta de processos longos e se revela nos discursos sociais, nos produtos culturais e nos sistemas de normas e comportamentos, muitas vezes revestidos com o véu de aparente normalidade (Pureza, 2000; Cabral; Salhani, 2017). A figura 1 ilustra o triângulo da violência de Galtung, de modo que a dimensão direta ocupa o topo, apresentando-se com evidência, enquanto a violência estrutural e a cultural se situam na base, ocupando dimensão invisível (simbólica).

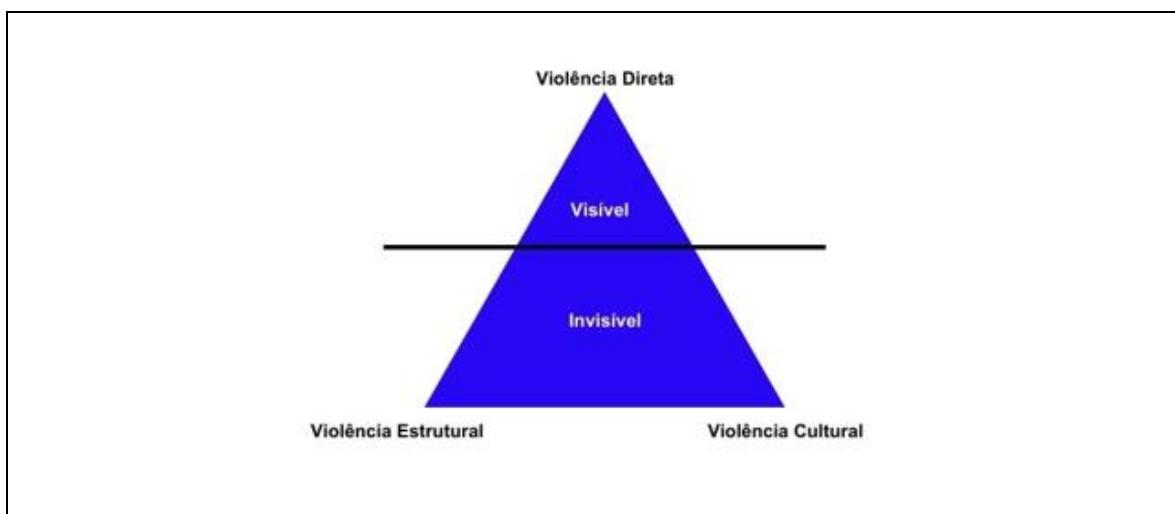


Figura 1: Triângulo da violência, criado pelo autor com base em Galtung (1969; 2003)

No escopo deste artigo, cabem reflexões sobre o papel que a comunicação midiática desempenha na legitimação da violência cultural, que provém, sobretudo, dos ideais de dominação que inferiorizam determinadas parcelas da sociedade, tais como mulheres, negros, população LGBTQIA+⁵, entre outros grupos. A relação entre a homofobia e o conceito de violência cultural é reforçada a partir da concepção apresentada por Borrillo

⁵ A sigla representa e visibiliza lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transsexuais, queer, intersexo, assexuais e todos os grupos que não se enquadram nos ditames da heterossexualidade.

(2016). O autor explica que a manifestação da homofobia muitas vezes ocorre sutil e silenciosamente, e está presente em piadas, insultos e representações caricatas que reduzem gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros a elementos jocosos, quando não, grotescos. O autor afirma que, “a simples pressuposição da heterossexualidade constitui, por si só, uma violência simbólica cotidiana contra aqueles que não compartilham esse sentimento, supostamente, comum” (Borrillo, 2016, p. 112).

Galtung (1969) também apresenta a paz a partir de duas perspectivas epistemológicas: paz negativa e paz positiva. A primeira diz respeito à mera ausência de violência direta: é a concepção do senso comum sobre a paz, que a entende simplesmente como não-violência. Já a paz positiva considera o fenômeno de forma crítica e dialética, como pressuposto de uma sociedade integrada, sustentada por ideais de equilíbrio e cooperação, que pressupõe o fim de quaisquer traços de violência estrutural e a constante busca por justiça e isonomia nas relações sociais (Cabral; Salhani, 2017; Ferreira, 2019; Pureza, 2000).

Os conceitos apresentados conferem aos Estudos para a Paz uma dimensão crítica no que tange à análise de conflitos, o que justifica o argumento da complexidade inerente à compreensão da paz, que não pode ser interpretada somente como a ausência de conflitos. Embora tenhamos nos embasado nas formulações de Johan Galtung, existem outras perspectivas teóricas que buscam explicar fenômenos tão marcantes na sociedade.

233

Comunicação e jornalismo orientados para a Paz

O campo da comunicação contribui efetivamente com os EPP na medida em que apresenta possibilidades para a identificação de narrativas que (re)produzem violências e, posteriormente, abre caminhos para uma possível ressignificação desses cenários. Destarte, compreender a comunicação a partir dos EPP indica o desprendimento epistemológico com visões instrumentalistas que durante anos prevaleceram no campo e concentraram as investigações sobre o processo comunicacional nos polos da emissão e da recepção. A comunicação para a paz se dedica ao que ocorre no entorno desse processo, de modo que olhar o contexto de forma crítica é imprescindível para que se compreenda o impacto da comunicação na legitimação de determinadas lógicas que pautam a sociedade.

Na visão apresentada por Nos Aldás, Seguí-Cosme e Machota (2008), além de auxiliar na ressignificação de narrativas de conflito, a comunicação para a paz propõe novas formas de ação social. Outrossim, desafia a mídia hegemônica, dado que estimula o posicionamento crítico do público para o exercício da cidadania ativa. Segundo os autores, trata-se de

[...] uma comunicação que pede responsabilidades e propõe alternativa de soluções pacíficas dos conflitos. Que seja voltada à criação de discursos sociais de cultura de paz. Discursos que constituam um lugar de encontro. De reconciliação. De construção de uma memória reconciliadora. De uma memória viva e em contínua construção (Nos Aldás, Seguí-Cosme e Machota, 2008, p. 14, tradução nossa⁶).

Para Arévalo Salinas (2014), a ênfase da comunicação para a paz na promoção da justiça social e da democracia atende a proposta da paz positiva formulada por Galtung (1969). Segundo o autor, “os níveis de violência transmitidos pelos meios de comunicação e seus efeitos são coerentes com estratégias de controle social dos grupos de poder” (Arévalo Salinas, 2014, p. 58, tradução nossa⁷). Isso significa que a transmissão de informações que se concentram exclusivamente na violência tende a direcionar o olhar do público somente para aspectos negativos do mundo o que, de forma estratégica, desencadeia sentimentos como desconfiança, pessimismo e medo, limitando a participação popular na esfera coletiva, pois prevalecerá a noção de que tudo está mal e que nada pode ser feito (Arévalo Salinas, 2014).

Em contrapartida, a comunicação orientada para a paz fomenta o engajamento social e o exercício da cidadania ativa como vias de enfrentamento diante de realidades opressoras. Nessa perspectiva, Arévalo Salinas (2014, p. 63) também sugere algumas ações quanto à aplicabilidade da Comunicação para a Paz: a) deve compreender e refletir sobre os problemas de âmbito estrutural; b) motivar o debate sobre alternativas de mudança social; c) considerar a diversidade de opiniões, crenças, percepções e culturas; d) fomentar a cidadania ativa e indignada em contextos de injustiças.

⁶ No original: “Una comunicación que pide responsabilidades y propone alternativas pacíficas y soluciones. De la creación de discursos sociales de cultura de paz. Discursos que constituyan un lugar de encuentro. De reconciliación. De construcción de una memoria reconciliadora. De una memoria educadora viva y en continua Construcción”.

⁷ No original: “Los niveles de violencia que transmiten los medios de comunicación y sus efectos son coherentes con las estrategias de control social de los grupos de poder”.

Uma efetiva aplicabilidade da comunicação para a paz se dá no Jornalismo para a Paz, que apresenta novos significados para as lógicas e esquemas de construção noticiosa. O conceito foi apresentado por Galtung em meados da década de 1970, por meio de articulações entre o jornalismo, a cultura de paz e os Estudos para a Paz (Cabral, Salhani, 2017). O JP nasce da constatação de que nas coberturas jornalísticas em situações de guerra e violência prevalecia a reprodução dos acontecimentos, focados meramente na exposição da violência, sem espaços para contextualizações e reflexões acerca dos processos que culminaram em guerra; com isso, essa perspectiva jornalística reivindica outros esquemas, práticas e rotinas profissionais que possam reorientar os parâmetros atuais da comunicação (Cabral; Salhani, 2017; Arévalo Salinas, 2014).

O objetivo de seu surgimento é contrapor-se ao jornalismo de guerra, dominante, focado na vitória de uns (“nós”) contra a derrota de outros (“eles”). Este processo, voltado para a guerra, não se concretiza por acaso, já que reportar é uma questão de escolha. Deste modo, é possível que editores e repórteres, visando ao desenvolvimento do jornalismo para a paz, façam as escolhas do quê e como reportar, de modo a criar oportunidades à sociedade de considerar e valorar a não-violência como resposta aos conflitos (Cabral; Salhani, 2017, p. 4).

O JP segue na contramão dos cânones tradicionais do jornalismo, especialmente no que tange à “objetividade”, compreendida como uma exigência de distanciamento entre o jornalista e o acontecimento noticioso. Arévalo Salinas (2014, p. 65, tradução nossa⁸) explica: “dada a importância social de alguns temas é imposible y éticamente irresponsable no mostrar un compromiso y dar un respaldo frente a las situaciones que violan los derechos humanos y geran exclusión”. Ao encontro desses argumentos, Arévalo Salinas e Farné (2016) consideram que é imprescindible que as abordagens jornalísticas inspiradas na perspectiva do JP promovam o desprendimento com as padronizações estilísticas que moldam o próprio fazer jornalístico. Assim, a prática do JP deve se posicionar contra os abusos cometidos nos diversos âmbitos sociais, de modo que “o compromiso para com a denúncia de fatos e eventos que violam os direitos humanos deve ser transversal à linha ideológica da mídia” (Arévalo Salinas; Farné, 2016, p. 5, tradução nossa⁹).

235

⁸ No original: “Dada la importancia social de algunos temas es imposible y éticamente irresponsable no mostrar un compromiso y un respaldo claro ante las violaciones de los derechos humanos y las situaciones de exclusión”.

⁹ No original: “El compromiso en relación a la denuncia sobre hechos y acontecimientos que vulneran los derechos humanos debe ser transversal a la línea ideológica del medio de comunicación”.

As distinções entre o Jornalismo para a Paz e o jornalismo de guerra/violência são apresentadas por Galtung (2006) não com finalidade maniqueísta ou binária, mas sim, de forma pedagógica, com o intento de viabilizar aplicações analíticas e verificar a tendência prevalecente nas narrativas jornalísticas. Ressaltamos que no contexto deste artigo, utilizamos a expressão jornalismo de violência (JV), tendo em vista que o foco de nossa investigação é um conflito de ordem social.

Segundo Galtung (2006), o JP explora a formação dos conflitos e os enxerga integralmente; por isso, prioriza-se a contextualização. É característica do jornalismo orientado para a paz o empenho em ser transparente na divulgação do conflito e considera os efeitos invisíveis da violência. Ademais, é proativo, pois busca a prevenção da violência. Por outro lado, o JV é orientado pela guerra e violência, tendo como foco a arena do conflito: sempre haverá uma parte vencedora e uma perdedora. A situação de dissenso é apresentada de forma obscura, pois tal abordagem ignora as causas que a desencadearam. Ademais, o foco está na violência direta, ressaltando os efeitos visíveis da violência.

O pensador norueguês também afirma que o JP tem a verdade como princípio. O JV, por outro lado, concentra-se em preservar as verdades de apenas um dos lados, o que é denominado como orientação para a propaganda (Galtung, 2006). Ressaltamos que, embora a verdade seja um dos pilares do jornalismo, esta noção é complexa, pois alguns direcionamentos podem se “mascarar” de verdades em um determinado momento sócio-histórico e, posteriormente, virem a se apresentar de forma distinta. O JP, neste sentido, seria direcionado a responder às demandas de um determinado tempo, porém, confrontando as verdades tidas como absolutas, principalmente quando estas fortalecem posicionamentos violentos e hegemônicos.

A terceira característica da abordagem jornalística direcionada à paz corresponde às pessoas. O JP concede espaço às vozes habitualmente silenciadas pelos canais midiáticos, ao passo que no JV prevalecem vozes hegemônicas (Cabral; Salhani, 2017). Finalmente, a última categoria corresponde a como o jornalismo lida com o desfecho dos conflitos. Conforme Galtung (2006), a orientação do JP é voltada para as soluções e age com criatividade com vistas para a superação do conflito; por isso, destaca iniciativas que visam consolidar a paz. Por outro lado, o JV é orientado para a vitória de um grupo sobre o outro e mascara as iniciativas de paz, desde que a vitória de uma das partes tenha sido consumada.

Essas definições acerca do JP demonstram o alinhamento da perspectiva ao que sinaliza o artigo 6º do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (Fenaj, 2024), que afirma: “opor-se ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão, bem como defender os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos”. A prática jornalística voltada para a paz tem como princípio a dignidade humana e, portanto, atua na identificação e denúncia das lógicas de violência, de modo a traçar possibilidades para ressignificá-las.

Do ponto de vista metodológico, os tópicos do itinerário do JP proposto por Galtung (2006) podem ser utilizados como categorias em análises de conteúdo ou de discurso, além de ampliar o leque de possibilidades para outras metodologias (Cabral; Salhani, 2017). Porém, as categorizações não estão restritas às propostas de Galtung; a depender do contexto em que a pesquisa está inserida, outras categorias podem ser utilizadas, a depender das necessidades do pesquisador frente ao universo sociocultural no qual se concentra.

Destacamos também que, embora concebido para reorientar coberturas em contextos de guerras entre nações, os princípios do JP também se aplicam em narrativas sobre conflitos de ordem social. Neste estudo, tratamos de coberturas acerca da homofobia: uma violência de ordem cultural, que legitima a violência direta, culminando em agressões e mortes de pessoas LGBTQIA+. Conforme o *Dossiê Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil*, em 2022, uma pessoa LGBTQIA+ foi morta a cada 32 horas: foram 228 homicídios, sendo as principais vítimas as mulheres transsexuais, travestis e homens gays.

Diante desses números, argumentamos que, tal como ocorre nas guerras tradicionais, a questão da homofobia é responsável por dizimar uma parcela considerável da população. Entendemos que, por se tratar de uma violência tão presente na sociedade, a representação jornalística sobre a homofobia aponta caminhos de soluções, sobretudo no que tange à denúncia dos casos e fomento de uma reflexão crítica frente a um cenário social marcadamente patriarcal, em que a homofobia está naturalizada nos discursos.

237

Metodologia e análises

Como objeto de análise, selecionamos o portal de notícias do Grupo Globo, o G1, para compreender como é construído o discurso deste veículo no que diz respeito à homofobia. Criado em 2006, o G1 se consolidou como o portal de notícias mais acessado

do país e, mensalmente, atinge em média 55 milhões de usuários¹⁰; além do próprio site, o conteúdo do G1 também pode ser acessado por meio de aplicativo para smartphones. Os conteúdos produzidos têm abrangência nacional, internacional e regional, sendo que todas as regiões do Brasil são contempladas pelo veículo, que conta com sucursais em locais estratégicos. Entendemos que a perspectiva do JP pode ser assumida na produção jornalística em diversas plataformas e meios. O jornalismo no segmento on-line tem o diferencial de utilizar estratégias diversas para aprimorar a contextualização dos acontecimentos narrados, tais como hiperlinks, vídeos, áudios, galerias de fotos, entre outras (Barbosa, 2002). Nossas análises se concentram nas produções textuais.

Conforme Bardin (2011, p. 42), a análise de conteúdo corresponde a um conjunto de técnicas que viabiliza a inferência de conhecimentos relacionados às condições de produção e recepção de mensagens a partir de três fases: pré-análise, categorização e inferências. Na fase da categorização, o pesquisador identifica as tendências prevalecentes no material analisado, o que ajuda a colocar ordem em uma aparente desordem; assim, as categorias seriam como “gavetas” ou “rubricas” para classificar os elementos de significação que constituem a mensagem (Bardin, 2011). Em suma, a exploração do material garante uma visão holística das formas simbólicas analisadas e auxilia o pesquisador a confrontar os conteúdos do material de análise com base em categorias desenvolvidas a partir das teorias que embasam o objeto analisado.

Sustentados pelas proposições de Galtung (2006) acerca do JP e das formulações relacionadas à homofobia enquanto expressão de violência cultural, formulamos categorias para orientar as análises dos textos jornalísticos. O quadro 1 sintetiza as categorias, elaboradas a partir das fundamentações de Cabral e Salhani (2017, p. 10), que apresentam as distinções entre o jornalismo para a paz e o jornalismo de guerra/violência; a intenção dos autores não é impor um olhar maniqueísta, mas fornecer uma perspectiva didática que viabilize a consecução de análises críticas acerca dos direcionamentos que prevalecem narrativas jornalísticas em contextos de conflito.

¹⁰ Informação divulgada pelo G1 em sua página institucional. Disponível em: <https://g1.globo.com/institucional/sobre-o-g1.ghtml>. Acesso em: 20 jul. 2023.

Quadro 01: Categorias e análise

Categoria	Descrição
Cobertura orientada para a paz	Explora a formação do conflito; há partes e objetivos específicos; Transparência ao narrar o conflito. Concede voz a todas as partes; empatia; compreensão. Enxerga o conflito como problema e tem foco na criatividade. Humaniza todas as partes. Prioriza a prevenção, antes que o conflito ocorra. Foco nos efeitos invisíveis da violência (traumas e danos presentes na estrutura e na cultura).
Cobertura orientada para a violência	Foco na arena do conflito; há duas partes e um objetivo: vencer. Obscurantismo ao narrar o conflito. “Nós x Eles”. Voz concedida somente a um lado do conflito. Enxerga uma das partes como problema. Foco nos efeitos visíveis da violência (dimensão direta).
Cobertura orientada para as pessoas	Foco nos atores sociais envolvidos no conflito; concede espaço aos grupos menos privilegiados.
Cobertura orientada para as elites (grupos dominantes)	Concede enfoque aos grupos sociais dominantes. No caso das coberturas acerca da homofobia, contribui para a naturalização de visões heteropatriarcais.
Cobertura orientada para soluções	Destaque para iniciativas empenhadas na paz e prevenção de conflitos. Foca na estrutura, na cultura e em uma sociedade pacífica. Resultado: resolução, reconstrução, reconciliação.

Fonte: elaborado pelo autor com base em Cabral e Salhani (2017, p. 10)

239

Com base nos pressupostos estabelecidos na fase da pré-análise, selecionamos os textos publicados pelo G1 nos meses de maio e junho de 2023. No primeiro contato com os materiais, realizamos uma busca relacionada à temática homofobia e, para tanto, fizemos uma pesquisa no campo do portal dedicado a este fim, onde é possível encontrar conteúdos desenvolvidos pelo veículo, com a seleção de palavras e períodos de publicação. Com isso, identificamos 48 publicações nesses dois meses, entre reportagens e notas, que, de alguma forma, versaram sobre a homofobia. Não consideramos os conteúdos audiovisuais, que muitas vezes são produzidos pelas praças do Grupo Globo e compartilhadas no portal.

Neste artigo, selecionamos narrativas jornalísticas elaboradas em contextos de violência motivada por homofobia, tendo em vista que nosso objetivo é justamente verificar como uma grande mídia jornalística atua na representação dessa temática. Frisamos que, embora sucinto, o escopo analítico indica pistas de como os critérios do Jornalismo para a Paz podem ser aplicados em análises críticas de narrativas jornalísticas, como forma de indicar as tendências prevalecentes nas coberturas, isto é, as matérias estão focadas na

mera reprodução da violência ou apontam possibilidades de superação? Como afirmam Cabral e Salhani (2017), as coberturas jornalísticas consistem em escolhas de enquadramento, linguagem e outros elementos que podem estar a serviço da humanização e distantes da ênfase na violência direta.

Na sequência, procedemos com a leitura do material e dividimos os textos de acordo com as categorias de análise do quadro 1. O gráfico a seguir nos auxilia a visualizar a frequência dos textos em cada uma das categorias apresentadas.

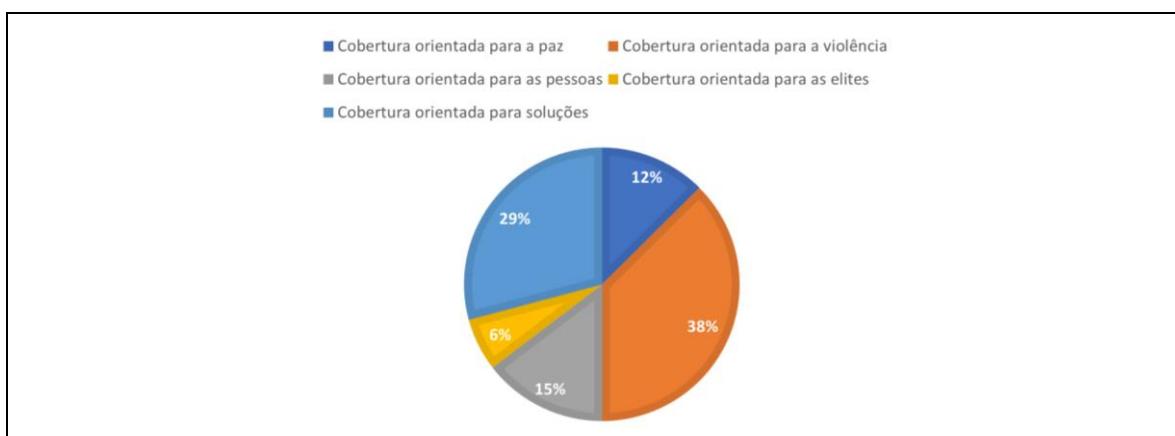


Gráfico 1: Frequência das narrativas a partir das categorias analíticas. Criado pelo autor

Observa-se que as coberturas realizadas pelo G1 neste período foram equilibradas, ainda que a maior parte dos textos, ou seja, 38%, esteja com orientações para a violência (18 matérias). O foco na violência é precisamente uma realidade a qual a perspectiva do JP faz oposição, haja vista que, por se concentrarem na violência em sua dimensão direta, essas coberturas nem sempre contextualizam o conflito, o que limita as reflexões sobre suas raízes mais profundas – violência estrutural e cultural (Salhani; Santos; Cabral, 2020) –, que muitas vezes se encontram naturalizadas na estrutura social. A seguir, selecionamos alguns exemplos de matérias em cada uma das categorias mencionadas e apresentamos análises qualitativas com base no arcabouço teórico do JP¹¹.

Dentre as matérias do G1 cujo direcionamento se aproxima da violência, está *Casal de brasileiros é espancado em Lisboa e deixa cidade por medo* (Leão, 2023), publicada em 29 de maio. O texto acompanha um vídeo que traz o depoimento do casal vítima de

¹¹ Não especificamos as editorias nas quais as matérias foram publicadas, visto que o portal não disponibiliza esta informação.

agressão em um bar na cidade de Lisboa, Portugal; além disso, divulga fotos de ambos com os hematomas à mostra. A ênfase da narrativa está na violência direta, que como aponta Galtung (1969), corresponde àquela na qual vítimas e agressores são evidenciados e facilmente identificados. O texto apresenta depoimentos das próprias vítimas, que relatam a agressão detalhadamente. Um dos fundamentos do jornalismo orientado para a paz é apresentar todos os lados do fato narrado e, nesse aspecto, percebemos falta de contraponto; no entanto, o texto traz a informação de que a equipe de reportagem tentou contato com o estabelecimento português, mas não havia recebido retorno; foi reproduzida uma nota que o estabelecimento divulgara em suas redes sociais, sinalizando que iria apurar a ocorrência. Há uma crítica também à omissão da polícia portuguesa, trazida a partir dos depoimentos das vítimas.

O foco do texto está na arena do conflito, que é uma característica marcante do jornalismo de guerra/violência (Cabral; Salhani, 2017). Há a intenção de denunciar uma violência de motivação homofóbica, mas o texto não traz informações que poderiam resultar em uma abordagem mais crítica, por exemplo, sobre como esses crimes são tratados pela justiça de Portugal. As coberturas jornalísticas para a paz prezam pelo equilíbrio e garantem atenção a todas as etapas do que está sendo narrado: “o antes (o que levou àquela situação), o durante (o que deve ser feito para transformá-la) e o depois (legado: quais são as consequências e estratégias de prevenção” (Cabral, Salhani, 2017, p. 15).

Outro exemplo de narrativa que se enquadra na categoria orientada para a violência é *Mulher trans é agredida a marteladas na rua em Esteio; três homens foram presos* (Campos, 2023), publicada em 29 de abril. É relatado um caso de transfobia, porém, o primeiro ponto a ser tensionado é o fato de não haver um aprofundamento sobre este tipo de violência marcadamente presente na sociedade brasileira. A matéria focaliza a violência direta, com a descrição da agressão, o que, segundo Galtung (2006), é característico das construções jornalísticas que se afastam da perspectiva da paz. De modo sucinto, o texto expõe os dizeres da advogada da mulher trans agredida, que afirma a necessidade de que casos de transfobia precisam ser denunciados; todavia, não indica caminhos para isso, se afastando do que Lynch e McGoldrick (2005) consideram como uma das missões do JP, que é garantir oportunidades para que a sociedade busque soluções diante da violência.

Na categoria cobertura orientada para a paz, exemplificamos por meio das matérias *Em 10 anos, número de casamentos homoafetivos aumentou 850% no ES* (Oliveira, 2023), publicada em 17 de maio, e *Projeto oferece apoio psicológico gratuito para comunidade*

LGBTQIA+ em Uberlândia (Borges, 2023), de 17 de maio. O primeiro texto apresenta uma realidade de superação diante da homofobia. Produzida no Estado do Espírito Santo, a reportagem divulga dados quanto ao registro de casamentos homoafetivos efetivados na região. No entanto, o foco não está somente nos dados, mas também na apresentação de personagens que relatam suas histórias, como é o caso de Elissandra de Souza, casada há 19 anos com Andréa Miguel.

O texto destaca os dizeres da personagem: “A importância de formalizar a união vai desde a certificação de que temos os mesmos direitos e deveres que os casais héteros e reafirma o nosso compromisso diante da família e sociedade”. Por fim, a matéria também apresenta uma tabela com os números de todos os casamentos homoafetivos realizados no Estado, de 2013 a abril de 2023. Um ponto importante a ser destacado e que se aproxima do jornalismo orientado para a paz é o tópico que encerra o texto, trazendo informações sobre os procedimentos a serem realizados pelas pessoas que desejam formalizar o casamento; o texto presta serviço ao trazer detalhes quanto aos prazos e documentos necessários. Isso vai ao encontro do JP, no sentido de propor “soluções que podem levar à paz de maneira mais eficiente” (Salhani; Santos; Cabral, 2020, p. 6).

O segundo texto, por sua vez, divulga o projeto Somos, da Universidade Federal de Uberlândia, que oferece acompanhamento psicológico à comunidade LGBTQIA+ da cidade. Destaca-se o fato de a matéria ter sido publicada na data em comemoração ao Dia Internacional de Combate à LGBTQIA+fobia (17 de maio), com direcionamento que atende à prestação de serviço, um dos princípios do jornalismo. A divulgação de iniciativas como essa vai ao encontro da perspectiva da paz, que se ocupa em conceder visibilidade aos processos e práticas que sigam na contramão de lógicas violentas (Arévalo Salinas, 2014).

A matéria *Igarassu sanciona lei que proíbe contratação de condenados por racismo e homofobia para cargos públicos* (Ferraz; Soares, 2023), publicada em 20 de maio, se encaixa na categoria cobertura orientada para soluções. Observamos o empenho da narrativa em apontar soluções para o enfrentamento de situações de violência. Já na linha fina é possível observar tal direcionamento: “Especialistas ouvidos pelo G1 enxergam medida como avanço importante, mas ponderam que morosidade da justiça não pode ser usada para proteger criminosos”. O texto discute uma nova lei de Igarassu, no Recife, que proíbe pessoas condenadas por crimes de racismo e homofobia de assumirem cargos na administração pública do município.

Contemplando múltiplas vozes, que é uma característica do Jornalismo para a Paz (Cabral; Salhani, 2017), a matéria apresenta visões de especialistas e representantes dos movimentos negro e LGBTQIA+, com foco nas críticas relacionadas à morosidade nas decisões e suas possíveis consequências, como podemos perceber no trecho: “De acordo com a advogada Patrícia Teodósio, o poder público possui mecanismos que, se bem aplicados, podem evitar que criminosos sejam protegidos pela demora na conclusão dos processos”. Vale ressaltar a importância de textos jornalísticos que elucidam pontos sobre a legislação, para que o público interessado tome conhecimento sobre seus direitos. No que tange à criminalização da homofobia no Brasil, ainda imperam muitas dúvidas e, nesse sentido, as coberturas jornalísticas impelidas em enfrentar essa violência podem indicar esclarecimentos.

No que tange às coberturas com foco nas elites, exemplificamos por meio da matéria *Por que psicóloga praticando crime de homofobia no Rio não foi presa em flagrante* (Rodrigues, 2023), de 31 de maio. A ênfase na narrativa é o aspecto jurídico relacionado ao flagrante de práticas homofóbicas, como ocorrido no Rio de Janeiro, onde uma psicóloga proferiu ofensas homofóbicas a funcionários de um restaurante. Desse modo, para explicar como a justiça atua nesse sentido, a matéria enfatiza o posicionamento de juristas. Compreendemos que este é o foco do texto, mas vale destacar que a tendência de “reportar somente o posicionamento de fontes oficiais, eventos em vez de processos e dualismos em relação às partes envolvidas nos conflitos” (Cabral; Salhani, 2017, p. 5) é recorrente no jornalismo, o que se distancia da perspectiva do JP.

A cobertura orientada para as pessoas, por outro lado, privilegia as múltiplas vozes integrantes do conflito narrado, e não somente as fontes oficiais e legitimadas (Galtung, 2006; Cabral Salhani, 2017). Como exemplo, encontramos a publicação de 17 de maio, intitulada *Contra preconceito, comunidade LGBTQIAP+ pede mais diálogo, humanização e respeito* (Santos, 2023). Logo na introdução, a reportagem enfatiza os sujeitos inseridos no conflito: “Nesta quarta-feira (17) é comemorado o Dia Internacional contra a Homofobia, Transfobia e Bifobia. Para falar sobre o assunto pela ótica de quem sente na pele e vive os desafios diários impostos pela sociedade, o G1 trouxe relato de pessoas da comunidade LGBTQIAP+”.

Na sequência, o texto traz diversos relatos de pessoas que sofreram violência homofóbica, tanto direta quanto indiretamente e traz relatos de pessoas trans, gays e lésbicas, com a intenção de contemplar a diversidade da população LGBTQIA+. Ainda que

haja a falta de representatividade de outros grupos pertencentes à sigla, a narrativa demonstra proximidade à perspectiva do JP, especialmente por se propor a ser direcionado às pessoas, destacando, em suas coberturas, o sofrimento de todos os grupos, especialmente as minorias sociais (Salhani; Santos; Cabral, 2020).

Considerações finais

Este estudo trouxe reflexões sobre o Jornalismo para a Paz como possibilidade para a efetivação de leitura crítica acerca de um conflito latente na sociedade brasileira: a homofobia. A perspectiva teórica dos Estudos para a Paz proporciona competências analíticas que auxiliam os pesquisadores a olharem para os conflitos de ordem social e propor caminhos para uma possível ressignificação. O Jornalismo para a Paz sugere a reorientação dos enquadramentos jornalísticos condicionados em reproduzir estruturas de violência; trata-se de uma possibilidade teórica e metodológica, que pode ser assumida como chave de leitura de narrativas em contextos de violência. Na prática profissional, a perspectiva tem o potencial de servir de roteiro capaz de conduzir a produção dessas narrativas, apesar dos limites impostos pelo atual contexto das redações, que, inseridas em um modelo de produção capitalista, muitas vezes optam por caminhos considerados pragmáticos e preterem elementos importantes da prática, como a contextualização dos fatos narrados, contemplar todos os atores envolvidos, entre outros aspectos inerentes à atividade jornalística.

Compreendemos que a ressignificação de estruturas sociais marcadamente violentas pressupõe um processo de mudança cultural que impacta a dimensão ontológica, afetiva e comportamental da sociedade. Por isso, a superação ou transformação de uma realidade conflituosa implica, sobretudo, um processo de ressignificação das lógicas que pautam a sociedade, ou seja, demanda esforços pedagógicos que impliquem a contextualização histórica, política e social do conflito. Para contribuir com a ressignificação de um conflito social, a narrativa jornalística deve agir no sentido de identificar a violência, o que é assegurado no próprio ato de narrar o acontecimento. Importante ressaltar também que conflitos são elementos constituintes de qualquer contexto social e o enfrentamento demanda esforço não somente da comunicação, mas também de outras instâncias. A mídia que pratica o Jornalismo para a Paz deve abordar, contextualizar e problematizar o conflito, e, com isso, indicar possíveis vias para a ressignificação dessas realidades.

As narrativas jornalísticas podem ser elaboradas no sentido de contribuir para a desnaturalização e ressignificação da homofobia, especialmente se levarmos em conta que a violência cultural é um aspecto pouco percebido, mas muito presente no texto jornalístico, dado que essa prática profissional se constitui como agente integrante da sociedade e, portanto, tende a reproduzir comportamentos dominantes na esfera social. Com efeito, propusemos identificar quais características do JP foram adotadas e quais foram preteridas pelo portal G1 no que se refere às coberturas acerca da homofobia no recorte selecionado. Como apresentado nas breves análises, alguns elementos do JP se fazem presentes nas narrativas, ainda que tal direcionamento não seja assumido ou tampouco conhecido por este veículo. Essa perspectiva propõe um olhar crítico diante dos cânones tradicionais de produção jornalística, com vistas para caminhos que possibilitem coberturas mais abrangentes e humanizadoras.

É justo frisar que o JP não é a única forma de se praticar o “bom jornalismo”, como alertam Cabral e Salhani (2017). O jornalismo cidadão, por exemplo, se empenha em fomentar a cidadania ativa ao contemplar pautas oriundas dos anseios do próprio público e, assim, faz oposição às diversas injustiças provenientes da violência estrutural e cultural. Destaca-se também o jornalismo desenvolvido pelas “mídias alternativas” ou “mídias radicais”, que combatem lógicas hegemônicas e lutam por espaço e representatividade, fazendo ecoar as demandas de grupos sociais cujas vozes são abafadas pela mídia dominante. Assim, é vasto o campo de investigação sobre abordagens jornalísticas que seguem na contramão da lógica dominante e que visam promover emancipação social e superação de violências diversas. O itinerário de Galtung (2006), reproduzido por Cabral e Salhani (2017), aponta diversas possibilidades para futuras investigações relacionadas ao Jornalismo para a Paz, que tenham a finalidade de compreender como se dá a representação da violência e da paz nas coberturas noticiosas.

245

Referências

ARÉVALO SALINAS, A. I. Periodismo y comunicación para la paz. Indicadores y marco regulatorio. **Revista Comunicación y Ciudadanía Digital – COMMONS**, v. 3, n. 1, p. 57-92, 2014.

ARÉVALO SALINAS, A. I.; FARNÉ, A. Comunicación y cambio social: un análisis desde la investigación centrado en el periodismo. **Cultura, Lenguaje y Representación**, v. 15, p. 11- 19, 2016.

BARBOSA, S. A informação de proximidade no jornalismo on-line. **Contracampo**, Niterói, RJ, n. 7, p. 47-64, 2002.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BORGES, L. F. Projeto oferece apoio psicológico gratuito para a comunidade LGBTQIA+ em Uberlândia. Portal G1, 17 mai. 2023. Disponível em: <https://bit.ly/3WvyJZS>. Acesso em 20 jun. 2024.

BORRILLO, D. **Homofobia**: história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

CABRAL, R.; SALHANI, J. Jornalismo para a paz: conceitos e reflexões. **E-Compós**, [S. I.], v. 20, n. 3, 2017. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/1371>. Acesso em: 21 jun. 2024.

CAMPOS, J. Mulher trans é agredida a marteladas na rua em Esteio; três homens foram presos. **Portal G1**, 29 abr. 2023. Disponível em: <https://bit.ly/4bPQibj>. Acesso em: 20 jun. 2024.

246

FENAJ. Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. Disponível em: <https://fenaj.org.br/codigo-de-etica-dos-jornalistas-brasileiros>. Acesso em: 22 jul. 2024.

FERRAZ, A.; SOARES, F. Igarassu sanciona lei que proíbe contratação de condenados por racismo e homofobia para cargos públicos. **Portal G1**, 20 mai. 2023. Disponível em <https://bit.ly/3WcSdkt>. Acesso em: 31 ago. 2023.

FERREIRA, M. A. S. V. As origens dos estudos para a paz e seus conceitos elementares: paz, violência, conflito e guerra. In: FERREIRA, M. A. S. V.; MASCHIETTO, R. H; KUHLMANN, P. R. L. (Orgs.). **Estudos para a paz**: conceitos e debates. São Cristóvão: Editora UFS, 2019. p. 47-83.

GALTUNG, J. Peace journalism as an ethical challenge. **Global Media Journal**: Mediterranean Edition, v. 1, n. 1, p. 1-5, 2006.

GALTUNG, J. Violence, peace, and peace research. **Journal of Peace Research**, v. 6, n.3, p. 167-191, 1969.

GALTUNG, J. **Violencia cultural**. Gernika-Lumo: Gernika Gogoratz, 2003.

LEÃO, V. Casal de brasileiros é espancado em Lisboa e deixa cidade por medo. **Portal G1**, 29 mai. 2023. Disponível em: <https://bit.ly/3LwAPSS>. Acesso em: 31 ago. 2023.

LÓPEZ BECERRA, M. H. Reflexiones sobre las desigualdades en el contexto de los estudios de paz. Granada, **Revista Paz y Conflictos**, n. 4, 2011.

LYNCH, J.; McGOLDRICK, A. **Peace Journalism**. Stroud: Hawthorn Press, 2005.

MASCHIETTO, R.H.; NOBRE, F.; NOGUEIRA, S. G. Compreender para mudar: epistemologia e metodologia dos estudos para a paz. In: FERREIRA, M. A. S. V.; MASCHIETTO, R. H; KUHLMANN, P. R. L. (Orgs.). **Estudos para a paz: conceitos e debates**. São Cristóvão: Editora UFS, 2019. p. 537-576.

MORIN, E. **Ciência como consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

NOS ALDÁS, E.; SEGUÍ-COSME, S.; RIVAS MACHOTA, A. M. **Comunicación y construcción de paz**. Barcelona: Icaria Editorial, 2008.

OLIVEIRA, F. Em 10 anos, número de casamentos homoafetivos aumentou 850% no ES. **Portal G1**, 17 mai. 2023. Disponível em: <https://bit.ly/3SkAC97>. Acesso em: 31 ago. 2023.

247

PUREZA, J. M. **Estudos sobre a paz e cultura de paz**. Intervenção proferida no âmbito do Colóquio “Prevenção de Conflitos e Cultura de Paz”, n. 95/96, p. 33-42, Lisboa, 2000.

PUREZA, J. M; CRAVO, T. Margem crítica e legitimação nos estudos para a paz. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 71, p. 5-19, 2005.

RODRIGUES, M. Por que psicóloga praticando crime de homofobia no Rio não foi presa em flagrante. **Portal G1**, 31 mai. 2023. Disponível em: <https://bit.ly/3ShxXx0>. Acesso em 20 jun. 2014.

SALHANI, J.; SANTOS, H.; CABRAL, R. Uma perspectiva feminista ao jornalismo para a paz. **Revista Estudos Feministas**, [S. I.], v. 28, n. 3, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/61625>. Acesso em: 20 jun. 2024.

SANTOS, J. Contra preconceito, comunidade LGBTQIAP+ pede mais diálogo, humanização e respeito. Portal G1, 17 mai. 2023. Disponível em: <https://bit.ly/4dbaaXt>. Acesso em: 20 jun. 2024.

VICENTE, M. M. Comunicación y paz activa: un dialogo posible. São Paulo, **Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 38, n. 1, 2015. p. 275-292.

Submissão: 27 de set. 2023.

Aceite: 22 de jul. 2024.

Vida, morte e incerteza no jornalismo

Um estudo da reportagem “Nove meses de luto” à luz da epistemologia da compreensão

Carolina Klautau
Claudio Novaes Pinto Coelho

Resumo

“Nove meses de luto: impedidas de escolher, grávidas de fetos com órgãos vitais comprometidos se preparam para o luto durante o pré-natal” é uma reportagem publicada pela Agência Pública, em 2018. O texto de Joana Suarez relata a experiência de mulheres que precisam viver os nove meses de gestação, sabendo que seus(suas) bebês não terão vida fora do útero. À luz da epistemologia da compreensão, da forma como é trabalhada por Dimas Künsch, entendemos que a reportagem dialoga com os princípios da incerteza e da complementaridade de opostos ao narrar histórias, sobretudo, de vida e morte. Também fazem parte do texto noções como dialogia, polifonia, polissemia e afeto. Nos ajudam a tecer os sentidos sobre o assunto os pensamentos de Cremilda Medina, Edgar Morin, Mikhail Bakhtin e Muniz Sodré.

Palavras-chave: Epistemologia da Compreensão. Jornalismo. Incerteza.

Life, death and uncertainty in journalism: a study on the “Nove meses de luto” reporting based on comprehension’s epistemology

Abstract

“Nove meses de luto: impedidas de escolher, grávidas de fetos com órgãos vitais comprometidos se preparam para o luto durante o pré-natal” is a reporting published by Agência Pública, in 2018. Joana Suarez’s text tells about the women that have to carry a baby for nine months, although they will never survive out of their belly. Based on comprehension’s epistemology, in the way Dimas Künsch thought, we believe that the reporting dialogues with uncertainty and complementarity of opposites as principles in a text that talks about life and death. Dialogy, polyphony, polysemy and affection are other principles that appear in Suarez’s text. In this article, our theoretical references are Cremilda Medina, Edgar Morin, Mikhail Bakhtin e Muniz Sodré.

Keywords: Comprehension’s epistemology. Journalism. Uncertainty. Agência Pública.

Epistemologia da Compreensão

Um pensamento que se diz “compreensivo”, a partir da perspectiva de Hannah Arendt (2008), não busca a explicação de fenômenos, pois, se tivesse esse objetivo, seria um pensamento que se esgotaria, que teria um fim. Na verdade, quando buscamos a compreensão de algo, abraçamos a mudança, um ensaio de entendimento de um determinado assunto, visto por múltiplas perspectivas.

A compreensão, diferentemente da informação correta e do conhecimento científico, é um processo complexo que nunca gera resultados inequívocos. É uma atividade interminável por meio da qual, em constante mudança e variação, chegamos a um acordo e a uma conciliação com a realidade, tentamos sentir o mundo como nossa casa (Arendt, 2008, p. 33).

O sentido original da palavra “compreender” (no latim *comprehendere*), é “abranger, abraçar ou pegar junto”. No abraço amplo da compreensão cabem os vários tipos de conhecimentos produzidos pelos seres humanos – da mitologia à física moderna, segundo Dimas Künsch (2005, p. 46). Dessa forma, outras características do pensamento compreensivo são a abertura a diferentes saberes, a ausência de hierarquias entre visões de mundo e a construção de pontes onde o conhecimento foi fragmentado em disciplinas. A compreensão é, em sua essência, transdisciplinar ou, indo mais além, é indisciplinar, como sugere Edgar Morin (2001).

249

A compreensão como método incita a abrir bem os olhos para, mais uma vez, perceber a multiplicidade de formas de que dispõem os humanos de ver o mundo e a vida, de produzir sentidos, de narrar e de se orientar, como resultado desses processos, sempre muito variados, de se aproximar dos fenômenos. Nesse vasto mundo compreensivo, mais vale perguntar e perguntar que responder, definir, conceituar (Künsch; Menezes; Passos, 2017, p. 11).

Para a epistemologia da compreensão, vale “mais interrogações e vírgulas” e “menos pontos finais” (Künsch, 2008, p. 41) e esse flerte com a incerteza pode parecer estranho quando associado ao jornalismo, que se coloca como desvelador da verdade e como um meio pelo qual a sociedade pode encontrar explicações para os fenômenos cotidianos. Em comunhão com Suzane Langer (2004), a epistemologia da compreensão acredita que não são as respostas que marcam o pensamento de um tempo e sua cultura, mas, sim, as boas perguntas.

É que a epistemologia da compreensão convida a uma mudança de chave quando o assunto é a forma como encaramos o mundo, o conhecimento, a pesquisa científica e, também, o jornalismo. E a mudança vai na linha daquilo que propõe o filósofo Martin Buber (2012) com suas palavras-princípio: o objetivo é transformar o “Eu-Isso” (como a relação sujeito-objeto, por exemplo) em um “Eu-Tu” (que faria com que pensássemos mais em sujeitos de pesquisa no lugar de objetos à nossa disposição para exploração).

A Compreensão trabalha na esfera do que Morin (2001, p. 35-36) chama de “princípios do conhecimento pertinente” ao acreditar que “o conhecimento das informações ou dos dados isolados é insuficiente. É preciso situar as informações e os dados em seu contexto para que adquiram sentido”. Isso significa que não existem conhecimentos “de segunda mão” ou desprezados pelo abraço da epistemologia da compreensão: dependendo daquilo sobre o qual se fala, chama-se as diferentes áreas do saber para somar (e sem hierarquizações). Dessa forma, há espaço, na academia, para as artes, a filosofia, a mitologia, as religiões, os saberes ancestrais, a física, a psicologia, entre outros. Coloca-se aquilo que é considerado científico e não-científico lado a lado, em uma postura de diálogo entre saberes.

Por ter como um de seus princípios a conversa entre os diferentes, a compreensão traz para sua roda de saberes a valorização das várias formas de conhecimento do mundo. E entre essas incluímos a incerteza e a complementaridade de opostos que são trabalhadas pela arte, religião e mitologia – há pelo menos milhares de anos – e pela psicologia, física e sociologia – de forma mais recente. Mas e o jornalismo? Há espaço para ele dentro do abraço amplo da compreensão? E, se há, como dialoga com a incerteza e a complementaridade de opostos?

250

Jornalismo sob o signo da compreensão

Quando o jornalismo é pensado e praticado sob o signo da compreensão, ele deixa de preocupar-se com formas engessadas (como lide, pirâmide invertida e imparcialidade) para abraçar o compromisso com aquilo que chega pelos cinco sentidos, pela pluralidade de vozes e pelas cenas cotidianas – isso sem deixar de lado sua principal função social que é a mediação social da informação (Medina, 2008), por meio da transformação do caos em um cosmos de sentidos (Medina, 2003).

Por signo da compreensão se entendem certas atitudes e procedimentos que aproximam a pessoa do repórter e o resultado de seu trabalho de mediação a uma visão mais complexa e plural do mundo, humana, dialogante, aberta, sem deixar de ser racionalmente sustentável. O gesto compreensivo rejeita respostas definitivas e juízos fechados. Abre caminhos. Não define ou conceitualiza. Propõe (Künsch, 2000, p. 22).

Quando o jornalismo dialoga com a epistemologia da compreensão, ele busca abraçar os saberes de diferentes personagens, colocar em uma roda de conversa os diversos pontos de vista sobre o fato, além de mais questionar do que afirmar. O signo da compreensão tenta despir jornalistas de sua suposta função de revelar a verdade para a sociedade, preferindo entender que a produção simbólica feita por jornalistas é uma interpretação – entre tantas possíveis – dos acontecimentos cotidianos.

Ao entender que a realidade é feita menos de linearidade do que de contradições, a complexidade pode se dar porque o jornalismo é, em sua essência, um espaço de conflitos, como diz Manuel Chaparro (1999), e de disputa de sentidos. Dessa forma, reger o mosaico das diversas redes de forças que envolvem os acontecimentos, como entendem Cremilda Medina e Paulo Roberto Leandro (1973), é reconhecer que trabalhar com a mediação social da informação é pensar política, economia, cultura, saúde pública, direitos e outras áreas como complementares e igualmente importantes para conhecer o que está por trás de um determinado fato (Medina, 2008). “Uma noção complexa que exige aprendizado na narrativa da contemporaneidade é a intercausalidade das coisas, substituindo a concepção de que qualquer situação decorre de um único fator causador” (Medina, 2003, p. 118).

Resumidamente, é essa a perspectiva do jornalismo sob o signo da compreensão:

No lugar da objetividade, a amplitude da possibilidade de compreensão; onde antes a razão era soberana, agora a negociação com a subjetividade e a intuição; no lugar de causas e efeitos, as probabilidades e os prognósticos; onde havia a intenção de doutrinar, de explicar, o ensaio de compreensão. Jornalistas não impõem essa mudança de olhar sobre sua prática profissional, é o tempo complexo, a contemporaneidade, que pede, com urgência, uma reorganização e uma sensibilização, cada vez maior, na tentativa de orientação dos cidadãos e das cidadãs diante do caos do cotidiano (Klautau, 2022, p. 122).

É possível pensar o jornalismo sob a epistemologia da compreensão a partir de alguns princípios, como dialogia, polifonia, polissemia, afeto, multiperspectividade, incerteza e complementaridade de opostos. São esses os princípios, aliás, com os quais Joana Suarez (2018) conversa em sua reportagem publicada pela *Agência Pública*.

Ao entendermos que o signo da compreensão só é possível a partir do encontro com o outro em relação, nos alinhamos ao princípio da dialogia de Buber (2012) para quem o encontro face a face é fundamental na compreensão do mundo e dos sujeitos. Evocando suas palavras-princípio, Eu-Tu e Eu-Isso, sujeitos, então o Eu, só conseguem existir ao passo em que enxergam o Outro, o Tu, em sua alteridade. Eu e Tu não existem separadamente, mas apenas quando estão em relação.

A dialogia, então, se realiza quando há o encontro de corpo e sentidos presentes, quando há a transformação dos seres envolvidos na relação e com o deslocamento de si em direção a um Outro que é diferente e precisa ser percebido em toda a sua diferença.

O segundo princípio que guia a prática do jornalismo sob o signo da compreensão é a polifonia, que caminha ao lado de um terceiro princípio, a polissemia. Com base na obra do escritor russo Fiodor Dostoiévski, Mikhail Bakhtin (2005) fala de uma multiplicidade de vozes e de consciências independentes que aparecem nas obras do autor de *Crime e Castigo*, *Memórias do Subsolo*, *Noites brancas*, entre outras.

Segundo Bakhtin (2005, p. 46, grifos do autor), uma personagem interessa a Dostoiévski “enquanto *pontos de vista específicos sobre o mundo e sobre si mesma*, enquanto posição racional e valorativa do homem em relação a si mesmo e à realidade circundante”. Debaixo do guarda-chuva da polifonia há espaço para a multiplicidade de mundos e para as contradições inerentes aos sujeitos. Um romance polifônico – ou uma reportagem polifônica, em nosso caso – reconhece a existência de vozes, consciências, visões de mundo e personalidades particulares e distintas. E se há toda essa pluralidade de vozes, é natural que tenhamos também a pluralidade de sentidos – ou polissemia, que é a organização, narração e edição dos múltiplos sentidos coletados por jornalistas quando vão às ruas (Medina, 2014).

Não é o(a) repórter, aliás, que “dá voz” aos(as) protagonistas sociais do cotidiano; elas já estão lá, então cabe a quem reporta ouvi-las. “Ao voltar com as falas contextualizadas, [o(a) jornalista] vê-se então às voltas com a representação simbólica desses plurálogos de sentidos na reportagem” (Medina, 1996, p. 232).

Vale fazer uma ressalva aqui: uma reportagem polifônica e polissêmica não é aquela que está preocupada com a quantidade de vozes e sentidos, mas com a qualidade e riqueza de ambos. Nesse caso, importa mais o estabelecimento de relações dialógicas do que volume de entrevistas.

O próximo princípio com o qual o jornalismo sob o signo da compreensão dialoga é o afeto. Em *Ética* (2009), Baruch de Spinoza considera que o afeto é algo que move, que inclina corpo e mente em direção a uma ação. Quanto mais o corpo está disposto a ser afetado, maior é a abertura para as relações com o mundo exterior. O filósofo holandês toma um rumo diferente daquele traçado por René Descartes, e mais aceito pela Ciência Moderna, que separa a mente do corpo, com aquele considerado “mais importante” do que esse.

Na Comunicação, Muniz Sodré (2006) reflete sobre o tema do afeto. Para o sociólogo baiano, no contexto do pensamento hegemônico ocidental, a razão instrumental é privilegiada em relação ao diálogo com os afetos. “No transe de sua quantificação científica e tecnológica, o mundo moderno começa a suspeitar mais fortemente dos afetos e das paixões, enquanto instâncias de confusão ou de uma desmedida socialmente indesejável” (Sodré, 2006, p. 232).

Sodré (2006) considera que a mídia redescobre como o afeto é potente para atingir e mover o público a partir da instrumentalização do sensível. Isso ocorre quando, por exemplo, um(a) entrevistado(a) é levado a chorar em um programa de televisão. No lugar de efetuar o ato emancipatório que o afeto pode proporcionar, nesse caso só há o ganho de audiência. A construção que Sodré faz sobre o afeto vai desaguar na crítica à visão de mundo newtoniana-cartesiana – esta chamada de signo da explicação (Klautau, 2022).

Antes de estudarmos a reportagem escrita por Joana Suarez, vamos abordar os dois últimos princípios que guiam o jornalismo sob o signo da compreensão, complementaridade de opostos e incerteza, à luz da psicologia junguiana e da sociologia, respectivamente¹.

Incerteza e complementaridade de opostos: princípios compreensivos para a prática jornalística

Carl Gustav Jung nasceu em 1875 na Suíça e tinha uma carreira promissora: levar adiante os estudos de Sigmund Freud sobre a mente humana. Mas os estudos de Jung

253

¹ Para ver os dois princípios abordados por outras áreas do conhecimento, recomenda-se a leitura de Escutar, Dialogar e Compreender: Jornalismo em Tempo de Incertezas (Klautau, 2022).

levaram-no para um caminho diferente do de seu mestre e o psiquiatra acabou fundando a Psicologia Analítica.

É a partir da mitologia, das religiões, da antropologia e da física moderna que Jung vai pensar a questão da psique humana e é, justamente, a sua perspectiva transdisciplinar que vai fazer com que seu caminho e de Freud não se cruzem mais.

Em sua forma compreensiva de estudar a psique humana, Jung dialoga com a complementaridade de opositos. Em *O homem e seus símbolos* (2008), o autor reúne várias narrativas míticas e artísticas que conversam com esse princípio.

Nem o princípio materno nem o paterno podem existir sem o seu oposto, pois ambos eram um só no início e tornar-se-ão um só no fim. A consciência só pode existir através do permanente reconhecimento e respeito do inconsciente: toda vida tem que passar por muitas mortes (Jung, 2008, p. 104).

É por meio da “tensão dos opositos” (Jung, 2008, p. 230) que o equilíbrio é possível. E entre esses opositos estão a consciência e a inconsciência, masculino e feminino, luz e sombra, criação e destruição, vida e morte. Uma das influências da psicologia analítica é o filósofo grego Heráclito, que considerava que o conhecimento só se dava a partir do diálogo entre opositos. Fugindo de uma visão dualista, os pares de opositos não se excluem, pelo contrário, complementam-se, já que “em todo caos há um cosmos, em toda desordem uma ordem secreta, em todo capricho uma lei permanente, uma vez que o que atua repousa no seu oposto” (Jung, 2008, p. 41). E fica a cargo dos símbolos, criados pelo inconsciente e ampliados pela consciência, o equilíbrio entre os opositos.

Um exemplo de como se dá o equilíbrio entre a coisa e o seu contrário é a *anima* e o *animus*. Aquela representa o elemento feminino no inconsciente masculino e esse último o contrário. Para a psicologia junguiana, “um homem torna-se realmente capaz de se relacionar bem com uma mulher” (Jung, 2008, p. 30) quando consegue libertar-se da imagem feminina, normalmente representada pela figura materna, guardada em seu inconsciente. Nessa negociação dos seres humanos com o seu interior costuma aparecer a figura da sombra, que representa aquilo que não se quer demonstrar, que incomoda ou que se pretende esconder.

Marie Louise von Franz (2008, p. 173), uma das autoras de *O homem e seus símbolos*, entende que:

Problemas morais, difíceis ou confusos não são invariavelmente provocados pelo aparecimento da sombra. Muitas vezes emerge uma outra "figura interior". Se o sonhador for um homem irá descobrir a personificação feminina do seu inconsciente; e caso seja uma mulher, será uma personificação masculina. Muitas vezes este segundo personagem simbólico aparece por detrás da sombra, trazendo novos e diferentes problemas. Jung chamou às formas masculina e feminina, respectivamente, *animus* e *anima*.

Os contos de fadas são ótimos representantes da *anima* e do *animus* para Jung. O conto *A bela e a fera* ilustra a forma como o *animus* aparece para as mulheres, que é representado pela figura paterna. Indiferença, atitudes brutais, conversas vazias e ideias maldosas são manifestações do *animus* nas mulheres. Mas ele “também pode lançar uma ponte para o self através da atividade criadora” (Von Franz, 2008, p. 193).

Um grande número de mitos e de contos de fadas conta a história de um princípio transformado por feitiçaria em animal ou monstro, que é redimido pelo amor de uma jovem – processo que simboliza o processo de integração do *animus* na consciência. (...) Muitas vezes a heroína não tem permissão para fazer qualquer pergunta a respeito do seu misterioso e desconhecido marido e amante; ou então só o encontra no escuro e nunca pode olhar-lhe o rosto. Está implícito que amando-o e confiando nele cegamente, ela poderá libertá-lo. Mas isto não acontece nunca. Ela sempre quebra a promessa feita e só vai encontrar novamente o seu amado depois de longa e penosa busca e de muito sofrimento (Von Franz, 2008, p. 194).

Ao saber conversar com sua “parte masculina”, a recompensa é a coragem, a objetividade e a iniciativa (Von Franz, 2008).

Apresentadas essas características da psicologia analítica, entendemos os motivos pelos quais não é possível enquadrá-la dentro de um pensamento mais objetivo, newtoniano e cartesiano (Klautau, 2022). Para Jung, explicações não são possíveis, apenas a tentativa de compreensão da psique humana, dada a sua complexidade. Complexidade, aliás, que é a palavra-chave para abordar a incerteza por meio do pensamento do sociólogo francês Edgar Morin.

O autor do pensamento da complexidade entende que a palavra carrega “uma pesada carga semântica, pois traz em seu seio confusão, incerteza, desordem” (Morin, 2015, p. 5). Ela é mais do que “um princípio de incompletude e incerteza” do que algo complicado ou difícil, como é entendida pelo senso comum.

Pode-se dizer que o que é complexo diz respeito, por um lado, ao mundo empírico, à incerteza, à incapacidade de ter certeza de tudo, de formular uma lei, de conceber uma ordem absoluta. Por outro lado, diz respeito a

alguma coisa de lógico, isto é, à incapacidade de evitar contradições (Morin, 2015, p. 68).

O pensamento complexo não tem como premissa “eliminar a contradição interna” dos sistemas porque “verdades profundas, antagônicas umas às outras” são “complementares, sem deixarem de ser antagônicas” (Morin, 2015, p. 7). Aliás, é impossível ignorar a incerteza porque o pensamento complexo “num certo sentido sempre tem relação com o acaso” (Morin, 2015, p. 35). Assim como a psicologia analítica, a complexidade também não cabe dentro da visão de mundo newtoniana-cartesiana (mas reconhece todos os seus benefícios) porque essa forma de conhecimento do mundo não dialoga com o acaso, com a ambiguidade e com as contradições. “Trata-se não apenas de reconhecer sua presença, mas de integrar o acaso, tanto em seu caráter de imprevisibilidade quanto em seu caráter de acontecimento” (Morin, 2015, p. 52).

A incerteza assume caráter central na obra *Os sete saberes necessários à educação do futuro* (2001), quando é apontada como um dos “buracos negros” da educação e como algo com o qual as futuras gerações precisam aprender a conviver. E numa atitude compreensiva, é nas ciências exatas que o sociólogo vai buscar inspiração para essa afirmação. “A educação deveria incluir o ensino das incertezas que surgiram nas ciências físicas (microfísicas, termodinâmica, cosmologia), nas ciências da evolução biológica e nas ciências históricas” (Morin, 2001, p. 16).

Em um mundo complexo, com transformações cada vez mais rápidas e com áreas cada vez mais conectadas, não é possível passar ao largo da incerteza que impacta o conhecimento. Independentemente da área, “o pensamento deve, então, armar-se e aguerrir-se para enfrentar a incerteza. Tudo que comporta oportunidade comporta risco, e o pensamento deve reconhecer as oportunidades de riscos como os riscos das oportunidades” (Morin, 2001, p. 91).

Incerteza e complementaridade de opositos, então, fazem parte da epistemologia da compreensão que abraça e dialoga com diversas formas de conhecimento do mundo. Mas como essas duas noções aparecem, se é que aparecem, no jornalismo? O estudo da reportagem de Joana Suarez dá pistas para entender essa relação.

Vida e morte complementam-se em um universo de incerteza

Joana Suarez, repórter, e Flávio Tavares, fotógrafo, passam dois meses no Ambulatório de Medicina Fetal do Hospital das Clínicas (HC) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em Belo Horizonte, para ouvir histórias de mães que precisam seguir com nove meses, ou quase isso, de gravidez mesmo sabendo que seus filhos ou suas filhas não vão sobreviver sequer a algumas horas fora do útero. A complementaridade de opostos vida e morte é, então, o tema central da narrativa que também dialoga com a incerteza – não a das obstetras, que conhecem o diagnóstico dos bebês e das bebês, mas das mães que vivem meses de insegurança e de luto. O resultado da apuração está materializado na reportagem “Nove meses de luto: impedidas de escolher, grávidas de fetos com órgãos vitais comprometidos se preparam para o luto durante o pré-natal”, publicada no portal da *Agência Pública*, em 20 de fevereiro de 2018².

Mães que perdem os bebês ainda na barriga; que carregam os bebês vivos no colo por alguns minutos, o tempo que dura sua vida; que só conseguem carregar os bebês mortos; que preferem não ver os bebês; que compraram todo o enxoval para receber a criança e as que preferiram não comprar nada. Mulheres que enfrentam o luto sozinhas; que precisam lidar com o machismo na família; e mulheres que se sentem culpadas pelo que aconteceu com seus ou suas bebês. Essas são apenas algumas histórias captadas pela repórter durante o tempo que esteve em campo.

Ao todo, 18 pessoas foram entrevistadas: oito grávidas ou mães que haviam perdido seus bebês há pouco tempo; a mãe de uma das grávidas; dois maridos de duas grávidas; seis pessoas do Ambulatório de Medicina Fetal do Hospital das Clínicas (HC) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em Belo Horizonte, e uma advogada.

A jornalista também vai atrás de dados e pesquisas de diversos órgãos que estudam o tema do aborto ou da má formação fetal no Brasil. Foram consultadas pesquisas do Ministério da Saúde, ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS), audiências públicas, a Pesquisa Nacional do Aborto no Brasil e a Sociedade Brasileira de Genética Médica (SBGM). Dessa forma, perspectivas da sociedade civil organizada, jurídica e da saúde são contempladas na reportagem – em alguns momentos, questões filosóficas e religiosas também são problematizadas na narrativa – além, é claro, da visão das protagonistas

² Disponível em: <https://apublica.org/2018/02/nove-meses-de-luto>. Acesso em: 4 jan. 2024.

sociais do cotidiano que, nesse caso, são as mães. O componente cultural que envolve a situação também está presente na reportagem.

A mãe ainda tem que suportar crenças, preconceito e muito machismo da família e da sociedade. Claudilene, por exemplo, não viajou no último Natal para a cidade interiorana onde nasceu porque não queria expor sua gravidez “cheia de probleminhas”, como diz. A mãe dela, Maria das Dores Ramos, de 55 anos, sofre com as perguntas dos vizinhos. “O povo fala muito, em vez de confortar, diz algo que te deixa pior. Sem ela lá, eles já perguntam, falam que foi porque fez isso, fez aquilo”, comenta Maria, que mora longe e viajou nove horas até Belo Horizonte para acompanhar a filha na consulta. “É difícil vir, mas eu penso nela passando por isso todos esses meses e venho conversar com ela” (Suarez, 2018, online).

Esses aspectos também estão presentes quando as mães relatam à repórter que mesmo em casos de fetos com anencefalia, o estigma do aborto está presente. Cristina, uma das fontes da reportagem, narra que “essa questão de tirar [o feto] envolve muito o nosso lado espiritual. Você não vive um sofrimento, mas vai viver o outro.” De tudo que passou, ela diz ter aprendido a dar mais valor à vida” (Suarez, 2018, online).

Talvez a oposição entre vida e morte seja um dos temas mais presentes entre aqueles(as) que estudam a complementaridade de opositos, seja a partir da mitologia, da religiosidade, da psicologia, da biologia ou de outras formas de conhecimento. E ao passo que o mundo é cheio de incertezas, a única certeza que se tem é a morte. Mas e quando ela chega junto com a vida? Quando falamos de morte, várias imagens podem vir à mente: a de uma pessoa idosa que morre de causas naturais, pessoas que são vítimas de violência, de um acidente ou de qualquer tipo de fatalidade. Uma imagem menos frequente deve ser a da morte que chega antes mesmo de a vida desabrochar no mundo, fora do útero, e de as mães verem o rosto de seus bebês e suas bebês. Pois é sobre esse par de opositos que se complementam que a reportagem se debruça.

Como contar a história de mães que precisam ficar por nove meses, ou um pouco menos de tempo, gestando um bebê que não vai nascer ou que vai ter alguns minutos ou, no máximo, horas de vida? É um desafio, é uma situação complexa, mas é uma realidade de milhares de mulheres no Brasil (pelo menos 7 mil por ano, segundo dados de 2015 do Ministério da Saúde) e que precisa ser abordada. São mães que se preparam para a morte do filho antes mesmo de seu nascimento.

Ao contrário das mulheres que foram vítimas de estupros ou daquelas que estão gerando bebês anencéfalos, as grávidas de fetos com outros órgãos vitais comprometidos

só podem esperar a jornada da vida se cumprir – e, no fundo, no caso de algumas delas, nutrir alguma esperança. Mulheres, segundo Suarez (2018, online), “que estão grávidas de fetos com outros problemas, mesmo que incompatíveis com a vida, são obrigadas a cumprir todo o tempo de gestação”.

O mérito da repórter, ao tecer a complementaridade de opositos na reportagem, é sempre estabelecer o diálogo entre vida e morte: é certo que esses bebês vão morrer, mas ela vai atrás de como as mães encaram os momentos em que eles estão vivos, dentro de suas barrigas, buscando entender quais são os sentimentos que nutrem pelo(a) filho(a) e como veem essa dualidade de estar no processo de gerar uma vida que, ao fim e ao cabo, pouco vai durar.

A gravidez de Cláudilene Ramos, Jordana Lacerda e Cristina Silva, em muitos momentos, se assemelha à gravidez de mulheres que, ao final de nove meses, terão um bebê em seu colo: elas precisam de repouso, atenção à pressão, a diabetes, devem evitar momentos de muito estresse, não podem fazer muito esforço físico... O que muda em sua história é que, enquanto aquelas mães vão conseguir cuidar de seus bebês e suas bebês, essas precisam, por decisão da justiça brasileira, carregar essa vida por toda a gestação, a não ser que o bebê venha a falecer antes do tempo, ainda na barriga da mãe.

Joana Suarez (2018) cita o voto do então ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Marco Aurélio Mello durante a votação sobre a possibilidade de mulheres com fetos anencéfalos abortarem, em que ele entende que “esse tipo de gestação’ seria uma espécie de ‘cárccere privado em seu próprio corpo’, o que se assemelharia ‘à tortura’”. Junto “com a certidão de nascimento”, essas mães “recebem a de óbito”. A todo momento, a repórter sugere o diálogo entre os fetos com vida na barriga das mães e os bebês que nascem sem vida alguns meses depois.

Mais uma vez a complementaridade de opositos, no caso vida e morte, aparece como faces do mesmo problema e da mesma solução: é só depois da morte desse(a) filho(a) e de lidar com o luto, que essas mesmas mulheres poderão gerar outra vida – pelo menos as chances de que tenham complicações genéticas numa segunda gravidez é rara: de cerca de 1%. A obstetra Alamanda Kfouri tenta colocar-se no lugar das mães que têm consciência de que aquele bebê ou aquela bebê “é incompatível com a vida”.

Além dessa relação complexa entre vida e morte, Joana Suarez (2018) também dialoga em seu texto com a incerteza, representada pelo sentimento das mães. As conversas entre a jornalista e suas personagens mostram que não estamos, de fato,

prontos(as) para lidar com a incerteza que, segundo Edgar Morin (2001), é um dos aprendizados mais importantes que podemos ter para viver em um mundo complexo. Mas ao mesmo tempo que é difícil lidar com a incerteza, a repórter consegue deixar transparecer toda a incerteza que permeia o assunto sobre o qual escreve.

“As perguntas”, Suarez (2018) comprehende, “não cessam com o fim do barrigão”, elas só mudam de conteúdo: as mulheres passam a ter a preocupação com a possibilidade de engravidarem novamente; se existe alguma chance de os(as) bebês serem saudáveis ou de a má formação acontecer de novo; se um dia elas vão superar o luto; o que fazer com o enxoval... Outro mérito da repórter, além de ouvir esses questionamentos, é valorizar e prestar atenção nas diversas dúvidas, e nenhuma certeza, que as mães vivem após nove meses de dedicação a uma vida que não se fixará como vida.

A questão da legalização do aborto no Brasil é um assunto polêmico que continua na pauta: não há nada definido e tudo são possibilidades. E é assim que entendemos que a jornalista encara o assunto quando vai ouvir a perspectiva de Gabriela Rondon, advogada do Instituto de Bioética Anis sobre o tema. Ainda de mãos relativamente atadas, o que é possível fazer é lidar com a incerteza de cada caso, de cada gravidez e aguardar a decisão da justiça.

A narrativa que Suarez (2018) constrói também tem a virtude de ser dialógica, polifônica, polissêmica e afetuosa. É dialógica, da forma como entendemos, porque a atitude da repórter supera a conversa e a entrevista, como entendemos dentro do jornalismo: a confiança que as grávidas estabelecem com a jornalista e a forma como essa narra as histórias daquelas, parece mais com uma atitude de respeito, de tentativa de compreensão de um drama muito sério, do que, por exemplo, de uma exploração sensacionalista ou asséptica do assunto.

A cena que a repórter escolhe para abrir a reportagem dá o tom de sua abordagem sobre o tema:

No consultório:

- Como você está, Claudilene? pergunta a obstetra.
- Fisicamente? Estou bem, só o inchaço que está me incomodando...
- E o coração? Como está em relação ao que o seu bebê tem?
- Ah! Muito triste, né? Eu não queria isso. Entendo que meu bebê tem vários probleminhas, está muito doentinho e pode ser que ele não sobreviva.

- O que você entende quando você fala “pode ser que ele não sobreviva”?
- Sim, eu sei, é só uma questão de acreditar em Deus, mas eu tenho consciência.
- Então você sabe que isso tem chance de acontecer na sua barriga, no parto ou depois que ele nascer?
- Ela afirma que sim com a cabeça...
- Crença você tem que ter mesmo, é o que faz a gente seguir em frente – , conclui a médica (Suarez, 2018, online).

A relação entre Joana Suarez e suas personagens não está pautada numa visão de sujeito-objeto, como se as mulheres estivessem ali para responder às suas perguntas ou apenas ilustrar uma reportagem. Nos parece, muito mais, uma relação sujeito-sujeito, que se dá a partir do encontro, do afeto – afinal, a repórter passou dois meses no Hospital das Clínicas, em Belo Horizonte, encontrando diversas vezes com aquelas mulheres, acompanhando o drama de algumas delas de perto. Em um dado momento, a jornalista apenas descreve que uma de suas entrevistadas, ao receber a notícia sobre a má formação do feto, passa 40 segundos chorando. A repórter informa, mas não expõe de forma sensacionalista suas personagens.

Exemplo dessa relação Eu-Tu entre as mulheres entrevistadas e a repórter pode ser percebido ao notar o que elas compartilham com a jornalista: “eu queria morrer, queria [me] suicidar. É tão traumático que sua vida perde o valor”; “quando eu descobri, minha vontade era de tirar, era revoltante, muito pesado”; “meu pai só perguntava se estava tudo bem, não queria dar conta disso. Mas quando compramos as fraldas ele comentou: ‘Você nem sabe se ele vai usar’ (Suarez, 2018, online).

Cada encontro trazia à tona, por meio da relação dialógica, sentidos diferentes à narrativa. Ela vai em busca de perspectivas jurídicas sobre o aborto, mas também ouve o que as mulheres têm a dizer sobre a relação que estabelecem entre seu corpo e suas religiões. No processo de apuração, a repórter busca as visões da sociedade civil, de sociedades médicas, do Ministério da Saúde e de outras instituições agregando diferentes contribuições ao tema.

As mulheres grávidas ou que foram mães de bebês mortos e as obstetras do HC entrevistadas, cada uma delas, é uma voz independente e autônoma dentro da narrativa. O que a repórter faz é reger essas vozes, tecendo e entretecendo a diversidade de histórias e pontos de vista que elas apresentam. São consciências independentes e autônomas (Bakhtin, 2005) porque todas elas, em suas particularidades, são os próprios

sujeitos de seus discursos, com visões de mundo específicas e particulares sobre aquilo que falam.

A repórter, entrando também no terreno da polissemia, rege os sentidos, oferecendo “um microfone às vozes” frequentemente “sufocadas” (Medina, 1996, p. 8). Ao organizar essas vozes, narrar os múltiplos sentidos e perspectivas que emergem a partir delas, a jornalista tece uma reportagem polissêmica, que coloca as histórias de vida e as interrogantes de suas personagens como os momentos mais importantes do texto.

A abertura da repórter para a relação com o outro, a capacidade de agir, de comover e de emocionar sugerem uma postura de afeto, de acordo com Muniz Sodré (2006), que dá origem a um conteúdo sensível, sensibilizado e sensibilizante. A narrativa de Joana Suarez (2018) possibilita a troca dos afetos de que fala Medina (2008), a partir do corpo a corpo e da dialogia. O trecho da reportagem apresentado a seguir ilustra essa situação:

262

A foto tirada dos pais com Gael na despedida foi para o porta-retratos da sala de casa, mas Laura pediu que guardassem, porque dava saudade. As lembrancinhas do irmão ficam guardadas em uma caixinha, que a garota faz questão de mostrar durante a entrevista. “Eu falava que queria ter dois filhos, já tive. Não sei se quero um terceiro, mas ela quer um irmão”, relata Jordana (Suarez, 2018, online).

A reportagem “Nove meses de luto” é um exemplo daquilo que temos chamado de jornalismo do signo da compreensão (Klautau, 2018) que pensa as narrativas do cotidiano de forma complexa e inclui essa complexidade no texto da reportagem. Entendemos que o texto dialoga com as noções de incerteza e da complementaridade de opositos e que busca mais uma compreensão dos fenômenos sociais do que uma possível explicação deles.

Considerações

A primeira consideração a ser feita a respeito do jornalismo sob o signo da compreensão é a importância que a pluralidade de vozes possui para a reportagem: é a partir das conversas, do encontro com o outro e da escuta atenta que é possível apreender a complexidade que os fatos do cotidiano possuem. Joana Suarez, por exemplo, consegue o enriquecimento dos sentidos sobre o tema, quando constrói um mosaico de diferentes vozes, que contribuem a partir de diferentes perspectivas para a

abordagem do tema; lembrando que por pluralidade de vozes não falamos sobre a quantidade de pessoas entrevistadas, mas, sim, sobre a diversidade de fontes, sobre as diferentes perspectivas que apresentam ao(à) repórter.

É no diálogo com os seres humanos que encontramos as incertezas, que entendemos que somos menos uma coisa ou outra do que uma coisa e outra. Mas para que essas ideias façam sentido para quem narra o cotidiano, é preciso ter os sentidos abertos à complexidade e não tentar eliminar os lados de luz ou sombra de alguém. A reportagem publicada pela *Agência Pública* deixa isso evidente quando a jornalista não trata do tema a partir do lado “vida” ou “morte” da moeda – é a partir de ambos que ela vai encarar o assunto.

Além do mosaico de vozes, Joana Suarez pratica uma narrativa compreensiva quando vai buscar aspectos culturais, políticos, econômicos, legais, religiosos e filosóficos a respeito dos “nove meses de luto”. E, dessa forma, narra uma das maiores inquietações humanas: a relação entre vida e morte.

Também se destaca a presença da dialogia na reportagem quando as histórias narradas são fruto da relação Eu-Tu que a jornalista estabelece com suas fontes. Suarez passa dois meses no HC em Belo Horizonte e esse corpo presente possibilita que ela testemunhe conversas como a que abre a reportagem, a reação de uma das mães ao receber a notícia sobre a má formação do bebê que carrega na barriga e também faz com que ela e as protagonistas da reportagem desenvolvam uma relação de confiança.

Narrativas complexas e compreensivas não são encontradas todos os dias nas páginas do jornais, das revistas, nas ondas do rádio, da televisão ou na internet, mas ver que um veículo independente, como a *Agência Pública*, flerta com essas ideias – e, mais ainda, que uma repórter que escreve para vários veículos pensa sob esses dois signos – dá um frescor para a prática jornalística que, geralmente, assume uma postura dura e fechada de explicar o mundo.

Quando o jornalismo tenta explicar – muitas vezes de maneira rasa – um cotidiano em constante transformação, ele pouco ajuda sua audiência e se afasta de sua função social, que é a transformação do caos do cotidiano num cosmos de sentidos.

Ao assumir a incerteza e a complementaridade de opostos na reportagem, Suarez dialoga com duas formas ancestrais de conhecimento do mundo e se mostra em comunhão com a complexidade da contemporaneidade. Se ambas são entendidas como respostas da natureza a nossos questionamentos (como a Física Moderna já

demonstrou), por que não podem ser respostas dos próprios seres humanos aos desafios impostos pelo cotidiano na contemporaneidade?

Referências

- ARENDT, H. **Compreender**: formação, exílio e totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BAKHTIN, M. **Problemas da poética de Dostoiévski**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- Brasília, DF: Unesco, 2001.
- BUBER, M. Do diálogo e do dialógico. São Paulo: Perspectiva, 2014.
- BUBER, M. **Eu e tu**. 10. ed. São Paulo: Editora Centauro, 2012.
- CHAPARRO, M. C. O jornalismo na estratégia dos conflitos. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. XXII, nº 1. jan./jun. 1999, p. 169175.
- JUNG, C. G. **O homem e seus símbolos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- JUNG, C. G. **Símbolos da transformação**. São Paulo: Editora Vozes, 1986.
- KLAUTAU, C. M. **Escutar, Dialogar e Compreender**: Jornalismo em Tempo de Incertezas. 1. ed. Curitiba: Appris, 2022. v. 1. 287p .
- KÜNSCH, D. A. Comprehendo ergo sum: Epistemologia complexo-compreensiva e reportagem jornalística. **Communicare**, Vol. 5 – nº 1 – 1º semestre 2005, p. 43-54.
- KÜNSCH, D. A. **Maus pensamentos**: os mistérios do mundo e a reportagem jornalística. São Paulo: Annablume, 2000.
- KÜNSCH, D. A. Teoria da compreensão: saber científico, comunicação e dialogia de saberes. In: **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 31, 2008, Natal. Anais. Natal: Intercom [2008].
- KÜNSCH, D.; MENEZES, J. E.; PASSOS, M. Y. Conhecimento, compreensão e cultura: aspectos intersubjetivos e epistemológicos da compreensão como método. In: Encontro Anual da Compós, 26, 2017, São Paulo. **Anais do 26º Encontro Anual da Compós**. São Paulo: Compós 2017, p.1-23.
- LANGER, S. **Filosofia em nova chave**. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- MEDINA, C. **A arte de tecer o presente**: narrativa e cotidiano. São Paulo: Summus, 2003.
- MEDINA, C. Déficit da abrangência nas narrativas da contemporaneidade. São Paulo, **Matrizes**, v. 2, n. 1, p. 1-20, jul./dez. 2008.

MEDINA, C. Narrativas da contemporaneidade: epistemologia do diálogo social. **Tríade**, Sorocaba: SP. v. 2, n.4, 2014.

MEDINA, C. **Povo e personagem**. Canoas: Ulbra, 1996.

MEDINA, C.; LEANDRO, P. R. **A arte de tecer o presente**: jornalismo interpretativo. São Paulo: Edição dos Autores, 1973.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo, Cortez;

SODRÉ, M. **As Estratégias Sensíveis**: Afeto, Mídia e Política. Petrópolis: Vozes, 2006.

SPINOZA, B. **Ética**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

SUAREZ, J. Nove meses de luto. Disponível em: <https://apublica.org/2018/02/nove-meses-de-luto>. Acesso em: 10 jan. 2024.

VON FRANZ, M. L. O processo de individuação. In: JUNG, C. V. **O homem e seus símbolos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

265

Submissão: 10 de fev. 2024

Aceite: 19 de ago. 2024.

A reforma trabalhista brasileira de 2017

Uma análise da cobertura do Jornal Cruzeiro do Sul

Malu Francine do Nascimento¹
Mara Ferreira Rovida²

Resumo

Este artigo apresenta uma análise da cobertura jornalística sobre a reforma trabalhista de 2017, realizada pelo *Jornal Cruzeiro do Sul*, fundado em 1903, em Sorocaba, interior do Estado de São Paulo. Busca-se compreender como o assunto foi tratado e de que maneira o jornal incluiu ou não uma reflexão sobre os impactos da reforma na vida do trabalhador. A metodologia usada é análise de conteúdo (Ikeda; Chang, 2005) e o recorte temporal da cobertura compreende o período entre 2017 e 2018. Como referencial teórico utiliza-se Medina (1996) para tratar do processo de produção das notícias e Schmitz (2011) para refletir sobre as fontes de informação. É possível inferir que o jornal não tratou de forma direta os impactos negativos da reforma, mesmo que personalidades contrárias à reforma tenham sido ouvidas.

Palavras-chave: Reforma trabalhista. Análise de conteúdo. *Jornal Cruzeiro do Sul*.

266

Brazilian 2017's Labour Reform: An Analysis of Cruzeiro do Sul's Newspaper Coverage

Abstract

This article analyzes the news coverage of the 2017 labor reform by *Cruzeiro do Sul*, a newspaper founded in 1903 in Sorocaba, São Paulo. The objective is to understand how the topic was addressed and whether the newspaper reflected on the reform's impact on workers' lives. The methodology used is content analysis (Ikeda; Chang, 2005), with a time frame covering the period from 2017 to 2018. The theoretical framework is based on Medina (1996) to discuss the news production process and Schmitz (2011) to reflect on sources of information. The analysis suggests that the newspaper did not directly address the negative impacts of the reform, although it did include voices opposed to the reform.

Keywords: Labour reform, Content analysis, *Cruzeiro do Sul* newspaper.

¹ Mestranda no Programa de Pós Graduação da Universidade de Sorocaba. E-mail: malu.francine@yahoo.com.br.

² Doutora em Ciências da Comunicação pela ECA-USP, docente permanente do PPG em Comunicação e Cultura da Uniso e pós-doutoranda no PPG em Jornalismo da UEPG. E-mail: mara.rovida@prof.uniso.br.

Introdução

As recentes mudanças no direito do trabalho impactaram a vida do trabalhador brasileiro. A última Reforma Trabalhista do Brasil, instrumentalizada pela lei Nº 13.467 de 2017, aparentemente tem a intenção de atualizar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) – principal regulamento jurídico trabalhista do país. Contudo, de acordo com Sobrinho e Silva (2019), as mudanças apresentadas, na verdade, implicam em perda de direitos anteriormente conquistados.

Como estratégia para apresentar a Reforma ao público brasileiro a partir de uma perspectiva positiva, a imprensa e outros espaços de comunicação foram usados pelo Governo Federal. O acompanhamento da cobertura jornalística da Reforma permite anotar certa prevalência de postura favorável à mudança na legislação, o que pode ser questionável. Ainda que cada veículo de comunicação jornalística tenha sua linha editorial que, como define Mario Erbolato (2001, p. 248), é a “orientação seguida por um veículo de comunicação social, tal como dar (ou não) destaque a determinados assuntos e prestigiar (ou não) algumas iniciativas ou autoridades”, o compromisso social do jornalismo disposto no segundo artigo do Código de Ética dos Jornalistas (Fenaj, 2007), que implica o compromisso com a verdade na produção, está voltado a atender ao interesse público, precisa também ser observado e atendido.

Assim, busca-se compreender como um jornal regional, da cidade média do interior do Estado de São Paulo abordou o assunto, assim como, entender de que maneira esse veículo divulgou as informações sobre o tema, incluindo a observação sobre a presença ou não da reflexão sobre os impactos na vida do trabalhador.

Foi escolhida a cobertura sobre a Reforma Trabalhista realizada pelo *Jornal Cruzeiro do Sul*, cuja sede é na cidade de Sorocaba no Estado de São Paulo. Para isso, foi escolhido um recorte específico nas matérias veiculadas sobre o tema entre os anos de 2017 e 2018 (período da implementação da Reforma) para o levantamento do material, para avaliar o padrão dessa cobertura – e foi desenvolvida uma leitura mais detalhada da edição publicada no dia em que a Reforma Trabalhista entrou em vigor.

Como produção de um jornal regional³ (Santos, 1956), a cobertura da Reforma escolhida como objeto de pesquisa precisa ser compreendida como parte do contexto de

³ Thays Assunção Reis (2018, p. 65), com base nos estudos de Milton Santos (1955 [2007]) e Wilson da Costa Bueno (2013), conceitua jornal regional “[...] compreendemos que o jornalismo regional constitui-se como uma prática, desenvolvida por cidades de grande e médio porte, que pode extrapolar os limites territoriais

produção do *Jornal Cruzeiro do Sul* que se apresenta como um veículo de comunicação alinhado a um pensamento conservador. Em sua dissertação de mestrado, Bruno de Barros (2015) recupera momentos da história do jornal em que o veículo se posiciona em favor dos empresários da cidade, durante debates sobre o plano diretor ainda na década de 1960, bem como se mostra favorável ao Golpe Militar de 1964 (Barros, 2015). De acordo com estimativa do IBGE (2021), a cidade de Sorocaba, sede do jornal, tem 695.328 habitantes, é sede de uma região metropolitana com expressiva zona industrial e comercial. O resultado das últimas eleições demonstra uma certa aproximação dos eleitores da cidade ao discurso conservador, representado na disputa de 2022 por Jair Bolsonaro que teve 61,07% dos votos válidos no segundo turno (G1, 2022).

Além da reputação conservadora do jornal, historicamente observada desde sua fundação em 1903, na produção mais recente, observa-se um alinhamento do jornal aos governos que assumiram a Presidência da República após a destituição da ex-presidenta Dilma Rousseff. Em seu perfil do LinkedIn, o Cruzeiro se apresenta como um jornal de leitura familiar e “um poderoso agente formador de opinião”. Ainda, a mantenedora do jornal, Fundação Ubaldino do Amaral (FUA), afirma que

A forte atuação nas redes sociais faz com que as notícias ganhem ainda mais relevância, sendo acessadas de várias partes do mundo. Tamanha credibilidade e a constante prestação de serviços fazem do Cruzeiro do Sul uma referência no jornalismo de Sorocaba e região (FUA, 2024).

Com edições diárias, o *Jornal Cruzeiro do Sul* circula na cidade em destaque e em mais 15 cidades da região. A partir desse contexto produtivo, segue-se o objetivo de observar como a cobertura da Reforma Trabalhista foi desenvolvida no período mencionado por esse veículo de comunicação.

Referencial Teórico

O referencial teórico dessa pesquisa tem como foco os processos de produção das notícias e a conceituação e classificação de fontes jornalísticas.

da sede dos seus veículos e atender noticiosamente centros urbanos menores que não dispõem de meios de comunicação tradicionais ou outros canais de informação para se informar acerca do próprio cotidiano ou para realizar suas solicitações”.

Cremilda Medina (1996) usa uma metáfora para se referir ao processo de produção das notícias. Para a autora, o fazer jornalístico é atravessado por três categorias de forças o que interfere no processo e, consequentemente, no resultado final, na narrativa. O primeiro feixe (ou categoria) é formado pelas forças econômico-políticas que geralmente são representadas pelos interesses da empresa, no caso da presente reflexão, dona do jornal. Já o segundo grupo é composto pelo feixe de forças culturais que corresponde à cultura do lugar em que a produção jornalística é desenvolvida, neste caso, o município localizado no interior do estado, que é sede de uma região metropolitana com expressiva zona industrial e comercial. E a terceira categoria é representada pelo feixe de forças individuais que corresponde à subjetividade do jornalista, essa que deve ser considerada como parte do resultado da notícia (Medina, 2003). Assim, tem-se como resultado um processo atravessado por interesses, subjetividades e características culturais, além de interesses políticos e econômicos.

No que diz respeito às fontes de informação, com base na conceituação e classificação de fontes jornalísticas apresentadas por Schmitz (2011), percebe-se que estas são representativas do posicionamento adotado pelos veículos de comunicação, o que normalmente corresponde às linhas editoriais. Schmitz (2011, p. 23) faz uma classificação das fontes jornalísticas, sendo que “este sistema de classificação explicita as nuances e características de cada tipo”. Dessa forma, as fontes estão divididas em: *Categoria* (Primária e Secundária), *Grupo* (Oficial, Empresarial, Institucional, Popular, Notável, Testemunhal, Especializada, Referencial), *Ação* (Proativa, Ativa, Passiva e Reativa), *Crédito* (Identificada e Anônima) e *Qualificação* (Confiável, Fidedigna e Duvidosa).

Com base nessas duas perspectivas teóricas, sobre o fazer jornalístico como um processo atravessado por inúmeras interferências (Medina, 1996, 2003) e sobre as fontes de informação (Schmitz, 2011), foi organizada a análise do conteúdo publicado pelo jornal, conforme será demonstrado a seguir.

Procedimentos metodológicos

Foi realizada uma busca no acervo online do *Jornal Cruzeiro do Sul* a partir das palavras-chave ‘reforma trabalhista 2017’, ‘Lei 13.467/2017’ e ‘reforma trabalhista’. Foram encontradas 29 ocorrências entre 2017 e 2018. O tratamento do *corpus* de análise segue as etapas de Análise de Conteúdo indicadas por Ikeda e Chang (2005). Dessa forma, no

processo de pré-análise, que compreende o levantamento do material e sua exploração inicial, também nomeada de leitura flutuante, qualificaram-se as unidades de análise em três categorias gerais, conforme o Quadro 1.

Quadro 1: Categorias gerais – Reforma trabalhista 2017

Neutra	Favorável	Contra	Total
9	14	6	29

Fonte: Dados da pesquisa

Na categoria *Neutra*, foram incluídos os textos que traziam informações pontuais sobre o tema, sem aspas de fontes ouvidas. Já na categoria *Favorável*, foram alocados textos em que se observou uma defesa tanto da Reforma como do então presidente do Brasil, Michel Temer. Por último, a categoria *Contra* foi o espaço destinado às matérias que traziam alguma perspectiva contrária à nova legislação.

A Reforma foi publicada em 13 de julho de 2017 e entrou em vigor 120 dias após sua publicação. Com base nesses marcos temporais procedeu-se uma leitura do *corpus* de análise em três momentos específicos: (1) antes da aprovação da Reforma, (2) após sua aprovação e antes da lei entrar em vigor e (3) após o período de 120 dias com a lei já em vigor no Brasil.

No primeiro momento, que compreende o intervalo de fevereiro a junho de 2017, considerando o período de discussão e de aprovação da Reforma, foram encontradas 15 publicações.

Quadro 2: Período 1 - Antes da aprovação da reforma trabalhista (2017)

Título	Data	Neutra	Favorável	Contra
“Somos um governo reformista”, diz Temer	20/02/2017			
Manifestação pode adiar abertura de bancos	30/03/2017			
Sindicato diz que 100% dos ônibus vão parar na próxima sexta-feira	25/04/2017			
Greve geral vai afetar a rotina de serviços na cidade	27/04/2017			
Greve geral interromperá a coleta de lixo em Sorocaba nesta sexta	27/04/2017			
Manifestantes interditam avenida Ipiranga, no centro de São Paulo	28/04/2017			
Entidades patronais dizem que a greve 'é inoportuna'	28/04/2017			
Termina o ato grevista no centro de Sorocaba	28/04/2017			
Pequenos grupos fecham estradas e ruas em protesto contra reforma	28/04/2017			
Manifestantes saem de vários pontos e se reúnem no Centro	28/04/2017			
São Paulo amanhece sem metrô, trens e ônibus	28/04/2017			
Termina o ato grevista no centro de Sorocaba	28/04/2017			
Manifestações anti-Temer reúnem centenas na av. Paulista e em Brasília	18/05/2017			
Agressão entre senadores interrompe tramitação	23/05/2017			
Temer quer aprovar reformas para ter candidato limpo, diz Haddad	16/06/2017			

Fonte: Dados da pesquisa

No segundo momento, que compreende o período entre julho e outubro de 2017, tem-se o recorte temporal relativo à pós-aprovação da Reforma e antes da lei entrar em vigor. Nesse período, foram encontradas duas publicações.

Quadro 3: Período 2 – pós-aprovação da Reforma e antes da lei entrar em vigor (2017)

Título	Data	Neutra	Favorável	Contra
MP investiga casos de terceirização fraudulenta	11/08/2017			
Para sobreviver, sindicato terá de se reinventar, dizem estudiosos	13/08/2017			

Fonte: Dados da pesquisa

Entre novembro e junho de 2018, terceiro recorte temporal que corresponde ao período após a entrada da lei em vigor, foram encontradas 12 publicações.

Quadro 4: Período 3 - Pós-entrada em vigor da legislação (2017-2018)

Título	Data	Neutra	Favorável	Contra
Reforma Trabalhista começa a vigorar	11/11/2017			
Temer assinará hoje MP da reforma trabalhista	14/11/2017			
Presidente Temer participa de cerimônia em Itu	15/11/2017			
Trabalhadores da Prysmian, em Sorocaba, iniciam greve	18/11/2017			
Confira principais acontecimentos de 2017 na economia brasileira	29/12/2017			
STF julga hoje o primeiro processo contra a reforma trabalhista	09/05/2018			
Ministro do Trabalho aposta em geração de emprego	09/05/2018			
Veja fatos que marcaram os dois anos do governo de Michel Temer	15/05/2018			
Ciro Gomes promete revogar medidas 'golpistas' de Temer	21/05/2018			
Trabalhador só pagará custos de processo se perder	21/06/2018			
Supremo mantém fim da contribuição sindical obrigatória	29/06/2018			
Rescisão Indireta: o que é e quais os direitos, após a Reforma Trabalhista	06/12/2018			

Fonte: Dados da pesquisa

272

Análise

De forma geral, consegue-se inferir que o jornal apresentou posicionamento preponderantemente favorável à Reforma Trabalhista e ao governo de Michel Temer. Ainda que o contraditório esteja presente, as publicações que representam perspectivas contrárias às mudanças na legislação ocupam espaço reduzido, indicando um tratamento apenas protocolar.

Com a análise dos quadros apresentados no tópico anterior, pode-se também perceber que após a aprovação da Reforma Trabalhista e a entrada da lei em vigor, o jornal assumiu um posicionamento mais firme em sua linha editorial, divulgando uma quantidade relativamente maior de publicações enfatizando, e reiterando, a importância da nova legislação e como ela atende às demandas contemporâneas.

Com relação às fontes de informação acionadas nessa cobertura, observa-se que quanto à Categoria (Schmitz, 2011), na cobertura do *Jornal Cruzeiro do Sul*, é possível considerar que foram utilizadas tanto as primárias quanto as secundárias. Mas, em determinadas publicações, as aspas com maior destaque eram do então presidente Michel Temer, proponente da lei, considerado como fonte primária. Quanto ao tipo de fonte considerada na divisão de Grupo, o jornal traz, em sua maioria, os grupos Oficial – ao dar espaço às falas do Presidente da República e a representantes de órgãos políticos – e Especializado – nas publicações com olhar de especialistas comentando a Reforma Trabalhista. Mas também foram encontradas fontes classificadas no grupo popular (ao ouvir os grevistas), empresarial (sindicatos e empresas) e notável (personalidades políticas). As fontes acionadas na cobertura são todas identificadas e também se considerou que as fontes são fidedignas, quanto a sua qualificação.

Sendo assim, após esse recorte das 29 matérias encontradas na busca inicial, foi feito um segundo recorte para mais uma etapa de estudo. Os textos classificados anteriormente como neutros foram desconsiderados e, entre os materiais favoráveis e contrários, foram escolhidas publicações de cada um dos três momentos da Reforma. Assim selecionaram-se a cobertura dos movimentos grevistas, como contraditório, e as publicações que explicam de forma mais aprofundada a Reforma e que, pelo posicionamento do jornal, enaltecem os aspectos positivos. Nesse segundo recorte, o *corpus* foi composto por 11 textos que seguem representando os três momentos da cobertura já mencionados.

No primeiro período da cobertura, antes da aprovação da Reforma, observa-se uma recorrência de termos como “verdade” e palavras no aumentativo como “fortíssima”, usadas, inclusive, pelo então presidente Michel Temer. A publicação ‘Somos um governo reformista’, publicada em 20/02/2017, traz na parte da contextualização das condições econômicas do Brasil a herança deixada pela ex-presidente Dilma Rousseff, o que é nitidamente apresentado como uma crítica ao governo anterior.

Temer voltou a falar das condições econômicas do país quando assumiu o governo. “Nós sabemos que apanhamos o Brasil, quero ressaltar para enaltecer a verdade, em uma fortíssima recessão”, afirmou sobre o governo herdado de Dilma Rousseff (Somos..., 2017. Grifo nosso).

O texto parece criar uma ideia de heróis e vilões como contexto que converge para a necessidade da Reforma. Esta mesma postura pode ser observada em outros três textos:

‘Pequenos grupos fecham estradas e ruas em protesto contra reforma’, divulgada em 28/04/2017, que expressa uma diminuição do movimento grevista ao se referir aos grupos de manifestantes como pequenos; ‘Manifestantes interditam avenida Ipiranga, no centro de São Paulo’, divulgada em 28/04/17, que fala especificamente dos manifestantes que estão fazendo barricadas e interditando ruas, numa conotação negativa como é possível perceber no trecho: “Sindicatos e movimentos sociais convocaram greve geral para esta sexta-feira (28) em protesto contra as reformas da previdência e trabalhista propostas pelo governo Michael Temer” (Manifestantes..., 2017).

Nesse mesmo período, há publicações contra a aprovação da Reforma: ‘Greve geral interromperá a coleta de lixo em Sorocaba’, divulgada em 27/04/2017, e ‘Greve geral vai afetar a rotina de serviços na cidade’, divulgada em 27/04/2018 com aspas e visibilidade concedidas aos sindicatos das categorias, dizendo sobre a necessidade da manifestação, e prejuízos que a reforma poderia trazer a vida dos trabalhadores. “A reforma só legitima essa situação precária” (Pessoa, 2017).

No segundo recorte temporal, após a publicação oficial da lei, o Jornal enfatiza um detalhe da legislação que causou estranhamento e precisou ser discutido no Supremo Tribunal Federal, ficando sua aplicação condicionada a uma decisão da corte superior. Trata-se da contribuição sindical que deixaria de ser obrigatória. Na publicação ‘Para sobreviver, sindicato terá de se reinventar, dizem estudiosos’, divulgada em 13/08/2017, apresenta-se a opinião de economistas que enaltecem as mudanças e questionam a necessidade da até então obrigatoriedade. Um dos especialistas entrevistados sugere que o sindicato não deve receber “mesada” para se sustentar, devendo correr atrás de garantir que as pessoas queiram voluntariamente pagar para garantir a sua manutenção (Para..., 2017).

No terceiro recorte temporal, entre novembro e junho de 2018, a cobertura do jornal reforça que a Reforma aprovada foi possível porque sua concepção teria levado em consideração os três agentes sociais envolvidos na regulamentação trabalhista, isto é, empregador, empregado e governo. Também, neste momento, defende-se a ideia de que o legislativo estava favorável ao texto da nova lei, proposta por um governo de credibilidade, e ainda na fala do presidente Temer a afirmação do seu compromisso com o povo “nós devemos ser sempre instrumento da vontade popular, porque nós exercemos sempre mandatos meramente transitórios” (Fernandes, 2017).

Após o período da entrada em vigor da lei, se percebe que as publicações são em sua maioria favoráveis às mudanças da legislação trabalhista. No texto 'Ministro do Trabalho aposta em geração de emprego', publicado em 08/05/2018, pelo Jornal, embora venha com a assinatura da Agência Brasil, a perspectiva do Ministro do Trabalho é o que prevalece, em outros termos, o cenário esperançoso de geração de empregos. A publicação fala especificamente de trabalho temporário em época de festas sazonais, e nesse ponto o ministro defende a Reforma Trabalhista que possibilitou um aperfeiçoamento para os contratos desse tipo.

No início do ano, foram criados em janeiro e fevereiro, 198 mil postos de trabalho temporário no país, uma alta de 38% na comparação com o mesmo período de 2017, segundo dados da Asserttem e da Caixa Econômica Federal. No ano passado, o crescimento foi de 10%, com a geração de 1 milhão de vagas. Em abril do ano passado, logo após a aprovação da Lei 13.429/17, que alterou a Lei 6.019/74, que trata de trabalho temporário, houve aumento de 38% na modalidade. Para o ministro, o trabalho temporário "sempre foi muito discriminado" e havia insegurança jurídica nessa modalidade de contratação. Porém, a reforma trabalhista "aperfeiçoou" esse tipo de contrato (Nitahara, 2018).

Já na publicação 'Veja fatos que marcaram os dois anos do governo de Michel Temer', publicada em 15/05/2018, existe um posicionamento claro, a publicação traz todas as mudanças e avanços que o Brasil supostamente teve a partir da gestão do até então presidente Michel Temer, e os pontos positivos são apresentados a partir do prisma econômico. Por sua vez, na matéria 'Ciro Gomes promete revogar medidas 'golpistas' de Temer', divulgada em 21/05/18, as aspas e opinião de Ciro Gomes apresentadas são contra o presidente Michel Temer e suas medidas, porém o Jornal inseriu no texto algumas provocações ao futuro candidato à Presidência da República que se posicionava contrariamente à Reforma, o que tornou o conteúdo, na presente análise, um elemento favorável à mudança na legislação.

Ciro disse que a solução é aproveitar os "seis primeiros meses, que dão poderes imperiais ao presidente", que costuma se eleger com minoria no Parlamento. Priorizaria, nesse período, as reformas fiscal (promete taxar mais os ricos e menos os pobres) e política. "Tenho história, não sou um poeta que chegou agora, como Bolsonaro, e acha que extremismo resolve problema." O pedetista afirmou que saberá como "negociar, que não é uma coisa errada". "Só quem quer ser dono da verdade" acha que não é possível "negociar no atacado". Baixar os juros nos bancos, revogar medidas como a reforma trabalhista... Não estaria Ciro "avançando o sinal" e correndo o risco de cometer estelionato eleitoral, fazendo promessas que ele não pode cumprir? (Balloussier, 2018. Grifo nosso).

Após a aprovação da legislação e a entrada em vigor da lei, percebe-se uma tendência nítida no tratamento dado pelo jornal ao tema da Reforma Trabalhista, porém em outros momentos, houve um equilíbrio entre posturas favoráveis e contrárias. Assim, nesse recorte temporal, destaca-se a publicação “Reforma Trabalhista começa a vigorar”, publicada em 11/11/2017. No texto, é apresentada de forma mais detalhada a proposta da Reforma o que permite uma reflexão sobre seu conteúdo também a partir do olhar de especialistas em direito.

Inicialmente, o texto parece objetivar uma explicação das necessidades das mudanças, e a importância da Reforma Trabalhista. São apresentadas todas as mudanças como positivas, o que está pautado na ideia de desburocratizar as relações de trabalho, utilizando termos como “sistêmica” e afirmações como “a legislação precisava ser modernizada, a mudança vai modernizar a relação de trabalho” (Araújo, 2017). Ainda, possibilitando acordo entre as partes, com resolução mais rápida, não tendo que recorrer ao poder judiciário.

Além desta introdução foram colocadas 26 mudanças apresentadas na nova legislação, como era antes e como ficou depois. Desta forma, essa pesquisa destaca alguns pontos que foram modificados na nova legislação, utilizando o texto trazido pela própria publicação. Das mudanças disponíveis na publicação destacam-se negativamente, mudanças na remuneração, transporte, não obrigatoriedade da contribuição sindical, nos procedimentos e direitos decorrentes de demissões voluntárias e demissões em massa, além da alteração no trabalho de gestantes, que após a alteração fica da seguinte forma:

[...] É permitido o trabalho de mulheres grávidas em ambientes considerados insalubres, desde que a empregada apresente atestado médico que garanta que não há risco ao bebê nem à mãe, se a insalubridade for de grau mínimo ou médio; se for de grau máximo, deverá ser afastada (Araújo, 2017).

De forma resumida, um especialista faz a introdução da publicação, dizendo que ela é necessária e positiva às novas relações de trabalho, e logo após temos os itens explicativos, de 26 modificações trazidas pela Reforma Trabalhista.

Algumas considerações

A cobertura analisada aborda o assunto da Reforma Trabalhista de 2017 de forma positiva, o que está de acordo com a marca editorial do *Jornal Cruzeiro do Sul*, por não trazer em suas publicações os impactos negativos, isto é, o contraditório sobre a Reforma Trabalhista. Assim, ao divulgar as informações sobre o tema, não foi observada a discussão sobre os impactos na vida do trabalhador, a perda de direitos adquiridos anteriormente pelos trabalhadores não é discutida, nem mesmo nos textos categorizados como contra a Reforma.

Embora, se observe a presença de fontes do grupo popular, essas não são representativas, considerando a quantidade de reportagens que dá espaço às falas de pessoas do grupo oficial. O jornal segue uma visão única, fiel a sua linha editorial, o que acaba por não enriquecer o debate, pois não abre espaço a pessoas comuns e anônimas que teriam muito a contribuir sobre determinados assuntos, neste caso, as vozes dos trabalhadores que efetivamente serão afetados pela Reforma. Esse movimento acaba por apagar partes de uma realidade, assim não contribuindo para que exista um contraditório e confronto das informações, Moras e Silva (2019, p. 17) explicam que

277

A negativa da subjetividade, espaço onde residem as visões de mundo, os valores, as ideologias inerentes aos sujeitos e interagentes nos processos cognitivos de interpretação real, contribui para o apagamento dessas zonas ativas nas criações simbólicas desempenhadas na prática profissional.

Essa atitude, em parte, pode ser atribuída à forma como os meios de comunicação agendam o debate público.

A função de pautar a sociedade assumida pelos meios de comunicação de massa (agenda-setting) se baseia no fato de que eles chamam a atenção do público, não somente em relação às personalidades que são transformadas em estrelas, mas também sobre acontecimentos ligados em particular à atividade política ou aos movimentos sociais. A mídia contribui para definir a agenda dos acontecimentos e estabelecer uma hierarquia entre os assuntos. Essa função de estruturação da vida social é tão forte que os leitores e telespectadores não têm a possibilidade de prestar atenção na quantidade de mensagens transmitidas (McCombs; Shaw, 1972 *apud* Miége, 2000, p. 40).

Já Kellner (2001) chama de cultura da mídia, e reitera que a cultura da mídia ajuda a estabelecer algumas ideias sobre a política e o governo, defendendo a ideia de que a

iniciativa privada aliada a um processo de desburocratização das regulações do governo e da diminuição de sua intervenção, pode render bons frutos.

A cultura de mídia, assim como os discursos políticos, ajuda a estabelecer a hegemonia de determinados grupos e projetos políticos. Produz representações que tentam induzir anuência a certas posições políticas, levando os membros da sociedade a ver em certas ideologias “o modo como as coisas são” (ou seja, governo demais é ruim, redução da regulação governamental e mercado livre são coisas boas, a proteção do país exige intensa militarização e uma política externa agressiva, etc.) (Kellner, 2001, p. 81).

Além disso, o que “fica fora dos textos ideológicos [devem ser bem observados], [...] [afinal] são as exclusões e os silêncios que revelam o projeto ideológico do texto” (Kellner, 2001, p. 149). Enfim, é possível afirmar pela análise realizada que o *Jornal Cruzeiro do Sul* teve sim um posicionamento sobre a aprovação da Reforma Trabalhista levando aos seus leitores uma perspectiva favorável à mudança na legislação.

O jornal tem uma linha editorial evidente, em todo o período analisado, não foi demonstrado os impactos que a nova regulamentação poderia provocar na qualidade de vida do trabalhador o que, em grande medida, representa os interesses da classe social que a linha editorial do veículo representa: os empresários.

278

Referências

ARAÚJO, C. Reforma Trabalhista começa a vigorar. *Jornal Cruzeiro do Sul*, São Paulo, 11 nov. 2017. Disponível em: <https://www2.jornalcruzeiro.com.br/materia/835515/reforma-trabalhista-comeca-a-vigorar>. Acesso em: 30 mai. 2023.

BALLOUSSIER, A. V. Ciro Gomes promete revogar medidas ‘golpistas’ de Temer. *Jornal Cruzeiro do Sul*, São Paulo, 21 mai. 2018. Disponível em: <https://www2.jornalcruzeiro.com.br/materia/888267/ciro-gomes-promete-revogar-medidas-golpistas-de-temer>. Acesso em: 30 mai. 2023.

BARROS, B. de. **A imprensa diária de Sorocaba**: análise dos jornais *Cruzeiro do Sul* e *Diário de Sorocaba* entre 1964-1974. 2015. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BRASIL. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017**. Institui a Reforma trabalhista. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Brasília: Presidência da República, 2017. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc45.htm. Acesso em: 24 jan. 2023.

CASTRO, R.; NASCIMENTO, J. S. P.; SANTOS, F. I. A. Reforma da previdência e trabalhista no Brasil: a democracia midiatizada no pós-impeachment de 2016. **Revista Estudos em Comunicação**, n. 26, v. 2, 2018.

ERBOLATO, M. L. **Técnicas de codificação em jornalismo**: redação, captação e edição do jornal diário. São Paulo: Ática, 2001.

FENAJ, Federação Nacional dos Jornalistas. **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**. 4 de agosto de 2007. Disponível em: <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo-de-etica-dos-jornalistas-brasileiros.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2023.

FERNANDES, P. Presidente Temer participa de cerimônia em Itu. Jornal Cruzeiro do Sul, São Paulo, 15 nov. 2023. Disponível em: <https://bit.ly/3M5DSSm>. Acesso em: 30 mai. 2023.

FUA. Disponível em: <https://www.fua.org.br/comunicacao-jornal.2024>. Acesso em: 25 jul. 2024.

279

G1. **Eleições em Sorocaba (SP)**: veja como foi a votação no 2º turno. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <http://glo.bo/3Ag3Kbp>. Acesso em: 25 jan. 2023.

GUEDES, M. N. **Terror psicológico no trabalho**: com novos casos, sentenças judiciais e capítulos sobre a Teoria do Drittwerkung e do Dano Existencial. 2. ed. São Paulo: LTr, 2004.

HAUBRICH, A. **O debate público sobre a reforma trabalhista de 2017 no Brasil**: embates discursivos na disputa entre trabalho e capital. 2020. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

IKEDA, A. A.; CHANG, S. R. S. Análise de conteúdo: uma experiência de aplicação na pesquisa em comunicação social. **Comunicação & Inovação**, v. 1, n. 1, jul./dez. 2005, p. 5-13.

KELLNER, D. **A cultura da mídia - estudos culturais**: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Tradução de I. C. Benedetti. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

LINKEDIN. Disponível em: <https://bit.ly/3SIKDxd>. Acesso em: 21 nov. 2023.

MANIFESTANTES interditam avenida Ipiranga, no centro de São Paulo. Jornal Cruzeiro do Sul, São Paulo, 28 abr. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3AnwGOP>. Acesso em: 30 mai. 2023.

MARINHO, M. S. **Mídia, neoliberalismo e ideologia**: a reforma trabalhista nos editoriais de O Estado de São Paulo, O Globo e Folha de São Paulo. 2019. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MEDINA, C. A. **A arte de tecer o presente**: narrativa e cotidiano. São Paulo: Summus editorial, 2003.

MEDINA, C. A. **Povo e personagem**. Canoas: Ulbra, 1996.

MENDES, A. Greve geral interromperá a coleta de lixo em Sorocaba. Jornal Cruzeiro do Sul, São Paulo, 27 abr. 2023. Disponível em:

<https://www2.jornalcruzeiro.com.br/materia/782684/greve-geral-interrompera-a-coleta-de-lixo-em-sorocaba-nesta-sexta>. Acesso em: 30 mai. 2023.

MIÈGE, B. **O pensamento comunicacional**. Tradução de G. J. F. Teixeira. Petrópolis: Vozes, 2000.

MORAES, F.; SILVA, M. V. A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: a subjetividade como estratégia decolonizadora. **Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**. XXVIII Encontro Anual da Compós, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2019.

NITAHARA, A. Ministro do Trabalho aposta em geração de emprego. Jornal Cruzeiro do Sul, São Paulo, 08 mai. 2018. Disponível em:

<https://www2.jornalcruzeiro.com.br/materia/884737/ministro-do-trabalho-aposta-em-geracao-de-emprego>. Acesso em: 30 mai. 2023.

280

PARA sobreviver, sindicato terá de se reinventar, dizem estudiosos. Jornal Cruzeiro do Sul, São Paulo, 13 ago. 2017. Disponível em:

<https://www2.jornalcruzeiro.com.br/materia/810998/para-sobreviver-sindicato-tera-de-se-reinventar-dizem-estudiosos>. Acesso em: 30 mai. 2023.

PEQUENOS grupos fecham estradas e ruas em protesto contra reforma. Jornal Cruzeiro do Sul, São Paulo, 28 abr. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/4cr7qVk>. Acesso em: 30 mai. 2023.

PESSOA, L. Greve geral vai afetar a rotina de serviços na cidade. Jornal Cruzeiro do Sul, São Paulo, 27 abr. 2018. Disponível em:

<https://www2.jornalcruzeiro.com.br/materia/782900/greve-geral-vai-afetar-a-rotina-de-servicos-na-cidade>. Acesso em: 30 mai. 2023.

REIS, T. A. Jornalismo regional: uma leitura a partir dos critérios de noticiabilidade do jornal O Progresso. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 15, n. 1, 2018.

SANTOS, M. Classificação funcional dos jornais brasileiros: as regiões jornalísticas. **ABI – Associação Bahiana de Imprensa**, ano V, n. 55, 1956.

SCHMITZ, A. A. **Fontes e notícias**: ações e estratégias das fontes no jornalismo. Florianópolis: Combook, 2011.

SOBRINHO, A. P. M.; SILVA, P. S. A reforma trabalhista e as estratégias de comunicação para o trabalhador: o caso da CUT e Força Sindical. **Revista Brasileira de Políticas de Comunicação**, v. 2, n. 2, 2019.

SODRÉ, M.; FERRARI, M. **Técnica de reportagem**: notas sobre a narrativa jornalística. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

SOUZA, D. D. S.; SILVA, P. S. A reforma trabalhista no Brasil e as suas repercussões. **Revista de Ciências Humanas**, v. 15, n. 2, 2020.

TREIN, L. **O jornalismo sindical no Brasil e a reforma trabalhista de 2017**: uma análise crítica. 2019. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade de Brasília, Brasília.

VIANNA, M. L.; REZENDE, M. A. Comunicação e trabalho: o papel dos meios de comunicação na reforma trabalhista. **Revista Comunicação & Sociedade**, v. 39, n. 3, 2018.

ZANELLA, M. B. A reforma trabalhista e seus impactos na sociedade brasileira: uma análise a partir da perspectiva do trabalho. **Revista de Direito do Trabalho**, v. 45, n. 195, 2019.

281

Submissão: 31 de ago. 2023.

Aceite: 13 de ago. 2024.

Regulação da mídia no Brasil

cenário atual e comparações com países de língua portuguesa

Gustavo Teixeira de Faria Pereira¹

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo abordar a regulação da mídia e da internet no contexto brasileiro, considerando a falta de órgãos reguladores no Brasil e a ausência de leis mais específicas sobre o tema em comparação a outros países. Enquanto a regulação da mídia já é uma realidade em diversos lugares, inclusive em países europeus, latino-americanos e africanos, o cenário brasileiro ainda trata a questão de forma preliminar. Para tal investigação, tomamos como metodologia a Análise Documental (Fonseca, 2002; Gil, 2008), que consiste na análise de documentos relacionados ao assunto em questão. Os resultados preliminares apontam para a ausência de uma regulação da mídia no contexto brasileiro que é justificada pela ação dos oligopólios midiáticos, mas apresentam outras experiências de regulação em países de língua portuguesa como possibilidades para se pensar o tema.

282

Palavras-chave: Regulação da Mídia; Análise Documental; Experiência de regulação da mídia.

Media regulation in Brazil: current scenario and comparisons with Portuguese-speaking countries

Abstract

The present work aims to address the regulation of the media and the internet in the Brazilian context, considering the lack of regulatory bodies in Brazil and the absence of more specific laws on the subject compared to other countries. While media regulation is already a reality in several places, including in European, Latin American and African countries, the Brazilian scenario still deals with the issue in a preliminary way. For this investigation, we used Document Analysis as a methodology (Fonseca, 2002; Gil, 2008), which consists of the analysis of documents related to the subject in question. The preliminary results point to the absence of media regulation in the Brazilian context, which is justified by the action of media oligopolies, but present other experiences of regulation in Portuguese-speaking countries as possibilities to think about the theme.

Keywords: Media Regulation. Document Analysis. Media Regulation Experience.

¹ Doutor em Comunicação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Professor da UFJF e vice-coordenador do Núcleo de Jornalismo e Audiovisual (NJA). E-mail: gustavo.tfp7@gmail.com.

Introdução

Tomando como ponto de partida a questão da regulação/regulamentação da mídia, o objetivo do presente trabalho é abordar como se dá a regulação da mídia e da internet no contexto brasileiro. O trabalho se justifica a partir da falta de órgãos reguladores no Brasil e de leis mais específicas que busquem versar sobre o tema em sua totalidade, enquanto a regulação da mídia já é realidade em diversos países do mundo. Além disso, em novembro de 2022 a União Europeia também aprovou a Lei dos Serviços Digitais (DSA), que tem como intuito regular plataformas online como redes sociais digitais e sites de compartilhamento de conteúdos².

No cenário brasileiro, contudo, quando se aborda a questão da regulação da mídia em sua completude, ainda há um longo caminho a ser percorrido. Ao tratarmos da perspectiva regulatória no Brasil, identifica-se um modelo de regulamentação apenas no que diz respeito aos serviços de radiodifusão. Construído com base no Código Nacional de Telecomunicações e aprovado pelo Decreto 52.795, de 31 de outubro de 1963³, o modelo se baseia na exploração comercial da radiodifusão, por meio de concessões públicas.

A este contexto, cabe-se ressaltar que o mesmo grupo hegemônico que detém o predomínio dos meios de comunicação desde a época do regime militar permanece como detentor de poderes no setor da radiodifusão, o que contribui para a falta de avanços significativos sobre o tema da regulação da mídia (Braz, 2010), e os impasses referentes a uma regulação da mídia se dão devido aos interesses de parlamentares que até os dias atuais são concessionários ou aliados de concessionários de emissoras de radiodifusão no cenário nacional (Jambeiro, 2001).

Expandindo as abordagens acerca da regulação no Brasil, temos como principais expoentes a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), criada pela Lei 9.472, de 16 de julho de 1997, e que tem como objetivo fiscalizar o uso e o funcionamento de redes de telecomunicações e espectro de radiofrequências⁴; a Agência Nacional do Cinema (Ancine), criada para regular a atividade cinematográfica e videofonográfica, mas que segundo Fornazari (2006) apresenta-se muito mais como uma agência de fomento do que de fiscalização; e a Política Nacional de Classificação Indicativa, prevista no Estatuto da

² Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/news/pt/headlines/society/20211209STO19124/a-lei-dos-mercados-digitais-e-da-lei-dos-servicos-digitais-da-ue-explicadas>.

³ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d52795.htm.

⁴ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9472.htm.

Criança e Adolescente, que consiste na oferta de informações sobre a faixa etária recomendada para obras audiovisuais.

Entretanto, ainda que tais atuações contribuam para debates referentes à regulação, não é possível identificar nenhum órgão ou agência que exerça o papel de regulamentar os conteúdos produzidos pelos meios de comunicação e pela imprensa de modo geral. Tais afirmações são corroboradas por Lopes (2005), que ao refletir sobre a regulação da radiodifusão no Brasil destaca três tentativas de criação de uma nova legislação de radiodifusão – o que incluiria a perspectiva regulatória –, mas que devido à “legislação morta” vigente no Brasil, a não regulação torna-se benéfica para concessionários de empresas de radiodifusão.

Desta forma, identifica-se que os principais avanços no que diz respeito à regulação de conteúdos têm sido em discussões promovidas pelos parlamentares sobre as plataformas digitais, sobretudo com o Projeto de Lei 2.630/2020, conhecido como PL das Fake News, e que tem como intuito reforçar a responsabilidade de produtores de conteúdo pelo combate à desinformação, bem como cobrar mais transparência nas redes sociais digitais⁵. Além do Projeto de Lei 2.768/2022, que dispõe sobre a organização, o funcionamento e a operação das plataformas digitais e propõe a regulação dos mercados digitais⁶.

284

Contextualização e discussões sobre a regula(menta)ção da mídia

Para iniciarmos o debate sobre a regulação da mídia, tomamos como ponto de partida a conceituação de Teigten-Colly (1988), que entende regulação como sendo um mecanismo de garantia da liberdade de informação e do cumprimento da lei. De modo semelhante, Fidalgo (2009) destaca que os processos de regulação funcionam como aparatos de garantia da fragmentação do poder, de modo que haja mais pluralismo e diversidade nas narrativas.

Devido a este caráter de garantia de direitos, grande parte dos países europeus possuem a mídia regulada, com entidades independentes fiscalizando e supervisionando a mídia (Sousa *et al.*, 2012; Pinto *et al.*, 2011; Fidalgo, 2009).

⁵ Disponível em: <https://bit.ly/46iiB0I>. Acesso em: 3 dez. 2023.

⁶ Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2337417>. Acesso em: 3 dez. 2023.

Neste panorama, diversos autores defendem a regulação da mídia como forma de garantir a liberdade de informação e os direitos dos cidadãos (Silva, 2007; Paulino, 2007;); e o cumprimento da promessa de produzir conteúdos de interesse público, do pluralismo e da diversidade de acesso (Van Cuilenburg, 1999). Já para Raboy (2005), a regulação da mídia é necessária para assegurar que a mídia atenda a um padrão mínimo de responsabilidade social.

No entanto, considerando o contexto atual, faz-se necessário levar em consideração os processos de midiatização, globalização e desenvolvimento das novas tecnologias, sobretudo a internet e as redes sociais digitais, em que todos se tornam usuários e qualquer um pode produzir, co-produzir e reproduzir, o que tem provocado mudanças significativas nas relações de poder da sociedade e da informação.

Seja na era dos meios de comunicação de massa ou na atualidade com a internet se colocando como novo espaço midiático e comunicacional, observa-se no Brasil a ausência de órgãos ou instituições que sejam capazes de promover uma regulação ou regulamentação da mídia, o que nos faz lançar um olhar sobre os limites entre a liberdade de expressão e de imprensa. Essa ausência é agravada com o cenário atual de livre circulação de materiais, algoritmos, desinformação, *fake news*, entre outros agentes que influenciam no espectro comunicacional.

Tal cenário é agravado com as particularidades observadas no Brasil como a financeirização e os oligopólios do jornalismo, bem como as dificuldades de rastros e lastros da regulação da mídia no cenário nacional que são marcadas por uma resistência dos concessionários de veículos de comunicação, na maior parte parlamentares ou aliados de parlamentares, em permitir que a regulação seja desenvolvida como forma de garantir a qualidade da informação e a cidadania, coibindo práticas de desinformação e de distorção da informação. De acordo com Paganotti (2018), essa resistência ocorre pelo fato de o Brasil ainda possuir uma democracia recente no qual a regulação ainda é confundida como sendo censura ou cerceamento da liberdade de expressão, fardo que é reflexo de regimes autoritários.

Empecilhos para a regulação no Brasil: financeirização e oligopólios midiáticos

Antes de adentrarmos na questão da regulação da mídia, faz-se necessário compreendermos a constituição da imprensa no Brasil, destacando que a comunicação no cenário brasileiro se desenvolveu a partir do modelo comercial e com a dependência de

empresários e anunciantes que viabilizaram financeiramente a prática jornalística, seja no impresso, nas rádios, na TV ou em outros espaços de comunicação.

Segundo Fonseca (2011), essa característica cria um impasse a respeito do exercício do jornalismo isento, independente e apartidário, já que os meios de comunicação de massa brasileiros seguem a lógica e os interesses mercadológicos, o que revela um questionamento acerca do papel do jornalismo enquanto “poder” e seu exercício como tradutor de realidades para a população.

Soma-se a isso a financeirização do jornalismo no Brasil, já que o modelo de comunicação que se estabeleceu no país é, sobretudo, comercial e submetido ao capital de empresários que financiam os meios de comunicação de massa. Sodré (2015) afirma que a mídia caminha no sentido do mercado e do capital financeiro. “A mídia já era parceira irreversível do capital financeiro. Já era parceira irreversível do mercado. E do Estado, empenhado em políticas de ajuste fiscal, típicas do modelo neoliberal” (Sodré, 2015, p. 136).

Lançando um olhar para a Constituição Federal de 1988, o artigo 220 proíbe o monopólio e o oligopólio das comunicações, de modo que essas concessões devem estar a serviço da população, enquanto direito à informação; e o artigo 54⁷ proíbe que membros dos três poderes sejam donos de concessões públicas, como é o caso das emissoras de TV e rádio.

No entanto, o que percebemos no caso das TVs e rádios é que a despeito de serem concessões públicas, o direito de exploração do espectro radioelétrico é obtido por empresários e donos de conglomerados de comunicação e até mesmo por políticos (indo na contramão do que estabelece a Constituição Federal).

Além disso, ressalta-se que a mídia nacional é “controlada” por poucas famílias que detém conglomerados de comunicação, o que promove um cenário de concentração midiática. Ao estudar os oligopólios das comunicações no país, Rios, Cardoso, Pontes, Roberto e Garcia (2015) apontam para sete grupos que exerceriam uma maior influência

⁷ O artigo 54 da Constituição Federal de 1988 determina que: Os Deputados e Senadores não poderão: I - desde a expedição do diploma: a) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes; b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis "ad nutum", nas entidades constantes da alínea anterior; II - desde a posse: a) ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada; b) ocupar cargo ou função de que sejam demissíveis "ad nutum", nas entidades referidas no inciso I, a; c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, a; d) ser titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo.

dentre os meios de comunicação, comandando os principais veículos midiáticos. Seriam eles: 1. Organizações Globo, da família Marinho; 2. Sistema Brasileiro de Comunicação, da família Saad; 3. Sistema Brasileiro de Televisão - SBT, de Sílvio Santos; 4. Igreja Universal do Reino de Deus, do bispo Edir Macedo; 5. Grupo O Estado de São Paulo, da família Mesquita; 6. Grupo Folha, da família Frias; 7. Grupo Abril, da família Civita (Rios *et al.*, 2015, p. 10).

No entanto, de acordo com a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962⁸, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, todas as emissoras de TV e rádio são concessões públicas e destinadas ao público em geral. Apesar de constar na lei brasileira, esta nunca foi uma característica da mídia no Brasil que, ao contrário do que se propõe, é concentrada e baseada na formação de monopólios e oligopólios.

Guareschi e Biz (2005) destacam que as leis nacionais acerca das concessões públicas concentradas no Governo Federal historicamente foram orientadas para privilegiar as oligarquias e os monopólios, já que há muitas brechas e muitos espaços para que esse sistema seja facilmente burlado.

Ressalta-se ainda que poucas pessoas/empresas possuem “poder” para se colocarem como concessionárias de uma emissora de rádio ou TV, o que contribui ainda mais com a concentração midiática no Brasil.

Já Marinoni (2015), ao trabalhar com a concentração da mídia no Brasil, sobretudo no setor audiovisual, aponta para um oligopólio exercido por cinco (5) grandes empresas de comunicação: Rede Globo, que engloba 123 emissoras (próprias e afiliadas); Rede SBT, que possui no total 114 emissoras (próprias e afiliadas); Rede Record, com 108 emissoras (próprias e afiliadas); Rede Bandeirantes de Televisão, que conta 49 emissoras (próprias e afiliadas); RedeTV!, com 40 emissoras (próprias e afiliadas).

Chama atenção o fato de que, à exceção da RedeTV!, as empresas alcançam pelo menos 89% do território nacional, com a Rede Globo chegando a alcançar na época de realização do estudo mais de 99% (Marinoni, 2015). Além disso, grande parte desses grupos de comunicação atuam também em outros espaços que não apenas a TV, estando presentes no rádio, no impresso e nos canais digitais (sites e redes sociais).

⁸ A Lei nº 4.117/1962 sofreu alterações através do Decreto-lei nº 236 de 28 de fevereiro de 1967 - já durante a ditadura militar - de modo que o Presidente passasse a ter um maior controle sobre as concessões públicas, o que contribuiu ainda mais para a concentração midiática.

Neste aspecto, ao trabalhar com a história da imprensa no Brasil, Barbosa (2007) afirma que parte da concentração dos meios de comunicação no cenário nacional se deu no período da ditadura militar, durante o qual parte da imprensa brasileira se aliou às narrativas do Governo à época e estabeleceu relações e acordos que têm reflexos nas formas de organização da mídia nacional, principalmente no exercício do “poder” da mídia.

Assim, considerando tal cenário midiático observamos, em síntese, que os meios de comunicação no Brasil possuem um elevado grau de penetração e de visibilidade na sociedade, o que impacta diretamente nas formas de exercer influência e se estabelecer como instituições que exercem “poder” sobre os cidadãos.

Marinoni (2015) ressalta ainda que o exercício do poder e da influência no Brasil, a partir dos conglomerados de comunicação, se consolidou desde os anos 80 e possui relações diretas com políticos ou parlamentares, que exercem um “poder inominado” e sem que isso seja discutido.

Entretanto, inferimos que a financeirização do jornalismo e o oligopólio midiático presente no Brasil são dois fatores que dificultam as discussões acerca da regulação e regulamentação no cenário nacional, o que também é um indicativo acerca das nuances e dos limites do poder exercido pelo Jornalismo.

Após tal contextualização, passamos para um segundo momento, que consiste na observação de experiências de regulação da mídia em países de língua portuguesa, o que nos auxilia a traçar comparações e estabelecer paralelos com o Brasil.

288

Experiências de regulação da mídia em língua portuguesa

Apesar de o tema da regulação e da regulamentação da mídia ainda ser motivo de debates, sem que haja consenso no Brasil, em diversos países do mundo esta é uma questão delimitada e que funciona como forma de garantir a liberdade de informação, ao qual qualquer opinião seria relevante, mesmo que ataque os direitos humanos e vá na contramão da verdade -, a proteção contra conteúdos falsos e nocivos e o compromisso do jornalismo com a notícia checada e apurada (Livingstone; Lunt, 2011).

Observando-se a questão da regulamentação da mídia em países de língua portuguesa, o principal exemplo é Portugal, país que exerce influência cultural e política sobre os demais países de língua portuguesa, incluindo o Brasil. Desde a Revolução dos

Cravos, em 1974, iniciaram-se discussões sobre a regulação da mídia e a criação de uma entidade independente que fosse capaz de regular os conteúdos veiculados na imprensa.

O primeiro passo foi a Lei de Imprensa ou Lei Nº 2/99 de 13 de Janeiro de 1999 que tem como objetivo garantir a liberdade da mídia e a liberdade de todo e qualquer cidadão se informar e ser informado.

Após a Lei da Imprensa, o grande marco na questão da regulação da mídia em Portugal ocorreu em 2005, com a criação da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), que foi instituída pela Lei 53/2005⁹ e passando a cumprir a sua função enquanto órgão regulador a partir do dia 17 de fevereiro de 2006, com a tomada de posse do Conselho Regulador (ERC, 2022).

Destaca-se o caráter de pessoa coletiva de direito público da ERC e sua natureza política e administrativa independente, sem que haja qualquer tipo de influência política ou midiática sobre a Entidade Reguladora.

Através do Conselho Regulador, a ERC tem como principais objetivos supervisionar e fiscalizar as atividades de comunicação social em Portugal, recebendo demandas da população e do parlamento e produzindo relatórios sobre as ações de regulação.

Com o intuito de compreender a questão da regulação da mídia em Portugal através da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), utilizamos como método a Análise Documental, que consiste na avaliação de documentos de diferentes fontes e de formatos diversos (Fonseca, 2002).

De acordo com Gil (2008), o procedimento, de caráter qualitativo, traduz-se na análise de documentos que ainda não receberam um tratamento analítico ou que ainda podem ser reelaborados, a depender do objeto de pesquisa.

Considerando os conteúdos que estão disponíveis de modo on-line, ainda sem tratamento e avaliação previamente realizados, nos propomos a analisar o site da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) com o objetivo de identificar como ocorre a regulação da mídia em Portugal.

Na página inicial da ERC, observa-se em destaque a questão da transparência, principalmente com o estudo: “Regime da Transparência dos Media: Prática Regulatória (2016-2021) e com a aba “balcão virtual”, que disponibiliza aos cidadãos e órgãos de

⁹ Lei 53/2005 em que Cria a Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) e extingue a Alta Autoridade para a Comunicação Social. Disponível em: <https://www.erc.pt/documents/legislacao-site/lei53.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2024.

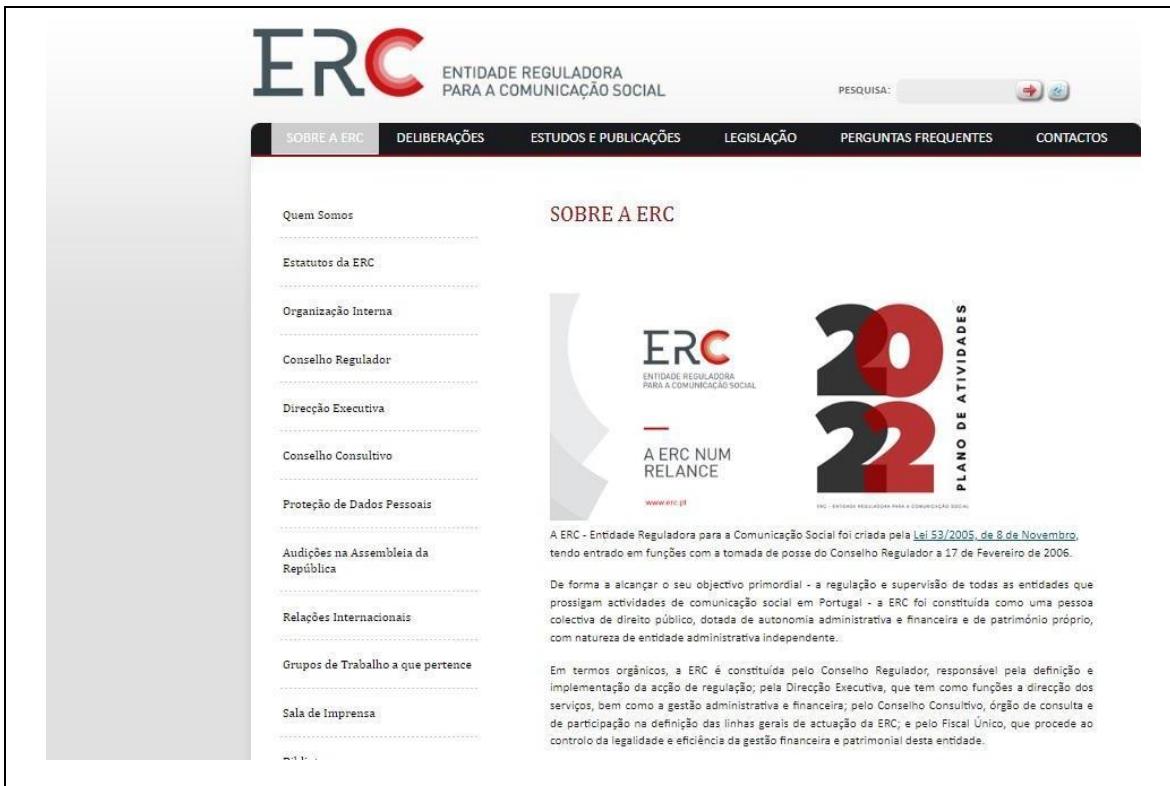
comunicação social os principais serviços on-line que são de responsabilidade da Entidade Reguladora para a Comunicação Social.

Além disso, observa-se a aba “notícias”, com os principais conteúdos relacionados à ERC e outras abas referentes à base de dados bibliográfica da ERC, “sala de imprensa”, “sondagens”, em que são publicados estudos feitos por diversas instituições referentes a temáticas da comunicação e “ligações úteis”, que traz entidades de regulação e regulamentação da mídia em outros países pelo mundo, além de observatórios, associações e instituições que se dedicam a analisar e a discutir a questão da mídia portuguesa e internacional.

Ressaltamos ainda a barra de navegação em cor preta que traz conteúdos referentes à Entidade Reguladora para a Comunicação Social. Este espaço apresenta as formas de atuação da ERC na regulação da mídia, que se traduz nas abas como por exemplo o “Sobre a ERC”, “Deliberações”, “Estudos e Publicações” e “Legislação”, além de perguntas frequentes e contatos.

290

Figura 1: Página oficial do site da ERC, aba “Sobre a ERC”



Fonte: Site oficial da ERC (2023)

Assim que entramos na aba “Sobre a ERC”, identificamos novas abas que dizem respeito à organização da entidade e de suas formas de atuação, destacando-se o “Conselho Regulador”, “Conselho Consultivo”, “Direção Executiva”, “Proteção de Dados Pessoais” e “Audiências na Assembleia da República”.

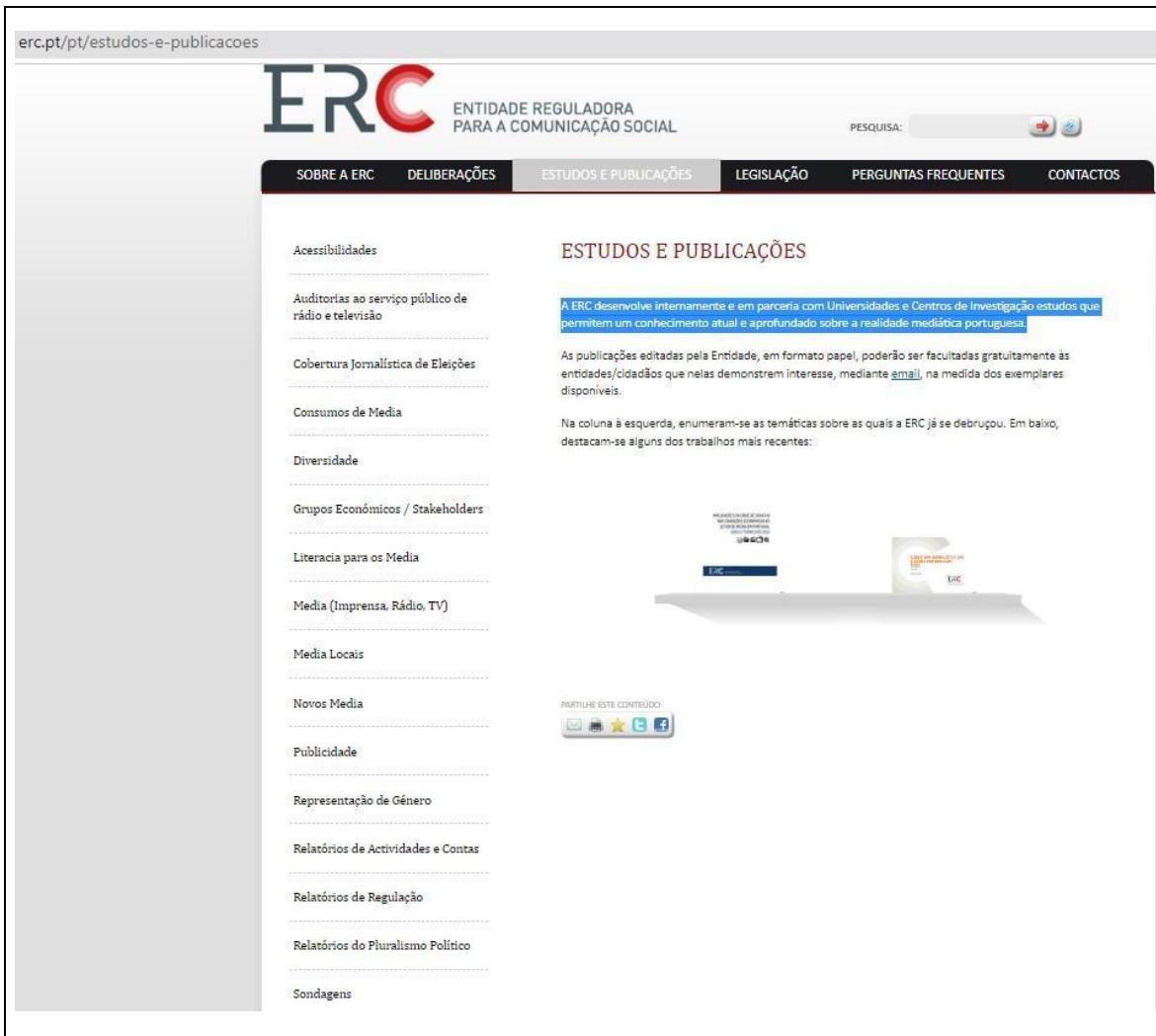
Analizando o conteúdo da aba “Sobre a ERC”, o principal destaque é a transparência da organização da Entidade Reguladora e a representatividade de jornalistas, acadêmicos e membros de associações, confederações, conselhos, institutos e sindicato dos jornalistas que se dividem entre o Conselho Regulador e o Conselho Consultivo, garantindo maior pluralismo e diversidade para a ERC. Ressalta-se ainda a independência da Entidade Reguladora para a Comunicação Social em relação ao Governo e a partidos políticos.

Outros espaços importantes no site da Entidade Reguladora para a Comunicação Social são os de legislação, já que constam todas as leis e decretos referentes à entidade e à comunicação de forma ordenada; e os de deliberações, onde constam todos os pareceres de regulação da mídia feitos pela ERC, com um local de pesquisa por categorias e por datas. As duas abas são relevantes pois revelam a transparência e a prestação de contas (*accountability*) da Entidade Reguladora para a Comunicação Social para com a sociedade - e também para com a mídia. À medida que apresenta os dados de forma clara e traz a realidade dos fatos, reafirma o seu compromisso como órgão regulador da imprensa enquanto garantidor da liberdade de informação.

Para além de sua atuação enquanto entidade reguladora da mídia, a ERC também se destaca pelos Estudos e Publicações que desenvolve internamente e em parceria com Universidade e Centros de Investigação, o que possibilita um conhecimento mais aprofundado e atualizado acerca da mídia portuguesa.

Vale destacar que todos os materiais produzidos pela ERC podem ser impressos e enviados gratuitamente para cidadãos e entidades que demonstrem interesse em tê-los.

Figura 2: Página oficial do site da ERC, aba “Estudos e Publicações”



The screenshot shows the official website of the Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) at erc.pt/pt/estudos-e-publicacoes. The main navigation bar includes links for 'SOBRE A ERC', 'DELIBERAÇÕES', 'ESTUDOS E PUBLICAÇÕES' (which is the active tab), 'LEGISLAÇÃO', 'PERGUNTAS FREQUENTES', and 'CONTACTOS'. The 'ESTUDOS E PUBLICAÇÕES' section features a sidebar with a list of study topics: Acessibilidades, Auditorias ao serviço público de rádio e televisão, Cobertura Jornalística de Eleições, Consumos de Media, Diversidade, Grupos Económicos / Stakeholders, Literacia para os Media, Media (Imprensa, Rádio, TV), Media Locais, Novos Media, Publicidade, Representação de Género, Relatórios de Actividades e Contas, Relatórios de Regulação, Relatórios do Pluralismo Político, and Sondagens. The main content area is titled 'ESTUDOS E PUBLICAÇÕES' and contains text about the ERC's internal and external studies, as well as images of two reports: 'Relatório Anual de Regulação 2022' and 'Relatório do Pluralismo Político'.

Fonte: Site oficial da ERC (2023)

Dentre as publicações e relatórios produzidos pela Entidade Reguladora para a Comunicação Social, destaca-se o relatório anual de regulação¹⁰, produzido desde 2006 e que traz um panorama qualitativo e quantitativo das atividades regulatórias desenvolvidas através da ERC. Além disso, observa-se a separação entre os meios de comunicação, facilitando a compreensão dos cidadãos acerca da atuação da entidade.

Ainda no espectro da regulação, os estudos “Cobertura Jornalística das Eleições” e “Relatórios do Pluralismo Político” demonstram a independência da Entidade Reguladora

¹⁰ Relatórios anuais de regulação da mídia. Disponível em: <https://bit.ly/4fp77x0>. Acesso em: 22 jul. 2024.

para a Comunicação Social em relação ao Governo e aos partidos políticos, já que as publicações buscam trazer coberturas realizadas pela entidade em eleições de diferentes esferas no cenário português, além de motivar e contribuir para a garantia do pluralismo político e da democracia.

Ressaltamos ainda as publicações “Auditorias ao serviço público de rádio e televisão”, “Media (Imprensa, Rádio e TV)”, “Novos Media”, “Consumo de Media” e “Diversidade” como estudos relevantes para o entendimento da mídia portuguesa (local e nacional), indo além das atividades de regulação e expandindo-se para publicações informativas que demonstram a importância de os cidadãos conhecerem a mídia e os seus conteúdos, o que garantiria uma imprensa livre para informar e uma sociedade que tem consciência sobre os conteúdos que consomem.

Neste sentido, além de seu site, a ERC mantém também um perfil no Twitter, com o “@ERC_PT”. O espaço é utilizado para informar os cidadãos acerca das deliberações referentes à atuação da entidade e decisões que podem influenciar na comunicação em Portugal. Como exemplo, temos a postagem do dia 1 de setembro de 2022, que trata da revogação dos números 2 a 6 do artigo 6.º da Carta Portuguesa de Direitos Humanos na Era Digital (Lei n.º 15/2022, 11 de agosto), e afirma que “regular a desinformação dependerá do Plano de Ação contra o fenômeno da Comissão Europeia”¹¹.

Tal publicação demonstra a preocupação da Entidade Reguladora para a Comunicação Social com a questão da regulação não apenas da mídia tradicional e digital como também versa sobre a desinformação.

¹¹ Tweet publicado pela ERC. Disponível em: https://twitter.com/ERC_PT/status/1565248647545163776. Acesso em: 2 set. 2022.

Figura 3: Tweet da página oficial da ERC no Twitter em que o assunto é a regulação da desinformação



ERC @ERC_PT · 1 de set
Com a revogação dos números 2 a 6 do artigo 6.º da Carta Portuguesa de Direitos Humanos na Era Digital (Lei n.º 15/2022, 11 de agosto - tinyurl.com/DRE-2022-15-Ar...), regular a desinformação dependerá do Plano de Ação contra o fenómeno da Comissão Europeia (tinyurl.com/CE-PlanoAcaoCo...).
...



Fonte: Twitter oficial da ERC (2023)

294

No intuito de avançar na questão da regulação dos mercados digitais, foi publicado no Jornal Oficial da União Europeia em 12 de outubro de 2022, com postagem feita no Twitter da ERC em 02 de novembro de 2022¹², o Regulamento (UE) 2022/1925 do Parlamento Europeu e do Conselho de 14 de setembro de 2022 relativo à disputabilidade e equidade dos mercados no setor digital¹³. O documento é um primeiro passo para a regulação das mídias digitais em países pertencentes à União Europeia.

E para além do contexto português, em que há uma clareza sobre a importância da regulação da mídia para o pleno funcionamento da liberdade de informação da imprensa, buscamos analisar também a questão da regulação da mídia em outros países de língua

¹² Disponível em: https://twitter.com/erc_pt/status/1587769089325424643?s=48&t=TBM3NJqGIYYqkWdFJ37U8w

¹³ Disponível em: https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=uriserv%3AOJ.L_.2022.265.01.0001.01.POR&toc=OJ%3AL%3A2022%3A265%3ATOC

portuguesa, sobretudo no continente africano, como Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Guiné-Equatorial, Moçambique, Timor-Leste e São Tomé e Príncipe. Para tal, utilizamos como ferramenta de auxílio os buscadores do Scielo e Portal de periódicos da Capes, que se justificam pela possibilidade de obtenção de resultados a partir dos indexadores, e o *Scholar Google* ou Google Acadêmico, que oferece resultados a partir de buscas por termos, temas ou autores. As pesquisas foram feitas no dia 03 de setembro de 2022 e contemplaram os seguintes termos-chave: “regulação da imprensa em países africanos de língua portuguesa”, “regulação da mídia em países africanos de língua portuguesa”, “regulação da mídia em países de língua portuguesa” e “regulação da mídia” com a adição do nome de cada um dos países citados acima.

Após a realização da pesquisa bibliográfica, identificamos que a questão da Lei de Imprensa/Comunicação Social e da regulação da mídia vem sendo discutida em países como Angola, que é o único país africano de língua portuguesa que possui uma entidade reguladora da mídia, Moçambique e Cabo Verde, sem avanços significativos nos demais países de língua portuguesa.

No caso da regulação da mídia em Angola, o grande avanço ocorreu com a criação da Lei nº 1/17 de 23 de janeiro de 2017¹⁴, também conhecida como Lei de Imprensa e que tem como objetivo estabelecer os princípios gerais que devem enquadrar a atividade da comunicação, possibilitando a regulação das formas de acesso e o exercício à liberdade de imprensa como um direito fundamental dos cidadãos, garantido na Constituição.

Em seu capítulo VI - Responsabilidade, no artigo 92 da Lei nº 1/17 de 23 de janeiro de 2017 ocorre a institucionalização da Entidade Reguladora da Comunicação Social Angolana (ERCA), órgão que substitui o Conselho Nacional de Comunicação Social e que tem como intuito exercer atividades de regulação e de supervisão da mídia em Angola, ressaltando a regulação como mecanismo essencial para a garantia da objetividade e da isenção da informação e da liberdade de expressão e de pensamento na Comunicação Social.

Assim como no caso da ERC, em Portugal, a Entidade Reguladora da Comunicação Social Angolana se constitui como uma entidade administrativa independente e sem

¹⁴ Disponível em:
https://minttcs.gov.ao/fotos/frontend_10/gov_documentos/pacote_legislativo_da_comunicacao_social_1_2611596306012dd9a7771d.pdf. Acesso em: 05 set. 2022.

vinculação com o Governo ou empresa, o que lhe confere poder para regular e supervisionar a mídia em Angola.

Gaspar (2016) aponta para a própria história de Angola, que vai desde o período pós-colonial até o regime democrático de direitos como forma de justificar a regulação da mídia no país como necessária e fundamental para garantir a consolidação da democracia. No entanto, o autor traz aspectos como a concorrência, falta de pluralismo, o sensacionalismo, a censura e problemas financeiros como fatores que dificultam que a mídia consiga cumprir com os seus compromissos instituídos por Lei. E é justamente com o intuito de garantir a liberdade, o pluralismo e a diversidade angolana que foi criada a ERCA, entidade reguladora da mídia em Angola.

Em seu site, a ERCA aponta como principais objetivos a promoção e garantia do pluralismo e da diversidade, garantia da livre difusão e acesso aos conteúdos, proteção dos vulneráveis e o supervisionamento da responsabilidade editorial da Comunicação Social (ERCA, 2022).

296

Figura 4: Aba principal do site da ERCA



erca.co.ao

Telefone: 222-748-650 | Email: geral@erca.co.ao

f   

ERCA
ENTIDADE REGULADORA DA COMUNICAÇÃO SOCIAL ANGOLANA

Bem-Vindo à ERCA

A Entidade Reguladora da Comunicação Social Angolana

SAIBA MAIS

Entidade Reguladora da Comunicação Social Angolana

A ERCA é uma pessoa colectiva de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e de património próprio. A Entidade Reguladora da

Fonte: Site oficial da ERCA (2023)

Além de informações básicas e das abas “quem somos”, “assembleia geral de jornalistas”, “notícias e eventos”, “media” e “contatos”, observamos no site um espaço destinado para a missão, valores e visão da ERCA e as publicações mais recentes.

Destacamos a aba “media”, em que consta uma parte destinada às deliberações da Entidade Reguladora para a Comunicação Social Angolana, por meio de seu Conselho Consultivo, e revela a atuação da entidade. Os relatórios são apresentados mensalmente e reunidos em um só documento e as primeiras deliberações são de março de 2020, época que coincide com a pandemia global da Covid-19.

Em Cabo Verde, identificamos a existência da Lei de Comunicação Social, aprovada em 30 de abril de 1998 e que estabelece o regime jurídico para o exercício da atividade da comunicação social; e posteriormente foi aprovada a Lei da Imprensa escrita e de agências de notícias¹⁵, que busca regular as atividades da imprensa escrita e de edição de imprensa e das agências de notícias, garantindo as condições de acesso e de exercício das atividades.

Semedo (2011), ao trazer um pouco da história de seu país, Cabo Verde, aponta para a juventude da independência e democracia de Cabo Verde, com o país se tornando independente em 1975 e tendo a sua primeira Constituição em 1980, o que gera impactos nos modos de desenvolvimento da imprensa.

Ao trabalhar com a Regulação da Comunicação Social em Cabo Verde na Era Digital, Moreno (2015) destaca que a criação da Autoridade Reguladora da Comunicação Social (ARC) em 2011, regulamentada pela Lei nº 8, VIII/2011, de 29 de dezembro de 2011 – em referência normativa¹⁶, ocorreu a partir da necessidade de se criar um órgão regulador, independente de poderes políticos e econômicos e que promovesse a democracia.

Esta regulação se deu por meio do modelo de hétero regulação, exercida por atores externos à mídia e que possam garantir o direito à informação e a liberdade de imprensa, além da não concentração midiática e a independência da imprensa em relação aos poderes políticos e econômicos.

No entanto, ao realizarmos buscas para o direcionamento no site da Autoridade Reguladora para a Comunicação Social (ARC) de Cabo Verde¹⁷, o acesso aparece como

¹⁵ Lei da Imprensa Escrita e de Agências de Notícias. Disponível em:
C:/Users/Usuario/Downloads/[LAW]%20Press%20Cape%20Verde.pdf. Acesso em: 05 set. 2022.

¹⁶ Disponível em: <https://kiosk.incv.cv/V/2011/12/29/2.1.42.1446/p2>. Acesso em: 06 set. 2022.

¹⁷ Disponível em: <https://www.arc.cv>. Acesso em: 06 set. 2022.

indisponível, não sendo possível realizar a pesquisa documental acerca do site e sua organização.

Já em Moçambique, apesar de haver a Lei da Imprensa de 2006, que versa sobre o direito à informação e à liberdade de expressão do pensamento através da imprensa, bem como as discussões no Parlamento de Moçambique para a substituição da Lei da Imprensa pela Lei da Comunicação Social, assinada em 01 de dezembro de 2020¹⁸ pelo primeiro-ministro, que busca definir os princípios e normas para o exercício das atividades de comunicação social e a garantia de direitos e deveres de seus profissionais, ainda não existe um órgão regulador independente, capaz de fiscalizar e supervisionar a mídia.

Em documento intitulado “Revisão da Legislação de Comunicação Social em Moçambique”¹⁹, organizado por Organizações da Sociedade Civil (OSC's) de Moçambique, ressalta-se a necessidade de uma entidade reguladora independente que siga o modelo da ERC, de Portugal, e seja capaz de regular e supervisionar a mídia, para além de aspectos da constituição, englobando também a regulação das atividades diárias da mídia e a garantia do pluralismo, da diversidade e da liberdade de informação.

Observa-se que tanto em Moçambique como em Cabo Verde há menções à regulação da mídia e a questões relacionadas à liberdade de informação, características marcantes no processo democrático tardio ocorrido nos países. Além disso, ambas citam a censura e o cerceamento da liberdade dos profissionais, destacando que tais casos são direcionados de forma direta para a justiça comum.

Após um mapeamento nos países de língua portuguesa sobre a regulação da mídia, observa-se que o Brasil é o país em que as discussões estão menos avançadas, já que as leis que se referem à Comunicação Social e à Imprensa são antigas e há um embate sem resolução sobre a regulação da mídia no país.

Parte dos conflitos no entorno da regulação da mídia no Brasil consistem na confusão do termo com censura e falta de liberdade de expressão. Por outro lado, identificamos nos exemplos de regulação já vigentes e que se pautam em entidades independentes como a ERC, em Portugal, e a ERCA, em Angola, que a regulação da mídia consiste na liberdade de informação e no combate às “notícias” falsas, conteúdos com imprecisões ou que não condizem com a realidade e à violência contra o jornalismo.

¹⁸ Disponível em: <https://www.parlamento.mz/wp-content/uploads/2022/02/Lei-da-Comunicacao-Social.pdf>. Acesso em: 05 set. 2022.

¹⁹ Disponível em: <https://www.misa.org.mz/index.php/quem-somos/planos-e-relatorios/legislacao/legislacao-nacional/86-revisao-da-legislacao-de-comunicacao-social-em-mocambique/file>. Acesso em: 05 set. 2022.

Considerações finais: debates sobre a regulação e a qualidade da mídia no Brasil

Ao trabalhar com a temática da regulação da mídia, Dantas (2015) reforça que o que está em pauta é a regulação dos “meios de comunicação social eletrônica” e não regulação da imprensa, apontando para uma diferenciação entre mídia enquanto conceito amplo e ligado ao campo sócio-técnico de entretenimento, espetáculo e agenciamento cultural, e um segmento da mídia que é definido como imprensa ou jornalismo - independentemente de seu formato.

O autor (2015) reforça ainda que a regulação da imprensa não tem nenhuma relação com censura ou coerção da mídia, ressaltando a clareza da Constituição Federal de 1988 ao definir os princípios de liberdade de expressão e de imprensa.

Já Romão (2006), atrela a concentração da mídia, a falta de pluralismo e a diversidade como elementos chave para que as discussões sobre a regulação da mídia não se tornem lei no Brasil e sejam colocadas como censura. À medida que o termo censura é associado à regulação da mídia, os proprietários de veículos de comunicação permanecem livres para produzir conteúdos a partir do que julgam ser de interesse do público, sempre seguindo os princípios editoriais da empresa, em detrimento do interesse público, que seria garantido em um ambiente onde a mídia é regulada.

Em sentido contrário, os órgãos de mídia enxergam a regulação da mídia de forma distinta e ligada ao cerceamento da liberdade de imprensa, à militância e à censura, como destacam Faria, Rodrigues e Ormay (2016) que revelam o posicionamento contrário à regulação da mídia de veículos de imprensa, trazendo como exemplos os jornais O Globo, do grupo Globo, e Estadão, do Grupo Estado.

Em editorial publicado no dia 07 de setembro de 2013²⁰, o jornal O Globo defende que o melhor “regulador” da mídia é o público e a autorregulamentação, reforçando que a imprensa já seria regulada através da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Lei da Classificação Indicativa, que se refere à programação da TV, Estatuto da Criança e do Adolescente, entre outros (Faria *et al.*, 2016).

Assim como exposto pelos editoriais dos jornais O Globo e Estadão, a regulação da mídia é vista como um tabu e como um assunto ligado a um caráter negativo de censura e cerceamento, tal como ressaltou Paganotti (2018).

²⁰ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniao/ha-regulacao-da-midia-regulacao-da-midia-8041002>. Acesso em: 23 set. 2022.

Buscando explorar o tema da regulação da mídia de forma mais ampla, a BBC Brasil publicou em 2014²¹ um texto intitulado “O que significa regular a mídia?”²², em que traz diferentes posicionamentos sobre a regulação da mídia no cenário nacional: de um lado está o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), que entende a regulação como forma de democratizar e de diminuir a concentração da imprensa; e de um outro lado a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), que entende que a mídia já é regulada, citando normas (portarias, decretos e leis) que regulamentam o setor de comunicação social e que medidas de acompanhamento e fiscalização do conteúdo da mídia seria uma forma de interferir no conteúdo e na liberdade de expressão e de imprensa.

Após discussões sobre a necessidade ou não da regulação da mídia no Brasil, assumimos neste trabalho o posicionamento de defesa da regulação como forma de garantia de direitos e liberdade de informação, assim como ocorre em países como Portugal, com a ERC, Angola, com a ERCA, etc., ressaltando que regular a mídia significa promover um ambiente menos concentrado e que promova o pluralismo e a diversidade, conceitos essenciais para uma democracia.

Tal consideração é corroborada por Paulino (2007), que reitera que olhar para os modelos internacionais de regulação da mídia - e das plataformas digitais - consiste em um caminho interessante para o cenário brasileiro, guardadas as devidas diferenças e proporções, já que, através do aproveitamento desses modelos, seria possível implementar formatos que tenham a capacidade de intermediar a relação entre público e mídia, produzindo resultados relevantes no monitoramento e fiscalização de possíveis falhas e erros da mídia e garantindo uma imprensa mais plural, diversa e cidadã.

²¹ Cabe destacar que 2014 se insere em um contexto eleitoral e que o Governo PT, candidato à reeleição pela quarta vez consecutiva, defendia a regulação da mídia como uma de suas propostas.

²² Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/11/141128_regulacao_midia_lab. Acesso em: 23 set. 2022.

Referências

BRAZ, R. G. V. **Estado e Comunicação**: uma análise dos modos de regulação da radiodifusão no Brasil e na Venezuela. Dissertação (mestrado). Brasília: UnB, 2010.

DANTAS, M. Desafios para o atual governo na área de comunicação. **RECIIS - Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, [S. I.], v. 9, n. 1, 2015. DOI: 10.29397/reciis.v9i1.919.

ERC. **A ERC - Quem somos**. Entidade Reguladora para a Comunicação Social, 2024. Disponível em: <https://www.erc.pt/pt/a-erc/quem-somos-/>. Acesso em: 27 jun. 2024.

ERCA. **Sobre a ERCA**. Entidade Reguladora para a Comunicação Social Angolana, 2024. Disponível em: <https://erca.co.ao/sobre-a-erca/>. Acesso em: 27 jun. 2024.

FARIA, A. M. T.; RODRIGUES, T. C. M.; ORMAY, L. S. Sociedade civil e regulação da mídia: estudo de caso sobre o PL da mídia democrática. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação | E-compós**, Brasília, v. 19, n. 2, maio/ago. 2016.

FIDALGO, J. **O lugar da ética e da auto-regulação na identidade profissional dos jornalistas**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2009.

FONSECA, F. Mídia, poder e democracia: teoria e práxis dos meios de comunicação. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 6. Brasília, jul - dez, 2011, p. 41-69. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-33522011000200003>

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FORNAZARI, F. K. Instituições do Estado e políticas de regulação e incentivo ao cinema no Brasil: o caso Ancine e Ancinav. **Revista de Administração Pública**, v. 40, n. 4, 2006. p. 647-677.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6^a. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GUARESCHI, P.; BIZ, O. **Mídia e Democracia**. Porto Alegre: Evangraf, 2005.

JAMBEIRO, O. A regulação da TV no Brasil: 75 anos depois, o que temos?. **Estudos de Sociologia**, v. 13 , n. 24, 2008. p. 85-104.

JAMBEIRO, O. **A TV do Brasil no século XX**. 1^a ed. Salvador: EDUFBA, 2001. 206 p.

LIVINGSTONE, S.; LUNT, P. **Media Regulation**. Sage Publications Ltd., 2011. 232 p.

LOPES, C. A. **Reflexões sobre a regulação da radiodifusão no Brasil – em busca da Lei Geral de Comunicação Eletrônica em Massa**. Brasília: Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, 2005.

MARINONI, B. **Concentração dos meios de comunicação de massa e o desafio da democratização da mídia no Brasil.** Intervozes/Friedrich-Ebert-Stiftung (FES). Análise nº 13/2015, nov. 2015. p. 1-27.

MORENO, J. C. **A Regulação da Comunicação Social em Cabo Verde na Era Digital.** Orientador: Tiago Lapa. 2015. 80 p. Dissertação. Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação no Instituto Universitário de Lisboa, 2015.

PAGANOTTI, I. Redemocratização e reposicionamento de instâncias reguladoras da comunicação: disputas pelo controle da mídia no Brasil. **Comunicação & Sociedade**, v. 40, n. 1, 2018. p. 33-58.

PAULINO, F. O. “**Comunicação e Responsabilidade Social:** modelos, propostas e perspectivas”. In: RAMOS, M. C.; SANTOS, S. (Orgs.). “**Políticas de comunicação: Buscas Teóricas e Práticas**”. São Paulo: Paulus, 2007.

PINTO, M.; PEREIRA, S.; PEREIRA, L.; FERREIRA, T. D. **Educação para os Media em Portugal:** experiências, actores e contextos. Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), 1ª ed., 2011.

RABOY, M. **Mídia e democratização na sociedade da informação.** In: MARQUES DE MELO, J; SARTHER, L. Direitos à comunicação na sociedade da informação. São Bernardo do Campo: Unesp, 2005.

RIOS, E. R.; CARDOSO, E. R.; PONTES, F. A.; ROBERTO, J.; GARCIA, R. W. S. **Oligopólio das comunicações no Brasil.** Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gestão Estratégica e Política Pública. Universidade de Campinas, 2015.

ROMÃO, J. E. E. **A Nova Classificação Indicativa no Brasil: construção democrática de um modelo.** In: CHAGAS, C. M. F.; ROMÃO, J. E. E.; LEAL, S. (Orgs.). Classificação indicativa no Brasil: desafios e perspectivas. Brasília: Secretaria Nacional de Justiça, 2006.

SEMEDO, Z. E. S. X. **Os Processos de Produção do Telejornal Estudo de Caso: Jornal da Noite da Televisão de Cabo Verde.** Orientadora: Iluska Maria da Silva Coutinho. 2011. 99 p. Trabalho de Conclusão de Curso. Comunicação Social na Faculdade de Comunicação Social da UFJF, 2011.

SODRÉ, M. Mídia, ideologia e financeirização. **Oficina do Historiador**, 8(1), 2015. p. 135-157. DOI: <https://doi.org/10.15448/2178-3748.2015.1.18591>

SOUSA, H.; PINTO, M.; LOPES, F.; FIDALGO, W.; JEDRZEJEWSKI, S.; SILVA, E. C.; DUARTE MELO, A.; LAMEIRAS, M.. **A Regulação dos Media na Europa dos 27.** Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. Universidade do Minho: Braga, 2012.

TEIGTEN-COLLY, C. Les autorités administratives indépendantes: histoire d'une institution. In: ALBERT, C.; TIMSIT, G. (Org.). **Les autorités administratives indépendantes.** [s. l.]: PUF, 1988.

VAN CUILENBERG, J. 'On Competition, Access and Diversity in Media, Old and New: Some Remarks for Communications Policy in the Information Age. **New Media & Society**. v. 1. nº 2, 1999. p. 183-207.

Submissão: 6 de dez. 2023.

Aceite: 22 de jul. 2024.

303

Desinformação e democracia sob ataque na radiodifusão

O pedido de cancelamento de concessão da Jovem Pan

Ivan Paganotti¹

Resumo

Esta pesquisa avalia como o Ministério Público Federal de São Paulo fundamenta, explica e difunde sua ação demandando o cancelamento da outorga de radiodifusão da Jovem Pan, após publicações questionarem as eleições de 2022, apoiando ataques em Brasília em 2023. O efeito comunicacional, legal e pedagógico da ação é avaliado por meio da metodologia de análise de "judicialização midiática" (Paganotti, 2021), compreendendo como a medida insere-se em tradição de sanções contra a rádio e outros difusores de desinformação. O artigo identifica pontos da cobertura da Jovem Pan destacados na ação, avaliando como a comunicação do MPF-SP apresentou seu pedido, por meio de notícia publicada pela assessoria de imprensa no portal do órgão público. A reação da Jovem Pan, criticando a medida como um ataque censório, também indica como o caso pode ser paradigmático na definição de jurisprudência sobre a liberdade de imprensa.

Palavras-chave: Desinformação. Liberdade de expressão. Direito.

Disinformation and democracy under attack in broadcasting: the request to cancel Jovem Pan's concession

Abstract

This research evaluates how the Federal Public Prosecutor's Office of São Paulo bases, explains and disseminates its action demanding the cancellation of Jovem Pan's broadcasting license, after the radio published comments questioning 2022 elections and supporting attacks in Brasilia in 2023. The communicational, legal and pedagogical effect of the action is analyzed through the method of "media judicialization" analysis (Paganotti, 2021), considering how this measure fits into a tradition of sanctions against Jovem Pan and other disseminators of disinformation. The article identifies Jovem Pan's coverage highlighted in the lawsuit, evaluating how the MPF-SP's communication presented its request, through news published by the press office on the public agency's website. Jovem Pan's reaction, criticizing the measure as a censorial attack, also indicates how the case may become paradigmatic in defining Brazilian jurisprudence on press freedom.

Keywords: Disinformation. Freedom of expression. Law.

¹ Doutor pela Universidade de São Paulo, docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo, pesquisador com bolsa produtividade CNPq (PQ-2), com pós-doutorado em desenvolvimento no TIDD/PUC-SP, sob supervisão da Profa. Dra. Pollyana Ferrari. Pesquisa financiada pela Fapesp, processo nº 2020/15055-9, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). E-mail: ivan.paganotti@metodista.br

Introdução²

Em junho de 2023, o Ministério Público Federal de São Paulo ajuizou “ação civil pública pedindo o cancelamento das três outorgas de radiodifusão concedidas à Jovem Pan” (MPF-SP, 2023c) devido à difusão de informações falsas e o incentivo a ataques contra instituições públicas e contra o regime democrático durante o processo eleitoral de 2022 e nas invasões bolsonaristas no começo de 2023. Na ação, o MPF demandava o cancelamento das outorgas de rádio da Jovem Pan, a proibição de contratos publicitários com o poder público, o pagamento de R\$ 13,4 milhões como indenização por danos morais coletivos – valor que corresponde a 10% dos ativos da emissora apresentados em seu último balanço – e a obrigação de que a emissora veiculasse campanhas de dois a três minutos, em sua programação, “ao menos 15 vezes por dia entre as 6h e as 21h durante quatro meses” apresentando “informações oficiais sobre a confiabilidade do processo eleitoral” incluindo informações divulgadas pela justiça eleitoral (MPF-SP, 2023c).

O processo insere-se em cenário em que a legislação vigente sobre telecomunicação se soma à novas normas recentemente aprovadas, como a Lei nº 14.197, de 1º de setembro de 2021 – que define crimes contra o Estado Democrático de Direito, revogando a Lei de Segurança Nacional (Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983) da ditadura militar – e à pressão social por responsabilizar atores que difundem desinformação e ataques contra as instituições no debate público (Paganotti, 2023). As novas normas tensionam os limites da liberdade de expressão, e colocam dilemas para os jornalistas que difundem informações ou opiniões que contenham contestações sobre os processos eleitorais ou críticas às instituições democráticas, o que coloca um desafio maior para a delimitação do que pode ser discutido, problematizado ou considerado como consensual no debate público (Habermas, 1987). Essas alterações recentes, e casos como a Jovem Pan, instigam a pesquisa em jornalismo a reconsiderar definições e sentidos para conceitos centrais no campo, como censura, crítica e defesa dos direitos democráticos.

Considerando esse contexto, esta pesquisa parte do seguinte problema de pesquisa: de que forma o Ministério Público procura fundamentar, justificar, explicar e difundir sua ação demandando o cancelamento da outorga de radiodifusão da Jovem Pan? O objetivo geral desta análise é refletir sobre o pretendido efeito comunicacional e legal desta ação sobre outros comunicadores, compreendendo como esta ação se insere em

² Esta pesquisa, com financiamento da Fapesp e CNPq, atualiza resultados apresentados no 46º Intercom.

tradição de sanções contra esta rádio ou outros difusores de desinformação (Valente, 2019).

Para isso, é necessário identificar os elementos na cobertura da Jovem Pan decupados e destacados na ação civil do MPF-SP, avaliando como a comunicação oficial deste órgão procurou dar publicidade a essa ação, por meio de notícia publicada por sua assessoria de imprensa, no portal do MPF-SP. A reação da própria Jovem Pan, criticando a medida como um ataque censório, também permite avaliar de que forma o caso tem se tornado paradigmático na definição de jurisprudência sobre os limites da liberdade de expressão e de imprensa no Brasil. A metodologia adotada para essa análise envolve a análise de “judicialização midiática” (Paganotti, 2021, p. 327): esta pesquisa procura avaliar os argumentos empregados tanto no debate legal sobre controle judiciário de meios de comunicação – no caso analisado, focando nos processos judiciais sobre a Jovem Pan – e na repercussão desses processos pela própria mídia – considerando principalmente a resposta midiática da própria empresa em seus comunicados oficiais e mensagens para sua audiência.

306

Fundamentação metodológica

A metodologia adotada avalia o processo de comunicação de decisões jurídicas sobre produtos midiáticos (Paganotti, 2021), uma “metodologia de análise sobre a fundamentação jurídico-acadêmica em casos de controle da liberdade de expressão” (Paganotti; Sakamoto; Ratier, 2020, p. 338). Dessa forma, foram coletadas as publicações de nota da assessoria de imprensa do Ministério Público Federal de São Paulo em sua página online (MPF-SP, 2023c), e os documentos indicados como fundamentação para essa nota: a Ação Civil Pública do Ministério Público Federal (MPF-SP, 2023a) e a recomendação resultante de seu inquérito (MPF-SP, 2023b). A análise destes documentos procurou avaliar de que forma eles procuravam identificar conteúdos vistos como problemáticos na cobertura da Jovem Pan, como esses elementos eram classificados legalmente e quais os encaminhamentos indicados pelo MPF. Também foi avaliada a publicação de comunicado institucional pela própria Jovem Pan em sua emissora e reproduzido em seu portal online, criticando a medida como uma ameaça de censura e um “atentado contra a democracia” (Jovem Pan, 2023). O foco da análise dessas publicações avalia os argumentos e fundamentos apresentados para sustentar ou questionar a

legitimidade da proposta de combate à desinformação por meio das sanções legais sugeridas, considerando como esses documentos e publicações da imprensa enquadram a cobertura da Jovem Pan e representam a liberdade ou a responsabilidade desse veículo de comunicação na promoção de uma esfera pública democrática.

O ponto central da análise envolve o fato de que tanto defensores quanto críticos da proposta do Ministério Público procuram representar a adequação (ou não) dessa medida como uma forma de defender a democracia: para os que consideram que a Jovem Pan precisa ser punida por sua cobertura das revoltas bolsonaristas, a sanção é vista como medida necessária para proteger a democracia de quem a sitia; já os defensores da Jovem Pan consideram que a liberdade de imprensa é uma condição necessária para o próprio funcionamento da democracia, e por isso as punições cogitadas sobre o veículo jornalístico seriam elas mesmas um ataque ao espírito democrático do debate livre de ideias e fatos.

Para esta análise, este artigo parte de fundamentação teórica que avalia o papel da regulação legal na construção de limites sobre a expressão pública, considerando em particular como o judiciário tem adotado uma postura ativa na definição de limites sobre o debate coletivo (Rolim, 2022) – e, com isso, passa a ser também alvo de críticas e ataques, visto que as medidas de controle comunicacional são frequentemente denunciadas publicamente como censura por parte dos comunicadores brasileiros (Paganotti, 2021). Ribeiro e Ortellado (2018) já analisavam o papel da regulação legal para o combate à desinformação, seja a partir de novos projetos de lei (Valente, 2019) ou da adaptação de leis já vigentes para esse fenômeno emergente (Paganotti, 2020). Barroso (2004) destaca que, em conflitos envolvendo a liberdade de expressão, é necessário ponderar sua proteção ante outros direitos com os quais ela pode colidir.

A metodologia adotada retoma abordagem habermasiana sobre tematização de conflitos que tratem da comunicação (Habermas, 1987), protegendo a abertura da esfera pública ao debate de ideias (Habermas, 2003): nesse sentido, é de particular importância que os operadores do direito fundamentem e exponham suas decisões ao debate público (Habermas, 2010), uma situação particularmente importante nos casos em que essas decisões tratam também do fluxo comunicacionais – como é o caso analisado a seguir.

Análise

É importante destacar que a ameaça de cancelamento da concessão pública da Jovem Pan, proposta pelo Ministério Público, é uma medida bastante drástica e sem paralelos no Brasil e, ainda que esteja embasada e autorizada na legislação citada pelo MP, se aproximaria de casos internacionais como a negação de renovação da autorização da RCTV pelo governo chavista da Venezuela, em 2007, anos após a emissora apoiar tentativa de golpe neste país (Bezerra, 2011). Assim como no caso venezuelano, a Jovem Pan perderia somente sua concessão pública de rádio e poderia continuar com seus canais de acesso por assinatura e em plataformas digitais como sua popular plataforma no YouTube, mas com menor repercussão, o que pode levar a menor possibilidade de acesso a recursos publicitários. O fim da concessão e o exílio digital se mostrou uma ameaça existencial que tolheu a sobrevivência financeira da RCTV, na Venezuela, mas pode não inviabilizar atualmente a emissora brasileira, considerando a maior adesão atual à transmissão digital e por streaming, além do grande volume de seguidores da emissora em plataformas como o YouTube. Ainda assim, a redução publicitária seria considerável com a restrição do público potencial nessas formas tradicionais de radiodifusão, criando impacto financeiro que dificultaria a manutenção da emissora no atual modelo de gestão – cenário ainda mais difícil com a atual redução publicitária de anunciantes públicos e privados (Melo, 2023; Vargas; Bragon, 2023).

Mesmo que envolva possível ameaça à sustentabilidade econômica deste veículo de comunicação e uma intervenção obrigando a emissora a difundir mensagens divergentes ao seu posicionamento editorial, a proposta do MPF de demandar uma indenização financeira e inserção de mensagens educacionais encontra alinhamento mais claro com a jurisprudência brasileira, ecoando dois casos anteriores na televisão nacional: multa e suspensão já foram adotados em casos anteriores, como o episódio de 2003 do programa Domingo Legal, do SBT, que divulgou entrevista falsa com atores que se passavam por membros do PCC e difundiam ameaças de ataques contra celebridades brasileiras (Carvalho, 2020); medida de suspensão também ocorreu, mas dessa vez acrescida à difusão de mensagens educativas, no caso do programa Tarde Quente, da RedeTV!, que entre 2005 e 2006 foi substituído por conteúdos educacionais sobre direitos humanos, após o apresentador João Kleber ser condenado por humilhar participantes e instigar violência contra grupos minoritários (Souza, 2014).

Em ambos os casos, campanhas publicitárias reduzidas após os escândalos no SBT e na RedeTV! também pressionaram por mudanças estruturais nesses programas sensacionalistas, no começo do milênio. Atualmente, para sustentar uma punição mais drástica contra a Jovem Pan, o Ministério Público de São Paulo procura indicar que os crimes cometidos e incitados por seus comunicadores seriam uma ameaça existencial para o próprio funcionamento da democracia. Por isso, a emissora precisaria ser punida de forma mais rigorosa, não só tomando sua concessão pública, de forma a diminuir sua capacidade de difusão, mas também constituindo-se uma sanção exemplar para outros comunicadores que tenham condutas semelhantes, em efeito pedagógico.

Também é importante destacar o esforço do Ministério Público Federal em apresentar de forma didática, fundamentada e verificável, a metodologia adotada na sua análise sobre os conteúdos problemáticos da Jovem Pan: “Para embasar a ação, o MPF realizou uma análise criteriosa do vasto conteúdo produzido e transmitido pela Jovem Pan entre 1º de janeiro de 2022 e 8 de janeiro deste ano, com foco nos programas *Os Pingos nos Is*, *3 em 1*, *Morning Show* e *Linha de Frente*. A ação cita numerosos exemplos de discursos que extrapolam as liberdades de expressão e de radiodifusão e configuram manifestações ilícitas, feitas por mais de 20 comentaristas durante o período. Todas convergiram para a defesa das mesmas teses, que, por isso, podem ser identificadas com a linha editorial da emissora” (MPF-SP, 2023c).

Ao destacar os pontos principais da ação pública – que se estende por mais de 200 páginas (MPF-SP, 2023a) – em síntese acessível, por meio da publicação de nota no site oficial da procuradoria paulista, os procuradores públicos demonstram esforço para abrir seu argumento ao debate público, já se antecipando (e precavendo contra) às críticas das medidas adotadas como uma possível prática de “censura”. Analisando a nota publicada pelo Ministério Público Federal em seu site oficial, identificamos como seus argumentos são sintetizados:

A severidade das medidas pleiteadas se justifica pela gravidade da conduta da emissora. A Jovem Pan disseminou reiteradamente conteúdos que desacreditaram, sem provas, o processo eleitoral de 2022, atacaram autoridades e instituições da República, incitaram a desobediência a leis e decisões judiciais, defenderam a intervenção das Forças Armadas sobre os Poderes civis constituídos e incentivaram a população a subverter a ordem política e social. Com as informações falsas e sem fundamento que veiculou de maneira insistente, a Jovem Pan contribuiu para que um enorme número de pessoas duvidasse da idoneidade do processo eleitoral ou tomasse ações diretas como as vistas após o anúncio do resultado da

votação, especialmente o bloqueio de estradas em novembro passado e o ataque de vandalismo em Brasília no dia 8 de janeiro. (MPF-SP, 2023c).

Ao enumerar todas as acusações – disseminar “reiteradamente conteúdos que desacreditaram, sem provas, o processo eleitoral de 2022”, “atacaram autoridades e instituições”, “incitaram a desobediência a leis e decisões judiciais”, “defenderam a intervenção das Forças Armadas sobre os Poderes civis constituídos” e “incentivaram a população a subverter a ordem política e social” – a publicação conclui que essas “informações falsas e sem fundamento” contribuíram para os questionamentos sobre as eleições e os ataques subsequentes, incluindo bloqueios rodoviários em 2022 e “ataque de vandalismo” em 2023, em Brasília.

Para justificar essa acusação, o Ministério Público apresenta metodologia adotada para a coleta de provas na ação: “Para embasar a ação, o MPF realizou uma análise criteriosa do vasto conteúdo produzido e transmitido pela Jovem Pan entre 1º de janeiro de 2022 e 8 de janeiro deste ano, com foco nos programas *Os Pingos nos Is*, *3 em 1*, *Morning Show* e *Linha de Frente*” (MPF-SP, 2023c).

310

[...] Jovem Pan induzia seus ouvintes a duvidarem da integridade das eleições daquele ano, com frases como “deixar tudo nas mãos do TSE, sem questionamento, é suicídio eleitoral”, “tudo já se configura, por si só, uma espécie de golpe brando” e “eu acredito que esse relatório [de novembro] não deslegitimou a eleição, mas também não aprovou o processo eleitoral”. O MPF apurou ainda que, recorrentemente, as falas graves eram direcionadas ao Supremo Tribunal Federal (STF) e ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), inclusive contra seus ministros. Os comentaristas chegaram a usar palavras como “entrave” e “câncer” para caracterizar as cortes e defendiam com frequência que o Senado abrisse processo de impeachment contra seus membros, especialmente Alexandre de Moraes. A partir disso, o presidente da casa, Rodrigo Pacheco, também passou a ser alvo das investigações e apontado como “omissão”, como se houvesse um conluio entre autoridades da República em desfavor da sociedade. Em dado momento, comentaristas da emissora acusaram, sem nenhuma prova, um ministro do STF de mandar instalar uma escuta ilegal na tornozeleira de um investigado, para ouvir clandestinamente suas conversas. (MPF-SP, 2023c).

O Ministério Público indica exemplos de conteúdos problemáticos em programas ainda no começo de 2022 que “alegavam reiteradamente que as urnas não seriam seguras e sustentavam uma suposta impossibilidade de auditagem dos aparelhos e um alegado conluio entre autoridades para definir o resultado da eleição” (MPF-SP, 2023c):

As acusações infundadas de omissão de autoridades e manipulação do processo eleitoral desaguraram na tese de que as Forças Armadas

deveriam intervir sobre os Poderes da República [...] defendendo que uma intervenção militar seria legítima naquele momento para “restabelecer a ordem” que vinham dizendo estar em risco. As opiniões sobre o tema transitaram por elogios à ditadura militar, defesa de atos violentos e alegada falta de autoridade do STF. “Se as Forças Armadas estiverem dispostas a agir, o que o STF decide é absolutamente irrelevante” e “se vocês [Forças Armadas] vão defender a pátria, e vai haver reação de vagabundo, ué, passa o cerol, pô! Vocês são treinados pra isso” [...]. O discurso alinhado entre os comentaristas, em defesa de uma ruptura institucional, incluiu também várias manifestações incitando a desobediência, pela população, de ordens judiciais supostamente ilegais e até mesmo a insubordinação de policiais, para que deixassem de cumprir-las quando incumbidos disso (MPF-SP, 2023c).

Assim, o questionamento da legitimidade das eleições foi “escalando” para ataques contra autoridades e instituições públicas, chegando à defesa da desobediência civil e insurreição ainda em 2022. Em janeiro de 2023, cobrindo a eclosão na prática dos ataques que eram antes sugeridos no discurso de seus comentaristas, a emissora modula sua cobertura, mas ainda critica os poderes políticos pela violência em Brasília:

311

[...] a cobertura da emissora tratou com normalidade a chegada dos manifestantes ao local, elogiou o ato até então pacífico e aproveitou para tecer mais críticas ao Judiciário e ao processo eleitoral. Após o início dos ataques aos prédios, o discurso dos comentaristas passou a ser mais moderado, mas ainda assim com tentativa de legitimação das ações golpistas. (MPF-SP, 2023c).

Por fim, o Ministério Público mostra como os trechos exemplificados enquadram-se em casos vedados pela legislação, indicando consequências previstas caso as normas não sejam respeitadas – incluindo o cancelamento da concessão:

[...] a ação do MPF trata do cancelamento apenas das outorgas de rádio pelo fato de a radiodifusão constituir um serviço público, concedido ou permitido pela União a particulares interessados em explorá-lo. Tanto a Constituição quanto a legislação específica sobre o assunto trazem parâmetros para essa exploração, estabelecendo limites ao conteúdo veiculado por radiodifusão, com vista à preservação dos interesses da coletividade (MPF-SP, 2023c).

Ao indicar o artigo 53 do Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei 4.117 de 1962) o Ministério Público procura demonstrar que as mensagens transmitidas pela Jovem Pan encaixam-se em comportamentos vedados pela legislação como “abuso no exercício da liberdade de radiodifusão”, incluindo “incentivar a desobediência, veicular notícias falsas com perigo para a ordem pública, econômica e social e insuflar a rebeldia ou a indisciplina

nas Forças Armadas”, apontando que, entre essas condutas vedadas, “todas podem motivar o fim das outorgas, conforme a legislação” (MPF-SP, 2023c):

O Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei 4.117/1962) vai no mesmo sentido e detalha, no artigo 53, as ações que constituem abuso no exercício da liberdade de radiodifusão. Entre as condutas, estão várias das praticadas pela Jovem Pan, como incentivar a desobediência, veicular notícias falsas com perigo para a ordem pública, econômica e social e insuflar a rebeldia ou a indisciplina nas Forças Armadas. Todas podem motivar o fim das outorgas, conforme a legislação. (MPF-SP, 2023c).

Assim, o MPF-SP procura mostrar que somente cumpre a lei vigente, punindo a emissora por desrespeitar os limites legais para a concessão pública, tendo como consequência a perda desse direito.

A resposta da Jovem Pan foi transmitida em editorial filmado (Imagem 1) e reproduzida em seu site em 29 de junho de 2023:

[...] A democracia é o que nos separa daqueles que optam pela supressão dos direitos dos cidadãos, pelo fim da liberdade de imprensa e pela destruição das instituições que devem nortear e balancear as regras do jogo no Estado Democrático de Direito. [...] *A liberdade de imprensa está resguardada pela Constituição — a mesma Carta que, aliás, garante ao cidadão o direito de questionar, de criticar, de pensar e de manifestar livremente suas ideias.* Justamente por exercer esse papel e por dar voz às ideias de parcela significativa da população é que a Jovem Pan tem sido sistematicamente perseguida (Jovem Pan, 2023, grifos no original).

No editorial, a Jovem Pan representa suas publicações contestando as eleições e apoiando os ataques no final de 2022 e no início de 2023 como “o direito de questionar, de criticar, de pensar e de manifestar livremente suas ideias”, uma condição para a democracia (Jovem Pan, 2023). A ação do MPF é retratada como “censura velada”, “uso do aparelho do Estado contra uma empresa de comunicação”, que “usa a democracia como instrumento para a supressão dos direitos dos cidadãos”. A rádio constrói um paralelo entre a ameaça de perder a concessão pública com campanha privada de desmonetização do movimento *Sleeping Giants Brasil*³, indiretamente citado como “grupos criminosos que atuam nas

³ O movimento *Sleeping Giants Brasil* combate desinformação e discurso de ódio a partir da publicação, em seus perfis de redes sociais, de denúncias contra divulgadores de conteúdos considerados problemáticos: o grupo identifica anunciantes que patrocinam esses veículos e autores midiáticos, mobilizando seus seguidores para pressionar as agências publicitárias e as marcas que pagam pelo anúncio para remover futuros investimentos publicitários, uma estratégia chamada de “desmonetização” (BEZERRA; BORGES, 2021). Melo (2023) aponta, a partir de estimativas do grupo de ativistas, que mais de uma centena de anunciantes tenham encerrado patrocínios para a Jovem Pan após a pressão do grupo de ativistas, o que levou à redução de mais de 800 mil reais em recursos publicitários para a emissora (PAGANOTTI; SCABIN; SANCHES, 2024).

sombrias, escondidos atrás de avatares em redes sociais", que fariam "terrorismo com empresas para promover o estrangulamento financeiro de um grupo de mídia" (Jovem Pan, 2023): no mesmo período, esses ativistas promoveram campanhas para pressionar anunciantes a removerem o apoio comercial à emissora, causando impacto sobre seu financiamento publicitário (Melo, 2023).

Este não é um editorial apenas em defesa da Jovem Pan. É um chamado para que você, assim como a Jovem Pan, não seja impedido de exercer os seus direitos. Não é sobre a censura velada, não é sobre o uso do aparelho do Estado contra uma empresa de comunicação, não é sobre a construção de narrativas que se repetem no submundo da internet e em grupos de mensagens operados por supostos defensores da democracia. *É sobre a sua liberdade. É sobre o seu direito de questionar e de ter um veículo de imprensa que represente o que você pensa e que respeite a pluralidade de ideias e o contraditório. É sobre viver em um país que não usa a democracia como instrumento para a supressão dos direitos dos cidadãos.* Não é aceitável que a sociedade brasileira dê respaldo para que grupos criminosos que atuam nas sombras, escondidos atrás de avatares em redes sociais, façam terrorismo com empresas para promover o estrangulamento financeiro de um grupo de mídia. [...] Você não deve se desviar de seu compromisso com a sua cidadania. *Não importa se de esquerda, direita, centro ou apolítico, defender o fechamento de um veículo de imprensa é um atentado contra a democracia* (Jovem Pan, 2023, grifos no original).

Essa restrição publicitária privada reforçou a redução de repasses do poder público federal na emissora, após o fim do apoio bolsonarista, no governo anterior (Vargas; Bragon, 2023). A conclusão do editorial apresenta chamado para ação, demandando apoio do público à emissora, sugerindo que a ameaça de censura à Jovem Pan seria também uma ameaça aos direitos de todos: "Você não deve se desviar de seu compromisso com a sua cidadania. Não importa se de esquerda, direita, centro ou apolítico, defender o fechamento de um veículo de imprensa é um atentado contra a democracia" (Jovem Pan, 2023). Com essa mensagem, a Jovem Pan procura reposicionar-se, distanciando-se das acusações de que teria apoiado ataques contra o Estado de Direito – na ação do MPF – para uma função mais positiva, apresentando-se com suposta defensora da própria democracia. Assim, a rádio pretende reformular a questão original – que questionava se os discursos difundidos pela emissora apoiaram ou incentivaram ataques à democracia – em termos mais favoráveis à Jovem Pan: demandar o cancelamento da concessão não seria medida pouco democrática para silenciar críticas?

O vídeo que acompanha a mensagem coloca a leitura da nota oficial com telas ao fundo com frase que representam o veículo como "jornalismo independente", incluindo uma

hashtag #somostodosjovempan (Imagem 1), que ecoa o movimento “Je suis Charlie” [“Eu sou Charlie”, em francês], que mobilizou as redes sociais em apoio ao periódico humorístico francês Charlie Hebdo, alvo de ataque terrorista em 2015 em retaliação pela publicação de charges ofensivas contra a imagem do profeta Maomé (Eko; Hellmueller, 2018).



314

Figura 1: Editorial da Jovem Pan sobre ação do MPF-SP contra sua concessão. **Fonte:** Jovem Pan (2023)

O paralelo com os ataques contra Charlie Hebdo é instigante: assim como no caso francês anterior, a Jovem Pan apresenta reações viscerais de segmentos do público, com seus apoiadores e detratores. A frase “Je suis Charlie” ou “Somos todos Jovem Pan” procurava sinalizar o apoio do público e de outros comunicadores ao veículo alvo de ataque, já que, no argumento desses veículos, a defesa da liberdade de expressão deveria unir mesmo opositores em defesa da abertura do debate público contra o que é representado como uma ameaça censória. Ainda assim, a inspiração com o caso francês apresenta divergências consideráveis: ao contrário do ataque criminoso que trouxe morte e destruição para a redação do jornal francês, a Jovem Pan passa por um processo legal, em que há garantia de sua oportunidade de defesa; o estopim do ataque francês foi a publicação de uma charge que questionou tabus religiosos de parte da população, enquanto a Jovem Pan

é acusada de uma divulgação com potencial mais grave de desestabilizar o próprio processo democrático; por fim, enquanto o veículo francês pode ser claramente identificado como uma vítima, já que seu comportamento original, ainda que polêmico, não se caracterizava como um crime na França, a emissora brasileira está sendo acusada de incentivar e justificar ataques violentos. Essas divergências ajudam a entender o efeito limitado da campanha *#somostodosjovempan* em comparação com sua inspiração francesa, ao obter apoios de grupos mais amplos que seus tradicionais apoiadores, incluindo um movimento internacional. Mesmo organizações setoriais, como a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert, 2023), publicaram somente notas breves criticando a ação do MPF (Sanches, 2023), sem explicitamente apoiar o polêmico discurso original da Jovem Pan: a Abert (2023) considerava a ação do MPF “preocupante”, destacava que o “cancelamento de uma outorga de radiodifusão é uma medida extrema e grave, sem precedentes em nosso Estado Democrático de Direito”, mas só prometia acompanhar os “desdobramentos da ação” (Abert, 2023).

Vale retomar análise de Eko e Hellmueller (2018) sobre como o movimento “Je suis Charlie” construiu um teste para defensores da liberdade de expressão e uma oportunidade para comunicadores construírem novas alianças em defesa desse direito: ao republicar a capa da edição do Charlie Hebdo com nova representação de Maomé dizendo ser também parte do movimento “Je suis Charlie”, muitos veículos de imprensa e comunicadores ao redor do mundo reforçavam o desafio original contra o tabu religioso ao demonstrar solidariedade à publicação e aos seus colaboradores atacados. Por outro lado, a mensagem original da Jovem Pan – a contestação da validade das eleições e o apoio acrítico aos bolsonaristas em Brasília em janeiro de 2023 – encontra justamente uma evidente resistência entre muitos veículos e comunicadores brasileiros, tornando a campanha *#somostodosjovempan* um reforço de identidade sectária, não um movimento de aglutinação de posições divergentes. Apesar do plural inclusivo “somostodosjovempan”, essa iniciativa parece ter encontrado menos eco do que o individualista “eu sou Charlie”.

315

Considerações finais

Como já havia acontecido em outros episódios de controle judiciário sobre a emissora conservadora (Assunção, 2023, p. 32), a ação do Ministério Público demandando o cancelamento da concessão da Jovem Pan traz um desafio para a análise acadêmica e

reforça o reposicionamento da defesa da liberdade de expressão, bandeira capturada com frequência cada vez maior por grupos à direita do espectro político.

É um desafio para a análise acadêmica porque demanda uma distinção cada vez mais complexa entre mecanismos de regulação e controle sobre a mídia, parte intrínseca para o funcionamento do sistema comunicacional – que só pode operar dentro de regras e normas definidas, debatidas e atualizadas constantemente, visto que a regulação midiática é condição para definir direitos, deveres e responsabilidades entre atores da mídia, audiência, agentes econômicos e poder público – e casos de censura. Como já discutido anteriormente (Paganotti, 2015), a censura pode ser utilizada, em processo de vitimização, como uma defesa e até uma promoção (inclusive comercial, com efeitos positivos consideráveis na atração de atenção coletiva e conquista de novos públicos) de veículos de comunicação que passam por proibições: é um efeito colateral que atrai a atenção para o que se pretende proibir. Entretanto, no caso da Jovem Pan, atrelada à campanha de desmonetização promovida pelo movimento *Sleeping Giants* contra anunciantes da emissora, os efeitos negativos dessa ação ainda podem superar as eventuais vantagens. Isso é reforçado por mudanças recentes na equipe da emissora, que fez demissões entre alguns de seus comentaristas de maior calibre – tanto mais polêmicos em seus ataques quanto os que mais atraíam atenção, e por isso, poderiam ter os maiores cachês.

O reposicionamento da defesa da liberdade de expressão, que tem passado de uma bandeira histórica da esquerda para a direita tem sido tendência não só no Brasil mas também em outros países (Risso *et al.*, 2022) em que grupos conservadores se unem a liberais contra limites regulatórios – incluindo normas comunicacionais legais ou convenções sociais vistas como politicamente corretas (Scabin, 2018) – buscando disputar e reforçar a legitimidade de comentários vistos como ofensivos por grupos mais progressistas e ligados à esquerda. Nos últimos anos, a disputa por regulação e responsabilização sobre a divulgação de teorias da conspiração sobre a pandemia e eleições passou a ser questão emergente na defesa da saúde coletiva e do próprio funcionamento das instituições democráticas.

Mas é importante retomar o argumento de Aquino (1999) sobre o apoio de veículos de imprensa ao golpe de 1964 que encerrou o intervalo democrático brasileiro no meio do século XX: a resistência à intervenção do governo federal, com o destaque das medidas reformas de base no governo João Goulart, empurrou muitos veículos à direita para apoiar a instauração dos militares; as críticas ao autoritarismo só vieram posteriormente, quando

os próprios jornais passaram a sofrer intervenção ainda mais drástica pela censura militar – e ainda assim a possibilidade de resistência dos comunicadores já se encontrava limitada por essa própria censura. A análise de Aquino (1999) sobre esse liberalismo lockeano que jogou os jornais nos anos 1960 do apoio aos militares à censura de suas críticas é essencial para compreender o dilema atual representado no caso Jovem Pan: apoiar a emissora contra o que se representa como uma ameaça de censura pode reforçar os discursos autoritários que a rádio transmitia nas eleições de 2022 e no começo de 2023; por outro lado, não se incomodar com a possibilidade de cancelamento da concessão demandada pela ação do Ministério Público pode também abrir precedente para futuros governos menos comprometidos com a defesa da democracia silenciarem outros veículos que publicam críticas vistas como ameaças institucionais. A saída desse dilema talvez já se encontre na mesma ação do MPF, que inclui demandas mais razoáveis – e, como visto neste estudo, que melhor se alinham com a jurisprudência brasileira – como indenização e obrigatoriedade de mensagens reparatórias em sua programação.

317

Referências

ABERT. Nota à imprensa. **Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão**, 27 jun. 2023. Disponível em: <https://www.abert.org.br/web/notmenu/nota-a-imprensa-202306282025.html>. Acesso em: 9 jan. 2024.

AQUINO, M. A. de. **Censura, imprensa, estado autoritário (1968-1978)**: o exercício cotidiano da dominação e da resistência. Bauru: Edusc, 1999.

ASSUNÇÃO, P. L. de. **Jornalismo no Portal Jovem Pan**: um estudo sobre a ética e a política de morte durante a pandemia Covid-19. Orientação: Marli dos Santos. 62 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://static.casperlibero.edu.br/uploads/2023/05/PEDRO-LOPES-DE-ASSUNCAO.pdf>. Acesso em: 9 jan. 2024.

BARROSO, L. R. Colisão entre liberdade de expressão e direitos da personalidade. Critérios de ponderação, interpretação constitucionalmente adequada do código civil e da lei de imprensa. **Revista de Direito Administrativo**, v. 235, p. 1-36, 2004.

BEZERRA, A. A. S. **Liberdade de expressão na Venezuela e no Brasil a partir do caso da RCTV**. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/84/84131/tde-06012012-090753/pt-br.php>. Acesso em: 9 jan. 2024.

BEZERRA, A. C.; BORGES, J. **Sleeping Giants: a ofensiva moral dos gigantes adormecidos contra o novo regime de desinformação.** **EPTIC**, v. 23, n. 1, jan.-abr. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/eptic/article/view/15348>. Acesso em: 9 jan. 2024.

CARVALHO, L. B. de. **A democracia frustrada: fake news, política e liberdade de expressão nas redes sociais.** **Internet & Sociedade**, v. 1, n. 1, p. 172-199, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3WR3xTU>. Acesso em: 9 jan. 2024.

EKO, L.; HELLMUELLER, L. **To republish or not to republish: The “Je Suis Charlie” Mohammed cartoon and journalistic paradigms in a global context.** **International Communication Gazette**, v. 80, n. 3, p. 207-229, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1748048517727220>. Acesso em: 9 jan. 2024.

HABERMAS, J. **Direito e Democracia:** entre facticidade e validade (vol. II). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública:** investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HABERMAS, J. **Teoría de la acción comunicativa:** racionalidad de la acción y racionalización social (2 vols.). Madrid: Taurus, 1987.

JOVEM PAN. Editorial: Atentado contra a democracia. **Jovem Pan**, 29 jun. 2023. Disponível em: <https://jovempan.com.br/noticias/brasil/editorial-atentado-contra-a-democracia.html>. Acesso em: 9 jan. 2024.

MELO, J. **Sleeping Giants chega a 100 anunciantes que desistiram de anunciar na emissora Jovem Pan.** **Jornal do Commercio**, 19 jul. 2023. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/colunas/jamildo/2023/07/15549479-sleeping-giants-chega-a-100-anunciantes-que-desistiram-de-anunciar-na-emissora-jovem-pan.html>. Acesso em: 9 jan. 2024.

MPF-SP. Ação Civil Pública nº 5019210-57.2023.4.03.6100. **Ministério Públíco Federal – São Paulo**, 26 jun. 2023a. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/sp/sala-de-imprensa/docs/acp-jovem-pan>. Acesso em: 9 jan. 2024.

MPF-SP. MPF pede cancelamento de outorgas de radiodifusão da Jovem Pan por desinformação e incentivo a ações antidemocráticas. **Ministério Públíco Federal – São Paulo**, 27 jun. 2023c. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/sp/sala-de-imprensa/noticias-sp/mpf-pede-cancelamento-de-outorgas-de-radiodifusao-da-jovem-pan-por-desinformacao-e-incentivo-a-acoes-antidemocraticas>. Acesso em: 9 jan. 2024.

MPF-SP. Recomendação – Ação Civil Pública nº 5019210-57.2023.4.03.6100. **Ministério Públíco Federal – São Paulo**, 26 jun. 2023b. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/sp/sala-de-imprensa/docs/recomendacao-cqu-jovem-pan>. Acesso em: 9 jan. 2024.

PAGANOTTI, I. **Censura, justiça e regulação da mídia na redemocratização.** Curitiba: Editora Appris, 2021.

PAGANOTTI, I. Mapeamento de campos institucionais para combate à desinformação: propostas de checagem, desmonetização, regulação e educação midiática. **Anuário Unesco/Metodista de Comunicação Regional**, v. 24, p. 185-197, 2020. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/AUM/article/view/1036164>. Acesso em: 9 jan. 2024.

PAGANOTTI, I. Proibição promocional: censura como marca de distinção no jornalismo. **Leituras do Jornalismo**, n. 3, 2015. Disponível em: <https://www3.faac.unesp.br/leiturasdojornalismo/index.php/leiturasdojornalismo/article/view/59>. Acesso em: 9 jan. 2024.

PAGANOTTI, I. Reações e impactos do “Projeto de Lei das Fake News” sobre o trabalho dos jornalistas. **Revista Eco-Pós**, v. 26, n. 01, p. 211-236, 2023. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/28037. Acesso em: 9 jan. 2024.

PAGANOTTI, I.; SAKAMOTO, L. M.; RATIER, R. P. Entre a legalidade e a legitimidade: divergências e fundamentações na definição e bloqueio de “notícias falsas” pelo TSE. **Brazilian Journalism Research**, v. 16, n. 2, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.25200/BJR.v16n2.2020.1199>. Acesso em: 9 jan. 2024.

PAGANOTTI, I.; SCABIN, N. L. C.; SANCHES, R. L. de O. Censura pela liberdade: contradições discursivas na disputa entre Jovem Pan e Sleeping Giants Brasil. In: ANAIS DO 33º ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 2024, Niterói. **Anais eletrônicos...** Campinas: Galoá, 2024. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2024/trabalhos/censura-pela-liberdade-contradicoes-discursivas-na-disputa-entre-jovem-pan-e-sle?lang=pt-br>. Acesso em: 23 jul. 2024.

RIBEIRO, M. M.; ORTELLADO, P. O que são e como lidar com as notícias falsas. SUR – **Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 15, n. 27, p. 71-83, jul. 2018. Disponível em: <https://sur.conectas.org/o-que-sao-e-como-lidar-com-as-noticias-falsas>. Acesso em: 9 jan. 2024.

RISSO, C.; PAGANOTTI, I. Conflito, censura e liberdade na cobertura jornalística: a recontextualização discursiva das reportagens sobre a campanha “Sleeping Giants” e a Jovem Pan. In: **Revista Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 19, n. 2, p. 120-139, dez. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/86482>. Acesso em: 9 jan. 2024.

ROLIM, R. **Paradoxos da Liberdade de Expressão**. Cajazeiras (PB): Arribaçã, 2022.

SANCHES, R. L. O. Representação mediática, conquista da liberdade de expressão e a influência do jornalismo no debate da esfera pública: a denúncia do Ministério Público contra a Jovem Pan. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2023, Belo Horizonte. **Anais do 46º Intercom**. São Paulo: Intercom, 2023. Disponível em: https://sistemas.intercom.org.br/pdf/link_aceite/nacional/11/0815202314571464dbbc7aa61b2.pdf <Acesso em: 9 jan. 2024>.

SCABIN, N. L. C. **Politicamente correto, uma categoria em disputa**. Curitiba: Appris, 2018.

SILVA, R. de C. Novo regime da desinformação e o sistema regulatório midiático: análise de casos recentes. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 46., 2023, Rio de Janeiro. **Anais...** São Paulo: Intercom, 2023. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2023/resumo-expandido/N15-0027-1.pdf>. Acesso em: 9 jan. 2024.

SOUZA, R. R. A incidência da classificação indicativa como garantia da efetividade dos direitos humanos nas decisões dos tribunais. **Revista Jurídica da FA7**, v. 11, p. 121-124, 2014. Disponível em: <https://periodicos.uni7.edu.br/index.php/revistajuridica/article/download/80/82> <Acesso em: 9 jan. 2024>.

TODA, R. F. et al. Desinformação e liberdade de expressão no contexto eleitoral: a atuação do TSE e o caso das fake news. In: ANAIS DO 28º ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 2020, Santa Catarina. **Anais eletrônicos...** Campinas: Galoá, 2020. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2020/trabalhos/desinformacao-e-liberdade-de-expressao-no-contexto-eleitoral-a-atuacao-do-tse-e-o-caso-das-fake-news?lang=pt-br>. Acesso em: 9 jan. 2024.

VALENTE, J. C. L. Regulando desinformação e fake news: um panorama internacional das respostas ao problema. **Comunicação Pública**, v. 14, n. 27, 2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cp/5262> <Acesso em: 9 jan. 2024>.

VARGAS, M.; BRAGON, R. Jovem Pan vê verba de publicidade federal desaparecer sob Lula. **Folha de S. Paulo**, 25 jul. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/07/jovem-pan-ve-verba-de-publicidade-federal-desaparecer-sob-lula.shtml> <Acesso em: 9 jan. 2024>.

320

Submissão: 15 de fev. 2024.

Aceite: 20 de ago. 2024.

ENTREVISTA

Reflexões sobre o papel social de um jornalismo em transformação

Uma entrevista com Tim Vos

Hendryo André¹

Marcelo Engel Bronosky²

David Cândido dos Santos³

Resumo

O jornalismo enfrenta um hiato entre os discursos legitimadores dos profissionais e suas rotinas diárias, refletindo conflitos entre capital econômico e cultural. Tim Vos, renomado pesquisador da Michigan State University e membro da *Worlds of Journalism Study* (WJS), discute essa questão em entrevista à *Revista Pauta Geral*. Entre outros tópicos, o professor relaciona a recuperação da confiança no jornalismo ao afastamento do modelo comercial e elogia a crescente influência acadêmica no setor. Ele também explora os ecossistemas midiáticos dos Estados Unidos e Brasil, com ênfase para a polarização política e os impactos das plataformas digitais.

Palavras-chave: Jornalismo. Papel social. Tim Vos.

Reflections on the social role of a changing journalism: An interview with Tim Vos

Abstract

Journalism faces a gap between the legitimizing discourses of professionals and their daily practices, reflecting conflicts between economic and cultural capital. Tim Vos, a distinguished researcher at Michigan State University and a member of the *Worlds of Journalism Study* (WJS), addresses this issue in an interview with *Revista Pauta Geral*. Among other topics, Vos connects the restoration of trust in journalism to a move away from commercial models and commends the growing academic influence in the field. He also examines the media ecosystems of the United States and Brazil, with a focus on political polarization and the impacts of digital platforms.

Keywords: Journalism. Social role. Tim Vos.

¹ Doutor em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e mestre em Comunicação e Sociedade pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Bolsista de pós-doutorado (PNPD/Capes) do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), onde atua como professor colaborador e editor adjunto da *Revista Pauta Geral*. E-mail: hendryoandre@gmail.com.

² Doutor em Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e mestre em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo. Professor do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo e do Departamento de Jornalismo da UEPG. É editor da *Revista Pauta Geral*. E-mail: mebrono@gmail.com.

³ Mestrando Bolsista Capes do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail: davidcandidods@gmail.com.

Apresentação

Em um campo que passa por transformações estruturais como o jornalismo, no qual determinados valores institucionais circulam socialmente, muitas vezes, de maneira romantizada, problematizar as tensões entre as expectativas criadas pelos profissionais para a carreira e a realidade concreta que esses mesmos atores enfrentam no dia a dia é um objeto vasto para pesquisas científicas. Para além das potenciais frustrações com a ocupação, o hiato entre uma visão normativa da área e sua manifestação enquanto prática cotidiana revela a capacidade de adaptação e organicidade dessa atividade frente a diferentes contextos econômicos, históricos e culturais, do Norte ao Sul Global, das democracias liberais às sociedades autocráticas.

Imerso nessas e noutras questões, o renomado pesquisador norte-americano Tim Vos, professor da Faculdade de Artes e Ciências da Comunicação, da Michigan State University e membro da *Worlds of Journalism Study* (WJS), uma organização da sociedade civil que busca apoiar investigações acadêmicas que se debrucem sobre o estado do jornalismo em diferentes países, volta-se nesta entrevista à **Revista Pauta Geral – Estudos em Jornalismo**, a refletir sobre o papel social do ofício na contemporaneidade. Em meio a um contexto de crescentes exigências no mundo do trabalho, o pesquisador enfatiza que os próprios profissionais utilizam um discurso legitimador sobre o valor social da atividade mesmo que isso não coincida com suas rotinas produtivas. “Penso que seria fácil chegar à conclusão de que os discursos dos jornalistas sobre os seus papéis sociais são em grande parte performativos”, diz o pesquisador antes de afirmar que “esta é uma abordagem indevidamente cínica”. Para ele, entre muitos aspectos, essa forma de agir parece ser um dos contrapesos que ainda equilibram os conflitos entre capital econômico e capital cultural – ou jornalístico –, algo que, na opinião dele, deveria ser creditado à formação universitária. Sem qualquer intenção de vaticinar o futuro, o entrevistado aposta que a recuperação da confiança no jornalismo passa pelo afastamento do modelo comercial.

Embora cético em relação às ações tomadas até o momento para o enfrentamento ao fenômeno da desinformação, como os projetos que visam regulamentar as plataformas digitais, Tim Vos celebra o fato de que “algumas das vozes mais influentes para a mudança do jornalismo vêm agora de dentro da academia”. O argumento o instiga, inclusive, a apontar a necessidade do desenvolvimento de algumas agendas coletivas de investigação, que trabalhem com temas caros às mais diversas sociedades.

Além disso, outros temas tangenciam a entrevista. Restrições institucionais, como as que ocorrem com jornalistas forçadamente exilados, como muitos profissionais sírios, e os desafios para o fortalecimento de iniciativas informativas em âmbito local são alguns deles. No último caso, aliás, Tim Vos estabelece diferenças políticas e econômicas que fazem com que a ideia de “deserto de notícias” esteja relativamente longe da realidade norte-americana. Se o extenso território geográfico, apontado pelo entrevistado como um dos fatores de descentralização midiática naquele país, é uma característica coincidente com o Brasil, por outro lado, o forte mercado econômico e, especialmente, o alto grau de autonomia dos governos em âmbito estadual são fatores que divergem da realidade brasileira. Por outro lado, isso não significa que o ecossistema de mídia estadunidense não sofra com questões ligadas ao imperativo das plataformas digitais. A polarização das identidades políticas, à direita e à esquerda no espectro político, conforme o pesquisador frisa, é um fator de atenção para quem busca compreender desafios ao jornalismo contemporâneo. Confira.

323

Ao se debruçar sobre os papéis sociais do jornalismo, você argumenta que existe uma lacuna entre aquilo que a profissão se compromete normativamente e aquilo que os jornalistas efetivamente oferecem ao público. Dado que os papéis sociais do jornalismo nas democracias têm um peso histórico e considerando as diversas realidades políticas, culturais e econômicas, há um debate permanente sobre as disparidades entre o que é conhecido como o Norte Global e o Sul Global. Neste contexto, parece razoável pensar que há funções centrais no jornalismo que têm uma certa universalidade. Em países como os Estados Unidos e o Brasil, ambos recentemente sob o governo de presidentes de extrema-direita, qual destas funções tem enfrentado mais escrutínio e desafios? Como é que estas diferenças afetam os papéis do jornalismo nestes cenários políticos específicos?

Os últimos dados completos de que dispomos do *Worlds of Journalism Study* (WJS) mostraram, de fato, que existem funções jornalísticas fundamentais que recebem um amplo apoio do Norte Global e do Sul Global. Estas incluem compromissos com noções de jornalismo monitorial e intervencionista. No entanto, gostaria de advertir — como membro do projeto WJS — que estas são orientações amplas e que as funções reais, tal como

concebidas e praticadas pelos jornalistas na linha da frente do trabalho noticioso diário, têm mais nuances e elasticidade do que as captadas nos inquéritos do WJS. Quando entrevistamos jornalistas sobre os seus papéis e sobre a forma como essas concepções de papéis se manifestam — ou não — no seu trabalho, verificamos que os jornalistas são bastante adaptáveis aos contextos (Raemy; Vos, 2021).

Portanto, há muito para desvendar aqui. Em primeiro lugar, penso que é importante que sejamos claros sobre o que queremos dizer com os papéis sociais do jornalismo. Tenho a tendência para usar o termo “papel” quando me refiro à construção êmica e discursiva dos jornalistas sobre o que consideram ser as suas obrigações normativas para com a sociedade. Uso “orientação para o papel” para me referir à abordagem ética, em que os investigadores agrupam um conjunto de papéis conceitualmente relacionados sob um rótulo mais amplo. Os jornalistas dizem que são *cães de guarda, espelhos, curadores*, etc. Estes são rótulos êmicos. Os jornalistas não usam termos como *disseminador* ou *colaborador*, etc. — estes são rótulos éticos. Assim, quando dizemos que os jornalistas do Norte e do Sul Global partilham certas orientações de papéis, devemos estar conscientes de que as concepções reais de papéis podem ainda variar de lugar para lugar e talvez de organização de notícias para organização de notícias e de indivíduo para indivíduo.

Quais os papéis jornalísticos que enfrentaram maior escrutínio em locais como o Brasil e os Estados Unidos é uma questão empírica de que não disponho de um conjunto de dados suficientemente completos para responder, mas penso que há pistas que os investigadores podem analisar.

Os movimentos autoritários — de extrema-direita ou outros — há muito que consideram os jornalistas que desempenham funções analítico-deliberativas, crítico-monitoriais e defensivas-radicais como forças antagônicas (Farkas; Schou, 2024; McNair, 2006). Estas orientações de papel foram formadas no contexto de normas democráticas — normas que colidem com objetivos autoritários (Vos, 2016). Enquanto os jornalistas pretendem ser fontes autorizadas da verdade, empenhados em capacitar os cidadãos com conhecimentos sobre o desempenho e a idoneidade dos detentores do poder, os detentores do poder autoritário procurarão minar o jornalismo.

Dito isso, acho que precisamos de uma agenda de pesquisa coletiva que se concentre em como a pressão é aplicada aos jornalistas em democracias como os Estados Unidos e o Brasil, onde os movimentos de extrema direita são ativos. Frank Russell e eu (2019) usamos uma estrutura teórica para identificar como as pressões podem ser

regulatórias, normativas e cognitivas e que os atores podem empregar incentivos que usam meios coercitivos, morais ou remuneratórios para atingir seus objetivos. Assim, quais são as instâncias reais deste tipo de pressão nos dois países e qual a sua eficácia? Como defendemos, os jornalistas dispõem de mecanismos para resistir às pressões — publicidade, normas e procedimentos. Mas como é que esses mecanismos têm funcionado?

Nos Estados Unidos, houve o caso amplamente estudado de organizações de notícias que coordenaram uma campanha editorial (publicidade) para desafiar o rótulo do então presidente Donald Trump de jornalistas como “inimigos do povo” e “notícias falsas” (Carlson; Robinson; Lewis, 2021a; Koliska; Chadha, 2023; Lawrence; Moon, 2021; Moon; Lawrence, 2023) — uma forma de pressão cognitiva usando principalmente meios morais (principalmente indignação moral). Mas podemos ver, em casos como este, que a resistência dos jornalistas é moderada pelas suas próprias normas — tentando eles próprios evitar ser um ator partidário — e consciente da sua própria fragilidade econômica num sistema de mercado em que jogar no meio-termo político era visto como uma necessidade financeira. Mais uma vez, precisamos de mais investigação neste domínio — para além dos poucos casos de grande visibilidade.

325

De forma semelhante aos Estados Unidos, o Brasil tem assistido a um aumento dos ataques contra jornalistas nos últimos anos. Como podemos enfatizar a importância do jornalismo e dos jornalistas sem sucumbir ao dilema relativo aos papéis sociais explorados no seu trabalho? (Nomeadamente, as disparidades entre o que o jornalismo se compromete normativamente e o que os jornalistas realmente entregam ao público).

É importante observar que os jornalistas, de fato, muitas vezes praticam o tipo de jornalismo que almejam. Entretanto, é compreensível que as descobertas que mostram uma lacuna entre ideais e práticas tenham recebido muita atenção. Mas precisamos ser francos, pois as razões para essas lacunas têm sido pouco exploradas e pouco teorizadas. A notável constatação de que os jornalistas valorizam formas de jornalismo investigativo e de vigilância, mas que vemos poucas evidências disso em seu trabalho (Tandoc; Hellmueller; Vos, 2013), tem sido motivo de muita especulação. Acho que seria fácil chegar à conclusão de que os discursos dos jornalistas sobre seus papéis sociais são em grande

parte performativos, ou seja, os jornalistas empregam um discurso legitimador sobre o valor social do jornalismo para a sociedade democrática, mas a realidade é mais mundana. Na verdade, trata-se apenas de cobertura de eventos, ou mais voltada para o jornalismo esportivo e de estilo de vida.

Acho que essa é uma visão excessivamente cínica. Parte do que Patric Raemy e eu (2021) descobrimos com jornalistas suíços é que a lacuna é, em parte, um artefato de como estudamos a questão. Os jornalistas afirmam que, coletivamente, valorizam o jornalismo de vigilância e sentem que suas organizações precisam desafiar os detentores do poder político e social, mas suas atribuições específicas em um determinado dia podem estar voltadas para outras funções jornalísticas, como a de divulgador, contador de histórias ou guia. Enquanto isso, os jornalistas suíços também argumentaram que estavam sempre sendo vigilantes, mas que esse trabalho nem sempre se manifestava no conteúdo das notícias. Ao fazer perguntas críticas e manter uma postura crítica, os atores poderosos são mantidos na linha e, portanto, não há notícias sobre corrupção para publicar. Portanto, isso pode parecer uma lacuna, mas é uma lacuna entre a concepção do papel e o conteúdo das notícias, não necessariamente uma lacuna entre a concepção do papel e o desempenho do papel.

Portanto, eu disse “parcialmente” um artefato metodológico. A outra explicação principal é que os jornalistas enfrentam uma série de barreiras estruturais para realizar seu trabalho. Para alguém que estudou e teorizou os processos de gatekeeping (Shoemaker; Vos, 2009; Vos, 2019b), isso não é nenhuma surpresa. De fato, o que Frank Russell e eu (2019) argumentamos é que uma série de restrições institucionais são empilhadas contra os jornalistas — muitas vezes de propósito — para impedir que os jornalistas façam seu trabalho da maneira que desejam. Essas restrições podem vir de instituições com muito ou pouco poder, mas até mesmo formas modestas de poder podem alterar as notícias.

Quero usar jornalistas exilados como exemplo — um fenômeno mais proeminente no Sul Global do que no Norte e, acredito, particularmente relevante para a sua pergunta. Não creio que se possa duvidar do forte senso de missão que impulsiona o trabalho de muitos jornalistas exilados (Badran; Smets, 2021). Mas alguns desses jornalistas admitem prontamente que o exílio limita sua capacidade de cumprir seus papéis sociais jornalísticos (Frère, 2017). De fato, alguns jornalistas são enviados para o exílio exatamente por esse motivo. O melhor jornalismo geralmente vem do fato de estar profundamente inserido em um local e próximo a fontes importantes (Vos; Hanusch, 2024), e, portanto, as instituições

com o poder de deslocar os jornalistas o fazem para limitar o desempenho de sua função, ou seja, para impedi-los de ser totalmente um cão de guarda.

Ao mesmo tempo, porém, há evidências de que os jornalistas exilados formam concepções de seu papel que são exclusivas de suas circunstâncias (Porlezza; Arafat, 2022). Os autores documentam como os jornalistas exilados da Síria desempenham algo semelhante a um papel de cão de guarda — o que eles chamam de “papel de vigilância”, por meio do qual eles “monitoram e documentam violações cometidas pelas forças do regime, facções armadas da oposição e tropas militares estrangeiras contra jornalistas e defensores dos direitos humanos em zonas de conflito e responsabilizam os poderes” (Porlezza; Arafat, 2022, p. 1884) — que é adaptado ao seu deslocamento atual. Eles também apontam como outros papéis tradicionais assumem uma nova forma, como um papel de educador que se torna um papel de treinador. A questão é que os jornalistas negociam mudanças em suas concepções de função para alinhá-las às suas práticas de função — práticas que são afetadas por outras instituições com o poder de afetar suas condições de trabalho (Hanitzsch; Vos, 2017).

Permita-me voltar à minha resposta original: os jornalistas geralmente conseguem fazer o tipo de jornalismo que desejam. Em alguns casos, essa é uma conquista bastante simples, pois há pouca resistência; em outros casos, exige convicção e coragem. Quando o poder coercitivo é usado nos Estados Unidos, geralmente em interações pontuais com jornalistas, ele tem um efeito assustador. Porém, os jornalistas têm se mantido firmes — mesmo em circunstâncias muito mais coercitivas (González de Bustamante; Relly, 2021; Karaliova, 2020; Şahin, 2022) — por causa de seus fortes compromissos institucionais. Para um número não pequeno de jornalistas, o jornalismo não é jornalismo se não for crítico em relação aos que estão no poder. Seria inimaginável não desempenhar suas funções jornalísticas.

327

A mídia corporativa americana tem sido um modelo adotado por vários países, inclusive o Brasil. Entretanto, ao contrário do que ocorre aqui — onde trabalhamos com o conceito de “desertos de notícias”, referindo-se a cidades pequenas que não possuem veículos jornalísticos locais/regionais — o sistema americano é relativamente descentralizado. Que características da cobertura regional e global na

prática jornalística nos Estados Unidos contribuem para essa descentralização? Há realmente espaço para veículos de mídia locais ou comunitários?

A descentralização provavelmente deve sua longa história nos Estados Unidos a alguns processos dependentes do caminho. A vasta geografia, a relativa autonomia dos governos estaduais na história dos Estados Unidos e os mercados econômicos — para citar alguns fatores — criaram um sistema de mídia que era difícil de mudar fundamentalmente. As mudanças tecnológicas — primeiro o rádio, depois a televisão, o cabo e o satélite, depois as redes digitalizadas — empurraram e puxaram o jornalismo em várias direções desde então, mas o modelo anterior demorou a ceder terreno. O resultado é um sistema híbrido em que os veículos de notícias nacionais se desenvolveram por meio de tecnologias de transmissão e, em seguida, da internet, com os jornais ainda, em sua maioria, presos ao local. Portanto, o jornalismo ainda é amplamente descentralizado, mas as forças de centralização ganharam muito terreno nos últimos anos.

Logo, estamos em um momento constitutivo no qual os incentivos econômicos mais antigos estão sendo dramaticamente reformulados. Os mercados comerciais locais que sustentavam os jornais foram prejudicados e, por isso, esses jornais estão fechando cada vez mais. Acontece que os mercados de publicidade têm várias maneiras de alcançar os clientes na era digital, e a maioria dessas maneiras é melhor do que a oferecida pelos jornais. Em conjunto com isso, a polarização das identidades políticas tem levado o público a veículos partidários, que são em sua maioria nacionais — apenas às vezes locais e regionais — porque é onde existem economias de escala e onde as pessoas podem ter suas identidades políticas validadas (Wenzel, 2020).

Muitas pessoas ainda querem notícias locais, mas essas outras forças estão trabalhando contra os veículos de notícias locais (Gulyas; Jenkins; Bergström, 2023). Algumas *startups* de notícias digitais locais e regionais foram razoavelmente bem-sucedidas, mas os modelos de financiamento ainda são relativamente instáveis. E as operações de noticiários televisivos locais continuam a se manter. Mas acho que estamos começando a atingir os limites lógicos do jornalismo local apoiado comercialmente. Acho que o trabalho de Victor Pickard (2020, 2015) é bastante convincente nesse ponto. Em um artigo recente, Timothy Neff e Pickard (2023) apontam para evidências consideráveis de que os desertos de notícias são muito menos problemáticos em sistemas de mídia com uma forte tradição de mídia pública. A democracia precisa de notícias, portanto, talvez o financiamento democrático do jornalismo seja uma necessidade. Mesmo assim, espero que

a mudança nessa direção nos Estados Unidos seja muito lenta. Os atores políticos autoritários têm todos os incentivos para bloquear os recursos públicos e coletivos destinados ao jornalismo.

Você argumenta que os princípios do jornalismo cidadão poderiam, em algum momento, dar lugar a discussões sobre engajamento. Na sua opinião, o jornalismo está caminhando para um realinhamento focado principalmente na busca de visualizações, curtidas e compartilhamentos, ou isso, de certa forma, sempre foi intrínseco à atividade, mas com uma configuração diferente?

Até este ponto, falei sobre uma falha significativa no jornalismo ocidental, mas, na maior parte do tempo, evitei falar dela. Quando a democracia está sendo corroída em lugares como os Estados Unidos e o Brasil, é compreensível que defendamos o jornalismo como uma instituição democrática fundamental. Quando falamos sobre o papel do jornalismo e a autoridade e legitimidade do jornalismo, é claro que enfatizamos o histórico do jornalismo como uma força do bem ao desafiar atores não democráticos e antidemocráticos (Vos; Thomas, 2018). Para que qualquer instituição social seja vista como legítima, ela deve ancorar sua legitimidade em valores sociais amplamente compartilhados. A democracia tem sido o maior desses valores em várias partes do mundo ocidental (Vos, 2016).

Só que os discursos que promovem papéis jornalísticos democráticos nem sempre foram honestos com relação à lógica comercial do jornalismo. Quando olhamos para a história dos jornalistas que chegaram aos papéis normativos do jornalismo, vemos que eles o fizeram diante de interlocutores críticos que argumentavam que as decisões jornalísticas eram movidas por motivos de lucro. Teri Finneman e eu (2017) mostramos como os jornalistas construíram discursivamente um papel normativo de *gatekeeping* — posicionando o jornalismo como um serviço público — como uma resposta às acusações de que os julgamentos das notícias eram baseados no que vendia jornais.

Para que o jornalismo tenha sucesso em um sistema de mídia como o dos Estados Unidos, ele precisa ter sucesso no mercado. Entretanto, os incentivos comerciais do jornalismo são uma das principais fontes de desconfiança na mídia de notícias (Van Dalen, 2019). Como meus colegas e eu mostramos, os jornalistas tentaram fazer as duas coisas — eles começaram a abraçar a ideia de que é necessário comercializar as notícias nas

mídias sociais, mas tentaram argumentar que isso tem menos a ver com dinheiro e mais com a obrigação de obter informações importantes para o público (Tandoc Jr.; Vos, 2016; Vos; Thomas; Tandoc Jr., 2023). Não está claro se alguém além dos jornalistas acredita nesse discurso. Os dados de confiança sugerem que não.

Como Ryan Thomas e eu (2018) mostramos, os jornalistas argumentaram na virada do século XXI que eram legítimos porque ganhavam dinheiro. Enquanto isso, os quase-jornalistas, como os jornalistas cidadãos e os blogueiros, não ganhavam dinheiro e, portanto, eram ilegítimos. A suposição era de que o mercado recompensava o bom jornalismo. No entanto, esse argumento rapidamente saiu pela culatra quando o modelo econômico comercial para as formas tradicionais de jornalismo praticamente entrou em colapso. É claro que não posso prever o futuro, mas eu diria que a chave para recuperar a confiança é o jornalismo se afastar de um modelo comercial. Acredito que isso faria mais diferença do que qualquer número de esforços de engajamento por si só. Como Stephanie Craft e eu (2018) argumentamos, o engajamento precisa ser autêntico. As pessoas precisam acreditar que estão sendo realmente ouvidas, e que o relacionamento não é apenas extrativista, para que a confiança floresça.

330

À medida que o trabalho jornalístico enfrenta uma precariedade crescente e a integração simultânea de novas tecnologias às rotinas produtivas, as “tipologias exaustivas dos papéis jornalísticos” parecem ampliar a divisão entre os compromissos do jornalismo e sua entrega real. Como você avalia esse contexto?

Várias opções são possíveis. Algumas das funções normativas do jornalismo exigem recursos — jornalistas experientes, tempo e dinheiro. Organizações de notícias menores e muitos veículos de notícias antigos em sistemas de mídia comercial não dispõem desses três recursos. Os atalhos tecnológicos, usando o jornalismo robótico e a IA generativa, podem agora ser usados para produzir notícias com menos recursos, mas eles têm limites quando se trata de desempenhar orientações de função analítico-deliberativas, crítico-monitoriais e defensivas-radicalis. Portanto, sim, a lacuna entre ideais e práticas pode de fato aumentar.

O jornalismo sempre foi resiliente. Porém, atualmente, os jornalistas enfrentam fortes ventos contrários. Uma das nossas maiores preocupações deve ser a precariedade enfrentada pelos jornalistas — e as crescentes demandas profissionais impostas a eles

tornam cada vez mais difícil o florescimento de algumas formas de jornalismo. Por exemplo, os jornalistas têm sido incentivados a desenvolver sua própria marca, mas isso os esgota e atrai atenção indesejada, especialmente para as mulheres jornalistas (Finneman; Thomas; Jenkins, 2019).

Outra opção é que os ideais normativos dos jornalistas mudem para se alinhar ao que eles podem realizar. Já mencionei alguns exemplos disso quando se trata de jornalistas exilados. Esses tipos de respostas adaptativas ocorrem em uma série de ambientes autoritários.

Pelo menos mais uma opção seria os jornalistas adotarem diferentes formas de prática jornalística que, por sua vez, vêm com um conjunto diferente de normas. Estou pensando em formas de jornalismo de estilo de vida, ou no que Thomas Hanitzsch e eu (2018) chamamos de jornalismo sobre a vida cotidiana, que pode ser importante e consequente para a formação da identidade dos indivíduos, por exemplo, mas está ancorado em ideais normativos de utilidade em vez de ideais sobre orientações de papéis críticos-monitoriais (Thomas, 2019).

Acho que é importante que os acadêmicos de jornalismo pesquisem essas condições mutáveis e o que elas significam para o desempenho e a orientação da atividade.

331

Até aqui, exploramos os papéis sociais do jornalismo pelas lentes das diferenças geopolíticas, da precarização e da integração de tecnologias nos processos de produção. Como você avaliaria a qualidade do ensino de jornalismo no discurso em andamento sobre o papel social dos jornalistas? Ele ainda adere à institucionalização normativa? Existe uma divergência entre o ensino de jornalismo e os profissionais que entram no mercado de trabalho?

Eu não tenho uma base empírica para avaliar a qualidade do ensino de jornalismo em um sentido geral. Vejo evidências anedóticas nos livros didáticos, mas não analisei sistematicamente como essas obras comunicaram o papel que o jornalismo desempenha na sociedade. Minha impressão é que o ensino de jornalismo ainda apresenta aos estudantes uma gama bastante restrita de funções jornalísticas, principalmente em torno de orientações analítico-deliberativas e crítico-monitoriais. Esses papéis são claramente importantes em sociedades democráticas, portanto, faz sentido impor essas obrigações aos estudantes de jornalismo.

Veja os argumentos de Pierre Bourdieu (1998, 2005) sobre as tensões entre o capital cultural e o capital econômico. Na verdade, é bastante surpreendente que o capital econômico não seja a primeira e última consideração dos veículos de notícias atualmente, dada a precariedade financeira do jornalismo. No entanto, a formação do capital cultural — ou capital jornalístico — é tão forte que continua sendo um contrapeso razoavelmente eficaz à lógica comercial. O ensino de jornalismo deve receber uma grande parte do crédito pela força desse capital jornalístico. Nos Estados Unidos, quando as escolas estavam sendo formadas, em grande parte por ordem das associações profissionais de jornalismo, essas associações deram às escolas o encargo de articular e defender o *ethos* profissional do jornalismo (Winfield, 2008). Em grande parte, elas se mantiveram fiéis a essa missão.

A desvantagem, no entanto, é que o ensino de jornalismo foi, por muito tempo, bastante acrítico em relação às deficiências de algumas formas de capital jornalístico, particularmente em sua defesa da objetividade jornalística, como mostrei em alguns de meus trabalhos (Vos, 2012), e em sua conceituação estreita da autonomia jornalística (Örnebring; Karlsson, 2022).

O lado positivo é que algumas das vozes mais influentes para a mudança no jornalismo estão agora vindo de dentro da academia. A virada do jornalismo para o envolvimento do público e da comunidade é um desenvolvimento positivo (Nelson, 2019) — foi um desenvolvimento que os educadores de jornalismo defenderam.

Enquanto isso, é preciso haver espaço para mais mudanças na forma como os docentes abordam os papéis sociais do jornalismo. Por muito tempo, as orientações de papéis radicais e defensivos e as orientações de papéis relacionados à vida cotidiana foram marginalizadas normativamente, a ponto de alguns argumentarem que esses papéis estavam fora dos limites do jornalismo. Essas funções representam uma grande parte do ecossistema do jornalismo atualmente, mas os educadores prestaram um desserviço à área ao não fornecerem diretrizes e fundamentos normativos convincentes para essas formas de jornalismo. Um pequeno número de acadêmicos de jornalismo (Christians *et al.*, 2009; Thomas, 2019) ofereceu fundamentos normativos bem fundamentados para essas funções, mas eles parecem ser ignorados nos livros didáticos de jornalismo, que, em vez disso, repetem os mesmos discursos antigos — embora importantes — sobre as funções de monitoramento.

A Faculdade de Artes e Ciências da Comunicação da Universidade Estadual de Michigan existe há mais de um século, posicionando-se como uma das melhores e mais inovadoras escolas de jornalismo do mundo. Poderia apontar as principais mudanças e inovações no ensino de jornalismo na instituição?

A Escola de Jornalismo está, na verdade, em um processo de revisão completa do currículo. Portanto, sugiro entrar em contato comigo em um ano ou mais, quando nosso corpo docente tiver chegado a um consenso sobre como queremos reinterpretar o ensino de jornalismo.

No entanto, darei um pequeno exemplo de um tema que queremos integrar em nosso currículo. Estamos tentando ensinar maneiras de fazer jornalismo que sejam menos extrativistas e mais engajadas com as comunidades sobre as quais fazemos reportagens. Quando os jornalistas colocam um microfone no rosto de alguém para obter apenas uma citação para uma matéria, isso geralmente significa que eles já decidiram qual é a sua matéria.

Vimos isso em primeira mão no ano passado em nosso próprio campus, e isso nos mostrou a necessidade de mudança. Em 13 de fevereiro de 2023, um homem armado entrou em dois prédios do campus e atirou aleatoriamente nos alunos. Três morreram e outros sofreram ferimentos que mudaram sua vida. Um aluno que morreu e outro que ficou paralisado estavam tendo aulas na Faculdade de Artes e Ciências da Comunicação. A mídia nacional invadiu o campus da Universidade Estadual de Michigan, câmeras filmaram durante um serviço memorial e estudantes enlutados foram parados na calçada para serem perguntados de como se sentiam. Muitos membros da comunidade do campus ficaram irritados com a intromissão dos *jornalistas paraquedistas*⁴.

O que mais estava faltando nesse caso e está faltando em muitos outros casos é a reciprocidade humana. Stephanie Craft e eu (2018) escrevemos sobre as normas que envolvem a escuta jornalística. O que ficou claro para mim com essa pesquisa é que os jornalistas têm uma visão muito limitada e unidimensional do ato de ouvir. Mesmo quando os jornalistas consideram o ato de ouvir como uma habilidade e uma ética importantes, eles o veem de forma limitada e instrumental. Os jornalistas veem o ouvir principalmente em

333

⁴ N. do T.: O termo *parachute journalists* aqui traduzido como “jornalistas paraquedistas” tem origem no termo *parachute journalism* que significa, no inglês americano, a prática de colocar jornalistas em uma área para reportar uma história na qual o repórter tem pouco conhecimento ou experiência.

termos de uma função de monitoramento, de modo que não ouvir bem resulta em perder a história. Os estudos sobre o ato de ouvir, entretanto, têm uma visão muito diferente: ouvir tem a ver com abertura, com estar aberto para ver o mundo de uma maneira diferente. Essa lacuna pode muito bem ser uma fonte de desconfiança em relação à mídia de notícias.

Intimamente relacionada a essa falta de escuta está a falta de compreensão sobre a reação humana ao trauma. A maioria das profissões que lidam com trauma adaptaram as chamadas práticas informadas sobre trauma para não retraumatizar as pessoas em seus esforços de ajuda. Os jornalistas, é claro, lidam com todos os tipos de situações traumáticas, mas demoraram a se educar sobre práticas informadas sobre o trauma. Kevin Becker e Lori Shontz (2022) colocam isso sem rodeios: “Não foram desenvolvidas abordagens organizadas ou consistentes para ensinar jornalistas sobre os impactos do trauma em suas próprias vidas e nas vidas daqueles que são afetados pela tragédia”. Nossa meta na Escola de Jornalismo da Universidade Estadual de Michigan é desenvolver uma pedagogia informada sobre trauma para jornalistas.

Reconhecemos que os jornalistas também enfrentam obstáculos. Muitas vezes, os jornalistas estão sendo solicitados a fazer cada vez mais com menos tempo e menos recursos. Todavia, no mínimo, precisamos desenvolver competências para fazer um bom jornalismo. Idealmente, podemos ajudar a remodelar o capital jornalístico para que haja fortes diretrizes normativas para a escuta jornalística e a prática informada sobre o trauma.

334

O advento das plataformas digitais dissolveu as distinções entre entretenimento, conteúdo patrocinado e conteúdo informativo/jornalístico. Os aspectos estéticos do jornalismo foram reaproveitados para vários fins e, atualmente, a profissão luta de forma desigual com outros tipos de conteúdo que se alinham com o imediatismo e a interatividade exigidos pela mídia social. Você poderia falar sobre como as disparidades entre o que o jornalismo se compromete institucionalmente e o que ele realmente oferece diariamente contribuem para o cenário da desinformação?

Provavelmente estou indo em uma direção diferente da que você está me perguntando, mas peço que me dê licença. Parte dos problemas de confiança que o jornalismo enfrenta vem do fato de que o público julga o jornalismo com base no conteúdo que vê ou ouve dos veículos de notícias e não no que os jornalistas dizem sobre o valor do jornalismo para a sociedade. Assim, os jornalistas falam sobre o jornalismo como uma

característica necessária da autogovernança democrática, mas o que o público vê pode incluir conteúdo patrocinado, muitos e muitos anúncios, horóscopos ou — em alguns casos — sensacionalismo, sexism e racismo velado. Os jornalistas esperam que o público de notícias saiba discernir entre conteúdo patrocinado e notícias reais ou entre notícias diretas e opinião ou entre publicações sérias e tabloides, e não está claro se o público faz essas distinções de forma confiável. Podemos criticar a falta de conhecimento sobre a mídia de notícias e culpar o público por não conseguir distinguir essas coisas, mas essa não é uma estratégia para ganhar confiança.

Acho que é importante que os atores jornalísticos ouçam como o público vivencia as notícias. Isso chega aos limites da minha área de especialização, mas o que descobri em um estudo com colegas (Vos; Eichholz; Karaliova, 2019) é que os jornalistas e o público geralmente valorizam os mesmos tipos de funções jornalísticas — embora algumas funções sejam mais ou menos valorizadas do que outras —, mas a questão é que o público analisa o desempenho da função de uma forma que os jornalistas não analisam.

Na mesma linha, em 2016, certos segmentos do público de notícias dos Estados Unidos criticaram fortemente o fato de os veículos de notícias darem tanto tempo de antena e espaço em colunas a Donald Trump e suas declarações bizarras. Os jornalistas racionalizaram a cobertura dizendo que esse é o papel do jornalismo: os eleitores precisam saber o que pensa e diz um importante candidato a presidente (Parks, 2019). Os valores tradicionais de notícia apontam para notícias fora do comum (Shoemaker; Cohen, 2006), portanto, os jornalistas — aos seus próprios olhos — estavam apenas fazendo um bom jornalismo. O público suspeitava de segundas intenções. Então, o CEO da CBS, uma importante rede nacional de televisão, veio a público e disse: “Trump poderia não ser bom para o país, mas era bom para a CBS” (Gutsche Jr., 2018). Os críticos consideraram esse fato como prova de que a cobertura não era motivada por ideais jornalísticos de alto nível, mas por considerações financeiras mais básicas.

Há algumas evidências de que os jornalistas respondem às críticas do público. A presidência de Trump fez com que os jornalistas fizessem coisas diferentes, como rotular mentiras, teorias da conspiração e outras informações errôneas e desinformações como tais (Carlson; Robinson; Lewis, 2021b). Ainda há a questão de saber se essa é uma estratégia eficaz ou se apenas dá oxigênio metafórico à desinformação (Martel; Rand, 2023; Oeldorf-Hirsch; Schmierbach; Appelman; Boyle, 2020).

A regulamentação das plataformas digitais tem sido um tema amplamente debatido. No Brasil, o “Projeto de Lei das Fake News”, oficialmente denominado Projeto de Lei 2.630/20, propõe medidas para combater a desinformação e a disseminação de conteúdo falso em redes sociais e serviços de mensagens privadas. O projeto de lei gerou uma controvérsia significativa no Brasil, levando a um confronto direto entre legisladores religiosos conservadores e grandes empresas de tecnologia que exploraram a plataforma para contornar seus próprios termos de uso e propagar desinformação sobre o assunto. Nos Estados Unidos, o presidente Joe Biden assinou recentemente uma ordem executiva para regulamentar o uso da Inteligência Artificial. No entanto, apesar de fazer parte de discussões políticas, a regulamentação da mídia social parece estar progredindo em um ritmo tão lento quanto no Brasil. Você poderia contextualizar as medidas atualmente em discussão nos Estados Unidos que considera importantes para a proteção do jornalismo? Existe alguma iniciativa entre os próprios jornalistas com relação a essa questão?

Aqueles que acompanham esse tópico mais de perto do que eu podem estar cientes dos esforços regulatórios confiáveis para lidar com a desinformação, mas não vi nenhuma das soluções apresentadas por acadêmicos e grupos de reflexão sobre políticas ganhando força em Washington, DC. A tradição dos Estados Unidos, é claro, é colocar o ônus sobre os indivíduos para que tomem suas próprias medidas para controlar seu ambiente de informações. Os gigantes da mídia social até financiaram algumas dessas iniciativas de alfabetização informacional. Estou pessimista em relação ao fato de que isso jamais será suficiente para conter o fluxo de desinformação, mesmo quando houver consequências de vida ou morte, como ocorreu durante a pandemia de Covid-19.

Também não prevejo nenhuma solução política dos Estados Unidos no horizonte para reduzir a desinformação. Os dois principais partidos políticos dos Estados Unidos controlam, cada um, partes dos ramos do governo do país e nunca confiarão em agências sob o controle do outro partido com o poder de rotular algumas informações como desinformação. A administração e a campanha presidencial de Trump se transformaram em uma importante fonte de desinformação, portanto, a confiança é muito baixa. Os legisladores republicanos fizeram questão de acusar os gigantes da tecnologia de trabalharem com os democratas para conter a desinformação, argumentando que as empresas de mídia social não devem “censurar” o discurso político. Portanto, estamos muito longe de soluções políticas.

Um dos poucos caminhos que restam nos Estados Unidos é a lei de difamação, mas ela só entra em ação quando a desinformação prejudica a reputação de uma pessoa ou entidade. O canal a cabo conservador *Fox News* foi levado ao tribunal por ampliar a desinformação sobre uma empresa de máquinas de votação. A Fox resolveu o caso fora do tribunal por US\$ 787 milhões. Por maior que tenha sido a sentença, ela tratou apenas de uma pequena parte da desinformação que circula sobre a eleição de 2020 nos Estados Unidos, que, por sua vez, é só uma parte da desinformação sobre todos os tipos de tópicos.

A União Europeia tem um histórico de regulamentação das plataformas de mídia social mais frequentemente usadas para desinformação. Acredito que teremos que contar com sua liderança nessa frente.

No cenário atual, com o surgimento de vários atores e grupos sociais, quem mantém a legitimidade para delinear os papéis sociais do jornalismo?

337

Os jornalistas nunca tiveram total autonomia para delinear seus papéis sociais. A teoria institucional sustenta que todas as instituições — inclusive o jornalismo — precisam negociar sua legitimidade no contexto de normas sociais amplas e no diálogo com outros atores sociais (Hall; Taylor, 1996; Parsons, 2007; Vos, 2019a). Se um sistema social preza o coletivismo, por exemplo, os atores jornalísticos e outros atores institucionais provavelmente precisarão se posicionar como agentes do bem coletivo para serem vistos como legítimos (Christians *et al.*, 2009). Com o aumento da desinformação e da desinformação na era digital e as subsequentes ameaças à autogovernança democrática, os jornalistas têm situado sua própria legitimidade ao criar um papel normativo como verificadores de fatos (Graves, 2016). Para que não nos esqueçamos, a inclusão da verificação de fatos em artigos de notícias era relativamente controversa há uma década. Alguns até viam como inconsistente com as funções tradicionais do jornalismo. Isso mudou quando as organizações de notícias se adaptaram rapidamente às novas dinâmicas sociais e políticas (Graves; Lauer, 2020).

Os papéis sociais têm a ver fundamentalmente com a legitimidade social. Portanto, os atores institucionais têm fortes incentivos para estar em sintonia com a evolução dos valores sociais e se situar de acordo com eles. Por exemplo, como Stephanie Craft e eu mostramos (2017), à medida que a transparência surgiu como um valor social em muitas democracias ocidentais, os jornalistas desenvolveram um discurso normativo sobre sua

própria transparência e suas contribuições para uma transparência social mais ampla. As normas jornalísticas dizem respeito ao que é adequado, correto e bom — conforme entendido pelos jornalistas, mas também conforme visto por outros atores sociais.

Acho que a dinâmica que estou descrevendo aqui ainda está muito em operação hoje, mas se tornou complicada por pelo menos dois fatores. Primeiro, a negociação social dos papéis jornalísticos e sua relativa legitimidade estão sendo dificultadas pela presença cada vez maior de agentes de má-fé. Líderes autoritários e populistas estão tentandoativamente minar os papéis jornalísticos tradicionais que se baseiam na autoridade dos jornalistas como juízes independentes da veracidade. Sem um negociador de boa-fé do papel social do jornalismo, não está claro como os jornalistas tentarão se adaptar. A evidência inicial é que os ataques verbais (e, às vezes, físicos) estão sendo enfrentados com uma forte defesa dos papéis tradicionais, mas também, ironicamente, por uma maior legitimidade dos papéis críticos e adversários (Hanitzsch *et al.*, 2019).

A segunda complicação aqui é a ampliação de quem pode ser considerado um ator jornalístico. Tenho usado o termo “atores jornalísticos” em minhas respostas aqui e você pode estar pensando que isso é excessivamente abstrato. Por que não dizer apenas “jornalista”? Bem, quem é jornalista (e o que é jornalismo) é claramente contestado na era digital. E várias pessoas que trabalham em organizações de notícias, como profissionais de marketing e consultores jurídicos, na verdade não se consideram jornalistas, mas às vezes falam em nome do jornalismo.

Wilson Lowrey, Ryan Thomas e eu (2023) estamos trabalhando em um projeto no qual tentamos identificar quem fala pelo jornalismo. Estamos estudando o chamado discurso metajornalístico, normalmente visto como o que os jornalistas dizem sobre o jornalismo. Porém, a verdade é que se trata de um amplo conjunto de atores jornalísticos que falam em nome do jornalismo. Às vezes, eles não são nem mesmo pessoas dentro de um veículo de notícias, mas têm um papel importante na construção da legitimidade das funções jornalísticas. Às vezes, é a equipe de uma publicação comercial ou de uma associação comercial jornalística, ou são os educadores de jornalismo, ou são os “empreendedores ideacionais”, ou seja, líderes de pensamento que defendem mudanças no jornalismo e têm um número considerável de seguidores e uma plataforma. Todos esses atores têm voz na negociação da essência das funções jornalísticas e da legitimidade dessas funções.

De fato, é isso que mantém o jornalismo como uma instituição dinâmica. Os papéis e as práticas mudam à medida que todos os tipos de atores jornalísticos dialogam entre si e com outros atores sociais.

Referências

BADRAN, Y.; SMETS, K. Anatomy of a precarious newsroom: Precarity and agency in Syrian exiled journalism in Turkey. **Media, Culture & Society**, v. 43, n. 8, p. 1377-1394, 2021.

BECKER, K. J.; SHONTZ, L. Trauma-informed journalism. In: DOUGLASS, L.; THRELKELD, A.; MERRIWEATHER, L. R. (orgs.). **Trauma in adult and higher education**: Conversations and critical reflections. Charlotte, NC: Information Age Publishing, Inc., 2022. p. 205-220.

BOURDIEU, P. **On television**. New York: New Press, 1998.

BOURDIEU, P. The political field, the social science field, and the journalistic field. In: BENSON, R.; NEVEU, E. (orgs.). **Bourdieu and the journalistic field**. Malden, MA: Polity, 2005. p. 29-47.

CARLSON, M.; ROBINSON, S.; LEWIS, S. C. Digital press criticism: The symbolic dimensions of Donald Trump's assault on U.S. journalists as the "enemy of the people". **Digital Journalism**, v. 9, n. 6, p. 737-754, 2021a. doi: 10.1080/21670811.2020.1836981.

CARLSON, M.; ROBINSON, S.; LEWIS, S. C. **News after Trump**: Journalism's crisis of relevance in a changed media culture. New York: Oxford University Press, 2021b.

CHRISTIANS, C. G. *et al.* **Normative theories of the media**: Journalism in democratic societies. Urbana: University of Illinois Press, 2009.

CRAFT, S.; VOS, T. P. Have you heard? **Journalism Practice**, v. 12, n. 8, p. 966-975, 2018. doi: 10.1080/17512786.2018.1513339.

FARKAS, J.; SCHOU, J. **Post-truth, fake news and democracy**: Mapping the politics of falsehood. 2. ed. New York, NY: Routledge, 2024.

FINNEMAN, T.; THOMAS, R. J.; JENKINS, J. "I always watched eyewitness news just to see your beautiful smile": Ethical implications of U.S. women TV anchors' personal branding on social media. **Journal of Media Ethics**, v. 34, n. 3, p. 146-159, 2019. doi: 10.1080/23736992.2019.1638260.

FRÈRE, M.-S. 'I wish I could be the journalist I was, but I currently cannot': Experiencing the impossibility of journalism in Burundi. **Media, War & Conflict**, v. 10, n. 1, p. 3-24, 2017. doi: 10.1177/1750635217698334.

GONZÁLEZ DE BUSTAMANTE, C.; RELLY, J. E. **Surviving Mexico**: Resistance and resilience among journalists in the twenty-first century. 1. ed. Austin: University of Texas Press, 2021.

GRAVES, L. **Deciding what's true**: The rise of political fact-checking in American journalism. New York: Columbia University Press, 2016.

GRAVES, L.; LAUER, L. From movement to institution: The “Global Fact” Summit as a field-configuring event. **Sociologica**, v. 14, n. 2, p. 157-174, 2020. doi: 10.6092/issn.1971-8853/11154.

GULYAS, A.; JENKINS, J.; BERGSTRÖM, A. Places and Spaces Without News: The Contested Phenomenon of News Deserts. **Media and Communication**, v. 11, n. 3, p. 5, 2023. doi: 10.17645/mac.v11i3.7612.

GUTSCHE Jr, R. E. **The Trump presidency, journalism, and democracy**. New York; London: Routledge, 2018.

HALL, P. A.; TAYLOR, R. C. R. Political science and the three new institutionalisms. **Political Studies**, v. 44, n. 5, p. 936-957, 1996.

HANITZSCH, T.; VOS, T. P. Journalistic roles and the struggle over institutional identity: The discursive constitution of journalism. **Communication Theory**, v. 27, n. 2, p. 115-135, 2017. doi: 10.1111/comt.12112.

HANITZSCH, T.; VOS, T. P. Journalism beyond democracy: A new look into journalistic roles in political and everyday life. **Journalism**, v. 19, n. 2, p. 146-164, 2018. doi: 10.1177/1464884916673386.

HANITZSCH, T. et al. Role orientations: Journalists' views on their place in society. In: HANITZSCH, T. et al. (orgs.). **Worlds of journalism**: Journalistic cultures around the globe. New York: Columbia University Press, 2019. p. 161-197.

KARALIOVA, T. Rationalizing the gap: How journalists in a nondemocratic regime make sense of their professional work. **International Journal of Communication**, v. 14, 2020. Disponível em: <https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/12151>. Acesso em: 14 jun. 2024.

KOLISKA, M.; CHADHA, K. Taking a stand: The discursive re-positioning of journalism. **Journalism Studies**, v. 24, n. 4, p. 442-459, 2023. doi:10.1080/1461670X.2023.2167107.

LAWRENCE, R. G.; MOON, Y. E. “We Aren’t Fake News”: The information politics of the 2018 #FreePress editorial campaign. **Journalism Studies**, v. 22, n. 2, p. 155-173, 2021. doi:10.1080/1461670X.2020.1831399.

MARTEL, C.; RAND, D. G. Misinformation warning labels are widely effective: A review of warning effects and their moderating features. **Current Opinion in Psychology**, v. 54, p. 101710, 2023. doi:<https://doi.org/10.1016/j.copsyc.2023.101710>.

MCNAIR, B. **Cultural chaos**: Journalism, news and power in a globalised world. London; New York: Routledge, 2006.

MOON, Y. E.; LAWRENCE, R. G. Disseminator, watchdog and neighbor? Positioning local journalism in the 2018 #FreePress editorials campaign. **Journalism Practice**, p. 1139-1157, 2023. doi:10.1080/17512786.2021.1981150.

NEFF, T.; PICKARD, V. Building better local media systems: A comparative policy discourse analysis of initiatives to renew journalism around the world. **Journalism Studies**, v. 24, n. 15, p. 1877-1897, 2023. doi:10.1080/1461670X.2023.2253928.

NELSON, J. L. The next media regime: The pursuit of ‘audience engagement’ in journalism. **Journalism**, v. 22, n. 9, p. 2350-2367, 2019. doi:10.1177/1464884919862375.

OELDORF-HIRSCH, A.; SCHMIERBACH, M.; APPELMAN, A.; BOYLE, M. P. The ineffectiveness of fact-checking labels on news memes and articles. **Mass Communication and Society**, v. 23, n. 5, p. 682-704, 2020. doi:10.1080/15205436.2020.1733613.

ÖRNEBRING, H.; KARLSSON, M. **Journalistic autonomy**: The genealogy of a concept. Columbia: University of Missouri Press, 2022.

PARKS, P. Covering Trump's 'carnival': A rhetorical alternative to 'objective' reporting. **Journalism Practice**, v. 13, n. 10, p. 1164-1184, 2019. doi:10.1080/17512786.2019.1577696.

PARSONS, C. **How to map arguments in political science**. New York: Oxford Press, 2007.

PICKARD, V. **Democracy without journalism? Confronting the misinformation society**. New York: Oxford University Press, 2020.

PICKARD, V. **America's battle for media democracy**: The triumph of corporate libertarianism and the future of media reform. New York: Cambridge University Press, 2015.

PORLEZZA, C.; ARAFAT, R. Promoting newsafety from the exile: The emergence of new journalistic roles in diaspora journalists' networks. **Journalism Practice**, v. 16, n. 9, p. 1867-1889, 2022. doi:10.1080/17512786.2021.1925947.

RAEMY, P.; VOS, T. P. A negotiative theory of journalistic roles. **Communication Theory**, v. 31, n. 1, p. 107-126, 2021. doi:10.1093/ct/qtaa030.

ŞAHİN, S. Journalism in conflict-affected societies: Professional roles and influences in Cyprus. **Media, War & Conflict**, v. 15, n. 4, p. 553-569, 2022. doi:10.1177/1750635220987746.

SHOEMAKER, P. J.; COHEN, A. A. **News around the world: Content, practitioners, and the public**. New York: Routledge, 2006.

SHOEMAKER, P. J.; VOS, T. P. **Gatekeeping theory**. New York: Routledge, 2009.

TANDOC, E. C.; HELLMUELLER, L.; VOS, T. P. Mind the gap: Between journalistic role conception and role enactment. **Journalism Practice**, v. 7, n. 5, p. 539-554, 2013. doi:10.1080/17512786.2012.726503.

TANDOC JR., E. C.; VOS, T. P. The journalist is marketing the news. **Journalism Practice**, v. 10, n. 8, p. 950-966, 2016. doi:10.1080/17512786.2015.1087811.

THOMAS, R. J. Helpfulness as journalism's normative anchor. **Journalism Studies**, v. 20, n. 3, p. 364-380, 2019. doi:10.1080/1461670X.2017.1377103.

VAN DALEN, A. Journalism, trust, and credibility. In: WAHL-JORGENSEN, K.; HANITZSCH, T. (Eds.). **The handbook of journalism studies**. 2. ed. New York, NY: Routledge, 2019. p. 356-371.

VOS, T. P. 'Homo Journalisticus': Journalism education's role in articulating the objectivity norm. **Journalism: Theory, Practice & Criticism**, v. 13, n. 4, p. 435-449, 2012. doi:10.1177/1464884911431374.

VOS, T. P. Historical perspectives on journalistic roles. In: MELLADO, C.; HELLMUELLER, L.; DONSBACH, W. (orgs.). **Journalistic role performance**: Concepts, models, and measures. New York: Routledge, 2016. p. 41-59.

VOS, T. P. Journalism as institution. In: ORNEBRING, H. (org.). **Oxford Research Encyclopedia of Communication**. Oxford; New York: Oxford University Press, 2019a.

VOS, T. P. Journalists as gatekeepers. In: WAHL-JORGENSEN, K.; HANITZSCH, T. (Eds.). **The handbook of journalism studies**. 2. ed. New York, NY: Routledge, 2019b. p. 90-104.

VOS, T. P.; CRAFT, S. The discursive construction of journalistic transparency. **Journalism Studies**, v. 18, n. 12, p. 1505-1522, 2017. doi:10.1080/1461670X.2015.1135754.

VOS, T. P.; EICHHOLZ, M.; KARALIOVA, T. Audiences and Journalistic Capital. **Journalism Studies**, v. 20, n. 7, p. 1009-1027, 2019. doi:10.1080/1461670X.2018.1477551.

VOS, T. P.; FINNEMAN, T. The early historical construction of journalism's gatekeeping role. **Journalism: Theory, Practice & Criticism**, v. 18, n. 3, p. 265-280, 2017. doi:10.1177/1464884916636126.

VOS, T. P.; HANUSCH, F. Conceptualizing embeddedness as a key dimension for analyzing journalistic cultures. **Communication Theory**, 2024. doi:10.1093/ct/qtad018.

VOS, T. P.; LOWREY, W.; THOMAS, R. J. A grounded theory of journalism's institutional actors. Paper presented at the International Communication Association Conference, Toronto, 2023.

VOS, T. P.; RUSSELL, F. M. Theorizing journalism's institutional relationships: An elaboration of Gatekeeping Theory. **Journalism Studies**, v. 20, n. 16, p. 2331-2348, 2019. doi:10.1080/1461670X.2019.1593882.

VOS, T. P.; THOMAS, R. J. The discursive construction of journalistic authority in a post-truth age. **Journalism Studies**, v. 19, n. 13, p. 2001-2010, 2018. doi:10.1080/1461670X.2018.1492879.

VOS, T. P.; THOMAS, R. J.; TANDOC Jr, E. C. Constructing the legitimacy of journalists' marketing role. **Journalism Studies**, v. 24, n. 6, p. 763-782, 2023. doi:10.1080/1461670X.2023.2187650.

WENZEL, A. Red state, purple town: Polarized communities and local journalism in rural and small-town Kentucky. **Journalism**, v. 21, n. 4, p. 557-573, 2020. doi:10.1177/1464884918783949.

WINFIELD, B. H. (org.). **Journalism, 1908: Birth of a profession**. Columbia: University of Missouri Press, 2008.

342

Submissão: 29 de mai. 2024.

Aceite: 14 de jun. 2024.

Tradução: Hermilo Pinheiro Santana